

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS**

**CAROLINA RIGOTTI COUTINHO**

**O ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE ATORES NO SISTEMA INTERNACIONAL: UMA  
ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO EM NOVAS REGIÕES DE ATUAÇÃO**

Porto Alegre

2017

**CAROLINA RIGOTTI COUTINHO**

**O ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE ATORES NO SISTEMA INTERNACIONAL: UMA  
ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO EM NOVAS REGIÕES DE ATUAÇÃO**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2017

## CIP - Catalogação na Publicação

Coutinho, Carolina Rigotti

O estudo da percepção de atores no sistema internacional : uma estratégia de inserção em novas regiões de atuação / Carolina Rigotti Coutinho. -- 2017.

210 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Oriente Médio. 2. Brasil. 3. Percepção. 4. Política externa. I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira de , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**CAROLINA RIGOTTI COUTINHO**

**O ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE ATORES NO SISTEMA INTERNACIONAL: UMA  
ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO EM NOVAS REGIÕES DE ATUAÇÃO**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro- Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria  
UFRGS

---

Profa. Dra. Sílvia Regina Feraboli  
UFRGS

---

Prof. Dr. João Ignacio Pires Lucas  
UCS

---

Profa. Dra. Carla Etiene Mendonça  
UFRGS

Aos meus pais, que sempre me apoiaram, e à Sophie, minha estrelinha mais brilhante, que sempre esteve ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela oportunidade de realizar tanto o doutorado quanto o mestrado e a graduação; e à CAPES, cuja bolsa de pesquisa me oportunizou a aquisição de conhecimentos que resultaram neste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro, pela paciência e pelo auxílio ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Aos demais professores do programa, pela contribuição direta ou indireta durante o curso.

Aos senhores Sabri Bachtobji, Talal Alabsi, Sahar Hakeem, Claudia Assaf, Rodrigo Andrade Cardoso e Márcio Catunda Ferreira Gomes pela disponibilidade em contribuir por meio das entrevistas, sem as quais a pesquisa certamente careceria de importantes elementos para discussão.

À banca examinadora pelos comentários, em especial ao Dr. Luiz Augusto Estrella Faria, com quem tive oportunidade de começar minha jornada na vida acadêmica por meio de um projeto de iniciação científica, além de ter sido meu orientador na graduação e de ter estado nas bancas de mestrado e doutorado. À bibliotecária Vivian Carravetta pelo precioso auxílio em relação às normas técnicas.

A todos aqueles que me apoiaram e colaboraram durante o andamento do trabalho, especialmente meus pais, Janete e Isaac, por todo o incentivo, não somente ao longo destes anos, mas durante toda minha trajetória de estudos, e Sophie, pela companhia que não se restringiu à pesquisa e à redação da tese, pois iniciou muito antes da vida acadêmica.

“The eye only sees what the mind is prepared  
to comprehend” (BERGSON, 1975, p. 41)

## RESUMO

O sistema internacional vem, nas últimas duas décadas, sofrendo modificações em direção à multipolaridade. Países emergentes, como o Brasil, têm buscado maior projeção internacional, motivados por esse cenário em transformação e pela necessidade de promover mudanças no sentido de maior participação das decisões internacionais. Levando em consideração que a legitimidade é necessária à manutenção do poder internacional, pois os custos do uso exclusivo da coerção são muito altos, faz-se necessário o estudo da percepção dos atores internacionais, por ser base para a formação da legitimidade. Dessa forma, o objetivo do trabalho é explicar a percepção de um Estado sobre a atuação de outro. Tendo em vista a relevância da compreensão da projeção internacional brasileira nesse cenário de crescente multipolaridade, cabe analisar a percepção de outros Estados sobre a atuação do Brasil em novas áreas, como o Oriente Médio, e avaliar a atual estratégia brasileira de inserção internacional. Os países estudados são Arábia Saudita, Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar e Tunísia. Foram utilizados os conceitos de leitura da realidade internacional e de postura diante do sistema internacional para explicar os fatores que influenciam a percepção dos atores internacionais.

**Palavras-chave:** Oriente Médio. Brasil. Percepção. Política externa.



## **ABSTRACT**

The international system has been undergoing changes towards multipolarity in the two last decades. Emerging countries, such as Brazil, have been seeking to increase their international projection, motivated by the transformation of this scenario and by the necessity of promoting changes in order to participate more of international decisions. Taking into account that legitimacy is required to the maintenance of international power, as the costs of using exclusively coercion are too high, it is necessary to study the perception of international actors, because it is the basis of legitimacy. In this sense, the objective of this dissertation is to explain the perception of one State about another. Given the relevance of understanding Brazilian international projection in this scenario of increasing multipolarity, it is worth analyzing the perception of other states about Brazilian action in new areas, such as the Middle East, and evaluating its current strategy of international insertion. The countries analyzed are Saudi Arabia, Algeria, Bahrain, Morocco, Qatar and Tunisia. The study uses the concepts of how states understand the international reality and how they stand before it in order to explain the factors that influence their international perception.

**Keywords:** Middle East. Brazil. Perception. Foreign policy

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Mundo Árabe e Mundo Muçulmano.....	62
Figura 2- Países Árabes e Moderno Oriente Médio.....	63

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Modelos de Quatro Culturas. ....	56
Quadro 2- Modelo de Percepção da Atuação de Atores no Cenário Internacional.....	57
Quadro 3- Síntese Resposta de Diplomatas Brasileiros .....	80
Quadro 4- Resumo da Leitura e da Postura dos Países Analisados .....	101
Quadro5 - Objetivos, Meios e Resultados da Relação Bilateral.....	112
Quadro 6- Papel do Brasil/Percepção sobre a Atuação Brasileira .....	114
Quadro 7- Relevância do Brasil para o Oriente Médio .....	116
Quadro 8- Contribuição do Brasil para a Região .....	118
Quadro 9- Expectativas sobre a Relação Bilateral. ....	120
Quadro 10- Objetivos, Meios e Resultados Relações entre Brasil e Países Árabes.....	149
Quadro11- Papel do Brasil no Oriente Médio .....	151
Quadro 12- Relevância do Brasil para a Região.....	152
Quadro 13- Contribuição do Brasil para o Oriente Médio .....	154
Quadro 14- Expectativas e Importância da região para o Brasil .....	157
Quadro 15- Respostas dos diplomatas do Bahrain e da Tunísia.....	199
Quadro 16- Respostas dos diplomatas do Brasil sobre Arábia Saudita, Qatar, Marrocos e Argélia .....	202
Quadro 17- Votações discordantes do Brasil Assembleia Geral ONU 2016/2017 .....	209
Quadro 18- Votações discordantes do Brasil Assembleia Geral ONU 2009/2010.....	209
Quadro 19- Votações discordantes do Brasil Assembleia Geral ONU 2004/2005 .....	210

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACFI-	Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos
AFA-	Academia da Força Aérea
ALCA-	Área de Livre Comércio das Américas
AMAN-	Academia Militar das Agulhas Negras
ASPA-	Cúpula América do Sul- Países Árabes
BRICS-	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CCG-	Conselho de Cooperação do Golfo
CELAC-	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
EUA-	Estados Unidos da América
FMI-	Fundo Monetário Internacional
IBAS-	Índia, Brasil e África do Sul
IDH-	Índice de Desenvolvimento Humano
MERCOSUL-	Mercado Comum do Sul
MINURSO-	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental
OCI-	Organização da Conferência Islâmica
ONU-	Organização das Nações Unidas
OTAN-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP-	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
RWP-	Responsabilidade ao Proteger
TNP-	Tratado de Não Proliferação
UNESCO-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILA-	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNRWA-	Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos
URSS-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>PERCEPÇÃO DE ATORES NO SISTEMA INTERNACIONAL: BUSCA DE UM APORTE TEÓRICO</b> .....	20
2.1	MULTIPOLARIDADE.....	20
2.2	LEGITIMIDADE .....	25
2.3	PERCEPÇÃO.....	29
2.4	PERCEPÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	35
2.5	VISÃO DE MUNDO E POSICIONAMENTO NO SISTEMA INTERNACIONAL... .....	43
2.6	O QUE INFLUENCIA A PERCEPÇÃO? .....	51
2.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
<b>3</b>	<b>A CONJUNTURA REGIONAL E O HISTÓRICO DE RELAÇÕES COM O BRASIL</b> .....	61
3.1	MUNDO ÁRABE, MUNDO ISLÂMICO E ORIENTE MÉDIO .....	61
3.2	ATUAÇÃO DAS GRANDES POTÊNCIAS.....	66
3.3	DINÂMICA POLÍTICA REGIONAL.....	68
3.4	CONJUNTURA .....	70
3.5	HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COM O BRASIL.....	73
<b>4</b>	<b>LEITURA DA REALIDADE INTERNACIONAL E POSTURA INTERNACIONAL</b> .....	78
4.1	BRASIL.....	78
4.2	MARROCOS.....	81
4.3	ARGÉLIA .....	85
4.4	TUNÍSIA .....	88
4.5	BAHRAIN.....	91
4.6	QATAR .....	94
4.7	ARÁBIA SAUDITA .....	98
4.8	VOTAÇÕES NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU .....	100
<b>5</b>	<b>PERCEPÇÃO DOS PAÍSES ÁRABES SOBRE O BRASIL</b> .....	105
5.1	FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA NOS PAÍSES ÁRABES .....	105
5.2	PERCEPÇÃO DE BAHRAIN E TUNÍSIA SOBRE O BRASIL.....	109
5.3	PERCEPÇÃO DE ARÁBIA SAUDITA, ARGÉLIA, MARROCOS E QATAR SOBRE O BRASIL .....	120

5.3.1	Argélia .....	120
5.3.2	Arábia Saudita .....	123
5.3.3	Marrocos .....	126
5.3.4	Qatar .....	128
5.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	130
6	<b>O BRASIL E A PERCEPÇÃO DOS PAÍSES ÁRABES</b> .....	133
6.1	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O ORIENTE MÉDIO .....	133
6.2	A PERCEPÇÃO BRASILEIRA SOBRE SUA RELAÇÃO COM OS PAÍSES ÁRABES .....	140
6.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	157
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	160
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	169
	<b>APÊNDICE A- Entrevista com Representante da Tunísia</b> .....	183
	<b>APÊNDICE B- Entrevista com Representante do Bahrain</b> .....	186
	<b>APÊNDICE C- Entrevista com Representante do Brasil sobre Marrocos</b> .....	189
	<b>APÊNDICE D- Entrevista com Representante do Brasil sobre Argélia</b> .....	191
	<b>APÊNDICE E- Entrevista com Representante do Brasil sobre Arábia Saudita e Qatar</b> .....	196
	<b>APÊNDICE F- Quadro Entrevistas</b> .....	199
	<b>APÊNDICE G- Quadro Votações na Assembleia Geral da ONU</b> .....	209

## 1 INTRODUÇÃO

A tese tem por objetivo compreender a formação da percepção entre Estados, por meio da identificação dos fatores que são relevantes para essa percepção. Busca-se suprir essa lacuna teórica, que afeta a compreensão da legitimidade dos atores no sistema internacional.

Para isso, as teorias de relações internacionais atuais são compreendidas não como formas de prever o comportamento dos Estados, mas sim como lentes que são utilizadas pelos diferentes grupos sociais que formam esse Estado e produzem uma síntese de visão de mundo e de posicionamento no sistema internacional, os quais são cruciais para a compreensão da percepção.

Tendo por tema, portanto, a percepção dos atores no sistema internacional e esse pressuposto sobre as teorias de relações internacionais, trabalhar-se-á com o desenvolvimento de contribuição teórica para analisar a percepção dos atores por meio da identificação dos fatores relevantes para a formação desta, bem como estudo empírico acerca da percepção sobre o Brasil, a partir de entrevistas com representantes brasileiros e árabes.

Este trabalho parte da ideia de que o sistema internacional vem sofrendo diversas transformações desde a década de 1980, mormente desde os anos finais da Guerra Fria. Existem diversas interpretações sobre como é possível classificar o sistema internacional após o fim da União Soviética (URSS). Alguns autores, como Maria Regina Soares de Lima (2005) afirmam que passou a ser um sistema unipolar, dominado pela potência vencedora, os Estados Unidos, mesmo que possa haver brechas. Outros, como Bernal-Meza (2005), defendem que outros atores têm capacidade de influenciar nas decisões, mesmo que seja de maneira limitada.

Com isso, independentemente de como se encare o novo sistema resultante do final da Guerra Fria, é fato que novos atores vêm se destacando. Ainda não é possível perceber uma derrocada do poder norte-americano, que segue à frente das outras potências, mas países outros países vêm ocupando cada vez mais um local de destaque no sistema internacional e no debate da agenda internacional atual. Tendo em vista, portanto, as mudanças pelas quais passou o sistema internacional nas últimas duas décadas, o que indica a direção de um sistema multipolar, vislumbra-se participação e importância cada vez maior de países como o Brasil.

De fato, a política externa brasileira ganhou, desde os anos 2000, novos contornos e se mostra cada vez mais atuante em questões de todos os campos, até mesmo aquelas em que o Brasil tradicionalmente não possuía papel tão ativo, como em questões do Oriente Médio.

Assim, é importante compreender como é possível conjugar essa mudança no sistema internacional com as modificações na política externa brasileira.

Nesse cenário de maior projeção internacional brasileira, cabe discutir como ocorre esse fenômeno. Levando em consideração os custos de manutenção do poder internacional apenas pelo uso da força ou por outros meios de coerção, tem-se a conclusão de que a legitimidade é importante fator para o aumento da projeção internacional de um país, pois se baseia no *soft power*. Disso decorre a discussão sobre a legitimidade internacional.

A forma como os atores percebem um ator em uma determinada esfera de atuação determina a legitimação do país. Assim, a percepção dos demais atores tem papel de extrema relevância para o crescimento da participação e importância brasileira em novas esferas no sistema internacional.

Isso ocorre porque a estrutura internacional e a forma como se dão as relações no sistema internacional não são estáticas. Conforme enfatiza Wendt (1992), essas relações dependem da percepção dos atores, pois a estrutura não é um dado exógeno. São essas percepções que definem o rumo das relações entre países e do sistema como um todo.

Ponderando a relevância do estudo da percepção para as relações internacionais, cabe investigar teoricamente quais os fatores formam essa percepção. Paralelamente, no âmbito empírico, cabe analisar a percepção sobre a projeção internacional brasileira, de forma a compreender esse processo de legitimidade no sistema internacional.

Dessa discussão decorre a justificativa da pesquisa, que se baseia na necessidade de compreensão os fatores que influenciam a percepção de modo que se tenha legitimidade no sistema internacional. Isso se faz premente no caso da política externa brasileira, que tem buscado maior projeção internacional. O estudo da percepção garante que seja posta em prática a melhor estratégia para esse desígnio.

Partindo-se dessas considerações, a análise da percepção sobre a atuação brasileira em uma área em que a parceria não esteja ainda consolidada serve para compreender esse processo de formação da legitimidade. A região do Oriente Médio se encaixa nessa perspectiva, tendo em vista que as relações entre o Brasil e a região se intensificaram nas décadas de 1970 e 1980, passando por declínio nos anos de 1990, e a seguir houve a retomada do interesse brasileiro nos anos 2000.

A análise da percepção de um parceiro que já tenha relações bastante próximas e consolidadas pode dificultar a identificação dos fatores que formam a percepção e, assim, a formulação de modelo teórico. Isso porque o histórico da relação tem influência, bem como a opinião popular, especialmente em casos de democracias. Isso fica mais evidente em casos de



rivalidade, como ocorreu entre França e Alemanha na primeira metade do século XIX ou entre Brasil e Argentina até meados do século XX. Uma vez identificados esses fatores na presente tese, resta testar em casos de relações mais próximas, entretanto o escopo, por hora, limita-se à análise de novas áreas de atuação.

Tendo como pressupostos o fato de que, em Relações Internacionais, o ator por excelência é o Estado, apesar de existirem outros e que os Estados não são bolas de bilhar, ou seja, existem diferentes grupos internos com opiniões também diversas, a opinião que importa neste caso é a de quem toma as decisões de política externa em cada país.

Com isso, pressupõe-se que a percepção expressa pelos agentes estatais já contém a síntese do debate doméstico sobre as prioridades daquele Estado e a maneira como os demais atores internacionais são entendidos. Esse debate envolve desde empresas, que têm interesses em mercados externos ou que são impactadas pelas importações, passando correntes de pensamento dentro do corpo diplomático até entidades da sociedade civil. Os atores domésticos envolvidos nesse processo não serão objeto de debate da presente tese, somente o resultado final, materializado na percepção dos agentes estatais

É exatamente por esse motivo que não serão analisadas pesquisas de opinião pública, como o Arab Barometer. Essa pesquisa de opinião pública entrevista pessoas selecionadas aleatoriamente e, nas perguntas sobre relações internacionais, trata apenas de potências regionais, como Arábia Saudita e Irã, e mundiais, como Estados Unidos e Rússia, sem qualquer menção ao Brasil.

Para desenvolver um aporte teórico que leve em consideração tudo o que foi elencado, parte-se do modelo desenvolvido por Wildavsky (1987) sobre as quatro culturas que podem se desenvolver na sociedade dependendo de como os indivíduos são e de sua postura, para analisar a percepção no sistema internacional.

Chega-se, com isso, a dois extremos de leitura da realidade internacional- maquiavélico-hobbesiana e grociana- e a dois de postura diante do sistema internacional- competição/conflito e cooperação. Esses dois eixos de análise têm como origem as discussões das teorias de relações internacionais sobre a natureza do sistema e do Estado, com a utilização da classificação proposta por Celso Lafer (2000).

De maneira a compreender como pode ser feito o cruzamento entre as informações de leitura internacional e de posicionamento de cada Estado, utiliza-se os ensinamentos das distintas teorias de Relações Internacionais e têm-se quatro resultados, que dão indícios dos fatores mais relevantes para a percepção no âmbito internacional. Esses podem ser resumidos da seguinte maneira, quando se considera a percepção do Estado A sobre a atuação do Estado

B: a) quem é B, para o que importa se ele é “amigo” ou “inimigo”, ou se relaciona com “amigos” ou “inimigos”, qual o poder e os fatores materiais com os quais ele conta; b) a situação na qual B atua, ou seja, a conjuntura; c) a forma como B atua, seja por meio de instituições, de ações armadas, da diplomacia, de foros regionais; d) o conteúdo da atuação de B, que são os tipos de posicionamentos e as ideias defendidas por esse Estado internacionalmente.

Com essas considerações teóricas e práticas postas, o problema de pesquisa é: “por que a percepção de diferentes atores (Estados) sobre um terceiro não é a mesma?”.

O objetivo geral do trabalho é explicar a percepção de um ator (Estado) sobre a atuação de outro, tendo por estudo de caso a percepção de países árabes sobre a atuação recente do Brasil no Oriente Médio. Os objetivos específicos são:

- a) identificar os atores domésticos relevantes para a formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados;
- b) identificar os fatores relevantes para formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados;
- c) determinar a hierarquia de importância dada aos fatores relevantes para formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados;
- d) identificar como os fatores relevantes para formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio são constituídos nos países estudados;
- e) estudar a relação entre valores no sistema internacional e percepção;
- f) conhecer a imagem que a diplomacia brasileira pretende constituir nos países estudados;
- g) identificar a conjuntura internacional e regional no Oriente Médio durante o período estudado e o histórico de relações com o Brasil;
- h) cotejar a imagem que a diplomacia brasileira pretende constituir com os fatores relevantes para formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados;
- i) avaliar a estratégia de inserção da diplomacia brasileira para a formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados;
- j) testar o modelo teórico desenvolvido.

A hipótese de trabalho é a seguinte:

A percepção dos atores internacionais depende da leitura da realidade internacional e do seu posicionamento no sistema internacional, por isso o êxito da estratégia de inserção da diplomacia brasileira em novas áreas de atuação depende da consideração da percepção desses atores por meio da análise dessas variáveis.

Os métodos utilizados nessa pesquisa serão estudo bibliográfico, análise de documentos, discursos e outras fontes, além de entrevistas com diplomatas.

Os textos serão analisados com o uso de técnicas consagradas nas ciências sociais, como Análise de Conteúdo e Análise do Discurso, conforme segue:

- a) os atores relevantes para a formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados serão identificados por intermédio da revisão da literatura e documentos e de entrevistas com diplomatas brasileiros do Departamento do Oriente Médio do Itamaraty ou que sirvam em embaixadas brasileiras em países árabes;
- b) os fatores relevantes para formação da opinião acerca da política externa brasileira nos países estudados serão identificados por intermédio da revisão da literatura e documentos e de entrevistas com diplomatas dos países estudados;
- c) a hierarquia de importância dada aos fatores relevantes para formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados será determinada a partir de entrevistas com diplomatas do país estudado;
- d) a forma como os fatores relevantes para formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio são constituídos nos países estudados será identificada a partir da literatura sobre formação de opinião e também por meio de entrevistas com diplomatas do país estudado;
- e) a relação entre valores no sistema internacional e percepção será estudada a partir da coincidência de votações na Assembleia Geral das Nações Unidas e do resultado de entrevistas com diplomatas do país estudado acerca de percepção sobre a política externa brasileira para a região do Oriente Médio [com base na ideia de que as votações na Assembleia Geral das Nações Unidas representam a visão de mundo dos países no sistema internacional (AMORIM NETO, 2011), que foi dividida no capítulo teórico em maquiavélico-hobbesiana e grociana];
- f) a imagem que a diplomacia brasileira pretende constituir nos países estudados será conhecida por meio de entrevistas com diplomatas brasileiros do

departamento de Oriente Médio do Itamaraty, análise de discurso e análise de conteúdo de documentos oficiais brasileiros;

- g) a conjuntura internacional e regional no Oriente Médio durante o período estudado será identificada a partir de revisão bibliográfica;
- h) comparação entre o resultado dos dados da imagem que a diplomacia brasileira pretende constituir com os fatores relevantes para formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados;
- i) avaliação da estratégia de inserção da diplomacia brasileira para a formação da opinião acerca da política externa brasileira para a região do Oriente Médio nos países estudados com base no resultado dos dados da percepção do país estudado sobre a atuação brasileira;
- j) teste do modelo teórico com base nos resultados dos demais objetivos específicos.

Os países objeto de estudo serão Arábia Saudita, Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar e Tunísia. Eles foram escolhidos entre os países árabes que se situam na região do Oriente Médio de forma a representar a variedade existente na região, desde democracia até monarquia absolutista, com localização tanto no norte da África quanto no Golfo Pérsico. Além disso, levou-se em consideração a possibilidade de obtenção de dados sobre esses países, especialmente a realização de entrevistas que servissem como principal subsídio para pôr em prática a análise proposta.

O período de análise concentrou-se nos anos de 2011 até o presente, não apenas por ter havido uma troca de governo no Brasil, mas também porque foi o ano de início da primavera árabe, que impactou profundamente os países da região. Ressalta-se, entretanto, que, por se tratar de percepção, que é algo que pode variar ao longo do tempo, deve-se considerar como principal ano o de realização das entrevistas, 2016. Foram entrevistados diplomatas da Tunísia e do Bahrain, além de diplomatas brasileiros que trataram das relações do Brasil com Argélia, Marrocos, Qatar e Arábia Saudita.

Com isso, o presente trabalho inicia com a discussão teórica no primeiro capítulo, passando, no segundo, para a análise da conjuntura regional e das relações históricas com o Brasil, no terceiro sobre a política externa dos países escolhidos e sua classificação segundo a leitura da realidade internacional e a postura nas relações com seus pares, no quarto sobre a percepção desses países sobre a atuação brasileira e, por fim, no quinto capítulo, sobre a percepção brasileira sobre sua política para o Oriente Médio e sua relação com os países árabes. A tese é concluída por meio do cotejamento da estratégia brasileira em relação à

percepção dos países árabes, em conjunto com considerações a respeito das expectativas que estes têm e que podem influenciar a formação da legitimidade da projeção internacional do Brasil.

## 2 PERCEPÇÃO DE ATORES NO SISTEMA INTERNACIONAL: BUSCA DE UM APORTE TEÓRICO

“You think because you understand ‘one’ you must understand ‘two’, because one and one make two. But you must also understand ‘and’” (Jalal ad-Din Rumi, citação do século XIII)

O presente capítulo fará a discussão teórica a respeito de percepção de atores no sistema internacional. Devido à relevância dos conceitos de multipolaridade, legitimidade e percepção, que embasam o presente trabalho, esses três tópicos serão primeiramente detalhados para a posterior discussão sobre o estudo da percepção do sistema internacional e contribuições teóricas.

### 2.1 MULTIPOLARIDADE

O sistema internacional vem sofrendo uma série de transformações desde a década de 1980, principalmente desde os anos finais da Guerra Fria. A interpretação sobre o entendimento do sistema internacional após o fim da União Soviética (URSS) é bastante diversificada. Enquanto existem autores, como Maria Regina Soares de Lima (2005), que afirmam que passou a ser um sistema unipolar, mesmo que com possibilidade de brechas, dominado pela potência vencedora, os Estados Unidos, outros, como Bernal-Meza (2005), colocam que outros atores têm capacidade de influenciar nas decisões, mesmo que seja de maneira limitada, o que vem ao encontro do conceito de *system-affecting states*. O conceito, desenvolvido por Keohane (1969), define essa categoria de Estados como daqueles que não influenciam o sistema internacional sozinhos, mas podem fazê-lo em grupos ou em organizações internacionais.

Dessa forma, independentemente de como se encare o novo sistema resultante do final da Guerra Fria, é forçoso reconhecer que novos atores vêm se destacando. Embora não seja possível perceber uma derrocada do poder norte-americano, que segue à frente das outras potências, países como Brasil vêm ocupando cada vez mais um local de destaque no sistema internacional e no debate da agenda internacional atual.

Desde a década de 1970, a discussão sobre a liderança dos Estados Unidos ganhou especial importância. Apesar de, nos Estados Unidos, haver praticamente unanimidade de que

o país deve ser um líder mundial, a maneira como essa liderança deve ser exercida é objeto de debates.

O modelo de liderança adotado por Barack Obama adota a visão de ação coletiva para exercer sua liderança devido às mudanças pelas quais o sistema internacional vem passando:

O poder se espalhou pelo sistema internacional e apenas ação coletiva pode restituir alavancagem ou controle. No entanto, tal ação coletiva depende tanto dos seguidores quanto dos líderes. Não é suficiente simplesmente anunciar um objetivo, é necessário trazer os outros para o objetivo comum (JONES, 2011, p.15, tradução nossa)<sup>1</sup>

O poder da ação coletiva, de acordo com Jones (2011), depende da coordenação para ser efetivo. Dessa forma, o papel do líder é não só a criação de incentivos, mas também a imposição de disciplina ao grupo, o que significa o uso tanto de coerção quanto de poder brando, ou *soft power*. A estrutura do uso desses dois tipos de poder é influenciada pela distribuição de recursos entre os países que formam o grupo e dos que estão fora dele.

É importante ressaltar que a mudança na distribuição de recursos afeta tanto a qualidade do poder coletivo quanto as relações de poder, criando tipos alternativos de poder. A complexidade do atual sistema internacional interdependente levou à possibilidade de atores tanto estatais quanto não estatais ameaçarem fragilizar o sistema e agirem sozinhos ao invés de seguir o líder (JONES, 2011).

Ainda segundo o autor, o resultado dessa redistribuição de poder é uma fricção crescente entre as partes do grupo, gerando um aumento dos incentivos e da coerção do líder para manter sua posição, além da acumulação de externalidades negativas. Além disso, existem os limites econômicos, o que faz com que seja mais vantajoso fortalecer a ação coletiva.

O sucesso desse modelo depende tanto do líder quanto dos seguidores. O que os Estados Unidos devem fazer é criar incentivos para manter os seguidores dentro do modelo de ação coletiva, segundo essa análise. De um lado, os seguidores têm mais responsabilidades, mas de outro, o líder também é responsável pelas decisões. Sem os seguidores, a única alternativa para o líder é agir sozinho (JONES, 2011).

De acordo com Jones (2011) é, portanto, mais vantajoso para todos que os Estados Unidos se mantenham como líder, mesmo que tenha havido mudanças no sistema

---

<sup>1</sup> Do original em inglês: Power has bled out of the international system and only collective action can regenerate leverage or control. Yet such collective action depends as much on followers as it depends on leaders. It is not enough simply to announce an objective; it is also necessary to rally others to the common goal.

internacional. É nesse sentido que Maria Regina Soares de Lima (2005, p.15) defende que o final da Guerra Fria representa, sim, a configuração de um novo ordenamento mundial, devido às mudanças políticas, econômicas e tecnológicas, além da inter-relação entre elas. Ademais, com o fim da União Soviética, tem-se um mundo unipolar, dominado pelos Estados Unidos.

Um fato importante de ser salientado é que a classificação do tipo de sistema que emergiu após o fim da Guerra Fria depende de quais as variáveis são levadas em consideração. Em geral, os autores que analisam o sistema como unipolar tendem a dar destaque a variáveis relacionadas ao *hard power*, como poder militar. Por outro lado, os autores que vislumbram mudanças enfatizam a maior interdependência entre os países, a emergência de novos temas e a capacidade de liderança de países emergentes nessas novas agendas.

Apesar de muitos acadêmicos considerarem o poder militar norte-americano como um fator positivo para a manutenção das características de unipolaridade do sistema internacional, Anne-Marie Slaughter e Thomas Hale (2008) consideram que o *hard power* está prejudicando o *soft power* do país, declinando o poder americano principalmente depois das ações polêmicas no Iraque.

De acordo com os autores, o nacionalismo dos Estados Unidos é cosmopolita e é essencial não só para o *soft power* do país, mas também para contribuir com a melhoria de vida no mundo. Assim, é necessário que o país reforce seus valores como universais, pois a recente oposição não é aos Estados Unidos em si, mas à forma como o presidente George W. Bush lidou com esses valores. A conclusão de Slaughter e Hale (2008) é a de que, se os Estados Unidos abandonarem o unilateralismo, seu *soft power* irá aumentar novamente.

Ainda seguindo a discussão sobre unilateralismo e multilateralismo americano, segundo Bernal-Meza (2005, p.4), “pode-se inferir que desde Clinton até o 11 de Setembro a política norte-americana havia assumido um compromisso ambivalente com o multilateralismo”. Já no período posterior, haveria uma tendência para o unilateralismo, expressa principalmente pelos princípios que pautam a guerra contra o terror. O que se pode afirmar sobre a ordem internacional do pós Guerra Fria, segundo o autor, é o poder hegemônico dos Estados Unidos, que possuem supremacia em termos militares, político-diplomáticos, econômicos, financeiros, científicos e tecnológicos.

Apesar dessas características, Bernal-Meza (2005) considera que não se pode dizer que já esteja configurada uma nova ordem mundial. É certo que a globalização é base de manifestação das mudanças, e que a diferença de poder entre Estados Unidos e América



Latina é grande; entretanto, a América Latina possui capacidade de influenciar nos processos, como no caso da ALCA. Uma das grandes questões no continente é a identificação da raiz do problema dos latino-americanos: segundo eles próprios, é um problema econômico; segundo os Estados Unidos, é uma questão política.

Segundo Huntington (1999), o sistema que emergiu após a Guerra Fria se caracterizaria por ser uni-multipolar, pois não se encaixaria com nenhuma das classificações anteriores. Não seria possível dizer que é um mundo unipolar, nem bipolar, nem ainda multipolar, como o Concerto Europeu do século XIX. Assim, os Estados Unidos ainda seriam uma superpotência, mas dividiriam lugar com outras potências.

De acordo com Sombra Saraiva (2008, p.255), por sua vez, o período a partir da década de 1990 também apresenta novas características quanto aos temas que passam a dominar o debate internacional, como direitos humanos, saúde, meio ambiente e terrorismo. Em termos de agenda, o que Sato (2000) salienta é que os temas presentes nela hodiernamente já estavam postos nas décadas finais da Guerra Fria, mas adquiriram maior importância e são encarados de maneira diferente desde o seu fim.

Esses novos temas denotam como o sistema internacional tem-se encaminhado para uma maior interdependência entre os atores, como no caso das discussões de mudanças climáticas. Novos atores ganham peso para discutir esses temas, como é o caso da China no que se refere a mudanças climáticas, por ser um grande poluidor.

Nessa nova e complexa ordem internacional exemplificada pela Rodada Doha e pelas negociações pós-Kyoto em Copenhague, potências tradicionais tem seu papel desafiado. Nas negociações multilaterais sobre questões de interdependência global, o papel do poderio militar é mínimo. Enquanto alguns observadores argumentam que a legitimidade e outros recursos de poder brando tem um papel cada vez mais importante, outros apontam a continuidade da relevância do poder estrutural, mas de uma natureza não militar. Ao mesmo tempo, “novos” atores como a China e a Índia aparecem como atores essenciais, demonstrando características que têm pouca conexão com as características das grandes potências da Guerra Fria ou mesmo da era pós-Guerra Fria dos anos de 1990 (ELGSTROM, 2010, p.2, tradução nossa).<sup>2</sup>

O conceito de países emergentes confunde-se com o de países em desenvolvimento, entretanto, em muitos casos, esse conceito é utilizado para países que ganham destaque tanto

---

<sup>2</sup> Do original em inglês: In the new, complex world order exemplified by the Doha Round trade negotiations and the post-Kyoto negotiations in Copenhague, traditional great power roles are obviously challenged. In multilateral negotiations concerning issues of global interdependence, the role of military might is minimal. While some observers argue that legitimacy and other soft power resources play an increasingly important role, others point to the continued relevance of structural power, although of a non-military kind. At the same time, ‘new’ actors like China and India are appearing as essential players, displaying role characteristics that have little connection to the great power characteristics of the Cold War, or even the post-Cold War era of the 1990s.

economicamente quanto politicamente. O conceito de países emergentes provém da economia, e é utilizado para denominar aqueles países em rápido crescimento econômico. Por outro lado, nem sempre é possível utilizar como sinônimo de países com poder de decisão no sistema internacional.

Apesar disso, muitos desses países estão tendo, de fato, seu poder de decisão aumentado no sistema internacional, principalmente no que concerne aos novos temas que emergiram após a Guerra Fria, como mudanças climáticas, e mesmo assumindo a liderança na negociação de temas tradicionais, como comércio.

Novos atores (China, Índia, Brasil) estão se tornando crescentemente importantes em termos de comércio e market share. Os mesmos países estão também se tornando cada vez mais importantes em termos de sua fatia nas emissões de gases do efeito estufa, ligadas a seu crescimento econômico (ELGSTROM, 2010, p.2, tradução nossa).<sup>3</sup>

Para fins deste trabalho, adota-se a definição de um sistema internacional com características crescentes de multipolaridade, devido ao protagonismo de atores novos no sistema internacional. Ademais, deve-se ressaltar a busca de atores como o Brasil pela democratização desse sistema, o que leva a mudanças, mesmo que as potências tradicionais não tenham declinado completamente.

Para justificar tal classificação, é importante recordar as recentes conquistas dos países em desenvolvimento no que diz respeito à democratização do sistema internacional. É bem verdade que o Conselho de Segurança das Nações Unidas continua a refletir a distribuição de poder do período pós-Segunda Guerra Mundial, mas os recentes debates sobre reformas institucionais na organização levam a crer que mudanças deverão ser feitas para refletir as mudanças pelas quais o sistema internacional vem passando.

De fato, mudanças já ocorreram em outros âmbitos. O regime internacional de mudanças climáticas vem contado, cada vez mais, com a participação de países em desenvolvimento, que assumem papel de destaque. O mesmo ocorre com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que teve nova divisão de cotas em vigor em 2016, que beneficia esse mesmo grupo de países. Vale ainda recordar a emergência do G-20 financeiro como o principal foro para debater questões econômicas e financeiras internacionais após sua atuação como protagonista na crise de 2008.

---

<sup>3</sup> Do original em inglês: New actors (China, India, Brazil) are becoming increasingly important in terms of trade and market shares. The same countries are likewise becoming increasingly important in terms of their share of global emissions of hothouse gases, linked to their economic growth.

Com isso, percebe-se que o uso da força e a capacidade militar não são mais as únicas fontes de poder levadas em consideração pelos atores internacionais. No atual sistema internacional, o *soft power* tem papel de destaque, e com ele a legitimidade ganha relevância na discussão.

## 2.2 LEGITIMIDADE

Legitimidade de um ator, conforme Reus-Smit (2007), é o fato de suas ações serem socialmente sancionadas. Cabe ressaltar que em muitos casos o conceito de legitimidade é utilizado para se referir à capacidade e ao direito de agir, entretanto seu significado político é o de direito de governar.

Ainda segundo o autor, poder e legitimidade são geralmente tratados como conceitos diferentes em relações internacionais. Enquanto poder é definido pelo potencial material, legitimidade é como esse poder se torna socialmente aceitável, e não uma fonte de poder em si. É importante ressaltar, no entanto, que uma crise de legitimidade implica perda de poder, levando a definir legitimidade como uma fonte de poder (REUS-SMIT, 2007, p.2).

Com relação à definição de poder, Waltz (1979) considera que este seja a capacidade de realizar objetivos, transformando recursos em resultados. Nesse sentido, o poder pode ser formado por recursos materiais e imateriais, incluindo ideias e normas. Nesse âmbito, percebe-se a contribuição de Joseph Nye (2004) no que tange à definição de *soft power*, que converge com a explicação de poder imaterial.

Uma vez que se admita que legitimidade é fonte de poder, deve-se perguntar onde buscá-la com o intuito de aumentar o poder. De acordo com Reus-Smit (2007), isso depende da área política de atuação, onde se deve buscar outros atores que se identifiquem com a identidade e propostas daquele ator.

Pode-se definir uma crise de legitimidade como sendo o momento no qual é necessário tomar uma atitude para evitar a perda de poder ou declínio. A solução pode ser tanto reconstituir a base de apoio ou utilizar poder material para compensar a perda de poder imaterial. Para a primeira solução, o ator deve recalibrar a relação entre sua identidade e a área de atuação com sua base de apoio. Tal crise de legitimidade está relacionada com uma mudança de consciência dos atores sociais.

Conforme demonstra o estudo de Page e Shapiro (1983), quando se analisa o âmbito interno, existe uma tendência de que as políticas do governo respondam a mudanças de

opinião da população. Dessa forma, ainda que seja possível dizer que as políticas podem ter certa influência sobre a opinião pública, a análise de casos ao longo de 45 anos demonstra que há evidências de que a opinião tende a se mover antes do que as políticas públicas, indicando que essas mudanças são causas importantes.

É certo que existem ressalvas a serem feitas, pois os casos estudados são aqueles em que há pesquisas de opinião, o que já é um recorte; entretanto, fato é que a *constituency* é de fato importante para pautar as políticas que permitem a conquista ou manutenção da legitimidade de determinado grupo ou ator.

Assim, essas inferências podem ser levadas para o plano internacional, relacionando legitimidade, percepção e atuação internacional, precisamente na linha de argumentação adotada por Reus-Smit (2007). A percepção é importante, pois o apoio de atores relevantes para aquela área de atuação determina a conquista ou manutenção da legitimidade. Caso haja perda de legitimidade, pode ser necessário haver mudança na atuação, da mesma forma que ocorre no âmbito interno.

Esse raciocínio permite inferir que a percepção de atores internacionais pode ser um fator para que haja mudança de atuação, podendo tal hipótese ser verificada em um estudo ao longo do tempo. Apesar de que esse não é o foco deste trabalho, é importante mencionar a relevância do estudo das percepções no âmbito internacional.

Percepção e reconhecimento, portanto, constituem palavras-chave no que diz respeito à legitimidade, e ambas significam que existe uma comunidade que apoia um determinado ator. Cabe ressaltar, por fim, que legitimidade não necessariamente denota racionalidade, moralidade ou legalidade.

O mesmo ocorre no que tange à discussão sobre liderança no sistema internacional. Para que um ator exerça liderança de fato, deve contar com poder material e imaterial, sendo a legitimidade fator fundamental. De acordo com Lucarelli (2013, p.3, tradução nossa), “para liderar, um ator internacional precisa ser reconhecido pelos outros como poderoso, com credibilidade, capaz e legítimo”.<sup>4</sup>

É certo que podem existir formas de liderar que façam uso de recursos materiais, como a coerção, mas como bem aponta Reus-Smit (2007), é uma forma custosa para manter a liderança, e a legitimidade, por conseguinte. Assim, são consideradas neste trabalho as formas de liderança que utilizam o poder imaterial ou a mistura do *soft* e *hard power*, denominada por Nye (2009) de *smart power*.

---

<sup>4</sup> Do original em inglês: in order to lead, an international actor needs to be recognised by the others as powerful, credible, capable and legitimate.

A “habilidade de liderar” na política internacional tem várias facetas que incluem a capacidade de conseguir a concordância em uma agenda, a habilidade de propor soluções para problemas coletivos que sejam seguidas pelos outros, a habilidade de propor modelos que são então imitados e a habilidade de propor normas- globais, regionais ou locais- que os outros sigam (LUCARELLI, 2013, p.4, tradução nossa).<sup>5</sup>

De fato, a literatura a respeito de liderança envolve de maneira mais geral a transferência de normas, a persuasão e o uso não coercitivo de recursos de poder. Lucarelli (2013, p.5) define três tipos diferentes de liderança: a estrutural, que usa o peso político, a instrumental, que usa habilidades de negociação, e a direcional, que é a habilidade de influenciar e alterar percepções dos outros atores para os fins desejados por meio de ação ativa ou do exemplo. Para a autora, para que uma potencial liderança se transforme em real, sem uso de coerção, o ator deve ainda ter credibilidade e ser percebido como legítimo.

Exemplos desses três tipos de liderança são dados por Elgstrom (2010, p.5). No caso da liderança estrutural em uma negociação climática, quanto mais poluidor for o país, maior o potencial de diminuir as emissões, o que lhe confere poder de negociação. A liderança direcional consiste em dar bons exemplos tanto domesticamente quanto na arena internacional. Podemos citar a liderança brasileira ao assumir o compromisso de diminuir as emissões voluntárias de CO<sup>2</sup>. Por fim, a liderança instrumental pode ser exercida pela criação de coalizões que fomentem soluções.

Cabe enfatizar que existem diferentes definições para a noção de liderança, e as características enfatizadas dependem também do contexto no qual essa liderança é exercida. No caso de temas multilaterais, os acadêmicos geralmente aceitam que é necessário que haja líderes para destravar as negociações e influenciar as discussões (ELGSTROM, 2010, p.3).

Dessa forma, a legitimidade da liderança depende também da percepção dos demais atores, pois é o meio pelo qual é possível influenciar o sistema internacional sem o uso do poder coercitivo. É importante ressaltar, todavia, que por se tratar da percepção de outro ator, é uma característica subjetiva, que varia de ator para ator. De qualquer forma, para que a liderança seja efetiva, é necessário que essa percepção seja de fato exercida.

Elgstrom (2010, p.3) enfatiza que existe competição pela liderança no sistema internacional, da mesma forma que existe competição pela hegemonia, de onde parte a discussão sobre a polaridade do sistema internacional. Conforme visto, entretanto, um ator

---

<sup>5</sup> Do original em inglês: The “ability to lead” in international politics has several facets which include the capacity to gain agreement on an agenda, the ability to propose solutions to collective problems that others follow, the ability to propose models that are then imitated and the ability to propose norms – global, regional or local - that the others follow.

pode exercer liderança no âmbito de determinados temas, para os quais tem legitimidade e credibilidade, além de recursos.

Assim, além do atributo da credibilidade mencionado por Lucarelli (2013), Elgstrom (2010, p.4) faz uma divisão do mesmo entre credibilidade, que é a compatibilidade entre objetivos domésticos e externos, e coerência, que é a compatibilidade das ações externas, tanto ao longo do tempo como em relação umas às outras.

Por fim, as considerações acerca da legitimidade trazidas à discussão por Eckersley (2007) são esclarecedoras sobre como pode haver perda de legitimidade e de como isso depende da percepção dos demais atores. O autor debate o caso do Protocolo de Kyoto e as consequências da não adesão norte-americana.

Segundo sua análise, a interpretação sobre a legitimidade do Protocolo sem os Estados Unidos pode variar, o que explica a sua manutenção: “eu argumento que efetividade é um componente importante da legitimidade, mas as avaliações intersubjetivas da efetividade variam para diferentes *constituencies* e contextos”<sup>6</sup> (ECKERSLEY, 2007, p.2, tradução nossa).

Relacionada à legitimidade do Protocolo de Kyoto, está a legitimidade americana nas discussões sobre mudanças climáticas. O que se observa no período recente é o declínio da legitimidade americana nesse tema devido à sua não adesão ao Protocolo e ao aumento de emissões de gases do efeito estufa. Assim, pode-se notar que a legitimidade é percebida dentro de uma esfera de ação do ator internacional. É possível que um ator seja considerado pelos demais legítimo para discutir um tema e não outro.

Eckersley (2007) apresenta importante argumento que pode ser usado para comprovar a importância do estudo da percepção para as relações internacionais, pois é a base da legitimidade. De acordo com o autor, uma crise de legitimidade ocorre quando se chega a um momento decisivo no qual ou o ator se adapta ou perde poder.

É possível compensar a perda de legitimidade por meio do uso de poder material, utilizando, por exemplo, a coerção, entretanto esse método é custoso e de difícil implementação. Por outro lado, o ator pode recuperar seu reconhecimento social. Assim, “reestabelecer a legitimidade de maneira efetiva significa reconstituir a base social do poder,

---

<sup>6</sup> Do original em inglês: I argue that effectiveness is an important component of legitimacy, but that intersubjective assessments of effectiveness vary according to different constituencies and contexts.

que fornece uma resolução muito mais estável e duradoura para uma crise de legitimidade do que recorrer a alavancas materiais” (ECKERSLEY, 2007, p.3, tradução nossa).<sup>7</sup>

Alguns fatores que podem influenciar na percepção de legitimidade são a validade normativa de suas decisões, competências especiais, justiça das decisões, efetividade ou performance. É interessante destacar, novamente, que o resultado depende de como cada ator julga esses fatores. Para Eckersley (2007, p.5), legitimidade e performance estão ligados, mas o autor faz a ressalva de que tais conceitos são tratados, em geral, de maneira separada. Enquanto construtivistas analisam a internalização de normas e a evolução dos regimes, neoliberais estudam a performance.

Cabe salientar que, ficando clara a importância do estudo das percepções no sistema internacional, seja no que tange a conflitos internacionais, onde esse tipo de estudo é mais difundido, seja no que se refere às relações de maneira geral, que é necessário compreender como se formam essas percepções, o que será tratado na seção seguinte. É certo que as pesquisas empíricas são necessárias, mas é fundamental desenvolver um arcabouço teórico que permita analisar essas percepções e compreender a sua lógica, devido não só à dificuldade de obtenção de dados em muitos casos, mas também à necessidade de melhor entendimento do assunto.

### 2.3 PERCEPÇÃO

Conforme é possível concluir da discussão sobre multipolaridade e legitimidade, a percepção dos atores internacionais é importante componente de análise para as relações internacionais. Tendo em vista que o sistema internacional se encaminha para a multipolaridade, apesar de ainda haver desnível entre as potências tradicionais e as emergentes, a discussão sobre a legitimidade e a capacidade de liderança das últimas faz-se necessária.

Quando se considera que os custos de manutenção da liderança e da legitimidade apenas por meio do *hard power* ou da coerção são muito altos, a relevância da percepção dos demais atores internacionais fica evidente. A discussão sobre percepção remonta tanto à filosofia quanto à psicologia. Será feita uma breve apresentação dos fundamentos que sustentam o conceito de percepção.

---

<sup>7</sup> Do original em inglês: restoring legitimacy effectively means reconstituting the social basis of power, which provides a much more stable and lasting resolution to a legitimacy crisis than the resort to material levers.

Na filosofia, as discussões acerca da percepção remontam a epistemologia, passando por Kant e Schopenhauer e culminando na fenomenologia. Na psicologia, o debate ocorre principalmente na escola Gestalt.

A epistemologia é a filosofia do conhecimento, ou seja, a disciplina que estuda “como construímos o conhecimento ou como sabemos o que cremos que sabemos” (SOUSA *et al*, 2004, p.212). A grande questão da qual trata a epistemologia é sobre a possibilidade de chegar a um conhecimento genuíno, e a esse propósito uma série de escolas se posicionaram.

A epistemologia enfoca os graus de certeza e probabilidade de um certo campo do conhecimento, buscando a validação e fundamentação lógica para afirmarmos o que afirmamos. A epistemologia possui uma variedade de objetivos: 1) clarificar os paradigmas que os pesquisadores utilizam para construir observações e teorias; 2) evidenciar a coerência interna e relacional entre as teorias; 3) determinar os níveis de confiabilidade dos construtos (o problema da certeza e da crença); e 4) desenhar a atividade mental (pensamento, linguagem, inferência, uso do raciocínio, utilização de preconceitos ocultos e a priori) utilizada para construir a ciência. A epistemologia pode ser compreendida como uma ciência cujo objetivo é a qualidade do conhecimento (SOUSA *et al*, 2004, p.212).

Apesar de existirem diferentes classificações com base em questões distintas, *grosso modo*, é possível dividir em duas linhas de pensamento o estudo sobre o conhecimento humano. Enquanto de um lado estão as correntes teóricas que acreditam que é possível chegar ao conhecimento, e que existe uma verdade, de outro estão aquelas que consideram que a realidade depende de quem observa. Ambas buscaram métodos para chegar ao conhecimento, mas partiram de pressupostos antagônicos.

De modo geral, é possível descrever essas duas linhas de pensamento como fazendo referência ao caráter ontológico do objeto a ser estudado:

Ou se admite que todos os objetos possuem um ser ideal, mental- esta é a tese do *idealismo*- ou se afirma que além dos objetos ideais há objetos reais, independentes do pensamento- esta é a tese do *realismo*. Dentro destas duas concepções, são possíveis, ainda, distintas posições (CALDERANO, 1998, p.11).

De acordo com Calderano (1998), o realismo defende que há uma realidade autônoma, e que o conhecimento verdadeiro está na coincidência entre o juízo do observador e essa realidade. Já o idealismo parte do sujeito ou consciência, pois o ser é dado na consciência. Existem pelo menos cinco tipos diferentes de idealismo, que partem de Platão e vão até a fenomenologia.



De acordo com a filosofia de Platão, o mundo das ideias é uma realidade à parte, que existe independente do conhecimento humano. Já o idealismo imaterialista defende que o ser é o ser percebido, ele só existe enquanto ideia.

A filosofia Kantiana pode ser resumida ao fato de que o conhecimento é limitado ao mundo dos fenômenos, pois o conhecimento da realidade em si não é possível, e por isso ele surge em nossa consciência:

Doutrina Kantiana, também conhecida como idealismo crítico que considera os objetos de nossa experiência, enquanto dados no espaço e no tempo, como fenômenos, isto é, aparências, devendo distinguir-se da coisa-em-si- a realidade enquanto tal- que é para nós incognoscível (CALDERANO, 1998, p.12).

Arthur Schopenhauer faz parte da tradição filosófica kantiana e desenvolveu essa compreensão de que a realidade é uma representação, mas discorda de Kant sobre a impossibilidade de chegar à realidade. Assim,

Nenhuma verdade é portanto mais certa, mais absoluta, mais evidente do que esta: tudo o que existe, existe para o pensamento, isto é, o universo inteiro apenas é objeto em relação a um sujeito, percepção apenas, em relação a um espírito que percebe. [...] Tudo o que o mundo encerra ou pode encerrar está nesta dependência necessária perante o sujeito, e apenas existe para o sujeito. O mundo é portanto *representação*. (SCHOPENHAUER, 2001, p,9).

O que importa ressaltar para além de cada sistema filosófico é a ideia de que cada sujeito tem seu ponto de vista sobre os objetos ao seu redor, e pela simples observação eles podem chegar a conclusões distintas, seja porque partem de pressupostos diferentes, seja porque o método de observação é distinto.

Aquele que conhece todo o resto, sem ser ele mesmo conhecido, é o sujeito. Por conseguinte, o sujeito é o *substratum* do mundo, a condição invariável, sempre subentendida de todo o fenômeno, de todo objeto, visto que tudo o que existe, existe apenas para o sujeito (SCHOPENHAUER, 2001, p.11).

Com isso, a fenomenologia, que também segue pressupostos kantianos, é uma escola filosófica que debate ontologia e método. Essa escola filosófica, que significa em grego “estudo daquilo que se apresenta”, foi fundada por Edmund Husserl, e tem como representantes Alfred Schütz, Max Scheler, Heidegger, Merleau-Ponty e Jean-Paul Sartre.

A premissa básica da fenomenologia é a de que o que podemos conhecer do mundo são os fenômenos, que se formam em nossa consciência, e por isso eles devem ser estudados em si mesmos. Para que isso seja possível, Husserl desenvolveu um método de pesquisa,

aprimorado por Schütz, que garantisse que as crenças e pressupostos do observador não interferissem na observação do objeto, pois este só pode ser apreendido sem sua interferência.

De acordo com Husserl, “toda a consciência é a consciência de algo”, pois isso a consciência é intencional, existe a intenção de apreender aquele objeto. Em Ciências Sociais, os estudos de Alfred Schütz influenciaram as pesquisas devido a conceitos como “atitude natural”.

Schutz pressupõe que as pessoas se defrontam umas com as outras em um LEBENSWELT já construído, significativo e intersubjetivo, que é a *realidade suprema* para os seres humanos e defende o estudo dos modos como as pessoas vivenciam esse LEBENSWELT cotidiano. A postura característica de senso comum que as pessoas assumem nesta esfera é chamada por Schutz de *atitude natural* (CALDERANO, 1998, p.14).

A atitude natural a qual se refere Schütz, conforme nossa interpretação, é a de que as pessoas assumem que percebem o mundo como ele é e consideram aquela realidade como dada, e não como construída por meio da interação de elementos externos e internos, como crenças e valores. “Nesse sentido, pode-se dizer que o mundo da vida cotidiana, comum a todos, torna-se único e particular quando observado a partir de uma situação biográfica” (MACEDO, BOAVA, ANTONIALLI, 2012, p.185).

Cada pessoa, durante toda a sua existência, interpreta o mundo na perspectiva de seus próprios interesses, motivos, desejos, compromissos ideológicos e religiosos. A realidade do sentido comum é dada de forma cultural como universal, contudo o modo como essas formas expressam-se na vida individual depende da totalidade da experiência que o sujeito constrói no curso de sua existência concreta. Essa experiência agrega um acervo de conhecimentos que está disponível e acessível, de acordo com a situação biográfica do sujeito (JESUS, 2012, p.738).

Conforme Schütz, as pessoas se orientam no tempo e no espaço conforme o seu posicionamento nele, e no relacionamento com os demais seres que são contemporâneos a ele é possível atribuir significados às ações. A metodologia desenvolvida por ele visa a conhecer esses significados.

A partir disso, tem-se que o mundo social ou da vida é intersubjetivo, comum a todos os homens. Nesse mundo, o homem relaciona-se e confere significado à sua ação. A ação no mundo da vida é delineada como ação social quando o ator a direciona para outras pessoas, as quais ele vislumbra como seres conscientes (MACEDO; BOAVA; ANTONIALLI, 2012, p.187).

Apesar de o foco não ser a metodologia desenvolvida pela fenomenologia, esse arcabouço de pressupostos teóricos sobre a subjetividade ressalta a relevância não só de

estudar as percepções, mas de compreender o papel que crenças e valores têm para esse estudo. É nesse sentido que os estudos de Cultura Política são úteis.

Com relação às contribuições das Ciências Sociais, a tradição de estudos de Cultura Política tem origem nos Estados Unidos com a publicação do trabalho de Almond e Verba, *The Civic Culture*, em 1963, o qual descreve os tipos puros de cultura política. O objetivo principal dos estudos nessa área era o de investigar as condições para que um regime democrático estável pudesse prosperar. Embora tenha havido críticas ao estudo dos dois autores, a tradição de pesquisa em cultura política prosperou e é importante ramo da Ciência Política.

Apesar de a definição de cultura política ser controversa, é possível compreendê-la como um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que ordenam o processo político. Esse conceito é adotado para analisar o cenário político interno dos países e compará-los entre si. “Assim, o objetivo das análises de cultura política [...] é contribuir para a explicação do comportamento político dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão” (BORBA, 2005, p.151).

Nesse sentido, a tradição de pesquisa em Cultura Política vem a complementar os pressupostos da tradição filosófica que leva em consideração a subjetividade, pois uma vez que cada indivíduo tem uma bagagem de cultura e crenças diferente de outros, isso muda sua maneira de perceber o mundo, influenciando em sua leitura da realidade. Nas relações internacionais, a consequência disso são leituras diferentes do sistema internacional, o que pode acarretar não só diferentes percepções, mas também conflitos.

Por fim, no que tange à psicologia, tem-se a escola Gestalt, também chamada de psicologia da forma, que estuda a percepção no sentido de dar forma ao que é exposto aos olhos, e foi sendo adaptada para diversas áreas do conhecimento. “O termo *gestalt*, derivado do alemão, não tem tradução literal para o português, mas sugere uma ideia de totalidade, de partes que se unem em um todo convergente e significativo, assumindo um sentido de unidade” (ESPERIDIÃO; MUNARI, 2000, p.416).

Na área das ciências humanas, a Gestalt está relacionada com as pesquisas de psicologia, e sua principal contribuição é a de que o todo é mais do que a soma das partes e não pode ser analisado separadamente. Assim, uma cadeira é mais do que a soma dos pés e do assento, e não faz sentido separá-la em partes, pois será perdida a noção de “cadeira”.

Apesar de concordarmos que o todo é, de fato, mais do que a simples soma das partes, acreditamos que é possível analisar elementos de forma separada nas relações internacionais. Como consequência, nem sempre o ator A teria a mesma imagem do ator B, pois existem

diferentes arenas e foros internacionais nos quais pode variar o grau de importância dado a cada característica que compõe a imagem mais geral de B, e a correlação de forças domésticas em A pode levar a posicionamentos por vezes paradoxais. Isso porque o Estado é formado por diferentes grupos, e temas distintos podem ser tratados por grupos distintos dentro do Estado.

Com isso, cada situação no sistema internacional pode gerar diferentes imagens e, além disso, cada ator considera elementos distintos para formar essa imagem. Os estudos internacionais baseados na Gestalt e em outras perspectivas serão detalhados na próxima seção, mas, de forma geral, pode-se dizer que este trabalho segue a ideia de que a percepção da realidade depende de quem a observa, estando mais próxima de Schopenhauer e das crenças da fenomenologia, apesar de este trabalho não utilizar o método fenomenológico, apenas suas ideias principais.

Com isso, é fundamental a perspectiva de que a maneira como a realidade é percebida depende do sujeito que a observa, e que crenças e valores influenciam na formação dessa percepção. Mesmo que exista uma única realidade exterior ao sujeito, ela não é percebida nem interpretada da mesma forma por diferentes sujeitos. É certo que o sujeito “recebe” informações do seu objeto, e as filtra. Com isso, parece adequada a metáfora de lentes que são colocadas por cada sujeito para observar a realidade. As mesmas lentes podem ser colocadas por diferentes sujeitos, mas o resultado da observação depende também de seus valores e crenças.

Desse modo, pode-se dizer que a percepção é a forma como, através dos sentidos, as coisas do mundo natural ou humano chegam à consciência. É a forma como as pessoas se relacionam com as coisas de um modo geral. Em sendo assim, o centro da cidade é percebido de forma diferente por pessoas diferentes. Cada pessoa tem uma imagem de sua cidade, e isto tem a ver com a forma como ela a percebe, como nela vive, como nela se sente (ROCHA, L., 2002/2003, p.75).

Portanto, devem ser consideradas as características de quem observa e de quem é observado, além do ambiente no qual ocorre essa interação, para que se possa desenvolver uma abordagem sobre a percepção no sistema internacional. Na próxima seção serão abordados os trabalhos que abordam a percepção nas relações internacionais para, a seguir, expor nossa contribuição para o avanço do conhecimento nesse âmbito.

## 2.4 PERCEPÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nas análises de relações internacionais, tem-se difundido a importância dos estudos que levam em consideração o fato de o sistema internacional não ser propriamente estático e dado, conforme os pressupostos do neorrealismo de Waltz (1979). Uma das principais correntes teóricas que contestam os pressupostos realistas é o construtivismo, que ganhou espaço no debate a partir da década de 1990. Alexander Wendt, um dos principais autores dessa corrente teórica, enfatiza a co-constituição entre agente e estrutura e a importância dos valores e percepções nas relações entre estados e para o próprio sistema internacional.

O construtivismo como teoria de relações internacionais é relativamente novo, se comparado às demais perspectivas teóricas e se destaca por trazer para o debate internacional alguns conceitos caros às ciências sociais, como cidadania, soberania e o papel do gênero e dos grupos.

Uma das principais premissas do construtivismo é a de que:

O comportamento do Estado é moldado pelas crenças, identidades e normas sociais das elites. Indivíduos em coletividades forjam, moldam e mudam a cultura por meio de ideias e práticas. Estados e interesses nacionais são o resultado das identidades sociais desses protagonistas (MINGST, 2009, p.68).

Um dos conceitos enfatizados por muitos construtivistas é o da identidade, e o fato de que essas identidades podem mudar de acordo com as experiências, ou seja, o aprendizado importa, bem como a cooperação. De acordo com Wendt:

A distribuição de poder pode sempre afetar os cálculos dos Estados, mas como isso ocorre depende do entendimento intersubjetivo e das expectativas, da “distribuição de conhecimento” que constitui suas concepções de si e do outro. São os significados coletivos que constituem as estruturas que organizam nossas ações (WENDT, 1992, p.397, tradução nossa).<sup>8</sup>

Com isso, também no plano internacional, são os Estados que atribuem significados ao sistema e às ações dos demais atores internacionais, do que decorre a relevância do estudo da percepção para as relações internacionais.

De maneira mais específica, os estudos sobre percepção em relações internacionais derivaram de correntes filosóficas e dos estudos de psicologia. Não apenas os estudos de

<sup>8</sup> Do original em inglês: The distribution of power may always affect states' calculations, but how it does so depends on the intersubjective understandings and expectations, on the "distribution of knowledge," that constitute their conceptions of self and other. It is collective meanings that constitute the structures which organize our actions.

epistemologia influenciaram essa área do conhecimento, mas também escolas surgidas no século XIX, como a Gestalt, e, posteriormente, a fenomenologia.

Os estudos mais proeminentes tiveram origem na década de 1950 com a psicologia social, que se dividia basicamente em dois grupos. O primeiro explica as ações pelo ambiente, o que significa, em relações internacionais, que a distribuição de poder e os incentivos e constrangimentos externos são decisivos. Além disso, esses pesquisadores consideravam que os atores aprendem com os erros, fazendo que os erros de leitura internacionais fossem resolvidos.

Já o segundo concentra as explicações nos motivos e percepções que prevalecem em cada Estado, de maneira que existem diferentes construções da realidade e, com isso, a capacidade de aprender com as situações é limitada. Ambos os grupos de pesquisadores eram, naquele momento, positivistas, e predominava o método dedutivo.

Devido ao fracasso das teorias baseadas apenas em fatores materiais para explicar a guerra e a paz, as décadas de 1960 e 1970 viram frutificar os estudos acerca de como as pessoas constroem a realidade. A Guerra Fria foi um terreno fecundo para pesquisas nessa área, pois foi possível demonstrar as diferentes percepções da realidade entre os países e mesmo dentro dos países, como a divisão nos Estados Unidos entre *hawks* e *doves*. Com isso, o comportamento passou a ser explicado com base na motivação aliada ao poder de casa Estado.

Segundo Herrmann (2013, p.339), pesquisas para montar um “*operational code*” que tinha por base crenças filosóficas e operacionais resultaram em uma tarefa muito complexa, pois existiam muitas variáveis independentes entre si. Assim, a tarefa de montar mapas cognitivos com base em entrevistas para chegar aos motivos de uma decisão esbarrava na dificuldade de acesso ao material e na dificuldade de combinações entre as variáveis.

Assim, a tradição Gestalt, ou psicologia da forma, avançou no conhecimento ao afirmar que os elementos da percepção estavam imbricados, e por isso deveriam ser tratados em conjunto. Autores nessa área desenvolveram diferentes modelos com variáveis que estariam relacionadas para explicar a percepção de um ator por outro, como Herrmann, que relaciona interdependência de objetivos, poder relativo e status cultural.

Esses elementos se relacionam para formar uma imagem de tipos ideais. Nas décadas de 1980 e 1990, os pesquisadores se dedicaram a relacionar esses tipos ideais com acontecimentos históricos que demandam a compreensão da percepção dos atores. Essas pesquisas ocorreram principalmente no contexto da Guerra Fria, envolvendo União Soviética, Estados Unidos e Cuba, entre outros países.

De acordo com Herrmann (2013), a construção de imagens simplificou a tarefa de descrever visões de mundo e pressupostos estratégicos. Entretanto, é possível fazer um contraponto ao uso de imagens para descrever as relações internacionais contemporâneas por dois motivos.

O primeiro deles é o fato de as relações internacionais contemporâneas ocorrerem primordialmente sob o formato de geometria variável, o que significa dizer que atores que estão de um mesmo lado em um tema podem estar de lados opostos em outro. Com isso, é possível inferir que, na maioria dos casos, não existe uma imagem estática de um ator que possa orientar a tomada de decisão em qualquer âmbito, ou melhor, que possivelmente isso se aplique apenas para alguns países, mas não seja a regra geral.

Em segundo lugar, o público em geral pode realmente ter imagens de países, dividindo-os em categorias, mas os Estados têm funcionários especializados que tomam decisões com base em informações detalhadas e com maior capacidade de interpretação das diferentes realidades locais. Mesmo que os líderes estatais não estejam nessa situação e possam ter, de fato, imagens, eles são assessorados por diplomatas que tendem a desconstruí-las. Os desdobramentos desse contraponto são expostos mais adiante.

No que tange à origem das imagens, que é no que se concentram as pesquisas mais recentes, pode-se mencionar, em primeiro lugar, as inclinações cognitivas. Segundo Herrmann (2013, p.346), esquemas são usados pelas pessoas para tomar decisões, baseados em categorias mais gerais. E o que explica a inclusão de um ator em uma determinada categoria são “informações altamente vívidas que carregam carga emocional ao fazer a classificação”<sup>9</sup>. Além dessa interpretação, outros autores enfatizam aspectos diferentes, como o fato de as imagens poderem derivar da ideologia percebida em outros países ou refletir a maneira como as relações sociais são entendidas domesticamente.

Por outro lado, algumas pesquisas enfocam os motivos subjacentes às imagens. As evidências demonstram que identidades e interesses afetam a maneira como as pessoas veem o mundo. Um exemplo é quando um líder teme sua fraqueza interna e constrói uma imagem externa que superestima seu poder relativo no sistema internacional. Outro exemplo é o da formulação do realismo de Morgenthau, que enfatiza a divisão internacional em Estados-nação, mudando as noções de identidade.

As duas correntes de interpretação sobre a origem das percepções levam em consideração as emoções. De acordo com a segunda, quando gostamos de alguém, tendemos a

---

<sup>9</sup> Do original em inglês: highly vivid information that carries emotional charge when making the classification.

atribuir características positivas, e o contrário também é verdadeiro. Assim, nas relações internacionais esse sentimento estaria relacionado à vontade de cooperar: se um país coopera, tende a ser visto de maneira positiva.

Ambas as correntes têm contribuições relevantes e devem ser consideradas na análise; entretanto, mais uma vez cabe a crítica de que elas podem valer para o grande público, mas talvez não funcione da mesma forma para um especialista no assunto. De qualquer forma, é importante ressaltar que a tradição de pesquisas sobre percepção está relacionada à compreensão dos conflitos e de como restaurar a paz, e nesses casos emoções e imagens adquirem, de fato, maior relevância. Tendo em vista que a presente pesquisa tem por objetivo analisar as percepções em um ambiente a princípio pacífico, mais adiante será feita a discussão sobre os elementos teóricos que mais se adequam e sobre as contribuições teóricas para a análise da percepção.

No que se refere às pesquisas mais recentes na área, podem-se citar dois exemplos importantes com relação à percepção sobre a União Europeia. O primeiro é sobre a percepção de outros 16 atores sobre a liderança exercida pela União Europeia, em um projeto chamado “External Image of the European Union” (LUCARELLI, 2013), realizado no contexto do Network of Excellence of ‘Global Governance, Regionalisation and Regulation: The Role of the EU – GARNET (2005-2010). De acordo com o estudo, para que um país exerça liderança em um determinado campo, são necessários não apenas *soft e hard power*, mas também a imagem que outros atores relevantes têm daquele que exerce a liderança. Isso porque, para liderar, o ator deve combinar habilidade com a vontade dos demais, e disso resulta a importância de conhecer a percepção dos demais atores.

Apesar da ênfase na discussão sobre liderança, a pesquisa traz importantes contribuições para o debate sobre percepção no campo das relações internacionais. Foram analisadas as percepções de elites políticas, opinião pública, mídia e sociedade civil organizada. Os resultados foram separados por áreas e países, de modo que é possível afirmar que a União Europeia é vista como modelo de integração, um importante parceiro econômico, para muitos países um parceiro estratégico, e promotor de valores como direitos humanos, desenvolvimento e cooperação multilateral. Entretanto, os atores percebem que esse potencial de liderança da União Europeia não é concretizado, do que decorrem críticas.

No que tange ao segundo estudo, o tema também é a liderança da União Europeia no período recente, nas áreas de comércio e mudanças climáticas (ELGSTRÖM, 2010). Bem como a pesquisa anterior, a discussão teórica desta também está centrada na liderança internacional, entretanto mais uma vez ela aparece inter-relacionada com a percepção



internacional para ser sustentada, principalmente no caso da liderança direcional, que traça um modelo a ser seguido por outros países.

A pesquisa foi baseada em entrevistas semiestruturadas com diplomatas de quatorze países diferentes. O resultado chegou à conclusão de que a União Europeia é considerada líder nas discussões de mudanças climáticas e sobre comércio, apesar de sua liderança nesse último aspecto estar sendo disputada por potências emergentes, como a China.

E a China é, de fato, foco do interesse das pesquisas sobre percepção com relação à União Europeia. É importante mencionar outras duas pesquisas em curso sobre esse assunto, *The EU through the Eyes of Asia*, realizada pela Asia-Europe Foundation, e *Disaggregating Chinese Perceptions of the EU and Implications for the EU's China Policy*, realizada pela Universidade de Nottingham.

Com relação às pesquisas brasileiras, nota-se a tendência de investigação sobre a percepção de alguns grupos dentro de países, como elites políticas e econômicas, mídia e academia. De maneira geral, é possível perceber que não são usadas teorias de relações internacionais sobre percepção, ao contrário, as investigações contemplam a dinâmica interna do país ou ainda a pesquisa e o tratamento de dados primários sobre percepção relacionados às relações bilaterais. Sem a pretensão de fazer um levantamento completo, serão mencionados alguns exemplos desse tipo de contribuição acadêmica.

O primeiro deles é a dissertação que trata da percepção da academia chinesa sobre o Brasil (ZHENG, 2014). O estudo engloba os dez maiores periódicos chineses, que têm influência na formação da política externa chinesa. As perguntas que pautaram a pesquisa foram relacionadas ao grau de importância dado ao Brasil pelos pesquisadores chineses e como as pesquisas chinesas tratam a relação entre os dois países. Os resultados são apresentados por meio de estudo quantitativo e qualitativo. A conclusão da pesquisa é a de que o Brasil não faz parte dos tópicos mais relevantes de pesquisa na China, que continuam a ser as grandes potências. Apesar disso, as pesquisas sobre Brasil são valorizadas no país, e existe esforço para aprofundar o conhecimento. A imagem brasileira para os chineses é a de país mais importante na América Latina e de parceiro estratégico, principalmente na área comercial.

Um segundo exemplo são os artigos que tratam da percepção das elites sobre assuntos que dizem respeito à política externa. A tese de Alessandro Candea (2010) aborda as relações Brasil-Argentina, tratando desde as percepções oficiais sobre o Brasil, até a de empresários, acadêmicos e mídia ao longo da história. É importante ressaltar que o tema da percepção não

é o objetivo central do estudo, e sim a integração, de modo que o foco teórico concentra-se nas teorias de integração.

O trabalho traz, entretanto, importantes considerações teóricas sobre percepção e relações internacionais, pois o autor analisa a matriz ideológica argentina para compreender como isso influenciou a integração, sendo que “o conceito de ‘ideologia’ é empregado em sentido amplo, como acervo de ideias, imagens e percepções que conformam uma cultura política, que por sua vez orienta a estratégia de inserção mundial de um país” (CANDEAS, 2010, p.51). Apesar de não aprofundar o debate teórico acerca de percepção, a ligação entre a estratégia de inserção mundial de um país e suas ideias e percepções é importante para o presente trabalho, a ser aprofundada nas discussões mais a frente.

Nessa mesma linha de trabalhos sobre integração está o de Vigevani, Favaron, Ramanzini Júnior e Correa (2008), que trata das percepções das elites sobre o MERCOSUL. Vale ressaltar que os autores trabalham com a contraposição dos conceitos de autonomia e universalismo e como esses valores afetam a percepção sobre a integração regional. Na medida em que esses conceitos são entendidos como tendo mais de um significado, isso modifica a percepção sobre a integração regional.

Em um capítulo de livro sobre as imagens recíprocas de Brasil e Portugal, Ferreira e Neves (2003) ressaltam que elas foram formadas pelos costumes e atividades filtrados pela categoria intelectual de cada observador. O estudo aborda os relatos das elites que circularam em ambos os países e analisa a imagem do Brasil à luz da história.

Ainda no que tange à percepção das elites, pode-se mencionar o estudo do IPEA coordenado por José Augusto Guilhon Albuquerque (1999), no qual foram realizadas entrevistas em quatro países latino-americanos acerca de política externa, competitividade da economia e integração regional. Os dados foram separados por setores da elite e os resultados apontam, apesar das variações entre países, que “as elites dos países vizinhos tendem a identificar a liderança brasileira como benigna e considerá-la importante para o desenvolvimento da região” (ALBUQUERQUE, 1999, p.100).

Com relação às variáveis testadas, o estudo do IPEA (ALBUQUERQUE, 1999, p.105) demonstra que “tanto o grau de nacionalismo quanto a localização ideológica não se mostram indicadores relevantes para a compreensão da percepção das elites do Cone Sul no que diz respeito à atuação externa do Brasil”. Outras relações testadas são entre a liderança regional e maior papel no sistema internacional e expansionismo e alternativa entre prosperidade interna e poder internacional, e ambas se mostraram relevantes. Com isso, a conclusão é a de que

variáveis políticas, econômicas e estruturais formam a percepção das elites dos países vizinhos sobre o Brasil.

Por fim, pode-se mencionar o artigo de Ana Paula de Oliveira (2012), que segue a linha tradicional de pesquisas sobre segurança e o uso de imagens em relações internacionais. O trabalho ressalta a distinção entre imagens, que são comunicações, e percepções, que são interpretações sobre as comunicações. É importante salientar a perspectiva de que “ao mesmo tempo a realidade internacional é também uma construção discursiva, um *continuum* interpretativo, no qual os indivíduos agem de acordo com a sua percepção dos acontecimentos e processos, não de acordo com a natureza dos mesmos” (OLIVEIRA, A., 2012, p.2).

Conforme é possível notar nesses exemplos, as pesquisas contribuem para o levantamento de dados e para a compreensão da dinâmica interna de diferentes grupos, como empresários e mídia. Existem poucos exemplos de trabalhos acadêmicos que discutem, de fato, teorias acerca da percepção e as aplicam a casos concretos, apesar das relevantes contribuições no que diz respeito a variáveis que podem ter relação com a percepção.

Se, por um lado, existem investigações que têm por objetivo compreender a dinâmica interna de países parceiros do Brasil, por outro, é possível mencionar investigações que têm como foco as relações internacionais, mas abordam a questão da percepção de maneira superficial por não ser seu objetivo principal. Dessa forma, em muitos trabalhos existe a menção à percepção de países parceiros sobre o Brasil, mas sem especificar como foi obtido esse resultado ou entrar em maiores discussões teóricas. É evidente que, nessas pesquisas, a percepção não é o objeto principal da pesquisa, mas um meio auxiliar à análise.

Existem inúmero exemplos de pesquisas que se encaixam nessa definição, e aqui serão mencionados apenas dois exemplos. O primeiro deles, em artigo sobre a política externa de Brasil e Argentina para o Mercosul, Bernal-Meza (1999) tece comentários sobre a percepção com relação ao bloco em ambos os países, apesar de não aprofundar a questão. Este é o único trecho no qual o tópico é abordado, no que diz respeito à política externa brasileira:

Entretanto, na realidade, haveria profundas contradições entre teoria e prática e, enquanto a percepção sobre o Mercosul mudava – reduzindo-se o perfil de importância por causa, também, das significativas reduções nas ambições ou interesses mais globais, como consequência de uma situação ou percepção da própria debilidade econômica e financeira –, endurecia-se a posição a respeito da Argentina e o objetivo em relação a esta parecia ser mais a vontade de por seu sócio em cadeira de rodas (BERNAL-MEZA, 1999, p.46).

Um segundo exemplo é o artigo sobre Mercosul e segurança regional de Janina Onuki e Amâncio Jorge de Oliveira, no qual a percepção é utilizada tanto para o Brasil com relação à sua própria situação quanto para a percepção de outros países ou blocos, conforme segue:

Nesse sentido, a percepção dos Estados Unidos em relação à posição do Brasil tem sido clara ao identificar que o país ainda mantém uma postura reticente no que diz respeito ao estabelecimento de mecanismos explícitos de segurança no nível sub-regional e no processo de reforma de instituições de segurança hemisférica (OLIVEIRA; ONUKI, 2000, p.118).

Conforme é possível notar, estudos sobre percepção em relações internacionais no Brasil ainda são bastante insipientes. Tendo em vista a atual dinâmica do sistema internacional e a projeção internacional brasileira, faz-se mister investir nesse tipo de pesquisa.

Levando em consideração a relevância do conceito de percepção dos atores sobre os demais para a conformação da estrutura internacional e para suas relações, conforme o que se depreende da discussão sobre legitimidade internacional, o período recente tem-se mostrado frutífero no que tange às discussões sobre esse tema.

Apesar dos avanços, ainda há espaço para discussão sobre como compreender a percepção dos atores no que diz respeito à política externa de um determinado ator. Muitas das pesquisas têm como foco a imagem de diversos segmentos, como mídia, academia e elite política, sobre um determinado país, ou ainda sobre tópicos específicos da agenda internacional.

A percepção sobre a atuação externa de um ator por seus pares é de fundamental relevância para a compreensão das relações entre os países, mas também sobre a ordem internacional. Em um momento de ordem internacional em transição e da tentativa do Brasil de aumentar sua proeminência, é necessário compreender como essa ação é percebida pelos demais atores internacionais.

Para avançar nesse tema, a utilização do conceito de cultura política aplicado à política internacional pode contribuir para enriquecer a explicação. Assim como no âmbito interno são analisados os valores e preferências para explicar a situação política interna, no âmbito internacional podem-se analisar os valores e preferências dos atores para explicar suas relações.

É certo que se constitui em um desafio determinar as preferências de atores como Estados, pois estes são constituídos por instituições e, obviamente, indivíduos que tomam decisões. A prática nesse tipo de análise é a de analisar diferentes grupos dentro do Estado.

Como meio de conhecer a percepção desses grupos, é de grande valia, entretanto para analisar os resultados dessas preferências faz-se necessário determinar quais as preferências são preponderantes para pautar a ação daquele Estado.

Desse modo, parece ser acertado utilizar a percepção de quem toma as decisões de política externa e tem a última palavra. É nesse sentido que os trabalhos sobre a União Europeia utilizam como método entrevistas com diplomatas dos países os quais se quer conhecer a opinião.

## 2.5 VISÃO DE MUNDO E POSICIONAMENTO NO SISTEMA INTERNACIONAL

As teorias de relações internacionais foram desenvolvidas com base em tradições filosóficas e teorias mais amplas de ciências sociais e são, de modo geral, ferramentas para analisar o mundo, ou seja, são lentes utilizadas pelo sujeito para observar a realidade.

O fato de nenhuma teoria conseguir explicar inteiramente as relações internacionais, apesar de ser esse seu intento, deve-se ao fato de que os diferentes sujeitos percebem o mundo de maneira diversa e, por conseguinte, escolhem lentes diferentes para analisar a realidade internacional. Essas teorias partem de pressupostos diferentes acerca de como o sistema é organizado e de como os sujeitos agem nesse sistema.

Nenhuma abordagem singular consegue captar toda a complexidade da política mundial contemporânea. Portanto, é melhor termos um conjunto diverso de ideias concorrentes do que uma única ortodoxia teórica. A competição entre teorias ajuda a revelar suas forças e fraquezas, e provoca refinamentos subsequentes, ao mesmo tempo em que revela falhas no conhecimento convencional (WALT, 1998, p.30, tradução nossa).<sup>10</sup>

Conforme a discussão realizada anteriormente, acreditamos que o conhecimento sobre a percepção dos atores internacionais seja um importante passo para a melhor compreensão dessas relações em um sistema internacional em transformação.

Dessa forma, se a teoria escolhida pelo sujeito são as lentes com as quais ele percebe a realidade, lentes diferentes levam a resultados diferentes. E, como consequência, a percepção distinta faz com que seja diferente a maneira como os atores internacionais agem no ambiente internacional e tem expectativas das ações dos demais atores.

---

<sup>10</sup> Do original em inglês: No single approach can capture all the complexity of contemporary world politics. Therefore we are better off with a diverse array of competing ideas rather than a single theoretical orthodoxy. Competition between theories helps reveal their strengths and weaknesses and spurs subsequent refinements, while revealing flaws in conventional wisdom.

De qualquer forma, mesmo que a lente seja a mesma, não necessariamente a interpretação de mais de um sujeito será coincidente, pois depende de outros fatores. Por um lado, a história e a conjuntura internacional devem ser consideradas. As relações entre os atores internacionais não se dão no vácuo, e é certo que a história e a conjuntura condicionam as opções e criam cenários para os atores interagirem, tendo, portanto, influência no resultado.

Por outro lado, os valores presentes em cada Estado influenciam na análise da realidade que é observada por cada lente. Apesar de o foco da presente pesquisa não ser a análise desses valores, é importante deixar claro seu papel para as percepções dos atores internacionais.

É possível dizer que existe influência mútua entre história e valores de cada Estado. Enquanto a história vai condicionando as opções de cada ator internacional, ela pode reforçar valores como competitividade. Ao mesmo tempo, esses valores vão moldando a história, pois são importantes fatores na tomada de decisão.

Os estudos de cultura política são responsáveis por investigar e explicar os valores e crenças presentes em cada sociedade. Os avanços nessa área são importantes não apenas para compreender as relações sociais dentro de cada Estado, mas também para a análise das relações internacionais, por meio da influência desses valores na postura adotada por cada Estado diante das situações da política mundial.

Alguns exemplos são relevantes para compreender o motivo pelo qual a cultura importa. O primeiro deles é a tese de Max Weber (2004) em “A ética protestante e o espírito capitalista”, no qual o autor desenvolve a ideia de que o surgimento do capitalismo está relacionado aos valores dos indivíduos protestantes. Isso porque, de forma geral, as crenças religiosas foram responsáveis pela mudança da visão acerca do trabalho e do lucro.

Enquanto para católicos o lucro era imoral, para protestantes demonstrava um sinal de salvação, pois o trabalho e a prosperidade são compromissos assumidos pelo indivíduo, e o êxito é, assim, um indício de salvação. Destarte, o espírito do capitalismo é um dever moral, e não a busca de dinheiro somente pelo prazer de acumulá-lo.

A tradição envolvendo estudos sobre valores e crenças evoluiu e, recentemente, tem ganhado maior atenção dos pesquisadores, após um pico de interesse na década de 1950 e posterior arrefecimento dos estudos.

Eles são herdeiros intelectuais de Alexis de Tocqueville, que concluiu que o que fazia o sistema político americano funcionar era uma cultura compatível com a democracia; Max Weber, que explicou a ascensão do capitalismo como um fenômeno essencialmente cultural com raízes na religião; e Edward Banfield, que iluminou as raízes culturais da pobreza e do autoritarismo no sul da Itália, um caso

com aplicações universais (HARRISON; HUNTINGTON, 2000, p.xxi, tradução nossa).<sup>11</sup>

Nessa tradição insere-se o livro “A cultura importa”, organizada por Huntington e Harrison (2000). Sobre a definição de cultura, Huntington (2000, p.xv, tradução nossa) comenta que “nós definimos cultura em termos puramente subjetivos, como valores, atitudes, crenças, orientações e suposições subjacentes que prevalecem entre as pessoas na sociedade”.<sup>12</sup>

No livro são discutidos, entre muitos casos, o das economias do sudeste da Ásia, que de uma condição parecida com países africanos deram um salto de desenvolvimento em poucas décadas. Apesar de outros fatores também serem importantes, os autores consideram a cultura como fator chave para explicar essa diferença, devido a características dos povos orientais como organização, disciplina, trabalho duro.

Os artigos presentes no livro tratam a cultura como uma variável independente, assim como no presente estudo; entretanto é interessante o questionamento de Huntington a respeito da possibilidade de mudança de uma cultura no longo prazo. Essa é uma pergunta pertinente que pode trazer avanços também para a área de relações internacionais.

Dessa forma, tendo aduzido esses pressupostos sobre a percepção dos atores internacionais, serão explorados os dois eixos que a compõe: a leitura do sistema internacional e a maneira como cada ator se posiciona.

A respeito da leitura sobre o sistema internacional, Celso Lafer faz uma classificação entre dois tipos principais, a leitura grociana e a leitura maquiavélico-hobbesiana. A leitura grociana, segundo ele a adotada pela diplomacia brasileira, está relacionada ao diálogo e uso do *soft power*:

Entre eles destaco meio-ambiente, direitos humanos e não proliferação nuclear, ponderando que no plano dos valores este trato construtivo e de articulação de consensos é compatível com o componente Ocidente da nossa identidade internacional, congruente com a visão grociana que permeia a nossa conduta diplomática e viável à luz da nossa inserção no mundo (LAFER, 2000, p.264)

---

<sup>11</sup> Do original em inglês: They are the intellectual heirs of Alexis de Tocqueville, who concluded that what made American political system work was a culture congenial to democracy; Max Weber, who explained the rise of capitalism as essentially a cultural phenomenon rooted in religion; and Edward Banfield, who illuminated the cultural roots of poverty and authoritarianism in southern Italy, a case with universal applications.

<sup>12</sup> Do original em inglês: we define culture in purely subjective terms as the values, attitudes, beliefs, orientations, and underlying assumptions prevalent among people in a society.

Já a leitura maquiavélico-hobbesiana remete ao *hard power* e à anarquia do sistema internacional, sendo necessário o uso da força. Segundo o autor, “a reação inicial dos EUA, país vitimado pelos atentados, foi a do recrudescimento, nos seus governantes, de uma leitura hobbesiana-maquiavélica da realidade internacional, sobretudo no plano estratégico-militar” (LAFER, 2002b).

Entretanto, é interessante perceber que Lafer afirma que é possível que essas duas leituras sejam feitas por países diferentes no mesmo momento histórico, o que reforça a ideia de que existem, *grosso modo*, duas lentes que podem ser utilizadas pelos atores para analisar a realidade internacional.

No plano político e no dos valores os atentados terroristas de 11 de setembro refletiram-se em uma diminuição do espaço para nuances, com uma polarização de políticas em torno do eixo schmittiano amigo/inimigo. Para fazer uso da lição dos clássicos, como ensina Bobbio, isso significa que, nesse plano, no cenário pós-11 de setembro a leitura Hobbesiana/Maquiavélica da realidade internacional, ou seja, o realismo dos dados de poder tem sido um princípio muito norteador dos atores do sistema. No plano econômico, por outro lado, os efeitos têm sido mais difusos. O 11 de setembro teve influência, mas não chegou a constituir um ponto de inflexão na ordem econômica internacional. Isso significa, então, que no plano econômico a leitura Grociana da realidade internacional continua presente, se quisermos permanecer na lição de Bobbio sobre a utilidade dos clássicos para compreensão do mundo contemporâneo. Consequentemente, no plano econômico, as normas e a diplomacia são um fator muito relevante na resolução de conflitos e na promoção da cooperação (LAFER, 2002a)

A leitura maquiavélico-hobbesiana está relacionada ao pensamento desses dois autores, que são a base da teoria realista de relações internacionais. O primeiro pressuposto é o de que o sistema internacional é anárquico, assim como o estado de natureza descrito por Thomas Hobbes.

Assim, nesse estado de anarquia internacional, cada Estado deve preservar a si mesmo. Como não existe uma autoridade internacional, poucas normas contêm os Estados, e eles devem estar alerta aos perigos. Uma das principais frases de Hobbes usadas por teóricos realistas sobre como os Estados devem agir é “ter as armas apontadas e os olhos fixos uns nos outros” (MINGST, 2009, p.60).

Nesse sentido, Maquiavel defende, em “O Príncipe”, sua obra base para as relações internacionais, que o estadista deve estar sempre ciente dos perigos contra seu Estado e pronto ao uso de alianças e estratégias tanto ofensivas quanto defensivas para protegê-lo. “O fim mínimo da política, para Maquiavel, pode ser reduzido a dois aspectos: a manutenção da ordem pública nas relações internas; e a defesa da integridade da pátria nas relações externas” (KRITSCH, 2001, p.189).



Apesar de existirem críticas mesmo na área de relações internacionais com relação à forma como o pensamento desses filósofos foi apropriado para descrever o sistema internacional, parte-se do pressuposto de que, independentemente de os conceitos serem utilizados de forma adequada, eles são assim pensados e debatidos pelos internacionalistas.

Com isso, a leitura maquiavélico-hobbesiana tem como características principais a percepção de que o sistema internacional é anárquico e, devido à natureza humana ser pautada pelas paixões, haveria um permanente estado de insegurança. Os Estados devem lutar por sua sobrevivência, e para isso alianças defensivas e ofensivas podem ser utilizadas. A força é o que prevalece no sistema internacional, então os atributos de *hard power* são valorizados. “O modelo de Maquiavel e Hobbes – baseado na anarquia e no realismo que não coloca limites éticos à soberania no plano internacional” (LAFER, 1995, p.139).

O exercício do poder é sempre conflituoso e se constitui em oposição a outros poderes. Um príncipe, escreve Maquiavel, "não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem ter qualquer outra coisa como prática a não ser a guerra, o seu regulamento e sua disciplina, porque essa é a única arte que se espera de quem comanda" (cap. 12). Essa ideia ganharia no século seguinte uma formulação que faria fama. Como escreve Hobbes, na ausência de qualquer outra instituição um poder torna soberano aquele que o possui: o comando da milícia. Por isso, seja quem for o general de um exército, 'quem possui o poder soberano é sempre o generalíssimo' (KRITSCH, 2001, p.184).

Já a leitura grociana da realidade internacional tem como base a obra de Hugo Grotius, teórico jus naturalista, que buscava “fundar uma teoria da justiça mínima, coerente e de validade universal” (OLIVEIRA, I., 2000, p.163).

Ao contrário da perspectiva maquiavélico-hobbesiana, a grociana não tem como pressuposto que o ser humano é completamente egoísta e que sua natureza leva ao conflito:

Ao elaborá-la, Grotius explicita, já nos prolegômenos do *De Iuri Belli ac Pacis*, (1625), sua crítica à argumentação cética. Contesta a presunção de que o ser humano busca apenas sua vantagem particular, pois sua natureza (mãe de todos os direitos, diz ele), nos leva, ou ainda, nos inclina a buscar o comércio com nossos semelhantes, mesmo quando não temos necessidade de nada (OLIVEIRA, I., 2000, p.164).

Existe um equilíbrio, na sociedade, do autointeresse e das relações sem interesse, por meio de relações contratuais, entretanto, para Grotius, existem regras universais e obrigatórias para todos. Essas regras são a base do jus naturalismo e, no plano internacional, das normas de *jus cogens* do direito internacional

Grócio realça que a sociedade internacional tem um potencial de sociabilidade e de solidariedade, não sendo assim um anárquico estado de natureza. Por esse motivo a política internacional não é um jogo de soma zero, o que é um dado ensejador da criação de instituições jurídicas e de um direito internacional que pode ser provado racionalmente, a priori, e comprovado na prática, a posteriori (LAFER, 1995, p.139).

Como resultado, o sistema internacional, na leitura grociana, é governado por regras aplicáveis a todos, o direito internacional, sendo algumas dessas regras obrigatórias para todos os Estados. Além disso, prevalece um ambiente no qual a cooperação é possível e as regras são respeitadas.

Por fim, é importante destacar que o espírito de solidariedade entre os Estados não é descartado, abrindo espaço para que o *hard power* não seja a única, ou principal, forma de poder no sistema internacional. Além disso, a cooperação é importante fator a ser considerado, principalmente por meio de organismos internacionais, tanto econômicos quanto políticos.

Existem desdobramentos contemporâneos da visão grociana: são eles, basicamente, a ideia da interdependência e do funcionalismo que limitam o alcance da soberania por força da construtiva reciprocidade de interesses comuns. Estes encontram sua expressão, por exemplo, nas diversas formas de cooperação internacional e, num nível mais profundo, na União Europeia, experiência de integração econômica que, baseando-se na delegação de competências das soberanias a instituições supranacionais, pode ser vista como um novo fenômeno das relações internacionais (LAFER, 1995, p.139).

Se, por um lado, temos dois tipos de leituras diferentes que podem ser feitas do sistema internacional tanto por acadêmicos quanto por funcionários estatais, a depender das características que são levadas em consideração, existem basicamente dois posicionamentos que podem ser adotados por um Estado. É claro que podem existir variantes intermediárias, mas para simplificar a análise dividimos em apenas duas, conflito e cooperação.

É necessário frisar que, ao contrário das teorias de relações internacionais, que analisam as relações internacionais aliando pressupostos sobre a realidade internacional e sobre o comportamento dos Estados, acreditamos que esses dois vetores não estejam necessariamente vinculados. Pode-se pensar que o mais natural seria que, um Estado com visão maquiavélica-hobbesiana adotasse postura conflitiva, e um Estado com leitura grociana adotasse postura cooperativa, pois o sistema assim funciona, mas cabe lembrar que nem todos os Estados são iguais em seus valores.

Mesmo que a leitura internacional de um Estado seja a de anarquia e conflito, este Estado pode agir de maneira a cooperar para minimizar os riscos, por meio de instituições

internacionais, por exemplo. E o mesmo vale para um Estado que acredite que existem normas internacionais que regem todos os Estados, mas veja vantagem em desrespeitar tais normas. Seja qual for a leitura da realidade internacional feita pelo Estado, sempre existem pelo menos suas possibilidades de postura, conflitiva e cooperativa. Tendo esclarecido esse ponto, passamos para a discussão sobre as posturas que podem ser adotadas pelos Estados em sua interação com os demais.

A primeira delas é a postura de conflito. Os valores que embasam essa postura diante da realidade internacional são muitos daqueles considerados pelos teóricos realistas, com base em filósofos, como Maquiavel:

O que amarra todo discurso de Maquiavel são basicamente dois pressupostos: 1) a ideia de uma constância da natureza humana, uma certa tendência humana à maldade e ao egoísmo; 2) o poder do interesse próprio na determinação dos comportamentos: o conflito está dado imediatamente na vida social e é parte dela (KRITSCH, 2001, p.189).

Dessa forma, a postura de conflito no sistema internacional tende ao conceito de egoísmo de Maquiavel, cada Estado considera seus próprios interesses, sem levar em conta as consequências de suas ações para o cenário dos demais Estados. Devido à desconfiança dos demais, há a preferência por agir pelo conflito, evitando possíveis danos de ser enganado. Ainda é possível mencionar a descrença em soluções negociadas, como em organizações internacionais. Por fim, por considerar a política internacional como um jogo de soma zero, como os realistas o fazem, para um Estado ganhar, outro deve perder, o que justifica a postura conflitiva no sistema internacional.

Por conseguinte, pode-se dizer que alguns dos valores que explicam a postura conflitiva, conforme os principais pensadores que embasam o realismo, - aliados, certamente, ao contexto internacional percebido pelo Estado - são a desconfiança, o egoísmo, a ambição aliada à perspectiva de jogo de soma zero.

Um exemplo de postura conflitiva no sistema internacional é aquela adotada pelos Estados Unidos ao invadir o Iraque em 2003 mesmo com a não aprovação da resolução pelo Conselho de Segurança da ONU. Tal atitude denota a falta de crença na possível solução da questão pela ONU, além do egoísmo, ao pensar nos próprios benefícios com a ação e a desconfiança do Iraque.

Outro exemplo interessante que não envolve uso da força, mas sim coerção é o do aumento das sanções ao Irã no contexto da Declaração de Teerã acordada entre Brasil, Turquia e Irã em 2010. Nesse episódio, uma nova rodada de sanções contra o Irã foi acordada

devido à desconfiança com relação ao seu programa nuclear, mesmo com a assinatura na Declaração, que estava nos mesmos moldes de uma tentativa de acordo proposta pela Agencia Internacional de Energia Atômica. Essa postura dos membros do Conselho de Segurança da ONU denota a desconfiança com relação ao Irã e com relação à implementação da declaração.

A segunda postura é a de cooperação. Assim como os valores chaves para a postura conflitiva são realçados pela teoria realista, muitos dos valores que embasam a cooperação são pressupostos da teoria idealista ou liberal. Um dos principais filósofos que deram origem à teoria idealista de relações internacionais é Locke, que considera possível a cooperação:

Locke é claríssimo: a razão humana permite ao homem aceder a um conhecimento bastante efetivo da realidade, e a tomar esse conhecimento como critério para sua ação. Por isso mesmo, é possível haver uma sociedade liberal, onde todos têm assegurada sua liberdade de pensamento e podem chegar a um consenso entre si sobre como deve ser exercido o poder do Estado. Mas, Locke adverte, o caminho que leva à construção desta sociedade implica um processo gigantesco de educação, e não apenas a educação entendida no sentido de transmissão do conhecimento mas no sentido de formação da cidadania (OLIVEIRA, I., 2000, p.181).

A teoria de Locke também parte do estado de natureza, mas nele, ao contrário do que descreve Hobbes, há espaço para a sociabilidade, pois os homens precisam uns dos outros para suas atividades. Com isso, é possível uma sociedade civil baseada em um contrato social e no direito natural.

Cabe agora destacar a maneira pela qual Locke fala desse "estado de natureza", de modo a apreender sua própria concepção de sociabilidade. Nele, sustenta Locke, tem vigência a sociabilidade natural do homem que "por necessidade, conveniência prática e inclinação, é conduzido a procurar o convívio com outros homens" (OLIVEIRA, I., 2000, p.166).

A postura cooperativa, como oposto da postura conflitiva, tem como base os valores de solidariedade e bem comum. Dessa forma, se todos cooperarem, é possível conseguir retornos maiores do que se cada Estado busca-los de maneira individual. Entretanto, para que seja possível cooperar, é necessário também, que os Estados tenham dentre seus valores a confiança, pois só assim cada um pode abrir mão de algum benefício/poder individual e não temer ser enganado pelos demais.

Por fim, o conceito de soma positiva é outra base dessa forma de postura, pois todos podem ganhar conjuntamente sem que seja preciso que nenhum Estado seja prejudicado. Esse conceito é diferente daquele utilizado por realistas para definir alianças entre um grupo de

Estados que será beneficiado em detrimento de outro grupo de Estados, ainda na lógica de soma zero, porém aplicada para a coletividade.

Como exemplos, pode-se mencionar a cooperação entre Brasil e Argentina iniciada na década de 1980 por meio da questão nuclear. Após um período de desconfiança, ambos os países adotaram postura cooperativa e criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle, responsável pelo controle de salvaguardas nucleares entre os países.

Outro exemplo é a criação de blocos econômicos com vistas ao desenvolvimento regional, como o MERCOSUL. Dentro do bloco, o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL se destaca como exemplo da crença de que o desenvolvimento conjunto gera benefício para todos os membros, pois destina recursos para os países com menor desenvolvimento em áreas como energia, infraestrutura e saneamento.

Ainda dentro dos exemplos de integração, a União Europeia denota que os Estados podem ceder parcelas de soberania, como ocorre com esse processo supranacional, com o objetivo de ganhos maiores para todos os membros, tanto no plano econômico como no plano político, pois a integração europeia abarca todas as áreas, em maior ou menor grau.

Com isso, percebe-se o papel dos valores, que inclinam cada estado a uma postura de maior cooperação ou conflito no sistema internacional. Agora é necessário verificar quais fatores influenciam na percepção dos Estados, se há uma hierarquia entre eles e qual a relação disso com a postura no sistema internacional e a leitura da realidade internacional.

## 2.6 O QUE INFLUENCIA A PERCEPÇÃO?

Conforme debatido na seção anterior, tanto a cultura quanto a história são importantes fatores que influenciam a percepção nas relações internacionais. A cultura por influenciar diretamente a postura do ator no sistema internacional, e a história por ser responsável pelo caminho trilhado por aquele ator, restringindo algumas opções. Isso porque as decisões tomadas no passado, juntamente com os acontecimentos, podem limitar a possibilidade de escolha do ator no momento atual, entretanto é necessário reiterar que a postura de cooperação ou conflito é decisão do ator, sempre existem pelo menos dois caminhos a serem seguidos.

Além dessa influência da cultura e da história, ambos são importantes fatores levados em consideração pelos atores internacionais. O histórico de relações entre dois países é

utilizado para saber como aquele ator se comporta no sistema internacional, pois mudanças bruscas não são frequentes, e o mesmo vale para a cultura.

As elites no poder também percebem e avaliam o mundo de acordo com o que aprenderam com eventos passados. Procuram detalhes em um episódio presente parecidos com os de um no passado, talvez ignorando as diferenças importantes. Isso é normalmente denominado conjunto evocado. Durante a crise do canal de Suez, em 1956, por exemplo, o primeiro-ministro britânico Anthony Eden via o presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser, como um outro Hitler. Eden lembrava-se do fracasso do esforço do primeiro-ministro Neville Chamberlain para apaziguar Hitler com o Tratado de Munique em 1938, e por isso acreditava que também Nasser não podia ser apaziguado (MINGST, 2009, p.141).

E além da cultura e da história, quais os demais fatores considerados pelos atores que influenciam na percepção sobre a atuação de outro ator? Analisamos aqui a atuação de outro ator, pois acreditamos que, hodiernamente, as relações internacionais estão de tal modo complexas, com muitos atores internos ao Estado tomando decisões, que a imagem de um ator com relação a outro depende do contexto em que se fala.

As coalizões de geometria variável, como o IBAS e o G-20 (VISENTINI, 2006) tornaram-se comuns na atual conjuntura, pois países que estão de um mesmo lado em um debate podem-se opor em outro. Dessa forma, mais do que uma imagem estanque de outro ator, pelo menos no que tange à burocracia estatal especializada em tais questões, para alguns Estados essa imagem pode variar, enquanto para outros não. Portanto, é mais interessante analisar a percepção sobre a atuação de outro ator internacional.

Quanto aos fatores, é possível citar todos aqueles considerados pelas teorias de relações internacionais. Enquanto cada teoria enfatiza um ou outro, acreditamos que todos eles sejam relevantes, mas exista uma ordem de importância entre eles, determinada por cada ator. Antes de discutir essa ordem, é necessário debater brevemente cada um deles.

A teoria realista costuma elencar como fatores relevantes para a análise das relações internacionais o *hard power*, principalmente em termos militares. Assim, a quantidade e o tipo de armamentos detidos por um ator, bem como sua localização estratégica é o que conforma o equilíbrio de poder. “O medo de que outros Estados deixem de cumprir acordos de cooperação existentes é especialmente poderoso na esfera militar, na qual mudanças em armamentos podem resultar em importante deslocamento no equilíbrio de poder” (MINGST, 2009, p.62).

Além dos armamentos, existem outros elementos que formam o poder material dos Estados. Segundo Reus-Smit (2007), ainda entram nessa categoria recursos financeiros, tecnologia, geografia, e ainda podemos adicionar demografia, por contribuir para o

recrutamento de tropas no caso de um conflito armado. Todos eles elementos constituem o poder material, considerado central pelo realismo.

Além do *hard power*, podemos considerar também o *soft power*:

What is soft power? It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced (NYE, 2004, p.x).<sup>13</sup>

Nesse sentido, temos a contribuição da teoria construtivista, que destaca o papel das ideias e dos discursos que moldam as identidades dos atores e o próprio sistema internacional.

O comportamento do Estado é moldado pelas crenças, identidades e normas sociais das elites. Indivíduos em coletividades forjam, moldam e mudam a cultura por meio de ideias e práticas. Estados e interesses nacionais são o resultado das identidades sociais desses protagonistas (MINGST, 2009, p.68).

Como resultado, tem-se a formação de tradições de práticas por parte dos atores, que pode levar à formação de imagens mais gerais. Por exemplo, podemos citar a tradição diplomática brasileira de pacifismo e condenação de ações unilaterais ou do uso da força. Assim, a imagem que o Brasil espera passar aos demais atores do sistema é a de país pacífico.

[O Brasil] não é, também, um monster country assustador porque, à luz de sua história e de suas circunstâncias, tem um estilo de comportamento internacional que se configura, como observa Gelson Fonseca Jr., por uma moderação construtiva que se expressa na capacidade “de desdramatizar a agenda de política exterior, ou seja de reduzir os conflitos, crises e dificuldades ao leito diplomático” (LAFER, 2000, p.260).

Como contribuição do liberalismo, podemos citar a interdependência comercial, que eleva os custos de iniciar uma guerra. Dessa forma, o peso do comércio com determinados atores é um dos fatores considerado por um ator para formar uma percepção e tomar a decisão de agir.

As instituições que existem no sistema internacional e o fato de um ator participar nela também é um fator que forma a percepção:

Para os institucionalistas neoliberais, a segurança é essencial, e as instituições ajudam a tornar a segurança possível. As instituições proporcionam uma estrutura garantida de interações; sugerem que haverá uma expectativa de interações futuras.

---

<sup>13</sup> Tradução nossa: O que é o soft power? É a habilidade de conseguir o que queremos por meio da atração em vez da coerção ou de pagamentos. Ele surge da atratividade da cultura de um país, de seus ideais políticos e de suas políticas. Quando nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, nosso *soft power* é aprimorado.

Essas interações ocorrerão não somente em questões de segurança mas em todo um conjunto de questões internacionais, entre elas direitos humanos (uma clássica preocupação liberal), ambiente, imigração e economia (MINGST, 2009, p.58).

Todos esses fatores destacados pelas teorias de relações internacionais são, de alguma forma, considerados pelos atores ao formar a percepção sobre a atuação de outro ator. Acreditamos, porém, que é possível agrupar esses fatores em quatro grupos principais, que descrevem quem atua, quando atua, como atua e o que é objeto dessa atuação. Todos esses quatro grupos são levados em consideração, mas sempre algum deles prevalece para a tomada de decisão.

Sobre quem atua, são consideradas as características do outro ator. Nesse âmbito, entram o poder material e imaterial, o histórico de atuação desse ator, a história das relações bilaterais, sua situação interna e todas as demais informações específicas sobre ele. Esses são muitos dos fatores levados em consideração pela teoria realista.

No que diz respeito à quando atua, o ator considera a conjuntura na qual ocorre aquela atuação. Ou seja, nenhuma ação é solta no vácuo, existe um contexto e outros atores atuando ao mesmo tempo. Uma mesma ação em situações distintas pode ter consequências diferentes. Por exemplo, a compra de armamentos por parte de um Estado em uma conjuntura de relações próximas com os vizinhos pode não ter maiores consequências, mas em uma situação de desconfiança mútua faz com que a tensão regional aumente.

No que tange ao modo de atuação, são analisados os meios utilizados pelo ator, ou seja, se essa atuação ocorreu dentro de mecanismos institucionais, no âmbito de uma ação conjunta, uma ação isolada. Um exemplo claro é a atuação norte-americana no Oriente Médio com autorização do Conselho de Segurança da ONU, como ocorreu no Afeganistão em 2001, e sem a autorização, como no Iraque, em 2003. O modo de atuação foi distinto, ainda que em ambos os casos tenha havido o uso da força.

Por fim, o conteúdo da atuação é exatamente o que o ator fez, se foi uma atuação armada, a proposta de uma mediação, uma declaração oficial ou qualquer outro tipo de discurso ou prática.

Tendo dividido os fatores em quatro grupos, resta analisar como um Estado ordena esses fatores que formam sua percepção sobre a atuação dos demais. Para isso, reunimos em um único modelo a leitura da realidade internacional e a postura diante dessa realidade. A postura de um ator é influenciada, como vimos, por seus valores e crenças, e é a tendência diante das situações internacionais. Com isso não queremos dizer que um ator não possa adotar mais de uma postura, mas tende a seguir a mesma linha. A leitura da realidade



internacional é a “lente” através da qual esse ator vê o que ocorre no sistema. Da combinação de ambas resulta um esquema que define qual fator tende a ser preponderante para cada ator.

Tendo por base o texto de Wildavsky (1987), foi montado um modelo sobre qual o principal fator que influencia a percepção dos atores no cenário internacional. Segundo o autor, a cultura política busca trazer as preferências, valores e ideais para o centro da pesquisa e, para isso, o que importa é entender as relações entre os sujeitos, tendo duas perguntas centrais para a análise:

As dimensões da teoria cultural são baseadas em respostas a duas perguntas: Quem sou eu? e O que eu devo fazer? A questão da identidade pode ser respondida dizendo que os indivíduos pertencem a um grupo forte, uma coletividade, que toma decisões obrigatórias para todos membros ou que seus laços ao outros indivíduos são fracos e suas decisões vinculam somente eles mesmos. A questão da ação pode ser respondida ao definir se o indivíduo é sujeito a muitas ou a poucas prescrições, um espírito livre ou um espírito fortemente constrangido. A força ou a fraqueza dos limites do grupo e as prescrições numerosas ou restritas, variadas ou similares restringindo os sujeitos são os componentes de suas culturas (WILDAVSKY, 1987, p.6, tradução nossa).<sup>14</sup>

A partir dos componentes da cultura de cada indivíduo o autor desenvolve as quatro culturas principais, presentes na sociedade. Assim, a apatia surge quando os indivíduos não tem controle sobre suas próprias vidas, e o resultado é o sentimento fatalista. A cultura igualitária rejeita autoridade e prefere a redução das diferenças entre os indivíduos. A cultura individualista prefere a auto regulação e tendem a buscar a diferenciação entre si. Por fim, a cultura coletivista pressupõe autoridade, mas todos devem se sacrificar pelo bem comum.

---

<sup>14</sup> Do original em inglês: The dimensions of cultural theory are based on answers to two questions: Who am I? and What shall I do? The question of identity may be answered by saying that individuals belong to a strong group, a collective, that makes decisions binding on all members or that their ties to others are weak in that their choices bind only themselves. The question of action is answered by responding that the individual is subject to many or few prescriptions, a free spirit or a spirit tightly constrained. The strength or weakness of group boundaries and the numerous or few, varied or similar, prescriptions binding or freeing individuals are the components of their culture.

Quadro 1- Modelos de Quatro Culturas

		<b>Força dos Limites do Grupo</b>	
		FRACA	FORTE
<b>Número e Variedade de Prescrições</b>	NUMEROSAS E VARIADAS	Apatia (Fatalismo)	Hierarquia (Coletivismo)
	POUCAS E SIMILARES	Competição (Individualismo)	Igualdade (Igualitarismo)

Fonte: Wildavsky (1987, p.6, tradução nossa).<sup>15</sup>

Assim como no âmbito interno as perguntas cruciais para entender a formação das preferências, de acordo com Wildavsky (1987), são “quem eu sou” e “o que devo fazer”, no âmbito internacional, foram consideradas duas dimensões para nortear as percepções, a postura internacional e a leitura da realidade internacional.

O escopo desta tese não abrange a formação da política externa e o processo de tomada de decisão dentro de cada Estado. Considera-se que existem diferenças de Estado para Estado, e o que importa para esta pesquisa é o resultado final, ou seja, a percepção de quem implementa de fato a decisão. Com isso, foram identificadas duas dimensões que ajudam a compreender as percepções. Em grande medida os dois eixos estão relacionados com os eixos descritos por Wildavsky, pois descrevem “como” é o Estado e como é percebido o sistema internacional.

Em primeiro lugar, tem-se a dimensão da leitura da realidade internacional, que pode ser grociana ou maquiavélico-hobbesiana. Essa leitura da realidade internacional significa a maneira como o Estado (ou seus dirigentes) percebe o funcionamento do sistema internacional. A leitura grociana, conforme visto, está relacionada com o respeito ao direito internacional e à predominância de diálogo; já a leitura maquiavélico-hobbesiana se refere a um sistema internacional no qual a força e o poder são o que pautam as relações.

Em segundo lugar, tem-se a dimensão dos valores que pautam a atuação externa de cada Estado, que podem ser a cooperação ou a competição, a depender de qual das duas atitudes são consideradas pelos dirigentes como mais eficazes para atingir seus objetivos. Como resultado do cruzamento das informações, tem-se o principal fator que influencia na percepção de um ator sobre a atuação de outro.

<sup>15</sup> Do original em inglês:

		<b>Strength of Group Boundaries</b>	
		WEAK	STRONG
<b>Number and Variety of Prescriptions</b>	NUMEROUS AND VARIED	Apathy (Fatalism)	Hierarchy (Collectivism)
	FEW AND SIMILAR	Competition (Individualism)	Equality (Egalitarianism)

Por que do cruzamento dessas informações podemos obter o fator preponderante para a percepção de um ator? Isso ocorre devido ao fato de que cada lente que é colocada para observar a realidade internacional interage com os valores do Estado, resultando em uma preocupação primordial. Portanto, conhecendo a leitura da realidade e a postura de um ator, podemos inferir o fator que mais pesa para que forme a percepção da atuação de outro ator no cenário internacional.

Quadro 2- Modelo de Percepção da Atuação de Atores no Cenário Internacional

		VALORES	
		COOPERAÇÃO	COMPETIÇÃO
LEITURA DA REALIDADE INTERNACIONAL	GROCIANA	Conteúdo	Situação
	MAQUIAVÉLICO-HOBBSIANA	Formato	Estado

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base no modelo de Wildavsky (1987, p.6).

O resultado da leitura grociana e do comportamento tendente à cooperação é de uma percepção que depende do conteúdo da ação do outro ator, ou seja, dos valores e propósitos embutidos no discurso e/ou ação daquele ator. Isso ocorre porque, devido ao fato de a leitura ser grociana, o ator não tende a ter receio dos demais, pois existe uma ordem instituída que tende a ser respeitada. Ademais, como ele tende à cooperação, em tese está aberto a manter diálogo com qualquer ator. Assim, depende do conteúdo da atuação do outro ator, para que tenha percepção favorável ou não.

Como exemplo, podemos mencionar o Brasil como um país de leitura da realidade internacional grociana (LAFER, 1995) e postura de cooperação. Sobre a percepção brasileira com relação à atuação de outro ator, podemos perceber como o conteúdo tende a ser o fator mais relevante. No caso das resoluções do conselho de segurança da ONU, o Brasil tende a ser favorável somente àquelas baseadas no capítulo VI, que não envolve o uso de todos os meios. Isso significa dizer que é o conteúdo o que importa, pois se fosse o ator que está atuando, a postura seria sempre a mesma. O que varia é o método empregado.

Quanto à leitura grociana e ao comportamento competitivo, o resultado é que a percepção depende da situação em que ocorre determinada atuação, ou seja, uma mesma atuação pode ser percebida como positiva em alguns casos e negativa em outros. Esse é o caso de estados que acreditam na importância e eficácia das instituições e do Direito Internacional, e o defendem na regulação das relações entre Estados, mas agem conforme os preceitos realistas e egoísmo e sede de poder. Assim, em algumas situações determinada atuação é bem vista, pois favorece esse ator, e em outras ocorre o contrário.

Como exemplo, pode-se mencionar mais uma vez as decisões do Conselho de Segurança da ONU acerca do Afeganistão, em 2001, e do Iraque, em 2003. Quando, em 2001, o Conselho de Segurança autorizou a intervenção armada no Afeganistão, os Estados Unidos valeram-se desse argumento como dando legitimidade à ação. Já em 2003, quando não passou a resolução para intervir no Iraque, o argumento utilizado pelos Estados Unidos foi o da defesa preventiva, que não encontra respaldo no Direito Internacional, e realizou a intervenção de qualquer forma. Quando o mesmo ator, o Conselho de Segurança da ONU, do qual os Estados Unidos fazem parte, tomou atitudes distintas sobre um mesmo conteúdo, ou seja, uma intervenção armada, a reação dos Estados Unidos foi também distinta, e fez prevalecer seu ponto de vista.

Um ator com leitura maquiavélico hobbesiana e com atitude cooperativa percebe como fator principal o formato no qual o objetivo do outro ator é posto em prática. Isso ocorre porque mesmo que a preferência do ator seja pela cooperação, como o ambiente é anárquico e competitivo, é necessário ser cuidadoso para não sofrer prejuízos. Assim, com a construção de instituições internacionais fortes e confiáveis, é possível cooperar minimizando os riscos.

Esse é exatamente o argumento da teoria do institucionalismo neoliberal de relações internacionais. Os teóricos dessa corrente compartilham a opinião dos realistas de que o sistema internacional é anárquico, mas defendem os benefícios da cooperação, devido ao argumento de jogo de soma positiva. Portanto, a criação de instituições internacionais que regulem o comportamento dos Estados é uma maneira de minimizar a anarquia e a insegurança do sistema e garantir que possa haver cooperação entre os Estados. A criação da ONU é um exemplo que pode ser citado.

Institucionalistas neoliberais veem o sistema internacional como um sistema anárquico no qual cada Estado individual age em seu próprio interesse. Porém, ao contrário de muitos realistas, eles consideram o produto da interação entre protagonistas como potencialmente positivo, no qual instituições criadas por interesse próprio servem para moderar o comportamento do Estado na medida em que os Estados percebem que terão interações futuras com os outros protagonistas envolvidos (MINGST, 2009, p.77).

Por fim, com uma leitura maquiavélico-hobbesiana com competição tem como fator principal o próprio ator que está atuando. A explicação é a de que o sistema internacional é visto como anárquico, onde impera a lei do mais forte, e o Estado tende a competir por poder. Assim, mesmo dentro dessa competição, existem Estados aliados e Estados inimigos. Essa é a típica visão da teoria realista, e a base de teorias da imagem que consideram dois grupos de estados, amigos e inimigos.

O realismo é baseado em uma visão do indivíduo como primordialmente egoísta e sedento de poder. Os indivíduos são organizados em Estados, e estes agem de um modo unitário na busca de seu próprio interesse nacional definido em termos de poder. Esses Estados existem em um sistema internacional anárquico caracterizado pela ausência de uma hierarquia autorizada. Sob essa condição de anarquia, os Estados no sistema internacional só podem contar com eles mesmos. Então, sua preocupação mais importante é gerenciar a insegurança que surge do sistema anárquico. Eles confiam primordialmente em equilibrar o poder de outros Estados e na contenção para manter o sistema internacional intacto e o menos ameaçador possível (MINGST, 2009, p.59).

Nesse contexto, pode-se mencionar como exemplo as alianças ofensivas ou defensivas, em que alguns Estados são considerados “amigos” e outros “inimigos”. Esse é o caso da OTAN, além de ser possível citar a aliança entre Estados Unidos e Reino Unido, pois apesar de considerarem o sistema anárquico e de competirem por poder, consideram-se aliados na luta contra ameaças comuns, como terrorismo.

É importante salientar que os exemplos aqui mencionados são meramente ilustrativos, sendo necessário maior aprofundamento para classificar o tipo de leitura internacional e o tipo de postura de cada Estado. De qualquer forma, percebe-se que os fatores que influenciam em uma percepção positiva ou negativa da atuação de determinado ator variam conforme quem julga.

## 2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as mudanças pelas quais passou o sistema internacional nas últimas duas décadas, é possível dizer que, cada vez mais, caminha-se em direção a um sistema multipolar. É certo que ainda existem diferenças importantes entre os Estados Unidos e os demais países, tanto em termos de *hard* quanto de *soft power*, entretanto vislumbra-se participação e importância cada vez maior de outros países, entre eles o Brasil.

Com isso, nesse cenário de crescente importância brasileira no âmbito internacional, é mister analisar como ocorre essa redistribuição de poder no sistema internacional. Conforme visto anteriormente, a legitimidade é fator de suma relevância para a compreensão do poder no âmbito internacional. Tomando-se legitimidade de um ator como o fato de suas ações serem socialmente sancionadas, nota-se que a legitimidade é de fato uma fonte de poder. Isso porque o poder é constituído por bases materiais e imateriais. Tendo em vista que a coerção é custosa para manter o poder, a legitimidade é essencial para a manutenção do poder no longo prazo.

Deste modo, a legitimidade deve ser buscada dentre os atores envolvidos em determinada área de atuação daquele ator específico. Os atores que legitimam suas ações são a *constituency*, e isso ocorre quando sua identidade social, propostas e práticas estão de acordo com as expectativas daqueles atores.

A forma como os atores percebem um ator em uma determinada esfera de atuação determina a legitimação do país. Assim, a percepção dos demais atores tem papel de extrema relevância para o crescimento da participação e importância brasileira em novas esferas no sistema internacional.

Isso ocorre porque a estrutura internacional e a forma como se dão as relações no sistema internacional não são estáticas. Conforme enfatiza Wendt (1992), essas relações dependem da percepção dos atores, pois a estrutura não é um dado exógeno. São essas percepções que definem o rumo das relações entre países e do sistema como um todo.

Levando em consideração a relevância do estudo das percepções, partiu-se da tradição kantiana de filosofia para embasar o conceito de percepção utilizado, e com base nele desenvolvemos um modelo para explicar quais os fatores influenciam na percepção dos atores sobre a atuação dos demais no sistema internacional.

Dois aspectos são essenciais para a compreensão dessa percepção: a “lente” utilizada pelo ator para observar a realidade internacional, que pode ser maquiavélico-hobbesiana ou grociana, e sua postura diante do sistema internacional, que varia entre cooperação e conflito.

Partindo do modelo de Wildavsky (1987), consideramos que o cruzamento das informações sobre a leitura da realidade internacional e sobre a postura do ator indica qual o principal fator considerado por ele, sendo quatro os principais fatores: conteúdo, situação, formato e Estado.

Esses conceitos serão utilizados para operacionalizar a pesquisa, que considera a percepção dos países árabes sobre a atuação brasileira no Oriente Médio.

### 3 A CONJUNTURA REGIONAL E O HISTÓRICO DE RELAÇÕES COM O BRASIL

“It is quite common to hear high officials in Washington and elsewhere speak of changing the map of the Middle East as if ancient societies and myriad peoples can be shaken up like so many peanuts in a jar” (SAID, 2014, p.xviii)

“Attacking and excluding others, insulting other peoples and their faith and convictions this is no way forward. The future lies in unity and respect, not division and stereotypes” (ABDULLAH II, 2015)

O presente capítulo fará uma breve análise das principais características da região onde estão inseridos os países árabes que serão analisados ao longo da tese e do histórico das relações do Brasil, pois ambos são fatores que interferem, conforme foi discutido no capítulo anterior, na análise da percepção desses países sobre a atuação brasileira na região.

#### 3.1 MUNDO ÁRABE, MUNDO ISLÂMICO E ORIENTE MÉDIO

A definição mais geral de Mundo Árabe é aquela que reúne nesse conceito os países de idioma árabe, que correspondem a um total de 23<sup>16</sup>, distribuídos pela África e pela Ásia Ocidental. Apesar disso, o conceito é controverso devido à existência de diferentes etnias nesses países, que não necessariamente utilizam o idioma árabe e não se sentem pertencentes à cultura árabe de maneira geral, como berberes e curdos.

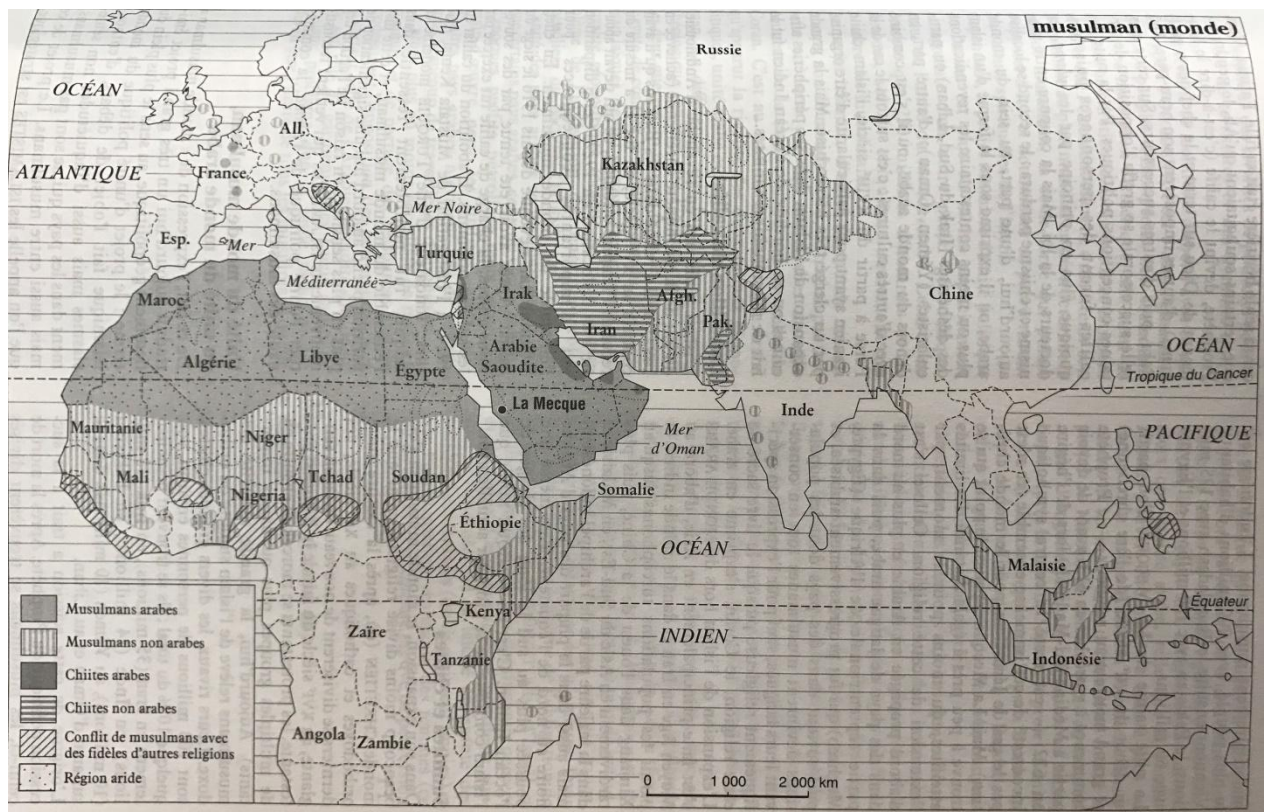
Os árabes não são um grupo étnico distinto, visto que existem árabes brancos e negros. Alguns dos árabes sudaneses negros declaram-se descendentes da linhagem masculina dos árabes da época de Maomé, e podem estar corretos nessa alegação. Tampouco a língua é um critério suficiente sobre ser árabe, pois muitos judeus falantes de árabe não são normalmente chamados de árabes. O número de cem milhões vem da população dos Estados da Liga Árabe. Para ser membro da Liga Árabe, o principal critério parece ser a língua, mas, apesar da presença do Líbano, que é metade cristão, esse parece ser combinado com a aceitação da cultura árabe-islâmica (WATT; CACHIA, 2016, tradução nossa).<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Os países de idioma árabe, em ordem alfabética, são: Arábia Saudita, Argélia, Bahrain, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Qatar, Síria, Saara Ocidental, Somália, Sudão, Tunísia.

<sup>17</sup> Do original em inglês: The Arabs are not a distinct ethnic group, since there are both white Arabs and black arabs. Some of the black Sudanese Arabs claim descent in the male line from Arabs of Mohammed's time, and may well be correct in their claim. Nor is language a sufficient criterion of Arabness since there are many Arabic-speaking jews who are not normally called Arabs. The figure of a hundred million come from the populations of the states in the Arab League. For membership in the Arab League the primary criterion appears to be language: but, despite the presence of Lebanon, which is half Christian, this tends to be coupled with the acceptance of Arab-Islamic culture

Embora Watt e Cachia enfatizem a aceitação da cultura árabe-islâmica como característica do Mundo Árabe, deve-se ressaltar que o Mundo Islâmico abrange países que não são árabes, boa parte deles na África e na Ásia, incluindo o país muçulmano mais populoso, a Indonésia, conforme a Figura 1.

Figura 1- Mundo Árabe e Mundo Muçulmano



Fonte: Lacoste (1995, p.1073).

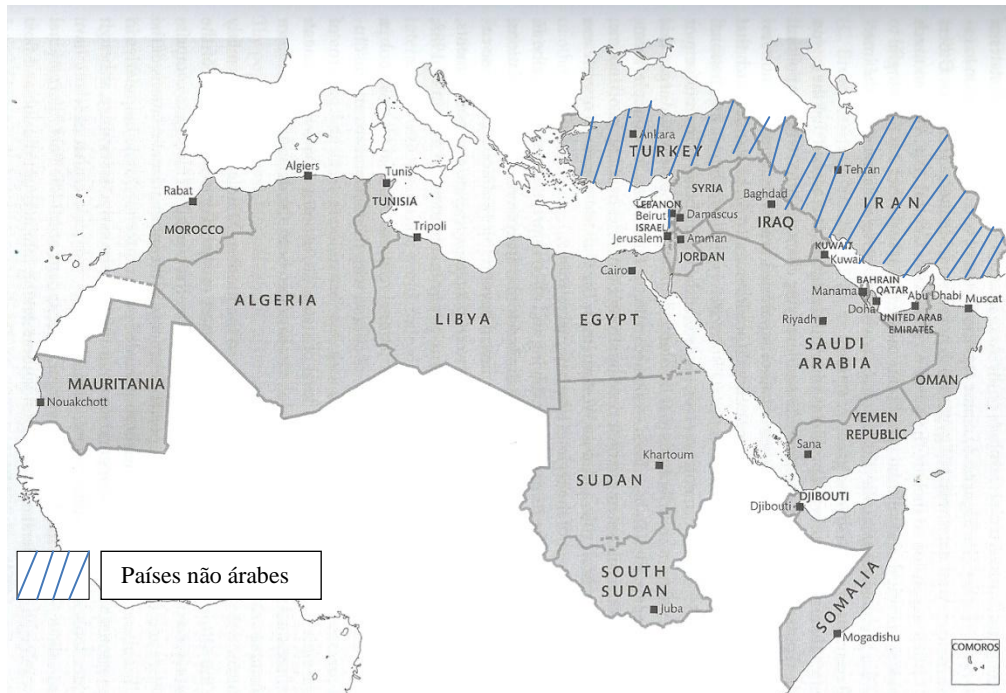
Um terceiro conceito que está intimamente interligado ao de Mundo Árabe é o de Oriente Médio, que é comumente utilizado para designar a região geográfica na qual esses países estão localizados. Apesar disso, Brian Whitaker (2011) lembra que o Oriente Médio é antes um conceito geopolítico do que um conceito geográfico. E ele é controverso, visto que sua origem está relacionada à disputa geopolítica entre os Impérios Britânico e Russo pelo controle da área que liga a Europa à Ásia. O Golfo Pérsico tinha importância central em 1902, quando Alfred Mahan, estrategista americano, cunhou o termo.

Além disso, existe uma multiplicidade de definições. Enquanto o conceito clássico abrange Egito, Golfo Pérsico e península da Arábia, além de Síria, Líbano, Chipre, Palestina e Israel, conceitos como o Grande Oriente Médio, desenvolvido pelos Estados Unidos durante o segundo mandato de George W. Bush, incluem o Magreb, Djibuti, Irã, Paquistão e Turquia,



por exemplo. Fawcett (2013) destaca o conceito de moderno Oriente Médio, que inclui a maioria dos países membros da Liga Árabe- com exceção do Djibuti, cuja política tem mais relação com outra região-, Turquia, Irã e Israel. Com isso, tem-se no mapa a seguir (Figura 2) a distinção entre países árabes e o moderno Oriente Médio, sendo que os muçulmanos constam na Figura 1 já mencionada.

Figura 2- Países Árabes e Moderno Oriente Médio



Fonte: FAWCETT (2013, p.3), com a inclusão da identificação dos países não árabes pela autora.

Apesar disso, Dona Stewart (2011) ressalta que os países da região utilizam esse conceito para pesquisar temas que estão dentro de um contexto mais amplo, como globalização, desterritorialização e formação de identidade. Essas definições de Oriente Médio e essa maneira de abordar o tema relacionam-se ao conceito de nacionalismo, que é compreendido no ocidente como características comuns que levam ao sentimento de unidade de um determinado povo. De acordo com Chahúan (2005, p.152), no oriente o nacionalismo tem diferenças, pois “o nacionalismo de tipo oriental traduziu-se em um esforço por equipar culturalmente a Nação para poder transformá-la, sem, no entanto, imitar a cultura estranha, para preservar a identidade da Nação”.

No caso da definição de árabe, entretanto, conceitos distintos fizeram parte de seu significado, segundo Chahúan (2005, p.159): árabe/beduíno, árabe/islâmico, árabe/co-

nacional. Por isso que existem diferentes conceitos de nação árabe. Um deles é a Umma<sup>18</sup>, que é a nação árabe-islâmica parte dos califados<sup>19</sup>, ou “uma comunidade de solidariedade política e religiosa” (CHAHÚAN, 2005, p.160).

De acordo com Lewis (2000), a religião, em especial o islamismo, é um conceito chave para a compreensão dos povos dessa região, uma vez que:

Para os muçulmanos e, por conseguinte, para os demais, principalmente os judeus e cristãos que viviam sob governo muçulmano e como partes de sociedades predominantemente islâmicas, a religião era não só um sistema de crença, culto e organização comunitária. Era a base final da identidade, o foco primário da lealdade, a única fonte legítima de autoridade. Havia nações étnicas no mundo islâmico, tais como a árabe, a persa e a turca. Havia Estados territoriais, como os reinos dos sultões egípcios e otomanos e dos xás persas. Mas em nenhuma ocasião nos Estados islâmicos tradicionais essas ideias adquiriam a importância que tiveram na vida política e cultural da Europa, nem soberanos territoriais nem líderes nacionais jamais procuraram limitar, e ainda menos eliminar, a autoridade da religião e de seus expositores devidamente acreditados (LEWIS, 2000, p.218)

Outro tipo de nacionalismo é o Ba’at, ou Baath, que é o nacionalismo socialista árabe, fundado na Síria na primeira metade do século XX. Por fim, tem-se a dicotomia entre os conceitos de Wataniyya, que significa nacionalismo baseado no Estado, ou patriotismo, e Qawmiyya, que se baseia na língua e na cultura árabe como conceito de nação, o que deu origem ao pan-arabismo<sup>20</sup>.

O pan-arabismo teve seu auge nas décadas de 1960 e 1970, principalmente com o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser. Suas principais características são a de pregar a união dos povos árabes, geralmente com influência do socialismo e de forma a se opor à intervenção do ocidente. Essas características são explicadas pelo momento de Guerra Fria no qual o conceito se disseminou. O que se tem atualmente se cooperação árabe é a Liga dos Estados Árabes, cujo objetivo é aproximar os países árabes e tratar das questões que dizem respeito à região.

Considerando-se que os conceitos de cultura, língua e religião encontram-se muitas vezes imbricados quando se trata do mundo árabe, cabe discutir como a política é entendida nessa parte do mundo. A relação entre política e Islã é controversa e delicada nesses países, mesmo que a maioria da população na região seja muçulmana. Isso porque, segundo Messari (2005), existe divergência entre o grupo que entende que o Islã estabelece regras não só para o mundo espiritual, mas também para o mundo material e, com isso, se aplica à política, e o

<sup>18</sup> Do árabe أمة, ou comunidade.

<sup>19</sup> Os califados existiram entre 632 e 1924, quando Mustafa Kemal Atatürk o aboliu.

<sup>20</sup> Wataniyya, do árabe ووطنية, que significa país natal, e Qawmiyya, do árabe قومية, que significa nacionalismo étnico.

grupo que defende a separação entre religião e política. Por conseguinte, não existe uniformidade na maneira como os árabes dos diferentes países encaram a questão.

Relacionada a essa temática está a da compatibilidade entre Islã e modernidade, que também recebe interpretações distintas dessas sociedades. Messari (2005) destaca que enquanto a geração da década de 1920 da Irmandade Muçulmana<sup>21</sup> enfatizou a necessidade de modernização do Islã, a da década de 1960 compreendeu essa modernização como uma forma de ocidentalização, e pregou a volta às raízes. Como exemplo das variadas formas pelas quais os líderes colocaram em prática seu entendimento sobre a questão, o autor cita a laicização da Turquia por Kamal, o socialismo à moda árabe de Nasser no Egito e a modernidade muçulmana do rei Hassan II da Jordânia.

Quando se faz referência ao Islã, deve-se atentar para a divisão entre sunitas e xiitas que, conforme será discutido adiante, afeta a política regional. A maior parte da população de muçulmanos no mundo são sunitas, os quais “interpretam como correta a história do Islã como se desenvolveu após a morte de Maomé, sob uma linha de sucessores chamados califas”<sup>22</sup> (LAYACHI, 2011, p.22, tradução nossa) e seguem a Suna- preceitos estabelecidos com base nos ensinamentos de Maomé e dos quatro primeiros califas. Os xiitas, por sua vez, “rejeitam esse processo histórico como contrário ao que Maomé pretendia para a comunidade de fieis”<sup>23</sup> (LAYACHI, 2011, p.22, tradução nossa). Essa divisão se mantém desde 632 D.C.

Essa diversidade no mundo árabe não está relacionada apenas à política e à religião, que não se restringe ao Islã, mas também aos diferentes grupos étnicos contidos nos países da região e às minorias linguísticas, além de temas como economia e educação. Os dados da UNESCO (2015) demonstram a diferença na taxa de alfabetização entre países como Qatar (97,8%) e Arábia Saudita (94,8%), no topo, e Argélia (79,6%) e Marrocos (71,7%) com menor índice. O mesmo vale para os dados do IDH (HUMAN..., 2016), que variam entre 0,856 no Qatar e 0,647 no Marrocos<sup>24</sup>.

A economia também é um fator de heterogeneidade, visto que enquanto no Golfo existe maior dependência da exportação de petróleo, no norte da África um dos principais setores é o turismo. Essa pequena amostra das diferenças dos países árabes da região do

---

<sup>21</sup> Organização sunita fundada no Egito em 1928 por Hassan al-Banna. É considerada atualmente uma organização terrorista por alguns países, como Bahrain, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

<sup>22</sup> Do original em inglês: they interpret as correct the history of Islam as it developed after Muhammad's death, under a line of successors named *caliphs*.

<sup>23</sup> Do original em inglês: reject this historical process as contrary to what Muhammad intended for the community of believers.

<sup>24</sup> Para que se tenha uma base de comparação, os dados do Brasil no mesmo período e segundo as mesmas fontes foram de IDH 0,754 e de taxa de alfabetização, 92,6%.

Orientes Médio e norte da África (doravante mencionada de Oriente Médio, com as ressalvas sobre o conceito que foram discutidas) devem ser levadas em consideração nas análises.

### 3.2 ATUAÇÃO DAS GRANDES POTÊNCIAS

O Oriente Médio foi um espaço tradicionalmente dominado pelas grandes potências, seja de maneira direta, seja de maneira indireta. Ainda durante a Primeira Guerra Mundial, em 1916, quando boa parte desses territórios integrava o Império Turco Otomano, o acordo Sykes-Picot, entre Grã Bretanha e França, dividiu a região em esferas de influência, cabendo à primeira a Jordânia e o Iraque e à segunda, Síria, Líbano e norte do Iraque, enquanto a Palestina seria administrada conjuntamente.

A própria organização do que hoje são os territórios de Palestina e de Israel deve-se à ação da Grã-Bretanha, que administrou o território até o final da Segunda Guerra Mundial. Durante esse período, ocorreu a imigração judaica para a região, amparada pela Declaração de Balfour, de 1917, muito embora a Grã-Bretanha fosse reticente a esse respeito.

De acordo com Fromkin (2000), não havia uma percepção de incompatibilidade entre uma Palestina britânica e uma Palestina dos judeus, bem como não havia razão para que as aspirações de judeus e de britânicos não estivessem em harmonia com as aspirações árabes. Leo Amery, secretário do Gabinete da Guerra britânico, escreveu na época que não haveria incompatibilidade em ser pró-árabe e pró-judeu ao mesmo tempo (FROMKIN, 2000, p.283). A realidade, entretanto, mostrou-se diversa, e com a crescente insatisfação de árabes e de judeus, o território passou para a administração da ONU e o Estado de Israel é criado em 1947.

Igualmente ao longo da Guerra Fria a região é palco para o enfrentamento entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, e seus respectivos blocos. Nesse momento, a disputa, além de ideológica, está relacionada ao petróleo, recurso energético vital.

Presentemente, McLaughlin (2015) afirma que as relações deixaram de ser pensadas em bloco e passaram a ser mais consideradas de forma bilateral, entre as potências e os países da região. De acordo com o autor, a Rússia considera que está competindo com os Estados Unidos e seus parceiros na região e não apenas defende seus interesses econômicos, mas também busca combater o terrorismo.

Os objetivos russos, segundo Arlene Clemesha, doutora em história árabe, são “manter uma base [naval] é parte dos interesses russos. Eles querem uma saída para o Mediterrâneo e

também querem manter todo um investimento que já foi feito, continuando um parceiro privilegiado da Síria” (PLATONOW, 2015).

Já no caso da China, a principal preocupação é com o fornecimento de petróleo que, segundo McLaughlin (2015, p.5), garante energia para desenvolver o país e, com isso, manter a estabilidade política. Apesar disso, existe a preocupação chinesa em relação à estabilidade regional no que se refere ao terrorismo e o país participa de missões de paz da ONU, como no Líbano. Além disso, a primavera árabe levantou a questão do medo da China de mudança de regime, especialmente quando fomentado pelo Ocidente.

No que se refere aos Estados Unidos e à Europa, ambos os atores sempre estiveram mais engajados nos assuntos do Oriente Médio do que os demais. Os Estados Unidos:

Porque percebia responsabilidades globais, comprometimento com a segurança de Israel e necessidades energéticas. A Europa se engajou por muitos fatores, alguns em comum com os Estados Unidos e outros únicos- simples proximidade, história colonial, dependência energética e duas Guerras Mundiais lutadas parcialmente nos campos de batalha do Oriente Médio (MCLAUGHLIN, 2015, p.7, tradução nossa).<sup>25</sup>

Sobre a atuação das grandes potências atualmente, em resumo, Kai Kenkel afirma que:

O território sírio se transformou em um espaço de disputa entre as grandes potências, principalmente os Estados Unidos e a Rússia, e esse tipo de conflito não é novidade no Oriente Médio, que historicamente tem sido palco de guerras com participação externa, com os exemplos mais recentes no Iraque e no Líbano (PLATONOW, 2015).

De fato, o posicionamento das potências na guerra da Síria demonstra essa divergência entre elas e o fato de o Oriente Médio ainda ser um campo de atuação bastante relevante. Além do fornecimento de armamentos a grupos opositores a Bashar Al Assad, deve-se mencionar o experimento de novos equipamentos de guerra pelos países que estão engajados na luta contra o Estado Islâmico.

O combate ao terrorismo, por sua vez, põe em evidência que, mesmo que as grandes potências tenham objetivos em comum, as estratégias são distintas, especialmente quando se refere ao apoio russo ao regime de Assad, o que é corroborado pela conclusão de McLaughlin (2015):

---

<sup>25</sup> Do original em inglês: because of its perceived global responsibilities, commitment to Israel's security, and energy needs. Europe is pulled in by many factors, some shared with the United States, some unique, colonial history, energy dependence, and two World Wars fought partly on Middle Eastern battlefields.

Em suma, existem apenas poucos pontos de convergência entre as políticas das grandes potências para o Oriente Médio nessa época tumultuada. Todas elas querem ver o terrorismo derrotado e nenhuma delas está confortável com o desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã, entretanto a maneira de atingir esses objetivos está em disputa, especialmente entre as potências ocidentais e as outras. Tanto China quanto Rússia irão recusar qualquer arranjo que envolva separatismo ou requeira mudança de regime (MCLAUGHLIN, 2015, p.9, tradução nossa)<sup>26</sup>

Verifica-se, portanto, que a política das grandes potências para a região do Oriente Médio é um dos fatores a serem levados em consideração para a compreensão do contexto regional, juntamente com a política entre as potências locais, analisada a seguir.

### 3.3 DINÂMICA POLÍTICA REGIONAL

O antagonismo entre Arábia Saudita e Irã, que romperam relações diplomáticas em janeiro de 2016, pode ser considerado o principal fator na dinâmica política do Oriente Médio, uma vez que essa disputa polariza outros países e impacta a região. Essa situação é chamada de “nova Guerra Fria do Oriente Médio”<sup>27</sup>.

Embora a divisão entre sunitas e xiitas seja comumente utilizada para explicar a rivalidade, deve-se atentar para o fato de que ambas as interpretações do Islã têm coexistido por séculos, e o que explica a tensão entre os dois países é a disputa por poder regional.

Apesar disso, Koelbl, Shafy e Zand (2016) lembram que nem sempre as relações entre Irã e Arábia Saudita foram hostis. No início da segunda metade do século XX, os reis desses países, além de terem boas relações, tinham em comum o aliado norte-americano. O ano de 1979 é chave para compreender a mudança de curso que deu origem à atual situação, pois houve tanto a Revolução Iraniana comandada pelo aiatolá Khomeini quanto o impulso inicial ao extremismo sunita, lançado pela Arábia Saudita por meio do apoio à expansão do Wahabismo. Apesar da disputa, existem similaridades entre os dois Estados:

Em ambos os Estados, a fixação sectária é um instrumento de política de poder e ela vincula a população ao seu líder. Ainda hoje, os governantes de cada país usam a religião para exercer poder sobre seu povo- e em cada país, existe uma luta contínua entre reformistas e conservadores. Um olhar sobre as sociedades nos dois países

<sup>26</sup> Do original em inglês: In sum, there are only a few points of convergence among great power policies toward the Middle East at this tumultuous time. They all want to see terrorism defeated and none of them is comfortable with Iran developing nuclear weapons. But the way to achieve these goals is in dispute, especially between the Western powers and the others. Both China and Russia will balk at any arrangements that involve separatism or require regime change.

<sup>27</sup> O termo Guerra Fria Árabe foi cunhada por Malcolm Herr, em 1965, e se referia à tensão entre o pan-arabismo e o nacionalismo árabe liderados pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser e países mais tracionais, como a Arábia Saudita, do rei Faisal.

mostra que, apesar da inimizade oficial, os dois enfrentam desafios surpreendentemente semelhantes<sup>28</sup> (KOELBL; SHAFY; ZAND, 2016).

De acordo com Poole (2016, tradução nossa), “o status do Irã e da Arábia Saudita como principais expoentes do Islã xiita e sunita, respectivamente, pautou suas políticas externas, com ambos os lados formando alianças com países que comungam de sua teologia e apoiando militarmente grupos que não o fazem”<sup>29</sup>.

É nesse contexto de fortalecimento de laços entre dois grupos que se pode compreender a formação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), organização de integração política e econômica que reúne seis Estados do Golfo: Arábia Saudita, Bahrain, Kuwait, Qatar, Emirados Árabes Unidos e Omã. A organização conta inclusive com ações militares conjuntas, a Peninsula Shield Force, que atuou nos protestos no Bahrain, por exemplo.

De fato, conflitos e protestos nos países vizinhos evidenciam a atuação tanto do Irã quanto da Arábia Saudita em guerras *proxy*, dentre os quais se pode destacar a guerra na Síria, onde o Irã apoiou o presidente Bashar Al-Assad, seu aliado, enquanto a Arábia Saudita esteve do lado da oposição; os protestos xiitas no Bahrain, que a Arábia Saudita ajudou a debelar; e a guerra no Iêmen, onde a coalizão liderada pela Arábia Saudita combate os rebeldes xiitas houthis.

As relações entre os países árabes na região do Oriente Médio, contudo, demonstram que não existe um projeto de integração do que se denomina atualmente Mundo Árabe. As relações com as potências externas demonstraram ser mais relevantes do que a união regional:

Nos cinquenta anos de história do nacionalismo árabe moderno, os líderes árabes não se orientaram para a construção de um projeto de integração político e econômico pan-árabe, mas, exatamente, para a sua não-realização. Nesse processo, eles foram se alinhando cada vez mais aos Estados Unidos, com o intuito de conseguir proteção política, militar e econômica para assegurar a sobrevivência de seus Estados artificialmente criados, sempre questionados pelo mesmo ideal pan-arabista que dá legitimidade aos seus regimes (FERABOLLI, 2007, p.92).

---

<sup>28</sup> Do original em inglês: In both countries, the sectarian determination is an instrument of power politics and it binds the people to their ruler. Still today, the rulers of each country use religion to exert control over their subjects -- and in each country, there is an ongoing struggle between reformers and conservatives. A look at the societies in the two countries shows that, despite their official enmity, the two face astonishingly similar challenges.

<sup>29</sup> Do original em inglês: Iran and Saudi Arabia's status as leading exponents of Shia and Sunni Islam respectively have informed their foreign policies, with both sides forming alliances with countries who share their theologies - and backing militant groups in those that don't.

Entremeada com a polarização entre esses dois atores, está a vontade de países aliados da Arábia Saudita de aumentar sua esfera de influência, especialmente Qatar e Emirados Árabes Unidos, em áreas como o Magreb.

O Qatar apoia movimentos islâmicos como uma ferramenta para conseguir maior influência regional. Os Emirados Árabes Unidos, geralmente em cooperação com o presidente egípcio Abdel Fattah al-Sisi, tem apoiado as forças da ordem, incluindo facções políticas anti-islâmicas na Tunísia e na Líbia, enquanto aprofundam a parceria com o Marrocos. Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos temem que se os países do Magreb desenvolverem política transparente e representativa ou se islâmicos políticos liderarem o governo, isso poderia alimentar a oposição política no Golfo, minando sua própria autoridade<sup>30</sup> (MALKA, 2015, p.58).

A discordância entre diferentes atores sobre o papel de partidos islâmicos traz à tona a discussão sobre a viabilidade dessa alternativa e sobre a suposta dicotomia entre democracia e Islã:

O Islã retorna como um ícone de liberdade e como o principal elemento que pode sustentar a autenticidade e a legitimidade de novos regimes governamentais no mundo islâmico, e ele tende a ser visto como uma alternativa viável entre o rigor da repressão colonial e a severidade da repressão pós-colonialista secularmente alinhada e inspirada no ocidente<sup>31</sup> (SCHIOCCHET, 2011, p.74, tradução nossa).

A política regional no Oriente Médio demonstra estar em um momento de mudança, o que impacta sobremaneira a conjuntura atual. Forças da transformação e da ordem estão em rota de colisão e determinarão o futuro das sociedades nessa parte do mundo.

### 3.4 CONJUNTURA

A região do Oriente Médio vem passando por mudanças significativas, especialmente desde o final de 2010 e o início de 2011, quando a Revolução de Jasmim, na Tunísia, gerou uma onda de revoltas conhecida como Primavera Árabe.

---

<sup>30</sup> Do original em inglês: Qatar, which supports Islamist movements as a tool for greater regional influence. The UAE, often in cooperation with Egyptian President Abdel Fattah al-Sisi, has supported status quo forces, including anti-Islamist political factions in Tunisia and Libya, while deepening its partnership with Morocco. Saudi Arabia and the UAE fear that if countries in the Maghreb develop transparent and representative politics or if political Islamists lead governments, it could stoke political opposition in the Gulf, undermining their own authority.

<sup>31</sup> Do original em inglês: Islam comes back as an icon of freedom and the main element that can sustain the authenticity and legitimacy of new government regimes in the Muslim World, and it tends to be seen as a viable alternative between the harshness of colonialist repression and the severity of Western inspired and secularly aligned post-colonialist repression.



A inédita onda de protestos que varreu o mundo árabe desde dezembro de 2010 deixa no ar uma questão crucial: ele ingressa numa nova era de superação de regimes autoritários, ou vive mais uma de suas periódicas explosões de ira? Sem dúvida há uma crise geral, uma explosão semelhante à Primavera dos Povos europeia de 1848, mas, como naquele caso, em cada país há uma motivação específica. Da mesma forma, os anseios populares contra os regimes políticos e as condições de vida são acompanhados por uma silenciosa transformação da sociedade, fatores estruturais indispensáveis para a eclosão de uma mobilização de tal magnitude (VISENTINI, 2014, p.133-134).

Apesar de esse processo ser um dos mais marcantes na região no momento atual, McLaughlin (2015) destaca que desde a Guerra do Iraque é possível verificar mudanças, especialmente em relação à crescente força do extremismo islâmico, que foi reforçado pelo vácuo de poder deixado durante dos conflitos na Síria.

O Oriente Médio foi abalado por três fenômenos que mudaram as características da região e a maneira pela qual os forasteiros atuam. Primeiro, a Guerra do Iraque polarizou os países da região e turvou as relações entre as principais potências de fora. Segundo, o extremismo islâmico fincou raízes mais profundas e gerou divisões entre as principais potências sobre como responder a ele. Terceiro, a região passou pela tão falada primavera árabe, a qual perturbou não apenas as normas domésticas de muitos países, mas também mudou muitas das personalidades e instituições que serviram por anos como veículos das potências de fora (MCLAUGHLIN, 2015, p.3, tradução nossa).<sup>32</sup>

A situação da Síria é, com efeito, uma das principais fontes de preocupação quando se trata da região, uma vez que o conflito se arrasta há seis anos com divergências entre as grandes potências sobre como lidar com a questão e é fonte não apenas de ameaças à paz, mas também origem de grande parte dos refugiados que buscam a Europa.

Essas divergências levaram à dificuldade de tomada de decisão sobre o conflito pelo Conselho de Segurança devido ao veto. O ano de 2015 foi um marco no que se refere às resoluções, visto que pela primeira vez ficou explícita a necessidade de facilitação de uma transição política pelo povo sírio e para o povo sírio, reiterada pela resolução 2332/2016, a mais recente sobre esse assunto.

De acordo com Zahreddine (2013), é necessário compreender não apenas o processo a nível Estatal, mas também regional e internacional. Com isso, em termos societários, tem-se como característica relevante a presença de importantes minorias étnicas, como curdos e armênios, e religiosas, como cristãos, alauítas e drusos. No nível regional, verifica-se a

---

<sup>32</sup> Do original em inglês: The Middle East was rocked by three phenomena that changed the character of the region and the terms on which outsiders must engage it. First, the Iraq war polarized the countries of the region and roiled relations among the major outside powers. Second, Islamic extremism sunk deeper roots and sparked divisions among outside powers about how to respond to it. And third, the region experienced the so-called Arab Spring, which upset not only the domestic norms of many countries but also changed many of the personalities and institutions that served for years as conduits to the outside powers.

disputa entre Arábia Saudita e Irã, e, no internacional, a atuação das grandes potências, ambos os níveis discutidos anteriormente.

O impasse na resolução do dilema sírio é fruto desta multidimensionalidade do conflito. A retroalimentação das forças governamentais e oposicionistas por seus respectivos aliados sejam eles domésticos, regionais ou potências mundiais, não permite o fim das hostilidades. Ambas as partes não alcançam o poder necessário para fazer com que a outra ceda, gerando assim a estagnação do conflito, a manutenção da violência e o aumento da morte de civis. Além disto, aspectos religiosos, históricos e geográficos dificultam a solução do contencioso (ZAHREDDINE, 2013, p.20).

A análise de Schiocchet (2011) vai ao encontro dessa perspectiva, pois o autor ressalta características históricas que devem ser consideradas para compreender a primavera árabe de maneira mais ampla: “o que levou os habitantes do Oriente Médio, especialmente os árabes, às revoltas de meados de 2011 foram algumas das mesmas forças geradas pouco antes da queda do Império Otomano, sintetizadas pelo desejo de autodeterminação”<sup>33</sup>(SCHIOCCHET, 2011, p.71, tradução nossa). No caso atual, é o desejo de se libertar da dominação religiosa ou ditatorial.

Juntamente com o desafio das revoltas mais recentes, tem-se a questão Palestina que demanda solução desde 1948. Na Faixa de Gaza têm ocorrido conflitos armados constantes entre israelenses e palestinos. Uma série de elementos dificulta a chegada de um ponto em comum entre ambas as partes, entre eles a construção de um muro por Israel, a política de estímulo de assentamentos israelenses, a demora na criação do Estado palestino e a divergência em relação às fronteiras e à soberania sobre Jerusalém.

Sobre a política de assentamentos, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, com a abstenção dos Estados Unidos, a resolução 2334, em dezembro de 2016, condenando essa prática. Como reação, Israel anunciou o cancelamento ou suspensão de programas de ajuda a países africanos que votaram a favor da resolução e a retirada de embaixadores de países como a Nova Zelândia (ISRAEL..., 2016).

O reconhecimento do Estado palestino é uma importante bandeira para os países árabes. Aproximadamente 70% dos membros da ONU já o reconhecem, e a Palestina já tem o *status* de Estado observador não membro desde 2012, e já é membro de organismos como a UNESCO desde 2011.

---

<sup>33</sup> Do original em inglês: What drove Middle Easterners, especially Arabs, to the mid-2011 uprisings were some of the same forces generated shortly before the fall of the Ottoman Empire, synthesized in the desire for self-determination.

Sobre o Oriente Médio como um todo, Alterman (2015) menciona uma série de fatores que tem impacto na situação da região e que poderá ter ainda mais no futuro, entre eles o crescimento das tecnologias de comunicação e de informação, que já haviam sido utilizadas durante a primavera árabe e o impacto de ações isoladas sobre grandes populações, especialmente em casos de atividades terroristas.

O autor salienta também as consequências das mudanças no preço da energia que afetam toda a região, pois os países que não têm abundância de petróleo exportam mão de obra para aqueles que o têm. Adicionalmente, a renda do petróleo garante estabilidade política, pois benefícios são revertidos para a população, ao passo que quando a renda cai, existe a necessidade de repensar a governança interna.

Por fim, Alterman (2015) destaca a geopolítica regional e as tensões sectárias, além dos vários “experimentos políticos” levados a cabo na região, como o processo de democratização que está se desenrolando na Tunísia.

### 3.5 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COM O BRASIL

Historicamente, o envolvimento do Brasil com os países do Oriente Médio não teve a mesma densidade se comparado com parceiros tradicionais, como Estados Unidos, Europa e vizinhos latino-americanos. Apesar disso, o Brasil sempre reconheceu a relevância da região e atuou ativamente no âmbito da ONU com o objetivo de contribuir para que se alcance a paz na região. No momento da partilha do território entre Israel e Palestina, por exemplo, Oswaldo Aranha, que presidiu a sessão, pautou-se pela necessidade de distinção entre o desejável e o possível (PIMENTEL, 2001, p.288).

Apesar dessa postura atuante nos foros multilaterais, no que tange às relações bilaterais é possível perceber intensificação das relações durante o governo Geisel. Isso ocorreu no momento em que houve o choque do petróleo de 1973, quando a questão de acesso a esse insumo energético vindo do Oriente Médio se fez mais necessária. De acordo com Marco Antônio de Oliveira Maciel, “a solidariedade entre as nações em desenvolvimento e a busca de ideais semelhantes, nos fóruns internacionais, foram reforçadas pela conjuntura econômica prevalecente” (RELAÇÕES..., 2001, p.15).

O Iraque foi considerado pelo governo brasileiro da época a melhor alternativa, visto que o país era um grande exportador de petróleo e tinha necessidade de importar desde produtos manufaturados até alimentícios, além de serviços como os de engenharia, a exemplo

da construção da ferrovia que ligava as cidades de Bagdá e Akashat pelo Brasil (FARES, 2007).

Além das exportações de serviços, o Brasil exportou principalmente bens manufaturados ao Iraque, como veículos, principalmente nos primeiros anos da década de 1980. Isso ocorria em um período bastante providencial para diversas indústrias brasileiras, considerando a situação de estagflação doméstica (FARES, 2007, p.132).

De acordo com o autor, o país passou a ser o maior fornecedor de petróleo para o Brasil, e continuou a garantir o fornecimento desse bem mesmo durante a guerra contra o Irã, momento de auge dessas relações. O Brasil passou a fornecer equipamentos bélicos convencionais e houve aproximação na área de cooperação nuclear.

De acordo com o autor, o ocaso dessa relação esteve relacionado, na segunda metade da década de 1980, com a diminuição da dependência de petróleo importado pelo Brasil e com a estratégia de diversificação de parceiras econômicas implementada pelo país. Além disso, a política externa brasileira da década de 1990 para o Oriente Médio estava “em torno da órbita dos EUA” (FARES, 2007, p.142).

A crescente necessidade de priorização de assuntos internos, principalmente no que diz respeito à economia, levou ao ápice do distanciamento durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Nizar Messari (2006, p. 245), “embaixadas brasileiras no mundo árabe foram fechadas, laços comerciais diminuíram e o desconhecimento foi aumentando”. Relações próximas com países como o Iraque também seguiram tendência de distanciamento.

Segundo Pilla (2011), mesmo no Conselho de Segurança da ONU, por meio da análise dos votos e dos pronunciamentos, é possível perceber que a postura brasileira passou a ser menos engajada nas temáticas relativas ao Oriente Médio durante a década de 1990. Apesar disso, “é preciso salientar que, embora o país tendesse a seguir o posicionamento estadunidense no órgão, a diplomacia brasileira não abandonou diretrizes históricas, como a solução negociada de conflitos e a soberania estatal” (PILLA, 2011, p.109).

Esse distanciamento começou a mudar já no ano 2000, quando a diplomacia brasileira começou a se aproximar de atores que antes tinham menos destaque na política externa do país, como América do Sul e países árabes. Nesse ano foi realizada uma conferência internacional sobre as relações do Brasil com o mundo árabe que contou com pensadores brasileiros e estrangeiros, os quais debateram sobre uma miríade de temas, incluindo

regionalismo, paz e segurança, cooperação econômica, desenvolvimento e cultura e imigração.

A partir do governo Lula, esse interesse renovado chegou ao seu auge, especialmente com a organização da primeira Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA)<sup>34</sup>, em 2005, cuja proposição foi feita pelo Brasil em 2003. A segunda cúpula, em 2009, organizou a forma como funciona o mecanismo, de forma que as cúpulas de chefes de Estado ocorrem a cada três anos. Nessa ocasião o presidente brasileiro destacou aspectos que demonstravam o crescente entrelaçamento entre as regiões.

Queremos dar passos concretos e duradouros para consolidar a cooperação entre o Mundo Árabe e América do Sul. Estamos reduzindo distâncias físicas, aproximando visões de mundo e integrando povos e culturas. Para isso, fortalecemos o intercâmbio econômico e comercial, estabelecemos ligações aéreas, lançamos projetos de cooperação técnica no combate à desertificação e vamos construir a Biblioteca ASPA, em Argel. Paralelamente, teremos em Tanger um centro de pesquisas sul-americano. Vamos aproveitar a complementaridade entre nossos países para explorar as possibilidades de uma economia que cada vez mais se internacionaliza (SILVA, 2010).

Em paralelo, foram criadas as reuniões setoriais de ministros, como as relativas à cultura, à educação, à economia, aos assuntos sociais, aos assuntos ambientais e à ciência e tecnologia. Um dos destaques nesse período é o fomento ao conhecimento mútuo por meio da cultura, com a implementação da Biblioteca e Centro de Pesquisas América do Sul-Países Árabes (BibliASPA) em São Paulo e com a realização, desde 2010, do Festival Sul-Americano de Cultura Árabe em várias cidades sul-americanas de forma simultânea.

De acordo com Messari (2006), a institucionalização da ASPA é uma forma de garantir que haja um foro para que os países das duas regiões dialoguem sobre questões comuns e se conheçam melhor, uma vez que faltam oportunidades para que isso ocorra em outras instâncias. De acordo com o embaixador brasileiro Arnaldo Carrilho, esse conhecimento possibilita que outros espaços sejam utilizados pela sociedade brasileira para atuar, por exemplo, no conflito na Palestina, como é o caso das universidades e do Instituto de Cultura Árabe-Brasileira (O BRASIL ..., 2010, p.14). Além disso, ainda segundo Messari (2006), a aproximação é alvissareira também pelo fato de o Brasil não ter nenhum interesse

---

<sup>34</sup> A ASPA é composta por 34 países, dos quais são 12 sul-americanos- Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guyana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela- e 22 países árabes- Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Qatar, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuaite, Líbia, Líbano, Líbia, Marrocos, Maurítânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão e Tunísia. Também são membros as organizações regionais UNASUL e Liga dos Estados Árabes (BRASIL, 2016d).

direto nos conflitos do Oriente Médio, de modo que o país é “um potencial mediador eficaz do conflito no Oriente Médio”.

Exemplo da necessidade de conhecimento mútuo, mencionada por Messari, é dada por Paul Achcar (2005), que comenta o conhecimento sobre o Brasil de três grupos distintos nos países árabes. O primeiro é o público em geral, que conhece do Brasil apenas futebol e carnaval; o segundo é o de especialistas, que conhecem, na literatura, Jorge Amado, ou na arquitetura Oscar Niemeyer, por exemplo. Já no terceiro grupo, do meio político, “a América Latina aparece raramente-como assunto- no mundo árabe. Quando se ouve falar, é quase sempre por meio de imagens parciais, esparsas, quase implícitas, que, muitas vezes, são utilizadas para evocar outra coisa” (ACHCAR, 2005, p.298).

Quanto ao “potencial mediador”, durante o governo Lula o Brasil buscou exercê-lo tanto no conflito entre Israel e Palestina quanto na questão nuclear do Irã. Sobre o primeiro caso, o país participou de negociações e, de acordo com Norma Breda dos Santos (2014, p.189), foi importante “inflexão na política externa brasileira, já que pela primeira vez o Brasil participou de negociações diplomáticas fora do âmbito das Nações Unidas que abrangem um tema de segurança internacional sobre um conflito que não se localiza em seu entorno regional”. A esse respeito, as credenciais brasileiras podem ser resumidas da seguinte forma:

O Brasil possui a maior comunidade árabe na América Latina e a segunda maior comunidade judaica. Ademais, como formamos nação multicultural e multiétnica que, em quase um século e meio, convive em paz com seus vizinhos, possuímos essa capacidade de lançar, na expressão do chanceler Celso Amorim, “um novo olhar” para o “outro” e para o processo, cujo êxito dependerá do empenho de toda a comunidade internacional (LIMA, S., 2010, p.13).

O Brasil participou da Conferência de Annapolis, em 2007, e, a partir de então, estreitou seus laços com os países da região não apenas por meio das Cúpulas ASPA, mas também de visitas de chefe de Estado. Norma Breda dos Santos (2014, p.206), ressalta que o presidente brasileiro acalentava inclusive promover uma conferência internacional sobre a questão entre Israel e Palestina. Apesar dessas iniciativas, não houve progresso.

Quanto ao Irã, em 2010, Brasil e Turquia negociaram o Acordo de Teerã, o qual se destinava a resolver o impasse sobre o programa nuclear do país persa. A crise foi deflagrada em 2002, devido a suspeitas de que o referido programa tivesse fins militares, enquanto o Irã sustentava que seus fins eram pacíficos. O resultado foi uma série de sanções econômicas

aplicadas pelos Estados Unidos e, em 2006, a questão passou ao Conselho de Segurança da ONU, com rodadas de sanções determinadas por esse órgão em 2006, 2007, 2008 e 2010.

É nesse ponto que Brasil e Turquia se propuseram a negociar um acordo com o Irã, de modo a superar o impasse. Ambos os países votaram, nesse momento, contra novas rodadas de sanções, pois elas somente contribuiriam para isolar ainda mais o Irã. Apesar da conclusão do acordo, novas sanções, ainda mais pesadas, foram aprovadas, e a questão iraniana somente se resolveu em 2015, quando Irã e o grupo P5+1, composto por Estados Unidos, Grã Bretanha, França, Rússia, China e Alemanha, fecharam um acordo. Segundo Lampreia (2014, p.119), houve uma percepção equivocada de que Obama estaria incentivando o Brasil a buscar uma solução para a questão em 2010.

Os fatos até 2011 demonstram que, de uma aproximação bastante relacionada à temática econômica, as relações passaram pelo distanciamento na década de 1990 e chegaram ao entusiasmo dos anos 2000, com contatos em temáticas múltiplas. O período a partir de 2011 será analisado no capítulo seis, sobre a política externa brasileira atual e a percepção dos países árabes.

## 4 LEITURA DA REALIDADE INTERNACIONAL E POSTURA INTERNACIONAL

“There is a difference between knowledge of other peoples and other times that is the result of understanding, compassion, careful study and analysis for their own sakes, and on the other hand knowledge – if that is what it is- that is part of an overall campaign of self-affirmation, belligerency, and outright war. There is, after all, a profound difference between the will to understand for purposes of coexistence and humanistic enlargement of horizons, and the will to dominate for the purposes of control and external domination.”  
(SAID, p.xix, 2014).

Nesse capítulo, será discutida a classificação de cada um dos seis países árabes analisados, juntamente com o Brasil, a respeito da leitura da realidade internacional e da postura no sistema internacional de acordo com os critérios discutidos no primeiro capítulo. Dessa forma, eles serão classificados como maquiavélico-hobbesianos ou grocianos quanto à leitura da realidade, e com postura de cooperação ou de competição.

### 4.1 BRASIL

A política externa brasileira caracteriza-se por princípios gerais que pautaram, historicamente, sua atuação internacional. Embora os analistas da política exterior do Brasil utilizem diferentes conceitos, todos parecem concordar que existem grandes linhas de continuidade e que, de maneira geral, a busca de soluções pacíficas para controvérsias e respeito ao direito internacional são as bases da atuação brasileira.

Celso Lafer (2000), ao fazer uso dos conceitos de leitura internacional grociana e maquiavélico-hobbesiana, define o Brasil na primeira categoria. De acordo com o autor, embora o Brasil seja considerado um *monster country*, devido a critérios como população, território, recursos naturais, não é um "*monster country* assustador", pois atua por uma moderação construtiva:

Esta moderação construtiva está permeada por uma leitura grociana da realidade internacional, nela identificando, sem ingenuidades, um ingrediente positivo de sociabilidade que permite lidar com o conflito e a cooperação por meio da diplomacia e do direito (LAFER, 2000, p.260).

Miriam Gomes Saraiva e Marcelo Valença (2012) utilizam conceitos distintos para analisar o Brasil no cenário internacional, entretanto a análise complementa aquela exposta



por Lafer. Segundo os autores, os dois eixos que caracterizaram a diplomacia brasileira ao longo dos séculos foram a busca por autonomia e por maior projeção no cenário internacional. Esses objetivos foram postos em prática por meio de estratégias distintas, pois, no caso da autonomia, sucederam-se o alinhamento aos Estados Unidos e a participação em esferas multilaterais.

Gomes Saraiva e Valença (2012) chamam a atenção para a ampliação da influência brasileira de regiões mais próximas, como a América do Sul, para o âmbito global nos últimos anos por meio do uso do *soft power*, o que vai ao encontro da tese defendida por Lafer a respeito do Brasil.

O engajamento em foros multilaterais, o envolvimento na construção e legitimação de uma ordem internacional mais justa para os países do Sul, bem como a participação ativa em temas sensíveis à política internacional foram centrais para a mudança na forma como o Brasil é visto. O país não apenas passou a se comportar como potência, mas também começou a ser encarado e respeitado como tal, assumindo uma aura de legitimidade política em sua atuação. A partir dessa legitimidade, o Brasil assumiu papel de player internacional a partir de uma dimensão de poder que extrapolava a mera coerção. Esta atuação permitiu seu engajamento em diferentes frentes e acesso a diferentes audiências (SARAIVA; VALENÇA, 2012, p.26)

As ações tomadas pela diplomacia brasileira que corroboram essa análise vão desde a defesa da reforma de instituições internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a ONU, para que concedam maior espaço para os países em desenvolvimento e, dessa forma, sejam mais representativas e legítimas, passando pela importante articulação de consensos em temas como mudanças climáticas, até a oferta de cooperação para o desenvolvimento, a qual é pautada pela não imposição de condicionalidades e contrapartidas. A utilização do *soft power*, ou poder brando, é enfatizado pelo discurso diplomático brasileiro:

De fato, as vitórias que o Brasil tem obtido, internamente, nos campos da igualdade e da inclusão social, credenciam-nos ainda mais a propugnar por esses mesmos valores no plano internacional. A consolidação desses avanços fortalece o poder suave do Brasil, que se manifesta crescentemente por meio da cooperação com países amigos. A cooperação internacional constitui um instrumento único que nos permite, a um só tempo, compartilhar experiências inovadoras e incorporar e divulgar o desenvolvimento técnico e tecnológico dos setores produtivo e científico brasileiros. Fortalecer a área da cooperação internacional como instrumento da política externa brasileira e, portanto, do desenvolvimento tecnológico e econômico do país constitui tarefa central, a exigir do Itamaraty pleno engajamento (VIEIRA, 2015b).

Nesse mesmo sentido, tem-se as três entrevistas concedidas por diplomatas brasileiros à pesquisadora em 2016, de acordo com o quadro a seguir, no qual consta o país em que cada respondente estava/esteve lotado ou com o qual tinha trabalhado anteriormente.

O quadro foi obtido por meio da interpretação das entrevistas a respeito de cada quesito analisado, que neste caso é a leitura da realidade internacional e a postura internacional do país. A pergunta feita foi “como o país percebe o sistema internacional contemporâneo e o que orienta a sua atuação nesse cenário?”. Para aqueles que responderam em um texto único, inferiu-se o que correspondia à pergunta. Nos Apêndices C, D e E constam as respostas às entrevistas e no Apêndice F está o quadro com a divisão das respostas feita pela pesquisadora seguindo os quesitos, que originou todos os quadros que constam na tese sobre as entrevistas.

Quadro 3- Síntese Resposta de Diplomatas Brasileiros

	QATAR/ARÁBIA SAUDITA	MARROCOS	ARGÉLIA
LEITURA/POSTURA INTERNACIONAL	Princípios constitucionais determinam conduta grociana da política externa, com base no respeito às normas internacionais	Cooperação como base da atuação externa do Brasil	Brasil como país com características propícias ao diálogo devido à multiculturalidade

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

Verifica-se que as três entrevistas enfatizam os aspectos anteriormente levantados pela análise bibliográfica e confirmam não apenas a leitura grociana da realidade internacional feita pela diplomacia brasileira, mas também sua postura de cooperação com seus pares no sistema internacional.

A diplomata Cláudia Assaf, que esteve lotada tanto no Qatar quanto na Arábia Saudita, destaca os princípios constitucionais que regem a política externa do país, de acordo com o artigo 4º da Constituição Federal de 1988, o qual determina que:

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988, art.4º)

Os diplomatas Rodrigo Andrade Cardoso e Márcio Catunda Ferreira Gomes, lotados na Argélia, complementam esse tópico ao enfatizar as características do Brasil que permitem que ele seja um construtor de consensos, favorecendo sua atuação por meio da cooperação:

Presença universal (é um dos poucos países com relações diplomáticas com todos os países membros das Nações Unidas), atuação ativa e propositiva nos mais diversos foros internacionais, coerência no discurso diplomático em defesa dos princípios basilares do direito internacional, capacidade de propor soluções, ideias e inovações conceituais, tradicional defesa da resolução de conflitos por meios pacíficos, entre outros (CARDOSO; GOMES).

Sobre a leitura do sistema internacional, a diplomata Cláudia Assaf ressalta a crescente multipolaridade do sistema internacional e a consequente defesa da diplomacia brasileira por maior representatividade no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. Nesse ponto, sua entrevista vem ao encontro do que diz um diplomata brasileiro, identificado na coluna do Marrocos, segundo o qual “ante a complexidade dos desafios globais e a diversidade de atores envolvidos, as únicas soluções viáveis e duradouras serão aquelas que contam com amplo respaldo internacional e refletem negociação equilibrada dos interesses envolvidos”.

A revisão bibliográfica e as entrevistas com diplomatas indicam que a atual política externa brasileira, que apresenta continuidade ao longo das décadas, pode ser classificada como grociana quanto à leitura da realidade internacional e como cooperativa no que diz respeito à postura internacional.

#### 4.2 MARROCOS

O Marrocos é um reino localizado no norte da África, governado desde 1999 por Mohammed VI. Os efeitos da primavera árabe sobre o país foram principalmente de aprofundar o movimento, iniciado nos anos anteriores, de esclarecimento das violações de direitos humanos no país. Como resultado, uma reforma constitucional foi adotada por referendo em 2011, o que reforçou o papel do chefe do governo e do parlamento.

Em termos de relações exteriores, os últimos três anos foram de formulação de uma nova política externa para o país. De acordo com Dades (2013), o ano de 2013 marca a inauguração de uma atuação não apenas mais ofensiva, mas também mais previsível e antecipativa. Segundo o Huffington Post Maroc (LA NOUVELLE..., 2016, tradução nossa), essa política externa “trabalha para construir uma nova lógica diplomática marroquina que se

apoiará tanto no poder quanto na influência”<sup>35</sup>. Nesse contexto, tem-se como prioridades a segurança regional e a cooperação Sul-Sul, dentro da qual se inscreve o estreitamento dos laços com os países africanos.

É certo que uma das principais questões para o Marrocos, na atualidade, é a independência do Saara Ocidental, cujo controle é disputado com o movimento Frente Polisário. Embora o país tenha desenvolvido um plano de autonomia para a região, o movimento independentista demanda a realização de referendo. Desde 1991 está em curso uma missão da ONU (MINURSO- United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara) no território, cujo mandato foi prorrogado até 2017 pela Resolução 2285 do Conselho de Segurança da ONU.

Conforme enfatiza o Huffington Post Maroc (LA NOUVELLE..., 2016), embora a diversificação de parcerias com países como Índia, China e Rússia apresente uma razão econômica, ela é também pautada pela vontade de que a questão do Saara tenha uma solução brevemente.

Além disso, tem-se maior participação em organismos internacionais, especialmente no âmbito da ONU, como demonstra o mandato no Conselho de Segurança (2012-2013), Conselho de Direitos Humanos, Comitê da ONU Contra a Tortura, Conselho da Organização Marítima Internacional, Conselho Executivo da UNESCO. De acordo com a diplomacia do país, “a escolha das candidaturas não é acidental e faz parte dos objetivos que o Marrocos estabeleceu para a cooperação multilateral, notadamente no âmbito da ONU” (DADES, 2013, tradução nossa).<sup>36</sup>

Em 2016, o Ministro de Relações Exteriores, Salaheddine Mezouar, declarou que os valores internacionais promovidos pelo reino são os de ética, diálogo e ponderação. Em um contexto de mudanças no sistema internacional, o objetivo do país é o de promover uma “projeção estratégica múltipla”, favorecida pela localização do reino entre a África, a Europa e a Ásia, de modo a maximizar as possibilidades não tanto de competitividade em termos econômicos, mas também de projeção internacional. “De acordo com o chefe da diplomacia marroquina, a política externa do Marrocos ambiciona otimizar o posicionamento

---

<sup>35</sup> Do original em francês: s’attelle à construire un nouveau logiciel diplomatique marocain qui s’appuierait à la fois sur la puissance et sur l’influence.

<sup>36</sup> Do original em francês: le choix de ces candidatures n’est pas fortuit et s’inscrit dans le cadre des objectifs que le Maroc s’est assignés en matière de coopération multilatérale, notamment dans le cadre de l’Organisation onusienne.

geoestratégico singular do reino, fazendo um hub aberto e interagindo com seu ambiente” (SALAHEDDINE..., 2016, tradução nossa)<sup>37</sup>

Segundo o Ministro, as ações tomadas nos anos recentes demonstram a estratégia do país de “engajamento, mobilização e diversificação”, como é o caso da participação marroquina na negociação entre as partes em disputa na Líbia e do estreitamento de laços tanto com países africanos e árabes como outros atores relevantes, a exemplo da Índia (SALAHEDDINE..., 2016).

Em relação aos demais aspectos da política externa do Marrocos, deve-se enfatizar que, embora seja um país árabe, sua localização no norte da África leva à necessidade de não apenas reforçar as relações com os demais países africanos, como também a lidar com desafios como terrorismo e migrações em direção à Europa por meio de seu território.

O Marrocos desenvolve a dimensão africana de sua política externa. A África apresenta para o Marrocos tanto oportunidades (econômicas, políticas) quanto fatores de risco (tráfico de drogas, redes terroristas trans-sahelianas, migrações). O Reino anunciou em 19 de julho de 2016 sua vontade de voltar à União Africana, após ter-se retirado dessa organização em 1984 em protesto à admissão da República Árabe Saharauí Democrática. O Marrocos reforçou e institucionalizou seus laços com os países do Golfo durante a primeira cúpula Marrocos-CCG (Conselho de Cooperação do Golfo), em 20 de abril de 2016, em Riad. O Marrocos apoia a coalizão marroquina no Iêmen e participa da coalização da Arábia Saudita de luta contra o terrorismo. No âmbito econômico e social, 5 bilhões de dólares foram destinados ao Marrocos durante cinco anos (2012-2016) pela Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Qatar (FRANCE, 2017a, tradução nossa)<sup>38</sup>

De fato, a dimensão africana da política externa do Marrocos é corroborada pela relevância dada pela Agência Marroquina de Cooperação Internacional à parceria com esses países: “a ação diplomática marroquina fixou como objetivo estratégico o de elevar a cooperação com os países africanos ao nível de uma verdadeira parceria ativa e solidária” (MAROC, 2017, tradução nossa).<sup>39</sup>

<sup>37</sup> Do original em francês: Selon le chef de la diplomatie marocaine, la politique étrangère du Maroc ambitionne d’optimiser le positionnement géostratégique singulier du Royaume, en en faisant un hub ouvert et interagissant avec son environnement.

<sup>38</sup> Do original em francês: Le Maroc développe la dimension africaine de sa politique étrangère. L’Afrique présente pour le Maroc autant d’opportunités (économiques, politiques) que de facteurs de risque (trafics de drogue, réseaux terroristes trans-sahéliens, migrations). Le royaume a annoncé le 19 juillet 2016 sa volonté de retour dans l’Union africaine, après s’être retiré de cette organisation en 1984, en protestation de l’admission de la République arabe sahraouie démocratique en son sein. Le Maroc a renforcé et institutionnalisé ses liens avec les pays du Golfe lors du premier sommet Maroc-CCEAG (Conseil de coopération des États arabes du Golfe), le 20 avril 2016 à Riyad. Le Maroc apporte son soutien à la coalition marocaine au Yémen et participe à la coalition de l’Arabie Saoudite de lutte contre le terrorisme. Sur le plan économique et social, 5 milliards de dollars ont été versés au Maroc sur cinq ans (2012 – 2016) par l’Arabie saoudite, les Emirats arabes unis, le Koweït et le Qatar).

<sup>39</sup> Do original em francês: l’action diplomatique marocaine s’est assignée comme objectif stratégique de hisser la coopération avec les pays africains au niveau d’un véritable partenariat agissant et solidaire.

Segundo Rachid El Houdaigui (2014), a política externa marroquina é marcada, ao mesmo tempo, por três determinantes- geopolítico, geoeconômico e geocultural-, os quais são combinados com quatro espaços de atuação internacional.

Com relação aos determinantes, no caso da geopolítica ela apresenta mais uma lógica defensiva de consolidação do Estado nacional moderno do que ofensiva, como seria o caso de aumento de extensão territorial. Apesar disso, essa política se choca com as ambições da Argélia e tem como principal desafio a resolução da questão do Saara Ocidental (HOUDAIGUI, 2014, p.1).

No que se refere aos aspectos geoeconômicos e geoculturais, a política externa do Marrocos utiliza o discurso de polo regional e de promotor de relações Sul-Sul. A diversidade cultural e religiosa é fator relevante para determinar a conciliação entre valores universais e especificidades nacionais e a relação com o mundo islâmico.

Ainda de acordo com a análise de Houdaigui (2014), existem quatro espaços de atuação da diplomacia do Marrocos. O primeiro é o espaço de posicionamento geopolítico, o qual coloca Marrocos e Argélia em uma lógica de antagonistas e, conseqüentemente, em uma disputa por liderança regional.

O segundo é um espaço de recursos estratégicos clássicos, que compreende a União Europeia, os Estados Unidos e os países do Golfo. O resultado das relações altamente institucionalizadas com esses atores é a progressiva interdependência que resulta em incremento de poder para o Marrocos, uma vez que as relações econômicas estão fortemente ligadas à União Europeia, as parcerias militares aos Estados Unidos e à França e as relações políticas e estratégicas aos países do Golfo.

O terceiro espaço é o de recursos estratégicos que se tornam indispensáveis, os quais remetem às relações com países que têm aumentado sua participação na distribuição de poder internacional, especialmente os países emergentes. Segundo Houdaigui (2014, p.3, tradução nossa), “países como a China, o Brasil, a Índia e a Rússia, por exemplo, fazem parte atualmente do círculo restrito dos países que tomam decisões. Dessa forma, compreendemos melhor o desafio que pode constituir para o Marrocos ter relações estreitas com esses países”<sup>40</sup>.

Por fim, tem-se um espaço de cooperação, que é o caso da atuação marroquina na África e no Mediterrâneo, com projetos e cooperação econômica, política e securitária.

---

<sup>40</sup> Do original em francês: des pays comme la Chine, le Brésil, l’Inde, la Russie par exemple font ainsi partie aujourd’hui du cercle restreint des pays décideurs. Dès lors, on comprend mieux l’enjeu que peut constituer pour le Maroc des relations étroites avec ces derniers.

Verifica-se, portanto, que a atual política externa do Marrocos tem-se mostrado ativa tanto em nível regional, como demonstra a cooperação com a África e com a Líbia em especial, quanto em nível internacional, com eleição para diversos organismos da ONU.

Os discursos e a atuação do reino levam à conclusão de que, embora tenha buscado uma política firme e atuante, característica dos parâmetros maquiavélico-hobbesianos, que consideram atributos de poder, ela tende à cooperação. Nesse último aspecto fica clara a similaridade com a postura brasileira de cooperação, bem como o esforço do Marrocos em mediar crises no seu entorno regional, atitude também adotada pela política externa brasileira na América do Sul. O discurso de projeção internacional baseada nos atributos de poder maquiavélico-hobbesiano difere do discurso brasileiro, que tende a enfatizar os atributos de *soft power*.

### 4.3 ARGÉLIA

A República Argelina Democrática e Popular é um país do norte da África que tem como sistema de governo o presidencialismo. Desde 1999, Abdelaziz Bouteflika é o chefe de Estado do país. Embora a primavera árabe tenha afetado a Argélia, suas consequências podem ser resumidas em uma reforma constitucional que manteve as prerrogativas presidenciais, tendo como principal mudança o reconhecimento do *tamazight*- língua berbere falada por aproximadamente 15% da população. Em termos econômicos, o principal produto do país é o petróleo.

No que se refere à política externa da Argélia, verifica-se nas últimas décadas a retomada de relações com uma série de países, entre eles potências antigas e emergentes.

O retorno da Argélia à cena internacional após a “década negra” foi uma das principais ambições do Presidente Bouteflika durante sua ascensão ao poder: mensagens de abertura aos Estados Unidos e à França, anúncio de um reexame das relações com o Marrocos, relançamento de relações com a Rússia, retomada dos laços com os países árabes e africanos, abertura em relação à Ásia em geral e à China em particular. A Argélia é atualmente um grande ator regional e procura se afirmar face aos seus parceiros ocidentais como um polo de estabilidade no mundo árabe e africano (FRANCE, 2017b, tradução nossa).<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Do original em francês: Le retour de l’Algérie sur la scène internationale après la «décennie noire» a été l’une des ambitions principales du président Bouteflika lors de son accession au pouvoir: messages d’ouverture à l’endroit des États-Unis et de la France, annonce d’un réexamen des relations avec le Maroc, relance des relations avec la Russie, reprise des liens avec les pays arabes et africains, ouverture vers l’Asie en général et la Chine en particulier. L’Algérie est aujourd’hui un acteur régional majeur et cherche à s’affirmer face à ses partenaires occidentaux comme un pôle de stabilité dans le monde arabe et africain.

De acordo com a conferencista Louisa Dris-Aït Hamadouche (2016), ela apresenta uma característica de não intervencionismo, uma vez que considera que intervenções militares produzem mais problemas do que soluções. Chikhaoui (2015) reforça esse princípio como basilar na política externa recente do país:

A Argélia, desde sua independência, optou por uma política externa que tem como princípios doutrinários irrevogáveis a soberania dos Estados e seu direito à autodeterminação, a não ingerência nos assuntos internos dos Estados, a solução pacífica dos conflitos, a boa vizinhança e o não intervencionismo, seja ele militar ou humanitário (CHIKHAOUI, 2015, p.1, tradução nossa).<sup>42</sup>

A posição clássica da diplomacia argelina de não intervenção pode ser considerada por alguns como um indicativo de que o país faz pouco pela segurança regional, uma vez que conta com o segundo maior exército do continente africano e com a segunda maior população árabe, atrás do Egito somente. Chikhaoui (2015) explica esse aparente paradoxo:

Sua luta pela independência produziu uma política externa intransigente em relação a qualquer ingerência externa, mesmo se, para alguns, essa posição deixou a Argélia desconfortável durante as revoltas árabes em 2011 e limitou suas opções estratégicas face às tensões em sua vizinhança imediata. (CHIKHAOUI, 2015.p.4, tradução nossa)<sup>43</sup>

Como resultado desse posicionamento e do medo do espraiamento da islamização, o autor ressalta a não participação do país em ações militares na Síria, no Iêmen e no Mali, além do apoio a autodeterminação do Saara Ocidental, o que leva a atritos com o Marrocos.

Kader Abderrahim (2016) ressalta que essa imagem de país pouco engajado possa ser fruto da percepção de países como Estados Unidos e França devido à recusa argelina na implantação de bases militares em seu território para a luta contra o terrorismo com base no argumento de soberania nacional.

O país contribui, contudo, com a troca de informações que ajudam no combate aos terroristas, além de fazer parte de importantes foros internacionais nessa matéria, como o Centro Africano de Estudos e Pesquisa sobre Terrorismo e o *Global Counterterrorism Forum*. Pierre Vermeren (2016) complementa, por sua vez, que a Argélia demonstra ser atuante na

<sup>42</sup> Do original em francês: L'Algérie, depuis son indépendance, a opté pour une politique étrangère ayant comme principes doctrinaux irrévocables la souveraineté des Etats et leur droit à l'autodétermination, la non-ingérence dans les affaires internes des Etats, le règlement pacifique des conflits, le bon voisinage et le non interventionnisme, qu'il soit militaire ou humanitaire.

<sup>43</sup> Do original em francês: Sa lutte pour l'indépendance a produit une politique étrangère intransigente vis-à-vis de toute ingérence étrangère même si, pour certains, cette position a mis mal à l'aise l'Algérie durant la vague des révoltes arabes de 2011 et a limité ses options stratégiques face aux tensions dans son voisinage immédiat.



estabilização regional, especialmente depois da primavera árabe, mais particularmente em países como Tunísia, Egito e Líbia.

Apesar disso, Hamadouche (2016) considera que essa posição não deveria inibir uma atuação mais ativa em termos econômicos, por exemplo, visto que o desenvolvimento conjunto da região do Sahel levaria à diminuição da preocupação com instabilidades e, conseqüentemente, com a dimensão securitária.

A situação dos países vizinhos é, com efeito, de grande preocupação para o país. Ao mesmo tempo em que reforçou a segurança na fronteira com a Líbia, a Argélia busca mediar as negociações entre os grupos opostos nesse país, de forma a repetir a atuação exitosa no Mali, cujo acordo foi fechado em 2015. Segundo ressalta a diplomacia francesa (FRANCE, 2017b), a diplomacia argelina tem papel central na aplicação desses acordos juntamente com a ONU.

Hamadouche (2016) alerta ainda para que a política externa da Argélia não fique restrita à imagem de um país com expertise na luta antiterrorista, especialmente no que se refere às relações com Estados Unidos e com Europa. Por isso, ela chama a atenção para a relevância das relações com a América Latina, especialmente pelo fato de muitos países da região terem passado por uma transição política e econômica, com conflitos internos e posterior processo de reconciliação, fato similar ao enfrentado pela Argélia no presente.

O estreitamento de relações com essa região está em consonância com a busca por diversificação de parcerias desde que Bouteflika passou a comandar o país. A Argélia, de fato, se aproximou de países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos e dos países membros da OTAN, embora o país não tenha apoiado a ação na Líbia para retirar do poder Kadafi. Como perspectiva para o futuro, tem-se a manutenção dos princípios fundamentais da política externa da Argélia adaptados ao novo contexto da região.

O desenvolvimento futuro da política externa da Argélia continuará a se basear em seus princípios fundamentais, a saber: a defesa da independência nacional, a recuperação da identidade nacional, a recusa a toda forma de ingerência, a recusa a qualquer base militar estrangeira em seu território, a rejeição da política de alianças e de pactos militares (CHIKHAOUI, 2015, p.1, tradução nossa)<sup>44</sup>

Pode-se concluir, portanto, que a política externa da Argélia apresenta todas as características para ser definida como grociana, com respeito ao diálogo e recusa a

<sup>44</sup> Do original em francês: Le développement futur de la politique étrangère de l'Algérie continuera à s'appuyer sur ses principes fondamentaux, à savoir : la défense de l'indépendance nationale, le recouvrement de l'identité nationale, le refus de toute forme d'ingérence, le refus de toute base militaire étrangère sur son sol, le rejet de la politique d'alliance et des pactes militaires

intervenções militares, mesmo que em situações de instabilidade regional, e sua postura internacional é, claramente, de cooperação. Nesses dois aspectos, a política externa da Argélia é bastante similar à do Brasil, com o primado do respeito às normas internacionais e busca do diálogo mesmo em situações adversas.

#### 4.4 TUNÍSIA

A República Tunisiana foi o país onde a primavera árabe teve seu início. O presidente Ben Ali deixou o poder e uma *troika* assumiu o comando do país pelos três anos posteriores, sendo adotada uma nova constituição em 2014, completando a transição política. É fato marcante que, em 2015, o Prêmio Nobel da Paz foi destinado a quatro instituições do país por seu papel decisivo no diálogo que pautou esse processo, as quais são União de Indústria e Comércio, a União Geral de Trabalhadores da Tunísia, a Ordem dos Advogados e Liga de Direitos Humanos.

Uma das principais questões para o país, na atualidade, é a questão securitária, uma vez que houve quatro ataques terroristas em seu território entre 2015 e 2016, gerando impactos para o principal setor econômico do país, o turismo, o que aumenta os níveis de desemprego. Além disso, não apenas a fragilidade da fronteira com a Líbia potencializa o perigo terrorista, mas existe também a questão de que existe um grande número de tunisianos se tornando jihadistas na Síria. Como resultado de todos esses fatores, uma lei de 24 de julho de 2015 passou a permitir a pena de morte em alguns casos (FRANCE, 2017c).

Segundo o Center for Insights in Survey Research (2016), as dificuldades econômicas são a principal preocupação da população, que expressou o pessimismo quando 71% dos entrevistados de uma pesquisa de opinião responderam que o país está indo na direção errada. Habib Essid (2015), Primeiro Ministro do país, ressalta que a criação de empregos é uma prioridade, principalmente porque cerca de 30% da população com ensino médio completo está desempregada e esse é um dos motivos, segundo ele, para o aumento do número de jihadistas tunisianos.

Em termos de política externa, o discurso de posse do presidente Caïd Essebsi enfatizou que ela se baseia no “respeito da legalidade nacional, não ingerência nos assuntos internos dos países, difusão dos princípios dos Direitos do Homem, a consolidação do

pertencimento magrebino, africano, árabe, islâmico e mediterrâneo da Tunísia”<sup>45</sup> (FRANCE, 2017c, tradução nossa).

Essa afirmação é corroborada pelos objetivos listados no *site* do Ministério de Relações Exteriores da Tunísia, que incluem o desenvolvimento e a diversificação de relações e o reforço da cooperação em diversos âmbitos, especialmente com os espaços aos quais o país pertence, na base da interdependência de interesses e da parceria solidária.

De acordo com a entrevista concedida à pesquisadora, em 2016, pelo Embaixador da Tunísia no Brasil, Sr. Sabri Bachtobji, disponível na íntegra no Apêndice A, o pertencimento da Tunísia a esses diferentes contextos e sua localização em uma região estratégica, que conecta a África à Europa, devem ser ressaltadas ao se falar sobre a compreensão da Tunísia sobre o cenário internacional, uma vez que:

Estamos em um entorno internacional complicado, temos, como se sabe, o problema que está ocorrendo na Líbia e esperamos a estabilidade deste país, o que é um desafio securitário e econômico para nós. Estamos também em uma luta internacional contra o terrorismo, o terrorismo que agora é um desafio para a comunidade internacional. E temos também desafios econômicos e sociais que são os resultados da revolução. Esse é um panorama geral da nossa situação geopolítica (BACHTOBI).

No que se refere a esse cenário regional, conforme salienta Cherif (2015), assim como a Argélia, a Tunísia se posiciona contra a intervenção no caso da Líbia, preferindo as soluções pacíficas em detrimento das militares, entretanto deve-se recordar que a Tunísia é um país menor e com menos recursos naturais e militares do que sua vizinha. De acordo com o Primeiro Ministro do país:

A solução não será uma solução militar. E o que está de fato ocorrendo na Líbia é a consequência, eu diria, de uma improvisação que lida com problemas difíceis como no Iraque, na Líbia. E então se faz um ataque militar, se sai do país e deixa a situação como está realmente. Isso é- a solução deveria vir dos líbios. A solução será uma solução dos líbios para os líbios (ESSID, 2015, tradução nossa).<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Do original em francês: respect de la légalité nationale, la non-ingérence dans les affaires intérieures des pays, la diffusion des valeurs de droits de l’Homme, la consolidation de l’appartenance maghrébine, africaine, arabe, islamique, et méditerranéenne de la Tunisie.

<sup>46</sup> Do original em inglês: The solution won’t be a military solution. And then actually what’s happening in Libya is the consequence of, I would say, an improvisation dealing with difficult problems like Iraq, like Libya. And then we go and make a military strike, then we go out and let the situation be as it is actually. This is—the solution should come from the Libyans. The solution will be Libyan-Libyan solutions.

Embora Tunísia e Argélia tenham como base de sua política externa a não intervenção, o cenário atual de instabilidade regional ensejou estreitamento da cooperação securitária entre eles. A política externa tunisiana atual pode, portanto, ser assim resumida:

Sob o comando o presidente Beji Caid Essebsi e do Primeiro Ministro Habib Essid, a Tunísia irá consolidar uma política de “inimigo zero”, similar à estratégia diplomática dos presidentes anteriores Habib Bourguiba e Zine El Abidine Ben Ali, que buscaram tirar o país das rivalidades regionais. (CHERIF, 2015, tradução nossa).<sup>47</sup>

O Embaixador Bachtobji lembra também que a concessão do Prêmio Nobel da Paz “é um sinal internacional para apoiar o processo democrático na Tunísia”. Dentro dessa dinâmica de transformação política, o país tem buscado diversificar parcerias, especialmente em matéria econômica, ao mesmo tempo em que mantém o status de “*Privileged Partnership*” com a União Europeia.

Segundo Cherif (2015), os Estados Unidos são uma prioridade para a política externa da Tunísia no que se refere não apenas a assuntos econômicos e de investimentos, mas principalmente à “guerra ao terror” e ao processo de democratização. De acordo com o autor, “o auxílio dos Estados Unidos pode também evitar a excessiva dependência da Tunísia em países ricos avessos à democracia, como Argélia e Emirados Árabes Unidos” (CHERIF, 2015, tradução nossa)<sup>48</sup>.

Dentro da mesma lógica, o autor sugere que as relações com os países do Golfo também podem servir de contraponto a críticas de países ocidentais a respeito da democracia e da economia no país. O que se verifica na prática é que a Tunísia demonstra autonomia, a exemplo da postura desfavorável a intervenções e da busca por conciliação interna com a participação de partidos islâmicos no governo, mesmo que exista pressão dos Emirados Árabes Unidos por meio da diminuição de aportes de investimentos no país.

Em relação às perspectivas da política externa da Tunísia, o pesquisador e antigo diplomata Farhat Othman (2016) lista uma série de medidas que contribuiriam para uma renovação da inserção internacional do país. Entre elas, pode-se destacar a normalização das relações com Israel, pois reconhecer a repartição de 1947 do território significa também apoiar a Palestina; entrada de países do Magreb, como Tunísia e Marrocos, na União

<sup>47</sup> Do original em inglês: Under President Beji Caid Essebsi and Prime Minister Habib Essid, Tunisia will consolidate a “zero-enemy” policy, one similar to the diplomatic strategies of former presidents Habib Bourguiba and Zine El Abidine Ben Ali that sought to remove the country from regional rivalries.

<sup>48</sup> Do original em inglês: US aid can also prevent Tunisia’s excessive reliance on rich countries averse to democracy, such as Algeria and the United Arab Emirates (UAE).

Europeia, uma vez que esta já se faz presente nesse território por meio dos presídios de Ceuta e Melilla e pelo aporte de recursos econômicos.

Como resultado da análise da política externa da Tunísia, pode-se concluir que a postura é de cooperação, com estreitamento do diálogo com os países vizinhos e de forma a evitar conflitos. Em termos da leitura da realidade internacional, tem-se a grociana, com respeito às normas internacionais e valorização da não intervenção. Do mesmo modo que ocorre na comparação da política externa argelina com a brasileira, a da Tunísia é bastante similar à do Brasil, mesmo que o contexto no qual operam seja bastante diverso. Chama a atenção a ênfase do discurso tunisiano no que se refere ao respeito aos direitos humanos e à democracia que está em processo de consolidação, dois tópicos caros à diplomacia pátria.

#### 4.5 BAHRAIN

O Bahrain é uma monarquia constitucional localizada no Golfo Pérsico, governada pelo rei Hamad bin Isa Al Khalifa. Dentre as monarquias do Golfo, o Bahrain é a com menor população e território. O país apresenta características demográficas singulares, uma vez que mais da metade da população é de imigrantes, grande parte do subcontinente indiano.

Além disso, existe a clivagem religiosa, que é frequentemente apontada por especialistas como uma das causas de instabilidade política, pois enquanto a família real é sunita, assim como aproximadamente 30% da população, os outros 70% são xiitas.

No que se refere à primavera árabe, houve revoltas no país, entre fevereiro e março de 2011, que foram abafadas com a ajuda de tropas da Arábia Saudita, da Jordânia e dos Emirados Árabes Unidos. De acordo com Laurence Louër (2011, p.1, tradução nossa), o Bahrain “vivencia, com efeito, após os anos de 1930, uma vida política carregada de revoltas de repetição. Um ditado afirma ironicamente que esse arquipélago vivencia uma intifada a cada dez anos”<sup>49</sup>.

Apesar de o autor afirmar que o partido islâmico xiita al-Wifaq é a principal força de oposição, ele ressalta que essa clivagem entre sunitas e xiitas na política não ocorria antes da década de 1970, momento em que ocorreu a difusão de partidos islâmicos iraquianos no país. Nesse cenário, considerando-se que o Irã renunciou há quase quatro décadas o projeto de exportar a revolução para o Bahrain, Louër (2011) afirma que não há fundamento para a tese apresentada pelo governo de que os protestos foram insuflados pelo Irã.

---

<sup>49</sup> Do original em francês: *connaît en effet depuis les années 1930 une vie politique émaillée de révoltes à répétition. Un adage y affirme même, par dérision, que cet archipel connaît une intifada tous les dix ans.*

O que contribui para explicar a situação de instabilidade do país, de acordo com o autor, é o desgaste do pacto social estabelecido nos anos de auge do petróleo. Isso porque a renda petrolífera permitia que houvesse bons empregos públicos a todos com ensino médio e superior, enquanto os empregos privados, que pagavam salários mais baixos, eram reservados aos imigrantes.

O aumento da população e a saturação do setor público saturaram esse modelo, obrigando os jovens a procurar empregos no setor privado. As empresas privadas continuam relutantes em contratar Bahranis, considerados mal formados no plano profissional, mas principalmente mais custosos do que os imigrantes, vinda de países pobres e acostumada a condições de trabalho medíocres, nas quais os empregadores têm todos os direitos (LOUËR, 2011, p.3, tradução nossa).<sup>50</sup>

É nesse contexto de desafios sociais que se situa a política externa do país. Dentre os principais objetivos da diplomacia do Bahrain, de acordo com seu Ministério de Relações Exteriores, estão a manutenção da soberania e da independência e o apoio a causas nacionais árabes e islâmicas, principalmente a da Palestina (BAHRAIN, 2016).

O país tem relações bastante próximas com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha, a qual exerceu protetorado sobre o território até 1971. As relações com os Estados Unidos estreitaram-se após a guerra para libertação do Kuwait, da qual o Bahrain participou. Foi assinado um acordo em 1991 para a utilização de instalações militares pelos americanos e, em 1995, a 5ª Frota norte-americana foi instalada no Golfo Pérsico, cujo comando está localizado no Bahrain.

Em 2002, o país recebeu a designação de “*major non-NATO ally*”, fazendo parte do grupo de oito países do Oriente Médio com esse status atualmente<sup>51</sup>. Embora as relações com os Estados Unidos sejam estreitas, deve-se ressaltar que o Bahrain participou apenas da coalizção que lutou no Afeganistão, 2001, autorizada pela ONU, mas se opôs à coalizção que lutou no Iraque em 2003.

No que se refere às relações com os demais países da região, verifica-se que as relações com o Irã são tensas desde a Revolução Iraniana, e culminaram com o rompimento de relações diplomáticas em 2016. Já com os países do Golfo, existe bastante proximidade, especialmente devido à criação, em 1981, do Conselho de Cooperação do Golfo, organismo

<sup>50</sup> Do original em francês: L'augmentation de la population et la saturation du secteur public ont eu raison de ce modèle, obligeant les jeunes à chercher des emplois dans le secteur privé. Les entreprises privées, quant à elles, demeurent réticentes à embaucher les Bahreïnien, réputés mal formés sur le plan professionnel mais surtout plus coûteux que la main d'oeuvre expatriée, venue de pays pauvres et habituée à des conditions de travail souvent médiocres, sur laquelle les employeurs ont tous les droits.

<sup>51</sup> Os demais países, em ordem cronológica, são: Egito, Israel, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Afeganistão e Tunísia.

que reúne Bahrain, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos com o objetivo de estreitar as relações políticas, econômicas e militares. Seu principal parceiro é a Arábia Saudita, tanto economicamente quanto politicamente.

O alinhamento às posições sauditas é uma constante na política externa do Bahrain, como demonstra o apoio à proposta de Riyad de fazer evoluir o Conselho de Cooperação do Golfo em direção a uma união mais integrada. As tensões políticas reforçaram a dependência do Bahrain em relação à Arábia Saudita, já bastante fortes no plano econômico e financeiro (FRANCE, 2016a, tradução nossa).<sup>52</sup>

Por fim, deve-se ressaltar a importância atribuída à temática do terrorismo e da estabilidade regional. O Bahrain faz parte da coalizão internacional que luta contra o Estado Islâmico e é ativo organizador de conferências sobre como barrar o financiamento de organizações terroristas, conforme sublinha a entrevista concedida pela embaixada do Bahrain nos Estados Unidos à pesquisadora, em 2016, constante na íntegra no Apêndice B:

A segurança e a estabilidade da região como um todo é de grande importância, com as quais o Bahrain contribui por meio da colocação do desenvolvimento sustentável como prioridade de sua política externa. As ameaças mais desafiadoras que o mundo enfrenta é o fenômeno do terrorismo e o espraiamento de grupos terroristas (EMBAIXADA DO REINO DO BAHRAIN NOS ESTADOS UNIDOS, tradução nossa).<sup>53</sup>

Embora Brasil e Bahrain compartilhem a ênfase na cooperação e no direito internacional como fundamentos de suas respectivas políticas externas, pode-se perceber como principal diferença a preocupação com relação à segurança e ao terrorismo. Esse tópico ocupa papel central na política externa do Bahrain, devido não apenas a sua localização geográfica, mas possivelmente também devido às tensões existentes em sua sociedade, a única do Golfo a enfrentar protestos com demandas semelhantes às que ocorreram na Tunísia e no Egito.

Outro tópico distinto é o papel da diversidade social na política externa. Enquanto o Brasil enfatiza sua multiculturalidade como forma de aproximação de outros povos, a divisão religiosa no reino aprofundou a preocupação com relação ao terrorismo. Além disso, a proximidade geográfica dos territórios ocupados pelo Estado Islâmico explica a centralidade

<sup>52</sup> Do original em francês: L’alignement sur les positions saoudiennes est une constante de la politique étrangère bahreïnienne, comme l’illustre le soutien en décembre 2013 de Manama à la proposition de Riyad de faire évoluer le CCEAG vers une union plus intégrée. Les tensions politiques ont en outre renforcé la dépendance de Bahreïn vis-à-vis de l’Arabie saoudite, déjà très forte sur le plan économique et financier.

<sup>53</sup> Do original em inglês: The security and stability of the region as a whole is of great importance, to which Bahrain contributes through putting sustainable development at the forefront of its national policy. The most dangerous challenges the world faces are the phenomenon of terrorism and the spread of terrorist groups.

da luta contra o terrorismo, embora o Brasil também tenha papel ativo nas discussões sobre essa temática.

Por fim, deve-se enfatizar a importância atribuída por ambos os países à cooperação internacional, mesmo que no caso do Bahrain esta seja comparativamente mais restrita do que a brasileira, concentrada principalmente no Conselho de Cooperação do Golfo e na cooperação bilateral com Estados Unidos e Reino Unido, especialmente em matéria de defesa e segurança e relações econômicas que não se limitam ao petróleo.

Pode-se concluir que o Bahrain demonstra leitura grociana do sistema internacional, com a firme crença de que a cooperação e o respeito às normas e instituições internacionais trazem benefícios à comunidade internacional. No que se refere à postura internacional, o país enfatiza a cooperação. Embora no caso do Bahrain exista uma operação militar em curso no Iêmen, esta está relacionada à defesa do princípio da legitimidade e estabilidade regional, a qual é o maior benefício auferido pelo Bahrain com a mencionada ação.

#### 4.6 QATAR

O Qatar é um emirado localizado no Golfo Pérsico, governado por Tamim bin Hamad al Thani desde 1995, com uma constituição em vigor desde 2005. A liderança de al Thani caracteriza-se pelo processo de abertura política, com o fim da censura à imprensa escrita e maior participação de mulheres no governo. Apesar de buscar uma imagem de progresso e Estado semi liberal, conforme lembra Pulliam (2013), o Qatar ainda é uma monarquia que difere muito de um verdadeiro processo democrático, visto que, segundo ressalta Khatib (2013, p.430), não tem parlamento nem partidos políticos independentes e nem organizações independentes da sociedade civil.

Diferentemente do que ocorreu no Bahrain, no Qatar, o advento da primavera árabe não levou a grande mobilização social, visto que a contestação ocorreu principalmente de pessoas que estavam fora do território qatari. Nesse mesmo sentido, pode-se diferenciar a situação do Qatar em relação ao Bahrain no que se refere ao notável crescimento econômico daquele. Embora mais de 90% das exportações do país sejam referentes aos hidrocarbonetos, existe forte investimento em diversificação econômica, como a criação de um *hub* aeroportuário, investimento em centros de pesquisa e de inovação e no turismo, especialmente como sede da Copa do Mundo de futebol de 2022 (FRANCE, 2017d).



No que se tange à política externa, o Qatar tem demonstrado um papel ativo, principalmente no contexto regional, além de não demonstrar nenhum alinhamento a blocos específicos, pois “ele tem relações semi-normalizadas com Israel ao mesmo tempo em que tem relações próximas com o Irã e com a Síria. Ele abriga uma grande base norte-americana embora frequentemente aja diferentemente de como os Estados Unidos gostariam que ele agisse”<sup>54</sup> (PULLIAM, 2013, p.1, tradução nossa).

A ascensão ao poder do Sheik Hamad Bin Khalifa Al Thani, pai do atual governante, marcou não apenas mudanças no plano doméstico, mas, principalmente, no plano internacional. A política externa do Qatar deixou de ser alinhada à Arábia Saudita e passou a utilizar fortemente o *soft power*, a boa vizinhança, a formação de alianças estratégicas com grandes e médias potências e a formação de uma imagem internacional (ABDULLAH, 2014). Com o advento da primavera árabe, houve mudanças na política externa:

A primavera árabe marcou uma nova etapa na estratégia de afirmação regional perseguida pelo emir- pai, Sheik Hamad. Posicionando-se rapidamente do lado dos insurgentes e apoiando as correntes islâmicas (principalmente a Irmandade Muçulmana), o Qatar aproveitou a oportunidade oferecida pelo enfraquecimento de grandes países árabes (Egito, Argélia, Iraque e Síria). Graças à audiência da rede Al Jazeera, o emirado é igualmente um defensor das revoluções e do direito dos povos à autodeterminação (FRANCE, 2017d, tradução nossa)..<sup>55</sup>

Apesar de o diretor geral da Al Jazeera, emissora fundada em 1996 pelo emir, afirmar que o canal não tem relação com a política externa do Qatar, a cobertura feita durante a primavera árabe levou a acusações de países como Síria de que as notícias seriam falsas. Como resultado, jornalistas foram presos pelo governo, o mesmo que aconteceu no Egito (SINJAB, 2015). Conforme lembra Pulliam (2013, p.6), independentemente das intenções do emir ao criar a Al Jazeera, o fato é que uma emissora sem censura foi instalada em uma região na qual o controle de informação é vital para o manejo da sociedade e para salvaguardar regimes autoritários.

Além do papel exercido pela mídia qatari, deve-se destacar o armamento dos rebeldes que lutavam contra Gaddafi e contra Bashar Al Assad, a participação militar do país na

<sup>54</sup> Do original em inglês: it has semi-normalized relations with Israel at the same time that it has close relations to Iran and Syria. It hosts a large US base yet often works counter to how the US would like it to behave.

<sup>55</sup> Do original em francês: Les printemps arabes ont marqué une nouvelle étape dans la stratégie d’affirmation régionale poursuivie par l’émir père, Cheikh Hamad. En se rangeant très vite du côté des insurgés et en soutenant les courants islamistes (notamment les Frères musulmans), le Qatar a saisi l’opportunité offerte par l’affaiblissement des grands pays arabes (Egypte, Algérie, Irak, Syrie). Grâce à l’audience de la chaîne Al Jazira, l’émirat s’est également fait le chantre des révolutions et du droit des peuples à disposer d’eux-mêmes.

coalizão liderada pela OTAN na Líbia, em 2011, e na coalizão de tropas da Liga Árabe na Síria.

A política do Qatar de “impacto e influência” teve sucesso considerável, graças à mudança do clima político e à divisão de estruturas geopolíticas ao longo da região sob a influência da primavera árabe. Essa mudança substancial na política externa do Qatar parece refletir sua confiança tanto na tomada de decisão independente quanto em sua capacidade de desempenho em pé de igualdade com outros países da região (ABDULLAH, 2014, tradução nossa).<sup>56</sup>

Segundo Abdullah (2014), a política externa Tamim bin Hamad al Thani tem sido caracterizada pela utilização do *smart power*. De acordo com Khatib (2013), as motivações do Qatar em mediar conflitos e participar de coalizões, como na Líbia, são evitar que a instabilidade chegue ao seu território, contrabalançar a influência do Irã na região, expandir sua projeção *vis-à-vis* a Arábia Saudita e formar uma imagem internacional<sup>57</sup> de aliado do Ocidente, uma vez que abriga um quartel-general norte-americano.

Por um lado, essa mediação e as boas relações com diversos atores podem contribuir para que se atinja um novo equilíbrio na região. Segundo Kaussler (2015, p.42, tradução nossa), “o compromisso do emir do Qatar com o engajamento de todos os atores ao longo do espectro ideológico pode ser o Metternich que faltava no Oriente Médio e ajudar a receber um novo concerto securitário regional baseado na inclusão e no equilíbrio de poder”.<sup>58</sup>

Por outro lado, Pulliam (2013, p.8) ressalta que o resultado é a extensão da influência do Qatar a esses países, de modo que ele fica mais bem posicionado do que outros atores, como no caso de ganhos econômicos. Com isso, embora a política externa atual seja mais discreta do que durante a primavera árabe, o país busca papel de liderança e defende seus interesses.

Pulliam (2013, p.1) defende que a política externa do Qatar, embora possa parecer paradoxal, já que tem desafiado a liderança saudita, com potencial de gerar instabilidades regionais, pauta-se pela lógica de afirmar uma imagem internacional do Qatar que seja respeitada, que tem como características as de “um Estado progressista, inovador, aberto aos negócios e neutro, cujas políticas estejam conforme as normas e valores internacionais”

<sup>56</sup> Do original em inglês: Qatar's policy of "impact and influence" has enjoyed considerable success, thanks to the changing political climate and divided geopolitical structures across the region under the influence of the Arab Spring. This substantial shift in Qatar's foreign policy appears to reflect its confidence both in independent decision-making and its ability to perform on par with other countries in the region.

<sup>57</sup> No original, “launching a brand”.

<sup>58</sup> Do original em inglês: the Qatari Emir's commitment to engage with all actors across the ideological spectrum may well be the missing Metternich in the Middle East and help usher a new regional security concert based on inclusiveness and power equilibrium.

(tradução nossa).<sup>59</sup> O único paradoxo que resta é o suporte a movimentos democráticos enquanto mantém um regime autoritário em seu próprio território.

O Qatar sempre se esforçou para se adaptar às tendências políticas, e a primavera árabe levou às islâmicos se tornarem mais influentes na região. O apoio militar e financeiro do Qatar a esses grupos se traduz em influência política. Portanto, enquanto o Qatar pode estar capitalizando em suas relações já próximas a vários grupos islâmicos, seu apoio a esses grupos pode também ser visto como uma medida reativa a mudanças no status quo político na região do Oriente Médio (KHATIB, 2013, p.425, tradução nossa).<sup>60</sup>

O Qatar tem em comum com a diplomacia brasileira o uso do *soft power* como forma de projeção internacional. Os principais meios utilizados pelo país são o canal Al Jazeera, a organização de conferências internacionais em seu território, como a Conferência sobre Mudanças Climáticas, em 2012, e de eventos esportivos, como o Campeonato Mundial de Handball, em 2015. Além disso, ambos se assemelham na atividade de mediação de conflitos não apenas em seu entorno regional, como demonstra a participação qatari na paz entre Israel e Palestina, no Iêmen, na Somália e no Sudão. Além disso, a visão de que todos devem ser incluídos na busca de paz e de estabilidade assemelha Brasil e Qatar.

Com isso, apesar de a postura do Qatar ter muitos elementos que caracterizam a cooperação, a política externa praticada atualmente demonstra que a competição com a Arábia Saudita tem pautado sua atuação externa, principalmente devido ao apoio de grupos domésticos que promoveram as revoluções da primavera árabe, por meio do fornecimento de armamento para grupos rebeldes, e de grupos dissidentes dentro de outros Estados, como forma de projetar sua liderança regional. No que diz respeito à leitura da realidade internacional, esta dá sinais de ser grociana, muito embora a política externa do Qatar tenha demonstrado indícios de *smart power*, o que mistura elementos grocianos e maquiavélico-hobbesianos.

---

<sup>59</sup> Do original em inglês: a progressive, innovative, business friendly and neutral state whose policies conform to international norms and values.

<sup>60</sup> Do original em inglês: Qatar has always striven to adapt to political trends, and the Arab Spring has seen Islamists becoming more influential across the region. Qatari military and monetary support for those groups translates into political influence. Thus, while Qatar may be capitalizing on its existing warm relationships with various Islamist groups, its support for Islamists can also be seen as a reactive measure to a change in the political status quo across the Middle East.

#### 4.7 ARÁBIA SAUDITA

A Arábia Saudita é uma monarquia absoluta islâmica localizada na Península Arábica, governada por Salman bin Abdulaziz. Embora seja uma potência em termos financeiros e de produção de petróleo, um dos principais problemas internos enfrentados pelo país é a alta taxa de desemprego entre os jovens. Apesar disso, o país não sofreu com a onda de protestos que invadiu a região durante a primavera árabe.

Apesar do conservadorismo *wahabista*, o rei vem promovendo reformas na Arábia Saudita, de modo a modernizar o país. Entre as principais, pode-se mencionar a reforma do sistema educativo, a abertura não apenas da possibilidade de mulheres votarem, mas também de se elegerem nas eleições municipais de 2015 e o lançamento “em abril de 2015, o plano “Visão 2030”, que visa, na sua vertente social, a desenvolver o turismo, a cultura e a prática de esportes no país”<sup>61</sup> (FRANCE, 2016b, tradução nossa).

Em termos econômicos, a principal atividade responsável pelo PIB saudita é a extração de hidrocarbonetos, que corresponde a aproximadamente 50%. O país é o maior produtor e exportador de petróleo do mundo e líder histórico da Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

A respeito da política externa, de acordo com o *site* do Ministério de Relações Exteriores da Arábia Saudita, ela é caracterizada por círculos concêntricos, que abrangem primeiramente o círculo do Golfo, e a seguir os círculos árabe, islâmico e internacional. Dentre os princípios que orientam essa política externa, pode-se destacar o comprometimento a não usar a força e a não intervir em assuntos internos dos outros países, o respeito à Carta das Nações Unidas e às normas de direito internacional e a defesa dos interesses árabes e islâmicos na arena internacional.

A despeito desse discurso diplomático, o reino apresenta uma política externa ativa e pragmática que se concentra em três âmbitos principais: Irã, Iêmen e luta contra o Estado Islâmico. No caso do Irã, segundo Gause (2014), a Arábia Saudita trava contra o país uma guerra fria, pois ao invés de confronto militar existe uma disputa por influência no sistema doméstico dos países menores. Em meio a esse clima tenso, a Arábia Saudita rompeu relações com o Irã, em 2016, após o desgaste da execução de um líder xiita pelo reino saudita.

No Iêmen, a Arábia Saudita lidera uma coalizão contra os rebeldes xiitas Houthi. De acordo com Sinjab (2015, tradução nossa), essa guerra “é vista por muitos como uma guerra

---

<sup>61</sup> Do original em francês: en avril 2015 le plan « Vision 2030 », qui vise dans son volet social à développer le tourisme, la culture et la pratique du sport dans le pays.

*proxy* na qual os países árabes sunitas estão tentando barrar o que eles veem como uma expansão iraniana xiita na região”.<sup>62</sup>.

Como resultado dessa ação militar, Ghattas (2015) destaca não apenas a demonstração de força para o Irã, com a mensagem de que a segurança nacional é defendida mesmo fora das fronteiras sauditas, mas tem-se também o crescimento do sentimento patriótico dentro do país. Para muitos especialistas, essa incursão no Iêmen marca uma mudança de política externa para um tom mais assertivo, que inclui mesmo o interesse pelo desenvolvimento de artefatos nucleares, de acordo com Takeyh (2015).

A incursão da Arábia Saudita no Iêmen reflete uma nova política externa que afirma de maneira assertiva as reivindicações sauditas no Oriente Médio e até mesmo faz uso de suas forças armadas para garantir seus interesses. Após depender por séculos de impérios externos- primeiro o britânico e depois o americano- para salvaguardar seu território e proteger seus interesses regionais, a Casa dos Saud está começando a contar com seus próprios recursos (TAKEYH, 2015, tradução nossa).<sup>63</sup>

O reino faz parte da coalizão internacional que combate o Estado Islâmico e participa de ataques aéreos na Síria. Com relação a esse país, a Arábia Saudita defende a saída de Bashar Al Assad do poder, mas demonstra postura moderada. A luta do reino contra o terrorismo envolve uma série de medidas que vão desde o desmantelamento de células terroristas e o reforço do arcabouço jurídico do país até a prevenção do radicalismo e programas de desradicalização (FRANCE, 2016b).

No contexto da primavera árabe, o papel do reino saudita foi bastante diverso daquele desempenhado pelo Qatar. A Arábia Saudita utilizou todo o seu poderio para garantir a manutenção do status quo na região, conforme demonstra o envio de tropas para auxiliar o governo do Bahrain.

A Arábia Saudita teve um papel singular ao longo da Primavera Árabe. Com uma mão que guia- e frequentemente um punho de ferro- Riyadh trabalhou incansavelmente para gerir as relações em toda a região. A invasão [do Bahrain] serviu como um objetivo estratégico imediato: a mostra de força deu à monarquia sunita amiga de Riyadh em Manama a força que necessitava para controlar a população xiita majoritária e, com isso, se manter no poder (BRADLEY, 2011, tradução nossa).<sup>64</sup>

<sup>62</sup> Do original em inglês: is viewed by many as a proxy war where Sunni Arab countries are trying to stop what they see as Shia Iranian expansion in the region.

<sup>63</sup> Do original em inglês: Saudi Arabia’s incursion into Yemen reflects a new foreign policy that assertively presses Saudi claims in the Middle East and even uses its own armed forces to ensure its interests. After centuries of relying on external empires—first British and then American—to safeguard its territory and protect its regional interests, the House of Saud is beginning to rely on its own resources.

<sup>64</sup> Do original em inglês: Saudi Arabia has played a singular role throughout the Arab Spring. With a guiding hand -- and often an iron fist -- Riyadh has worked tirelessly to stage manage affairs across the entire region.

Embora as evidências sejam de uma política externa bastante ativa em termos de *hard power*, o país também faz uso do *soft power*. Assim como o Qatar tem uma emissora que está presente na maioria dos países da região, a Al Arabiya é um conglomerado da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos. O tom dos discursos geralmente utilizados é contrário ao islamismo político, posição oposta à Al Jazeera.

Adicionalmente, o fato de dois locais sagrados para o Islamismo estarem localizados no país atrai grande quantidade de peregrinos e personalidades muçulmanas, além de o país sediar a Organização da Conferência Islâmica (OCI), formada por 57 países.

Por fim, no que se refere a suas relações com os demais países do Golfo, por meio do Conselho de Cooperação do Golfo:

Riyad se engajou em uma consolidação do Conselho de Cooperação do Golfo para tentar fazê-lo um instrumento de coesão regional. A organização tenta aprofundar os laços políticos e econômicos entre seus membros e estabelecer uma aproximação no plano militar (FRANCE, 2016b, tradução nossa).<sup>65</sup>

Verifica-se, portanto, ao comparar a política externa do Brasil com a da Arábia Saudita, que existem inúmeras diferenças. Embora seja comum aos dois países o discurso diplomático de respeito às normas internacionais e o não uso da força, a leitura internacional da Arábia Saudita demonstra ser uma leitura maquiavélico-hobbesiana, uma vez que ainda está bastante baseada na demonstração do poder de força, especialmente no momento atual, no que se refere à coalização liderada por ela no Iêmen. É certo que essa leitura está bastante condicionada à disputa por poder na região do Oriente Médio, mas demonstra também que a postura do país é mais de competição por poder do que de cooperação. Com isso, dos países analisados, é o que mais se distancia da leitura internacional e da postura apresentada pelo Brasil no âmbito do sistema internacional.

#### 4.8 VOTAÇÕES NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

A análise do posicionamento e da leitura internacional dos países selecionados, por meio de revisão bibliográfica e das entrevistas, indica que os países da região apresentam

---

[...] The invasion [in Bahrain] served an immediate strategic goal: The show of force gave Riyadh's fellow Sunni monarchy in Manama the muscle it needed to keep control of its Shia-majority population and, in turn, its hold on power.

<sup>65</sup> Do original em francês: Riyad s'est engagé dans une consolidation du CCEAG pour tenter d'en faire un instrument de cohésion régionale. L'Arabie en est le pivot et la principale puissance. L'organisation tente d'approfondir les liens politiques et économiques entre ses membres et d'établir un rapprochement sur le plan militaire.

políticas externas bastante diferentes entre si. O quadro a seguir resume as conclusões dessa parte da investigação:

Quadro 4- Resumo da Leitura e da Postura dos Países Analisados

		VALORES	
		Cooperação	Competição
LEITURA DA REALIDADE INTERNACIONAL	Grociana	Brasil Argélia Tunísia Bahrain	Qatar
	Maquiavélico-Hobbesiana	Marrocos	Arábia Saudita

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Os países que mais se aproximam das características do Brasil tanto no que se refere à leitura da realidade internacional quanto a respeito da postura adotada por sua política externa são Argélia, Tunísia e Bahrain. Todos esses países enfatizam a cooperação e a boa vizinhança como forma de desenvolvimento conjunto e de manutenção da paz e da estabilidade internacional. Além disso, são países avessos a intervenções em assuntos domésticos de seus pares e costumam apoiar ações lideradas por organizações internacionais como a ONU, que contam com o respaldo da comunidade internacional e, com isso, legitimidade perante o direito internacional.

Marrocos e Qatar estão, nesse espectro de análise, um pouco mais distantes do Brasil. O primeiro, pela leitura maquiavélico-hobbesiana da realidade internacional e, o segundo, pela postura de competição. É certo que ambos são influenciados pelo contexto regional no qual estão inseridos. Quanto ao Qatar, deve-se fazer a ressalva de que, embora faça uso do *soft power* como forma de conquistar um papel de liderança, sua tendência tem sido a de *smart power* no período recente, e o país compete principalmente com a Arábia Saudita, mas também com outros atores, como os Emirados Árabes Unidos, por influência dentro de países da região.

Por fim, a Arábia Saudita é a que mais se distancia do Brasil nos critérios utilizados, pois demonstra leitura internacional maquiavélico-hobbesiana e postura de competição, principalmente na região do Oriente Médio, engajada não apenas em fazer frente ao Irã, mas também a países como o Qatar, como forma de garantir a liderança regional.

Juntamente com os aspectos já considerados, passa-se a analisar agora os dados de votação na Assembleia Geral da ONU como *proxy* do grau de proximidade da “visão de

“mundo” entre o Brasil e esses países, conforme tabela a seguir. O critério de escolha das sessões foi: 2016/2017 por ser a sessão mais recente, ainda que não tenha sido encerrada; 2009/2010 por ter ocorrido antes da primavera árabe e ser um momento de estreitamento das relações entre o Brasil e a região; 2004/2005 por ser o período de início da aproximação de relações do Brasil com o Oriente Médio, cujo momento marcante é o início da Cúpula América do Sul-Países Árabes, em maio de 2005. Os quadros completos com os nomes e números das resoluções e os países que votaram de maneira diferente do Brasil em cada uma delas estão disponível no Apêndice B.

Tabela 1- Percentual de Votos discordantes entre Brasil e países selecionados na Assembleia Geral da ONU

	2016/2017	2009/2010	2004/2005
Arábia Saudita	10,53	10,45	16,42
Argélia	10,53	8,96	14,71
Bahrain	6,58	8,96	14,71
Marrocos	6,76	8,82	16,18
Qatar	7,89	8,82	16,18
Tunísia	2,7	7,69	16,18

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de votação divulgados pela ONU.

Verifica-se que, conforme o esperado, o Brasil tem um percentual menor de discordância em 2016/2017 com Tunísia e Bahrain, entretanto a diferença não é muito grande com relação a Marrocos e Qatar. Já com Argélia, o que não era esperado, e Arábia Saudita, o percentual de votos discordantes passa dos 10%. Deve-se ressaltar, no entanto, que essa diferença não é tão alta quando comparada com outros parceiros do Brasil. A título de exemplo, a quantidade de votos discordantes com os Estados Unidos, no mesmo período, foi de 76%, e com a Argentina, tradicional parceiro brasileiro e que tem mantido relações muito próximas no período recente, foi de 6,58%, o mesmo que do Bahrain e mais alto que da Tunísia.

Os tópicos com os quais existem votos dissonantes na sessão de 2016/2017 são, principalmente, relacionados a direitos humanos, pena de morte, guerra na Síria e armas, cujo detalhamento encontra-se disponível no Apêndice G. O que explica essa quantidade de votos diferentes entre Brasil e Argélia no período é a questão da Síria. A posição oficial do país é a de não intromissão nos assuntos internos da Síria, entretanto seus votos na Assembleia Geral da ONU (A/RES/71/203, A/RES/71/248), diferentes tanto do Brasil quanto dos demais países árabes sobre a questão síria e as declarações do Ministro de Relações Exteriores da Argélia



demonstram a diferença de opinião sobre a questão: “as observações de Lamamra são uma mensagem clara de que seu governo apoia o Irã e Assad contra a oposição síria e a Arábia Saudita. Tal posição irá, provavelmente, aumentar o isolamento da Argélia e o mal-estar econômico”<sup>66</sup> (MASIKY, 2016, tradução nossa).

Quando se analisa a sessão de 2009/2010, percebe-se que a Arábia Saudita tem um percentual maior, 10,45%, de votos diferentes em relação ao Brasil se comparado com os demais, que, com exceção da Tunísia, eram em torno de 8%. Os temas que geraram votos discordantes foram, assim como em 2016/2017, principalmente, direitos humanos e armamentos.

No que se refere à sessão de 2004/2005, tem-se percentuais de votos discordantes muito parecidos entre todos os países, que variam apenas entre 14,49% e 16,42%. Novamente, os temas que geraram votos diferentes se comparados ao Brasil foram pena de morte, direitos humanos, armamentos e, somente no caso da Arábia Saudita, a promoção da democracia.

Ao comparar essas três sessões ocorridas em momentos-chave, pode-se tirar duas principais conclusões. A primeira é o fato de que os temas que ensejaram os votos dissonantes entre o Brasil e os países analisados permaneceram, em geral, os mesmos, especialmente direitos humanos, pena de morte e armamentos. Existe uma variação natural nos temas levados à votação pela Assembleia Geral da ONU a cada ano, mas, de maneira geral, essas votações são um bom indicativo de visão de mundo dos países, pois os assuntos costumam se repetir em menor ou maior número, e mesmo da orientação mais geral da política externa dos Estados, conforme uma vertente de estudiosos da qual faz parte Octavio Amorim Neto (2011, p.7). O resultado é, portanto, que em um espectro mais amplo a política externa brasileira e a dos países árabes apresentam orientações bastante próximas, mas quando se analisa mais de perto cada um desses países árabes, existe variação considerável.

A segunda conclusão é que, de fato, as votações parecem corroborar o estudo feito anteriormente sobre a leitura da realidade internacional e a postura de cada país, com a exceção da Argélia, pela discordância nas resoluções sobre a Síria. Além disso, a passagem de um padrão no qual os países em questão tinham votos muito parecidos para um cenário em que a discordância em relação ao Brasil varia dos 2,7% da Tunísia aos 10,53% da Arábia

---

<sup>66</sup> Do original em inglês: Mr. Lamamra remarks are a clear message that his government supports Iran and Assad against the Syrian opposition and Saudi Arabia. Such position will likely further Algeria's isolation and economic malaise.

Saudita e da Argélia parece indicar que esses países árabes foram adotando posturas próprias e diversas entre si, o que vai ao encontro do que foi discutido anteriormente.

## 5 PERCEPÇÃO DOS PAÍSES ÁRABES SOBRE O BRASIL

“Understanding can only come from the recognition of each other’s history” (TOLAN, p. xix, 2008)

O presente capítulo se destina a analisar a percepção dos países árabes sobre o Brasil e sobre sua atuação na região do Oriente Médio, por meio das entrevistas concedidas pelo Embaixador da Tunísia no Brasil e da embaixada do Bahrain nos Estados Unidos, que cuida cumulativamente das relações com o Brasil, e também por meio de revisão bibliográfica e de discursos. Antes disso, é feita a discussão sobre a formulação da política externa nos países árabes.

### 5.1 FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA NOS PAÍSES ÁRABES

Para analisar a percepção sobre o Brasil, deve-se considerar, em última instância, quem são os responsáveis pela formulação da política externa nos países árabes. Conforme discutido no primeiro capítulo, embora possa existir uma imagem transmitida pela mídia local ou percebida pela população, para compreender a relação entre Brasil e esses países, faz-se mister considerar a percepção dos órgãos tomadores de decisão no âmbito da política externa e compreender em que medida eles são influenciados por outros atores domésticos e internacionais.

Dentro do conjunto dos seis países árabes analisados, dois deles são Repúblicas- Tunísia e Argélia- e os demais são monarquias-Bahrain, Qatar, Marrocos-, sendo uma delas absoluta- Arábia Saudita. Nesse cenário dos países monárquicos analisados, as decisões de política externa, especialmente nas do Golfo, altamente centralizadas, são tomadas pelo governante e por seus assessores próximos.

O jogo político da política externa tende a ser vastamente mais personalizado nos países árabes do Golfo Pérsico do que em muitos outros Estados e, tipicamente, envolve apenas um pequeno número de elites. A política externa é comumente reservada a um número muito pequeno de funcionários, apesar da aparência de um grande ministério burocrático de relações exteriores. (WRIGHT, 2011, p.78, tradução nossa).<sup>67</sup>

<sup>67</sup> Do original em inglês: The politics of foreign policy tends to be far more personalized in the Arab States of the Persian Gulf than in most other states, and, typically, involves only a small number of elites. Foreign policy is commonly the preserve of a very small number of officials, despite the appearance of a large bureaucratic foreign ministry.

Ainda segundo Wright (2011), disputas pelo poder entre as elites são também fontes de influência sobre a política externa desses países, especialmente com a conformação de uma rede de alianças entre as elites, o que pode levar a variações na política externa. Esse aspecto é particularmente relevante para a compreensão da política externa da Arábia Saudita, onde:

A dinâmica intrafamília frequentemente teve consequências diretas na formulação de políticas. De fato, considerando-se a preponderância das tensões de família sobre assuntos de política, os resultados da política externa do reino geralmente se tornam um reflexo dessa elite de tomadores de decisão e seus aliados, os quais podem escantear seus competidores. A perspectiva do rei ‘Abdallah é bastante conhecida por ser fonte de desacordo entre ele e o antigo rei Fahd, que era geralmente percebido, frequentemente com justificativa, como país pró-americano (WRIGHT, 2011, p.79, tradução nossa).<sup>68</sup>

Já no que se refere aos intelectuais e tecnocratas, o autor comenta que, embora não sejam os formuladores da política externa, podem contribuir para legitimar uma determinada linha de ação ou influenciar a opinião pública.

Quanto à opinião pública, ela é de fato relevante para a legitimidade do governo, mesmo em casos autoritários. Conforme Hinnebusch e Ehteshami (2002, p.15), a política externa levada a cabo pelas elites no Oriente Médio tem como dupla função garantir legitimidade para fazer frente à oposição e conseguir recursos econômicos no exterior. Apesar disso, no caso das monarquias estudadas, a opinião pública parece ter uma relevância menor do que a das elites no caso da política externa.

Com relação ao Qatar, tem-se o que Pulliam (2013) corrobora o exposto acima, ao afirmar que, no país, a política externa é fruto da visão de poucos membros da elite dentro do governo, como o emir, o primeiro ministro e alguns conselheiros, sobre as necessidades estratégicas do país.

No que se refere ao Marrocos, de acordo com Rosenblum e Zartman (2010, p.320), o rei tem papel central na definição da política externa, embora ele considere a opinião pública ao tomar suas decisões, como ocorreu com o rei Hassan II durante a Primeira Guerra do Golfo. Sehimi (2014) confirma a noção de que o rei é quem determina em grande medida a política externa do país:

---

<sup>68</sup> Do original em inglês: Intrafamily dynamics have frequently had direct consequences for policy formulations. In fact, given the preponderance of family tensions over matters of policy, in the kingdom foreign policy outcomes often do become a reflection of those elite decision makers and their supporting allies, who can effectively sidestep their competitors [...] King ‘Abdallah’s perspective is well known to have been the source of disagreement between himself and the late King Fahd, who was generally perceived, often with justification, as more pro-American.

Após quinze anos de reinado, o rei estabeleceu seu próprio “grid” de inteligibilidade e implementação da diplomacia marroquina. Ele está convencido de que a diplomacia tem diante de si, em um mundo efervescente até a incandescência que traz todos os riscos, perspectivas a serem identificadas.<sup>69</sup> (SEHIMI, 2014, tradução nossa).

Além disso, Sehimi (2014) ressalta a relevância das relações pessoais entre os soberanos do Marrocos e das monarquias do Golfo. Adimi (2015) complementa a análise sobre o papel do rei ao ressaltar sua proatividade em termos de visitas bilaterais e mediações entre países africanos.

No caso de países democráticos como a Tunísia, que está em processo de consolidação após a primavera árabe, a opinião pública tende a ter uma importância maior, uma vez que a legitimidade governamental está em fase de construção. A esse respeito:

Desde os anos oitenta, o pragmatismo político tunisiano foi construído em uma longa tradição de portas abertas ao diálogo, sem importar as diferenças entre atores políticos. Isso permitiu ao país conduzir uma política externa que lidava racionalmente com os requisitos externos, enquanto as elites comandavam a legitimidade e as instituições conseguiam responder às demandas domésticas enquanto o governo tinha níveis flutuantes de apoio público (JEBEL, 2014, p.3, tradução nossa).<sup>70</sup>

Apesar disso, Jebel (2014) faz a ressalva de ser necessário considerar o papel dos tomadores de decisão na determinação do tipo de política externa a ser desempenhada, como durante o período em que a *troika* governou a Tunísia, momento no qual o líder do partido muçulmano Ennahdha, Rached Ghannouchi, tinha grande influência na tomada de decisão sobre política externa.

Fred Halliday (2005) reforça a noção de que o Estado e os diferentes grupos dentro dele estão profundamente imbricados:

Em Estados produtores de petróleo, a renda fornece um meio pelo qual praticamente todos os negócios, e empregos, são tributários do Estado. A pergunta é onde o Estado termina, e não onde o setor privado começa. Nas economias do Egito e da Síria controladas pelo Estado, uma dependência paralela opera. Ao mesmo tempo, é, em alguns casos, difícil de falar no sentido político de algum Estado coerente onde existam múltiplos grupos de facções e de elite: na Arábia Saudita, para usar um caso extremo, membros individuais da elite perseguem políticas que são independentes

<sup>69</sup> Do original em francês: Après quinze ans de règne, le Roi a mis au point sa propre «grille» d’intelligibilité et de mise en œuvre de la diplomatie marocaine. Il est convaincu que la diplomatie a devant elle, dans un monde effervescent jusqu’à l’incandescence porteuse de tous les risques, des perspectives à identifier.

<sup>70</sup> Do original em inglês: Since the eighties, Tunisian political pragmatism has been built on a long tradition of open doors for dialogue, regardless of differences between political actors. This enabled the country to conduct a foreign policy that rationally coped with external requirements, as state elites commanded the legitimacy and institutions managed to still respond to domestic demands while the government sustained fluctuating levels of public support.

dos governantes, ainda que em termos financeiros e de status continuem parte do Estado saudita. (HALLIDAY, 2005, p.304-305)<sup>71</sup>

Furia e Lucas (2006) exploram os dados da pesquisa de opinião pública realizada pela Zogby International, em 2002, em sete países árabes a respeito de uma imagem mais favorável ou mais desfavorável sobre treze outros países. Apesar de a imagem sobre o Brasil não constar na pesquisa e ela ter ocorrido há quinze anos, é válido comentar os resultados desse estudo, pois traz uma visão geral sobre a opinião pública no Mundo Árabe e um interessante achado: “nós achamos suporte empírico substancial para a afirmação familiar mas dificilmente científica de que as atitudes árabes em relação a países estrangeiros são direcionadas menos por quem eles ‘são’ do que pelo que eles ‘fazem’”<sup>72</sup> (FURIA; LUCAS, 2006, p 593, tradução nossa).

De acordo com a análise desenvolvida por esses autores, as teorias realistas, liberal, marxista e cultural (representada pelo choque de civilizações de Huntington) não demonstram capacidade explicativa dos resultados dos testes quantitativos feitos com as respostas da opinião pública.

O que parece ser um dos fatores determinantes, de acordo com os autores, é como cada um dos países estrangeiros age em relação a “causas árabes”, especialmente em relação à questão palestina. Esta última seria um teste decisivo sobre uma opinião pública favorável ou desfavorável sobre o país em questão.

O apoio empírico a essas afirmações é, por um lado, a opinião desfavorável em relação a Israel, aos Estados Unidos, não apenas devido ao apoio a Israel, mas também à política americana para o Oriente Médio, com sanções ao Iraque, e desfavorável também em relação ao Reino Unido pelo apoio à política externa dos Estados Unidos.

Por outro lado, tem-se a opinião bastante favorável sobre a França, mesmo sendo esta uma das potências que dominou territórios na região, interpretada pelos autores como relacionada à política amigável francesa no caso da Palestina e do Iraque. Dessa forma, “isso novamente sugere que as atitudes árabes em relação a esses países são fortemente

---

<sup>71</sup> Do original em inglês: In oil-producing states rent provides a means by which nearly all businesses, and employment, are tributary of the state. The question is where the state ends, not where the private sector begins. In the state-controlled economies of Egypt and Syria a parallel dependency operates. At the same time, it is in some cases difficult to talk in the political sense of any coherent state where multiple factional and elite groups exist: in Saudi Arabia, to take an extreme case, individual members of the elite pursue policies that are independent of the rulers, yet in financial and status terms remain part of the Saudi State.

<sup>72</sup> Do original em inglês: we find substantial empirical support for the familiar if hardly scientific assertion that Arab attitudes toward foreign countries are driven less by what those countries “are” than by what those countries “do”.

influenciadas pelas ações relativamente recentes de suas políticas externas no que se refere a situações regionais relevantes”<sup>73</sup> (FURIA, LUCAS, 2006, p.598, tradução nossa).

Em resumo, pode-se verificar que, para o âmbito desta pesquisa, os atores que devem ser analisados para conhecer a imagem que esses países têm sobre o Brasil e os fatores que mais importam na relação são os governantes e os órgãos encarregados da política externa, mesmo em casos nos quais a opinião pública possa ter maior relevância. Isso porque, a menos que seja uma questão de grande repercussão, os principais atores para a formação da imagem sobre o Brasil são, de fato, os que decidem os rumos da política externa.

No caso de Bahrain e Tunísia, têm-se como principal fonte as entrevistas concedidas por diplomatas, que serão analisadas a seguir, juntamente com as informações das agências de notícias oficiais e com o conteúdo dos *sites* dos Ministérios de Relações Exteriores, com as pesquisas feitas em inglês e em francês.

## 5.2 PERCEPÇÃO DE BAHRAIN E TUNÍSIA SOBRE O BRASIL

As informações sobre o Brasil no *site* do Ministério de Relações Exteriores da Tunísia são bastante restritas, estando focadas principalmente nos dados mais objetivos sobre estabelecimento de relações diplomáticas e informações sobre embaixadas e consulados. Os discursos de governantes e de Ministros de Relações Exteriores não estão disponíveis.

A análise da agência de notícias da Tunísia, Agence Tunis Afrique Press, revela apenas seis resultados, entretanto o *site* apenas faz a busca para 2017 em francês e inglês. Desses resultados, apenas dois estão relacionados às relações bilaterais: o primeiro refere-se aos BRICS e à abertura de escritórios de comércio e o segundo, à entrega de credenciais da embaixadora brasileira no país.

A conclusão é de que as relações ainda são insipientes e, como o Brasil não tem uma atuação muito destacada no norte da África, a percepção da Tunísia sobre o país não tem uma grande quantidade de elementos nos quais se basear.

Com relação ao Bahrain, na Bahrain News Agency não consta nenhum resultado para a busca sobre Brasil, nem mesmo no que se refere às Olimpíadas e à Cúpula ASPA de 2015. É significativo que não existam notícias sobre o país, em oposição ao que ocorre em relação à

---

<sup>73</sup> Do original em inglês: this again suggests to us that Arab attitudes toward particular object countries are strongly influenced by those countries' relatively recent foreign policy actions in regard to regionally salient issues.

China, Estados Unidos e União Europeia, cujos posicionamentos são frequentemente reportados pela agência de notícias.

Sobre o conteúdo do *site* do Ministério de Relações Exteriores do Bahrain, também não existe nenhuma notícia sobre o Brasil no período pesquisado, nem com relação ao Acordo de Teerã de 2010. A única menção ao Brasil consta em um discurso que foi proferido em 2012 na terceira Cúpula ASPA, no Peru, como agradecimento pela iniciativa de criação do fórum. Nesse discurso, o Ministro de Relações Exteriores do Bahrain menciona alguns aspectos que merecem ser discutidos e aprofundados pelas duas regiões:

Estamos convencidos de que um diálogo político aberto e amigável é importante e nós apreciamos enormemente, por exemplo, seu firme posicionamento em apoio à causa palestina. E considerando a propagação das atividades terroristas no mundo, nós devemos todos cooperar além das fronteiras nacionais para combater esse grave desafio por meio do compartilhamento de informação, e garantindo que qualquer país que acolhe, ajuda ou facilita o terrorismo seja responsabilizado. É imperativo que nós trabalhemos coletivamente para combater esse mal que ameaça todos os países e todas as pessoas, e que ataca diretamente a lei e os direitos humanos. Nós também acreditamos que esse fórum é valioso para os dois lados ao ajudar a aprofundar laços econômicos e culturais entre nós <sup>74</sup>(AL KHALIFA, 2012, tradução nossa).

Pode-se depreender da fala de Al Khalifa (2012) que uma das temáticas centrais para o Bahrain é a luta contra o terrorismo, de modo que ela é pauta para cooperação com diversas regiões do mundo. Além disso, causas árabes, como o reconhecimento do Estado da Palestina, são relevantes para as relações bilaterais mesmo que não digam respeito apenas ao Bahrain. Com isso, certamente a maneira como são tratados os temas árabes é um tópico relevante para a percepção do Bahrain a respeito dos demais países.

Além da análise do conteúdo das agências de notícias e dos *sites* dos Ministérios de Relações Exteriores, foram feitas duas entrevistas, ambas mencionadas no capítulo anterior: uma respondida pelo Embaixador da Tunísia no Brasil, Sr. Sabri Bachtobji, por telefone, e outra, por *e-mail*, por diplomatas da Embaixada do Reino do Bahrain nos Estados Unidos, responsável cumulativamente pelos assuntos brasileiros. Ambas as entrevistas constam nos Apêndices A e B, respectivamente.

---

<sup>74</sup> Do original em inglês: We are convinced that an open and friendly political dialogue is important, and we greatly appreciate, for example, your unwavering stance in support of the Palestinian cause. And given the spread of terrorist activities globally, we must all cooperate across national borders to combat this grave challenge by sharing information, and ensuring that any country that harbors, assists or facilitates terrorism is held accountable. It is imperative that we work collectively to fight this evil that threatens all countries and all peoples; and which directly attacks the rule of law and human rights. We also believe this forum can have value for both sides in helping to deepen the economic and cultural ties between us.



O primeiro tópico demandado trata dos objetivos desses países, Tunísia e Bahrain, em suas relações com o Brasil, os meios utilizados e os resultados alcançados. Quando perguntado sobre os objetivos da Tunísia, o Embaixador destacou que “com o Brasil temos relações ótimas, temos relações tradicionais muito importantes”, e passou a comentar principalmente o aspecto econômico da relação.

Os últimos acordos assinados foram em março de 2016 tanto em matéria econômica, quanto turística e de desenvolvimento social. No âmbito econômico, foram mencionados pelo Embaixador o déficit comercial que a Tunísia tem com o Brasil e as oportunidades de exportação tunisianas, especialmente produtos agrícolas, como azeite de oliva e tâmaras, além do fosfato.

Como meios utilizados para essa cooperação, foram aludidos ainda o acordo de cooperação assinado com o Mercosul em 2014, que ainda não está em vigor, e a participação em feiras. De acordo com o entrevistado:

Por exemplo, no mês de maio, virá uma delegação importante de exportadores e produtores de azeite de oliva e produtos agrícolas como conservas e de produtos como tâmaras que vão participar da maior feira agroalimentar em São Paulo, considerada a maior da América Latina, só para mostrar que tem um interesse cada vez maior para uma presença econômica e comercial no Brasil (BACHTOBI).

Por fim, foi feita uma menção à relação cultural entre Brasil e Tunísia e a possibilidade de que seja aprofundada. Como é possível perceber pelas respostas à entrevista, a relação econômica demonstra ser a prioridade na agenda bilateral no entendimento da Tunísia.

No caso do Bahrain, por sua vez, as relações econômicas parecem estar no mesmo nível de importância atribuído pelo país. Como resposta às mesmas perguntas, os diplomatas do Bahrain destacaram como objetivo das relações bilaterais o fato de o Bahrain “está ansioso para assinar uma série de acordos, incluindo um Memorando de Consultas Políticas, bem como outros acordos comerciais, econômicos e técnicos” (tradução nossa)<sup>75</sup>.

No que se refere aos meios utilizados para o desenvolvimento dessa relação bilateral, foi mencionada, além dos acordos bilaterais nos âmbitos político, econômico e técnico, a Cúpula ASPA, foro que não foi mencionado em nenhum momento pelo representante da Tunísia.

---

<sup>75</sup> Do original em inglês: looks forward to signing a number of agreements, including a Memorandum on Political Consultations as well as other trade, economical and technical agreements.

Como resultado das relações bilaterais, foram destacados, mais uma vez, não apenas o crescimento das trocas comerciais, mas também a Declaração de Riyad da Cúpula ASPA, de novembro de 2015, e a cooperação entre o Conselho de Cooperação do Golfo e a CELAC.

Diferentemente da Tunísia, o Bahrain dá mostras de considerar a cooperação tanto política quanto econômica de especial relevância. Além disso, dois foros inter-regionais foram lembrados pelos representantes do Bahrain como formas de estreitamento das relações com o Brasil.

Por outro lado, o representante da Tunísia mencionou o acordo assinado com o Mercosul. Os membros do Conselho de Cooperação do Golfo também assinaram um Acordo-Quadro de Cooperação Econômica em 2005, entretanto este não está em vigor devido à necessidade de ratificação pelos países do CCG. Talvez por isso o acordo não tenha sido mencionado pelos representantes do Bahrain. No caso da Tunísia, o acordo ainda precisa ser ratificado por Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Segue o quadro que resume as respostas dessa primeira parte da entrevista.

Quadro5 - Objetivos, Meios e Resultados da Relação Bilateral

	TUNÍSIA	BAHRAIN
OBJETIVOS	Principalmente relações econômicas, além do turismo	Cooperação política, econômica e técnica
MEIOS	Feiras, acordos bilaterais e com o Mercosul, intercâmbio de visitas bilaterais de Ministros de Relações Exteriores	Acordos, Foro CCG-CELAC e Cúpula ASPA
RESULTADOS	Boas relações culturais e econômicas, acordo com o Mercosul e acordos bilaterais em matéria turística, matéria de desenvolvimento social, e também um acordo em matéria agrícola	Crescimento das relações comerciais, Declaração de Riyad

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016.

A segunda etapa da entrevista versou sobre a percepção propriamente dita desses países sobre o Brasil e sua atuação no Oriente Médio. Os representantes diplomáticos foram perguntados sobre: a) o papel do Brasil no Oriente Médio e como o Brasil é percebido nas relações bilaterais e em sua atuação no Oriente Médio; b) a relevância do Brasil para o país e para a região; c) a contribuição do Brasil para o país e para a região; d) as expectativas para o futuro das relações e como o Brasil deve agir para alcançar essas expectativas.

A respeito do papel do Brasil no Oriente Médio, o Embaixador da Tunísia no Brasil destacou a vocação do país para a resolução de conflitos e sua atuação na ajuda humanitária, especialmente no âmbito da ONU. Com isso, a Tunísia demonstra que, se houver

concordância das partes em conflito, o Brasil pode ter um papel ativo na resolução de crises no Oriente Médio, o que hoje costuma ser incumbência das grandes potências, especialmente os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Entre as razões citadas para a apreciação desse papel do Brasil, tem-se:

Como se sabe, o Brasil é um país que tem relações diplomáticas com o mundo inteiro, é um dos raros países que tem relações com quase toda a comunidade internacional, é a sétima potência econômica do mundo e tem um papel cada vez maior no cenário internacional [...].A política exterior do Brasil é muito apreciada porque é uma política que se baseia sobre respeito aos princípios de não ingerência nos assuntos internos dos países, respeita a legalidade internacional e resolução dos conflitos através do sistema das Nações Unidas. Apreciamos essa posição do Brasil porque sempre está ao lado da legalidade internacional. O papel que o Brasil pode trazer é muito apreciado (BACHTOBI).

Os motivos para o fato de ser bem-vinda a atuação brasileira no Oriente Médio são justamente os princípios que baseiam a política externa do país no longo prazo, conforme visto no capítulo anterior: legalidade, solução pacífica de controvérsias e relações com todos os países, o que demonstra o pacifismo. São agregadas a eles características atuais da projeção internacional do Brasil, que são a proeminência econômica e na atuação no cenário internacional.

É significativo que o entrevistado menciona que a política externa brasileira pode ser interessante não apenas para a zona mediterrânea, mas para todo o mundo, em razão dessas características. O fato de se definir na zona mediterrânea e não no Oriente Médio é sugestivo, pois parece definir a área de atuação e de interesse da Tunísia em suas relações exteriores.

É fundamental também salientar que, em sua fala, ele menciona duas vezes o papel brasileiro na resolução de conflitos. Isso indica que a característica do Brasil de mediador de conflitos é percebida como positiva pelo país mesmo que o Brasil não seja um país que tradicionalmente atue na região. Com isso, ao invés de ser percebido como um intruso em assuntos regionais, a boa-vontade brasileira na resolução de controvérsias é apreciada.

Ao responder a essa mesma pergunta sobre o papel do Brasil e a percepção sobre a relação bilateral e a atuação brasileira na região, os diplomatas do Bahrain destacaram aspectos ligeiramente diferentes, mas que ecoam os argumentos do Embaixador da Tunísia. Isso porque foi mencionado o aspecto multicultural do país, que conta com muitos descendentes árabes. Esse é um aspecto também recordado tanto pelo Ministro de Relações Exteriores, Al Khalifa, no discurso da Cúpula ASPA de 2012, quanto por suas contrapartes brasileiras, o que demonstra ser considerado um elemento importante de ligação entre as duas regiões.

Além disso, uma vez mais os aspectos políticos e econômicos são retomados, com menção ao crescente comércio bilateral e ao apoio dado pelo Brasil à luta contra o terrorismo, que é um aspecto central para a política externa do Bahrain, entre outras ameaças. De acordo com a entrevista, a percepção é a de que o Brasil trata a região do Oriente Médio com destaque em sua política externa, conforme demonstra o trecho: “o Bahrain entende que o Oriente Médio tem sido uma região continuamente prioritária em sua política externa, principalmente por meio da cooperação Sul-Sul” (EMBAIXADA DO REINO DO BAHRAIN NOS ESTADOS UNIDOS, tradução nossa).

Comparando-se as duas respostas, da Tunísia e do Bahrain, a conclusão é a de que as respostas da Tunísia destacam aspectos mais gerais da diplomacia brasileira que são aplicados tanto no Mundo Árabe quanto em outras partes do mundo e que, de acordo com a percepção deles, são benéficos para a região e para as relações bilaterais. Entre os que foram citados, estão a legalidade como base de atuação externa do Brasil, ajuda humanitária, busca por soluções pacíficas, mediação de conflitos e relações com praticamente todos os países do mundo.

No que tange ao Bahrain, as respostas enfatizam mais os aspectos que o Brasil tem em comum com aquele país e com os países árabes em geral, especialmente aqueles do Golfo. Com isso, a resposta tratou de temas como a quantidade de descendentes árabes que vivem no Brasil, as crescentes relações comerciais, a prioridade que o Brasil dá às suas relações com o Oriente Médio e a contribuição do país à luta contra o terrorismo, entre outras ameaças internacionais.

Quadro 6- Papel do Brasil/Percepção sobre a Atuação Brasileira

	TUNÍSIA	BAHRAIN
PAPEL DO BRASIL/PERCEPÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO BRASILEIRA	Resolução de conflitos, política externa que se baseia nas relações com todos os países, na legalidade e na ajuda humanitária principalmente via ONU.	Grande número de descendentes árabes no Brasil, país que contribui para a luta contra o terrorismo e outras ameaças e tem crescentes relações econômicas com o Mundo Árabe.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

O tema subsequente da entrevista está intimamente relacionado ao anterior, mas aborda de uma maneira diferente a percepção dos países, pois pergunta qual a relevância do Brasil para o Oriente Médio. O representante da Tunísia respondeu essa e a pergunta anterior conjuntamente, falando sobre o papel do Brasil e sobre a relevância deste para a região. Com isso, tem-se mais uma vez que a importância brasileira para a Tunísia é a da atuação na

mediação de conflitos, na ajuda humanitária e no diálogo internacional, por ter relações com a maioria dos países do sistema internacional.

A resposta do Bahrain versa sobre as boas relações que o Brasil mantém não apenas com o país, mas também com todo o Mundo Árabe. Além disso, ressaltou-se que a diplomacia brasileira tem uma visão similar àquela dos países árabes tanto em temáticas regionais quanto globais.

É interessante que esse argumento utilizado é exatamente o que foi encontrado quando foram pesquisadas as votações na Assembleia Geral da ONU como uma *proxy* para verificar a proximidade de visão de mundo entre os países, discutida no capítulo anterior. De fato, o Bahrain é um dos países com visão de mundo mais próxima da brasileira, com o mesmo percentual da Argentina, vizinha e parceira tradicional do Brasil, e, no Oriente Médio, os países árabes são aqueles que mais se aproximam dos votos brasileiros.

O outro fator citado pelos diplomatas do Bahrain é o de que “o Brasil mostrou apoio a uma série de causas referentes ao Mundo Árabe” (EMBAIXADA DO REINO DO BAHRAIN NOS ESTADOS UNIDOS, tradução nossa)<sup>76</sup>. Esse apoio a causas árabes demonstra ser um elemento importante para o país na percepção de seus parceiros, pois o fato de o Brasil e os demais países sul-americanos apoiarem a causa palestina já havia sido citado pelo embaixador do Bahrain no discurso da Cúpula ASPA de 2012. Essa resposta parece endossar a hipótese levantada por Furia e Lucas (2006) de que é relevante para os países árabes a maneira como seus parceiros lidam com causas importantes para a região, especialmente a palestina.

Mais uma vez a comparação entre as respostas tunisianas e bahrainis demonstra que aquelas fazem referência a aspectos gerais da política externa brasileira que acabam também impactando suas relações com os países da região, enquanto estas se referem especificamente a características da relação entre o Brasil e o Mundo Árabe.

A conclusão é a de que, no caso da Tunísia, a relevância que o Brasil tem para a região é a mesma que tem para as relações internacionais, enquanto que para o Bahrain essa relevância tem ligação com a postura tomada pelo Brasil em relação a causas regionais e à aproximação da visão de mundo com a desses países. O quadro a seguir resume as respostas:

---

<sup>76</sup> Do original em inglês: Brazil has shown support to a number of causes concerning the Arab world.

Quadro 7- Relevância do Brasil para o Oriente Médio

	TUNÍSIA	BAHRAIN
RELEVÂNCIA DO BRASIL PARA A REGIÃO	Resolução de conflitos, política externa que se baseia nas relações com todos os países, na legalidade e na ajuda humanitária principalmente via ONU.	Boas relações entre Brasil e Mundo Árabe, opiniões parecidas em temas regionais e multilaterais e apoio brasileiro a diversas causas árabes.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

A pergunta seguinte era sobre como o Brasil pode contribuir para o país e para a região como um todo. A resposta da Tunísia foi dada em conjunto com a última, que versava sobre as expectativas, entretanto separando o que pode ser considerado contribuição e o que entra nas expectativas, tem-se que a contribuição que o Brasil pode dar à Tunísia é em termos de sua experiência democrática. Conforme salienta o Embaixador:

Estamos em um processo de construção democrática da Tunísia. Mesmo a experiência democrática do Brasil é interessante para nós, sabemos que o Brasil também é um país de uma democracia jovem, com a Constituição de 1988, e estamos muito atentos a essa experiência que pode inspirar muitos lados. Por isso também estamos trabalhando para a aproximação de relações entre os parlamentos dos dois países e há um mês constituímos, por exemplo, um grupo de amizade parlamentar entre Tunísia e Brasil, porque consideramos também que as relações parlamentares são muito importantes, porque isso se trata de intercâmbio de experiências em matéria democrática, de construção democrática (BACHTOBI).

A recente reviravolta na Tunísia após os protestos da Primavera Árabe é um tema prioritário para o país, pois se trata não apenas da construção democrática, mas principalmente de garantir que isso ocorra de uma maneira que leve à estabilidade política da Tunísia.

O Brasil é, de fato, um país que pode contribuir por meio da experiência, conforme mencionou o Embaixador, visto que realizou uma transição democrática a menos de trinta anos e, por mais que possam existir melhorias a serem feitas, tem-se uma estabilidade democrática e alternância de poder sem que existam intervenções de atores como as forças armadas, como discutem autores de diferentes perspectivas da Ciência Política, a exemplo de Marengo (2007) e José Álvaro Moisés (2010).

O fato de existir um trabalho de aproximação dos parlamentos é bastante significativo do grau elevado do interesse da Tunísia em intercambiar experiências e promover o avanço de sua democracia. Como disse o entrevistado, o Brasil pode contribuir ao inspirar a construção democrática tunisiana, e não ao fornecer um modelo que deva ser aplicado.

É importante que haja esse grau de maturidade de não importar modelos ou ideias de outros países que não necessariamente possam ser bem aplicados a nível local, sob pena de

incorrer no mesmo que ocorreu no Brasil imperial, conforme defendido por Roberto Schwartz (2014), com “as ideias fora do lugar”.

Os representantes do Bahrain, por sua vez, salientaram alguns posicionamentos que seriam apreciados caso fossem tomados pela diplomacia brasileira, pois são considerados por eles formas de contribuir para o país e para a região. O primeiro é o de apresentar mais apoio ao processo de reforma interna do Bahrain iniciado em 1999, especificamente nos “esforços e resultados no campo dos Direitos Humanos e justiça social, e ter em grane conta o papel ativo do Bahrain no plano regional e global no combate ao terrorismo, e na promoção e proteção da paz e da segurança”<sup>77</sup> (EMBAIXADA DO REINO DO BAHRAIN NOS ESTADOS UNIDOS, tradução nossa).

Conforme debatido anteriormente, a temática da luta contra o terrorismo é central não só para o Bahrain, mas também para todos os países da região, inclusive a Tunísia, visto que são países próximos a focos de atividades terroristas e que estão sujeitos a serem afetados se não se protegerem.

O outro aspecto mencionado é o apoio brasileiro ao processo de reforma interna que visa a melhorar as condições referentes aos direitos humanos e à justiça social. É interessante a menção a esse tópico, visto que a aprovação de seus pares no sistema internacional é relevante para a imagem que o Bahrain pretende construir internacionalmente.

Embora o Conselho de Direitos Humanos da ONU seja o responsável por evitar violações de seus membros nessa matéria, à Revisão Periódica Universal apenas são feitas recomendações às quais cabe ao Estado aplicar da maneira que lhe convier e práticas reiteradas de violação podem levar à suspensão de membros do Conselho pela Assembleia Geral, de modo que o principal dano internacional para um país é, de fato, ter uma imagem de violador de Direitos Humanos.

No caso das relações com o Brasil, o apoio a práticas de defesa dos direitos fundamentais é especialmente importante devido ao distanciamento brasileiro em relação aos países árabes nessa temática, conforme verificado pelos votos diferentes na Assembleia Geral da ONU discutidos no capítulo anterior. Esse é um dos temas nos quais os países mais apresentam visões distintas, e a resposta dos diplomatas do Bahrain demonstram que é importante para o país que houvesse aproximação por meio do reconhecimento do esforço em melhorar esse quesito.

---

<sup>77</sup> Do original em inglês: Efforts and achievements in the field in Human Rights and social justice, and value Bahrain’s active regional and global role in combating terrorism, and promoting and protecting peace and security.

Por fim, a resposta bahraini destacou que “o Brasil também pode ser mais enfático no apoio a Zona Livre de Armas Nucleares no Oriente Médio, a qual pode ajudar a alcançar o processo de paz no Oriente Médio e cumprir o acordado na conferência de revisão do TNP de 1995” (tradução nossa)<sup>78</sup>.

A proposta de uma zona livre de armas nucleares e de armas de destruição em massa é similar a outras existentes nos demais continentes, como a instituída na América Latina pelo Tratado de Tlatelolco, de 1969, entretanto a conferência organizada em 2012 não chegou a um acordo. Certamente é necessário que haja pressão da comunidade internacional para que as discussões sigam e se chegue a um acordo, o que explica o fato de o Bahrain considerar que o apoio enfático brasileiro seja uma forma de contribuir para a região.

Novamente, as respostas de Tunísia e Bahrain demonstraram pontos de vista distintos sobre a possível contribuição do Brasil para a região. O representante da Tunísia mencionou um tópico no qual o Brasil pode passar sua experiência para que o país avance internamente, a consolidação democrática, ao passo que os representantes do Bahrain percebem que o Brasil pode ajudar ao apoiar determinadas causas, como a zona livre de armas nucleares do Oriente Médio e os avanços do Bahrain na temática de direitos humanos. São duas formas diferentes de contribuir, uma por meio da ação e outra pelo apoio, mas demonstram percepções distintas.

Quadro 8- Contribuição do Brasil para a Região

	TUNÍSIA	BAHRAIN
COMO O BRASIL PODE CONTRIBUIR	Por meio de contatos parlamentares para inspirar consolidação democrática com base na experiência brasileira	Apoio a avanços internos ocorridos desde 1999, como em Direitos Humanos e justiça social, reconhecimento do Bahrain na luta contra o terrorismo e apoio enfático à zona livre de armas nucleares no Oriente Médio

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

A última pergunta da entrevista versava sobre as expectativas em relação à relação bilateral e perguntava o que o Brasil deveria fazer para atender a essas expectativas. De acordo com o representante da Tunísia, “tudo o que pode desenvolver as relações bilaterais é bem acolhido”. Além de falar sobre a contribuição para a consolidação democrática da Tunísia, que também é considerada uma expectativa sobre as relações bilaterais, o Sr. Bachtobji discorreu sobre a dimensão econômica da relação com o Brasil:

Temos boas perspectivas, estamos trabalhando em um acordo de facilitação de investimentos, um projeto brasileiro que está sendo examinado pelas autoridades

<sup>78</sup> Do original em inglês: Brazil can also be more vocal in supporting a WMD-Free Middle East, which can help achieve the middle east peace process and carry out the outcomes of 1995 NPT review conference.



tunisianas, que permite estabelecer as bases para desenvolver os investimentos bilaterais recíprocos. É um documento muito importante porque possibilita também aos investidores dos países terem um quadro jurídico para poder assegurar seu investimento. São muitos setores que podem no futuro desenvolver as relações entre ambos os países (BACHTOBI).

Desde 2015 a diplomacia brasileira vem negociando os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos, que se diferenciam dos antigos Acordos Bilaterais de Investimentos, que geraram uma série de controvérsias entre países importadores e exportadores de investimento. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, “o ACFI busca incentivar o investimento recíproco através de estabelecimento de mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios” (BRASIL, 2016c).

Dessa forma, verifica-se que as expectativas da Tunísia em relação ao Brasil estão bastante relacionadas à área econômica e, de maneira geral, as respostas à entrevista trouxeram à tona temas ligados à temática econômica. Isso demonstra que é uma área chave no entender da Tunísia.

A resposta do Bahrain a essa pergunta destacou os seguintes aspectos:

O Bahrain está ansioso para reforçar a cooperação bilateral e regional com o Brasil, por meio de memorandos de cooperação e de acordos, e para expressar apoio a passos positivos tomados nos dois países que promovam reforma, desenvolvimentos sustentável, paz e segurança<sup>79</sup> (EMBAIXADA DO REINO DO BAHRAIN NOS ESTADOS UNIDOS, tradução nossa).

A resposta bahraini não destacou nenhum âmbito específico no qual tenha expectativas de estreitar as relações com o Brasil, como foi a área econômica no caso da Tunísia, apenas comentou o desejo de estreitar relações, o que é de praxe quando se trata de relações diplomáticas.

Uma vez mais foi expresso o desejo de que exista reconhecimento das reformas empreendidas domesticamente, o que já havia sido salientado na resposta anterior, sobre como o Brasil poderia contribuir para o país. Esse demonstra ser um tópico de bastante importância para o Bahrain.

As reformas mencionadas na entrevista são aquelas empreendidas por Hamad Ibn Isa Al Khalifa a partir de 1999, momento no qual começou a governar, logo após uma revolta

<sup>79</sup> Do original em inglês: Bahrain looks forward to further strengthening cooperation on bilateral and regional levels with Brazil, by signing important Memoranda of Cooperation and Agreements, and expressing support to positive steps taken in both countries that promote reform, sustainable development, and peace and security.

popular iniciada em 1994. Entre elas, podem-se destacar eleições para o parlamento, direito a voto para as mulheres e libertação de prisioneiros políticos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2001). Essa temática é crucial para o país uma vez que, além de ser uma bandeira do governo instaurado em 1999, houve protestos no país durante a Primavera Árabe, as quais foram reprimidas. Com isso, o apoio de outros países nas ações empreendidas domesticamente garante credibilidade para o país.

Em comparação, enquanto a Tunísia enfatizou contribuições que o Brasil pode fazer ao país e acordos de investimento, o Bahrain destacou o estreitamento das relações de maneira geral e o reconhecimento dos avanços conquistados por cada um dos parceiros.

A conclusão que se pode tirar é a de que as expectativas da Tunísia se referem a ações concretas que podem ser benéficas para o país, seja no que se refere à democracia, seja no plano econômico, ao passo que o Bahrain espera reconhecimento internacional, de modo que sua imagem se fortaleça no sistema internacional.

Quadro 9- Expectativas sobre a Relação Bilateral

	TUNÍSIA	BAHRAIN
EXPECTATIVAS	Contribuição para o processo democrático da Tunísia e acordo de facilitação de investimentos para desenvolver relações econômicas.	Estreitamento das relações bilaterais e reconhecimento de avanços de ambas as partes em matérias que promovam reforma, desenvolvimento sustentável, paz e segurança.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

### 5.3 PERCEPÇÃO DE ARÁBIA SAUDITA, ARGÉLIA, MARROCOS E QATAR SOBRE O BRASIL

A análise da percepção desses quatro países sobre o Brasil será feita por meio da análise dos comunicados oficiais dos Ministérios de Relações Exteriores de cada um deles, de discursos de representantes oficiais e de menções ao Brasil em agências nacionais de notícias. Todas as pesquisas foram feitas em inglês e em francês.

#### 5.3.1 Argélia

As menções ao Brasil no *site* da Algerie Presse Service, a agência de notícias oficial do país, são bastante restritas. Foram pesquisadas as notícias relacionadas ao Brasil entre

novembro de 2015 (devido à Cúpula ASPA ocorrida nesse mês) e fevereiro de 2017, e o assunto que gerou o maior número de resultados foi relacionado ao esporte.

É certo que a maior visibilidade do esporte ocorreu especialmente em 2016 devido ao fato de o Rio de Janeiro ter sediado os Jogos Olímpicos naquele ano, entretanto mesmo após o final dos Jogos e no início de 2017, esse foi o assunto que dominou as notícias. Outro fato que deve ser mencionado é o de que as notícias em si apenas mencionavam o Brasil, não tinham o país como foco central da matéria.

O segundo tópico que mais apareceu nas buscas foi aquele relacionado à economia. Esse parece ser o assunto que domina as discussões sobre o Brasil. Nesses quatorze meses pesquisados, o Brasil apareceu em apenas dez reportagens. Dessas dez:

- a) três delas são sobre produtos exportados pelo Brasil, no caso o açúcar e o petróleo, e o impacto da variação da oferta sobre o preço do produto;
- b) duas sobre a cooperação bilateral, uma escola de gemologia e uma parceira em matéria de escultura de pedras preciosas;
- c) duas sobre o comércio entre os dois países, citando a importações de minerais do Brasil e o valor total das importações e das exportações, que resultaram em superávit para a Argélia;
- d) uma sobre o processo de adesão da Argélia à OMC e o fato de haver acordo bilateral com o Brasil;
- e) uma sobre as oportunidades de comércio com os países do BRICS de maneira geral, sem tratar do Brasil especificamente;
- f) uma sobre políticas de investimento que mencionam a privatização de companhias aéreas no Brasil.

Chama a atenção o fato de a maioria das reportagens (tópicos “a”, “e” e “f”) impactarem a Argélia apenas de maneira indireta. Apenas aquelas matérias sobre a cooperação, comércio e acordos bilaterais têm impacto direto para o país, o que resulta na minoria das reportagens.

Além disso, a cooperação bilateral aparece nessas matérias restrita à temática de pedras, o que parece indicar que, mesmo que existam várias áreas de cooperação, essa é a mais relevante para a relação bilateral.

Por fim, é interessante atentar que, apesar das observações feitas anteriormente, o Brasil aparece como quinto principal parceiro para o qual a Argélia exporta, somente atrás de Itália, Espanha, Estados Unidos e França, muito devido ao petróleo, e nono parceiro do qual a

Argélia mais importa, atrás da Argentina, por exemplo. Esse parece ser um indício de que as relações têm espaço para serem incrementadas, muito embora não seja feita nenhuma menção a esse respeito, pois a matéria apenas trata da estrutura de comércio exterior da Argélia.

Para finalizar a análise das matérias da *Algerie Presse Service*, é notável o fato de não existirem reportagens de política externa da Argélia que mencionem o Brasil no período pesquisado, entre novembro de 2015 e fevereiro de 2017. Àquelas referentes a questões importantes para o país, como o caso do Saara Ocidental, mencionam apenas potências com ligações mais próximas, como países europeus e Estados Unidos, e esses dois são os principais atores citados nas demais matérias.

No caso do *site* do Ministério de Relações Exteriores da Argélia, as menções ao Brasil também demonstram ser restritas. Elas se referem em grande parte à troca de visitas de Ministros de Relações Exteriores e a visitas presidenciais, além da acreditação de embaixadores.

Das 116 notícias referentes à América do Norte e América do Sul disponíveis no *site*, somente seis são sobre o Brasil. Além daquelas que apenas ressaltam a troca de visitas de autoridades, pode-se destacar as que se referem à cooperação bilateral, especialmente no âmbito econômico, embora seja mencionada a vontade de ampliar o âmbito político:

Após ter exprimido o desejo de “consolidar” os mecanismos de concertação no plano político, os dois responsáveis chamaram a “trabalhar para a diversificação do comércio, buscando todas as oportunidades capazes de melhorar ainda mais o nível de cooperação e em todos os setores que apresentam um interesse mútuo, especialmente no âmbito econômico”<sup>80</sup>(ALGÉRIE, 29/10/2015, tradução nossa).

No plano econômico, são mencionadas a vontade de criação de uma plataforma de negócios pelo Brasil, para aumentar as trocas comerciais, e os investimentos brasileiros no país e os encontros que reuniram empresários brasileiros e o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil com suas contrapartes argelinas em 2010.

Por fim, um dos assuntos tratados é o dos foros nos quais ambos os países participam, com destaque para a Cúpula ASPA, o G-15, que reúne membros e observadores do Movimento dos Não Alinhados, e a cooperação no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas quando os países ocuparam vagas não permanentes no órgão.

---

<sup>80</sup> Do original em francês: *Après avoir exprimé le souhait de "consolider" les mécanismes de concertation sur le plan politique, les deux responsables ont appelé à "oeuvrer dans le sens de la diversification des échanges en recherchant toutes les opportunités susceptibles de relever davantage le niveau de la coopération et ce, dans tous les secteurs présentant un intérêt mutuel, notamment dans le domaine économique".*

A única menção a questões políticas é realizada por meio de um comunicado de imprensa de 30/10/2015, por meio do qual o Brasil afirma a importância da Argélia para a estabilização regional e de mediador de conflitos regionais, além de ambos reafirmarem posições comuns sobre a independência da Síria, sobre a legitimidade de um Estado palestino, sobre a solução para o programa nuclear iraniano e sobre a resolução do contencioso no Saara Ocidental de forma política e definitiva, entre outras questões globais.

Constata-se, portanto, que as relações comerciais demonstram ser o tópico de maior relevância para a Argélia em suas relações com o Brasil, e os mecanismos de cooperação são bastante variados, sejam eles acordos bilaterais comerciais e de cooperação, foros multilaterais, como a ASPA, e organizações internacionais como a ONU.

### **5.3.2 Arábia Saudita**

A agência de notícias oficiais é a Saudi Press Agency. Seguindo a mesma metodologia de buscar matérias relacionadas ao Brasil entre novembro de 2015 e fevereiro de 2017, foram encontrados 247 resultados. Os tópicos presentes nessas matérias são os mais variados possíveis, pois abrangem desde o esperado tema do esporte e das Olimpíadas, passando por amplas matérias sobre a situação política do Brasil até temas do cotidiano brasileiro, como as revoltas em presídios.

Desses resultados, em torno de dez deles diziam respeito a aspectos da política externa e relações bilaterais, entre eles:

- a) quatro sobre a Cúpula ASPA ocorrida em Riyad em novembro de 2015;
- b) três sobre reuniões bilaterais e trocas de notas, como no caso do cumprimento pelo Dia da Independência do Brasil;
- c) dois sobre cúpulas internacionais atendidas pelos dois países, como G20 e ONU;
- d) um sobre palestra no Instituto Rio Branco pelo Ministro de Relações Exteriores da Arábia Saudita.

Sobre a Cúpula ASPA, são notáveis os comentários do Ministro de Relações Exteriores da Arábia Saudita, Adel bin Ahmed Al-Jubeir (2015), sobre a declaração final. Segundo ele, foi sem precedentes o grau de concordância entre países árabes e sul americanos, pois nenhuma reserva foi feita por nenhum dos países. Entre os assuntos destacados pelo Ministro como de especial relevância que houvesse acordo foram o

reconhecimento da Palestina e a rejeição à interferência de forças externas em países da região que não sigam os princípios das Nações Unidas, bem como a necessidade de lutar contra o terrorismo e de promover diálogo entre civilizações.

A respeito das relações com o Brasil, a reportagem relata a seguinte declaração do Ministro saudita:

Existe coordenação e consulta em todas as áreas, além da cooperação na área militar entre o Reino da Arábia Saudita e o Brasil, reforçando não apenas a busca pela intensificação dessas relações, não apenas economicamente, mas nas relações políticas e securitárias também, luta contra o terrorismo, seu financiamento e nas relações militares em relação a industrialização militar e outros aspectos, o reino quer intensificar e melhorar suas relações com todos os países do mundo, especialmente os países da América do Sul.<sup>81</sup> (SAUDI PRESS AGENCY, 12/11/2015, tradução nossa).

No caso da Arábia Saudita, pesquisou-se também as reportagens da Al Arabiya, um canal de televisão pan-árabe saudita, concorrente da Al Jazeera, localizado em Dubai. Foram encontradas 334 ocorrências para a pesquisa sobre Brasil entre novembro de 2015 e fevereiro de 2017. Da mesma forma que ocorreu com a agência Saudi Press Service, as notícias são bastante variadas, cobrindo política, economia e notícias sobre a situação interna do Brasil, como a epidemia de Zika vírus.

Embora a quantidade de resultados e sua abrangência sejam grandes, a quantidade que trata de política externa brasileira ou de temas bilaterais é bastante limitada, em torno de dez matérias apenas. Dessas, a maioria tangencia o Brasil, apenas citando o país como membro do G-20 ou do BRICS ou comentando experiências brasileiras exitosas, como no combate à fome.

Das matérias mais aprofundadas, uma trata da importância do Brasil para a recuperação do crescimento econômico mundial e uma contém a opinião de um pesquisador, Abdullah Hamidaddin, sobre a necessidade de aumentar o conhecimento mútuo entre América Latina e países árabes. Embora não seja um posicionamento oficial de um país, é interessante notar os desafios devido aos quais ele defende que é difícil aprofundar a relação, pois como visto anteriormente, a academia pode ter influência sobre os tomadores de decisão.

---

<sup>81</sup> Do original em inglês: There are coordination and consultations in all fields, in addition to cooperation in the military field between the Kingdom of Saudi Arabia and Brazil, stressing the pursuit of the intensification of these relations, not only economically, but also the political and security relations and countering terrorism and its financing and military relations concerning military industrialization and other aspects that the kingdom is keen on intensifying and improving its relations with all countries of the world, particularly South American countries.

Eles são os seguintes: os interesses dos países dentro de cada uma das regiões são muito diferentes, organizações regionais são ineficientes e, a mais importante,

O Irã fez sua estrada até a América Latina. Pelos últimos 12 anos aproximadamente, o Teerã tem perseguido uma política de alcance consistente com muitos países da América Latina. Ele até mesmo compra urânio de lá. Pior do que isso, a Guarda Republicana Iraniana e seu aliado Hezbollah têm redes de negócios amplas e fortes lá. E em 2012, a Press TV iraniana lançou sua versão hispânica<sup>82</sup>(HAMIDADDIN, 15/11/2015, tradução nossa).

Esse último desafio apontado por Hamidaddin (2015) leva a crer que um dos componentes da percepção da Arábia Saudita sobre seus parceiros leva em consideração se estes têm relações próximas com países considerados inimigos, como o Irã, pois uma relação próxima com este é um obstáculo, indicando um jogo de soma zero.

A respeito do Acordo de Teerã, embora não tenham sido encontrados resultados específicos que expressem a percepção da Arábia Saudita sobre a atuação brasileira, de acordo com Nizar Messari (2011, tradução nossa), o acordo foi visto como negativo, pois o Irã é visto como uma ameaça a sua segurança e o acordo “apenas atrasa e adia qualquer ação dos Estados Unidos”<sup>83</sup>.

Com isso, percebe-se que a oposição não se dá devido à negociação ter sido feita pelo Brasil, mas sim devido a questões regionais de rivalidade entre Irã e Arábia Saudita. Essa perspectiva é corroborada pela oposição saudita ao acordo firmado com o Irã em 2015. De acordo com Nasser Ahmed Bin Ghaith (2015), uma das razões para os países do Golfo se oporem ao acordo é a sua ausência na mesa de negociações.

Além disso, Mansour al-Marzouki (2015) complementa que a percepção saudita é a de que o aumento da influência iraniana nos países da região leva a instabilidades e favorece atores não-estatais, e o acordo leva justamente ao favorecimento do Irã. Com isso:

As preocupações de Riyad sobre o Irã nunca foram focadas primariamente no perigo nuclear. Os sauditas calculam há muito tempo que o risco de o Irã usar armas nucleares é baixo. Eles também acreditam que o guarda-chuva americano os protege. A principal preocupação saudita é a crença de que o Irã busca hegemonia regional e usa terrorismo e subversão para conseguir isso<sup>84</sup> (RIEDEL, 2016, tradução nossa).

<sup>82</sup> Do original em inglês: Iran has made headway in Latin America. For the past 12 years or so, Tehran has pursued a consistent outreach policy with many Latin American countries. It even buys uranium from there. Worse than that, Iran’s Republican Guard and its Lebanese ally Hezbollah have a broad and strong business network there. And in 2012, Iran’s Press TV launched its Hispanic version.

<sup>83</sup> Do original em inglês: just delays and postpones any action by the United States.

<sup>84</sup> Do original em inglês: Riyadh’s concerns about Iran have never been primarily focused on the nuclear danger. The Saudis have long calculated the risk of Iranian use of nuclear weapons as low. They also believe

Sobre a abstenção brasileira na resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a Síria, em 2011, Al Arabiya publicou a coluna de Raghida Dergham, que criticou o posicionamento do país, conjuntamente com o do BRICS, e assim definiu sua percepção sobre o voto:

Entretanto, as razões que unem esses três países, também conhecidos por IBAS, é a sua ambição em obter um assento permanente no Conselho de Segurança. Talvez isso os tenha feito crer que é vantajoso para eles “liderar” um grupo de países que são “privados” e irritados com as “políticas coloniais” do Ocidente, e que são hostis aos Estados Unidos<sup>85</sup> (DERGHAM, 2011, tradução nossa).

Pode-se depreender de sua argumentação que, sob esse ponto de vista, o interesse do Brasil seria apenas o de conquistar um lugar de membro permanente no órgão, sem estar de fato preocupado com a situação da população síria, que enfrenta uma guerra civil. O posicionamento do Brasil sobre essa questão será debatido no próximo capítulo.

Ao passar para a análise do *site* do Ministério de Relações Exteriores da Arábia Saudita, verifica-se que os resultados para a busca sobre o Brasil são bastante limitados, em torno de 100. A maioria deles enfatiza a troca de visitas, sem entrar no mérito do conteúdo, e as duas menções ao Brasil em discursos que constam no *site* apenas fazem referência à Rio +20 e à participação em fóruns da juventude. Comparativamente, as menções aos Estados Unidos passam de mil e contém informações mais detalhadas sobre as relações bilaterais.

Constata-se, portanto, que as relações entre Brasil e Arábia Saudita ainda estão em processo de aprofundamento, o que leva ao mencionado por Hamidaddin (2015): necessidade de conhecimento mútuo. A recente relação do Brasil com os países da região não demonstra ter causado reações enfáticas na Arábia Saudita, mas deve-se atentar para a possibilidade da relação com o Irã causar impacto na percepção sobre o Brasil.

### 5.3.3 Marrocos

A agência oficial de notícias do Marrocos, Maghreb Arab Press, exige uma assinatura para ser acessada, então a opção foi substituí-la pelo Le Matin, jornal ligado à monarquia,

---

the American nuclear umbrella protects them. The key Saudi concern is their belief that Iran seeks regional hegemony and uses terrorism and subversion to achieve it.

<sup>85</sup> Do original em inglês: Yet what brings together the reasons held by those three countries, also known as IBAS, is their ambition of obtaining a permanent seat at the Security Council. Perhaps this has made them believe that it would be advantageous for them to “lead” the group of countries which are “deprived” and angry at the “colonial policies” of the West, and which are hostile to the United States.



para que, pelo menos, seja possível fazer uma comparação sobre a relevância do Brasil em termos de quantidade e tipo de resultado com os demais países estudados.

Sendo feita essa ressalva, passa-se à análise dos resultados. Entre novembro de 2015 e janeiro de 2017, foram encontradas 165 reportagens que mencionam o Brasil. Dessas, a maioria trata de questões internas do Brasil, como aspectos políticos, ambientais e mesmo esportivos. É interessante que são noticiadas também reportagens brasileiras que abordam o Marrocos, como no esforço deste na luta contra o terrorismo noticiado pela Folha de São Paulo.

Chama a atenção, entretanto, a quantidade de menções a aspectos econômicos da relação, como a oportunidade de negócios entre os dois países, e o turismo de brasileiros no país. Elas estão assim distribuídas:

- a) sete sobre turismo e relações culturais, como feiras de exposições de produtos árabes no Brasil e a ligação aérea direta com o Marrocos;
- b) cinco sobre oportunidades de comércio e de investimentos, especialmente de exportações marroquinas para o Brasil, como de azeite de oliva;
- c) quatro sobre encontros bilaterais de autoridades e representantes nacionais;
- d) três sobre declarações brasileiras a respeito do Marrocos, como a felicitação brasileira pelo acordo entre as partes líbias;
- e) duas sobre a COP 21.

É notável o fato de existirem notícias sobre como o Brasil tem percebido o Marrocos, seja por meio da mídia ou de autoridades brasileiras, mas não se fala sobre a percepção do Marrocos sobre o Brasil. O foco demonstra ser o de oportunidades econômicas, principalmente via turismo.

A respeito do Acordo de Teerã mediado por Brasil e Turquia em relação ao programa nuclear iraniano, as reportagens do Le Matin não mencionam nenhum posicionamento do Reino do Marrocos sobre essa atuação brasileira.

No que se refere à pesquisa feita no *site* de Relações Exteriores do Marrocos, os resultados fazem uma análise bastante técnica das relações bilaterais, mencionando os acordos já assinados e as trocas de visitas bilaterais entre os dois países.

Quando são analisados os discursos do rei, constata-se que há apenas uma menção ao Brasil desde 2010. No discurso de 27/11/2014, o rei cumprimenta o Brasil pelo lançamento da iniciativa do World Human Rights Forum e pelo apoio à candidatura do Marrocos.

A respeito das notas à imprensa, não há qualquer menção ao Brasil nesse período, nem mesmo sobre o Acordo de Teerã ou sobre a tentativa de mediação da crise síria feita pelo IBAS em outubro de 2011.

Verifica-se que as relações entre Brasil e Marrocos, sob o olhar deste último, demonstram ser bastante focadas no comércio e no turismo, sem que a agenda política ocupe papel central. Isso porque, nas fontes estudadas, praticamente não existem menções à política externa brasileira e, com isso, indícios da percepção marroquina sobre a atuação do Brasil.

### **5.3.4 Qatar**

A agência oficial de notícias do Qatar é a Qatar News Agency. Em uma busca por reportagens sobre o Brasil no período entre novembro de 2015 e fevereiro de 2017, foram encontrados em torno de cem resultados. Desses, a maioria trata de aspectos relacionados ao esporte, especialmente futebol.

Dos resultados que se referem a aspectos de relação bilateral ou da política externa brasileira, segue o detalhamento:

- a) três sobre economia, comércio e investimento;
- b) uma sobre defesa;
- c) uma sobre cultura;
- d) uma sobre entrega de credenciais do embaixador brasileiro em Doha.

Os resultados demonstram muito poucas notícias sobre acontecimentos domésticos do Brasil e uma seleção bastante limitada de notícias sobre as relações bilaterais, com foco na economia e nas oportunidades de investimento.

Da mesma forma que foi feito no caso da Arábia Saudita, a análise das notícias qataris levará em consideração uma segunda fonte, a rede pan-árabe Al Jazeera, controlada pelo Qatar. Ao fazer a busca pelo Brasil entre novembro de 2015 e fevereiro de 2017, são encontrados 310 resultados. A maioria deles se refere a notícias a respeito não apenas de aspectos da política doméstica brasileira, com ampla cobertura, e aos Jogos Olímpicos, mas também a temas cotidianos, como violência e combate ao zika vírus. É interessante salientar que, diferentemente das notícias marroquinas sobre o Brasil, as veiculadas pela Al Jazeera demonstram tom pessimista, com frequentes reportagens sobre violência, protestos e doenças.

Sobre política externa e relações bilaterais, têm-se os seguintes resultados do total de nove reportagens:

- a) quatro sobre o BRICS;
- b) duas sobre relações entre Brasil e outro país do Oriente Médio, no caso Israel e Turquia;
- c) uma sobre economia;
- d) uma sobre reforma da ONU;
- e) uma sobre o futuro do papel do Brasil no sistema internacional.

Chama a atenção a ausência de reportagens sobre a relação entre Brasil e Qatar no período pesquisado. Além disso, as matérias sobre o BRICS continham um tom negativo sobre o agrupamento, principalmente em razão das dificuldades econômicas enfrentadas por esses países. Com relação ao futuro do papel do Brasil no sistema internacional, o artigo é assinado por um pesquisador da UNILA, o que reflete uma visão brasileira, e não árabe, da questão.

A respeito do acordo de Teerã, de 2010, uma série de artigos se pergunta se não seria realmente uma boa iniciativa que o Brasil buscasse aproximar o Irã da comunidade internacional, uma vez que o país é conhecido por sua política de repúdio a armas nucleares e é um ator que não estava engajado nas negociações anteriormente.

De acordo com o *Khaleej Times* (TURKEY..., 2010), o Qatar apoiou a iniciativa da Turquia de mediar as negociações entre Irã e as potências ocidentais, pois ele é a favor de todas as iniciativas que visam à paz e à estabilidade regionais. Com isso, depreende-se que a ação brasileira em conjunto com a Turquia foi vista com bons olhos pelo país.

Quanto ao *site* do Ministério de Relações Exteriores do Qatar, os discursos e notas à imprensa não estão disponíveis. Apesar disso, o portal proporciona o acesso a diversas notícias sobre as relações bilaterais do Qatar com o resto do mundo, entretanto em relação ao Brasil no período pesquisado, foram encontrados resultados apenas sobre o recebimento de credenciais do novo embaixador brasileiro no país.

Conclui-se, então, que existem poucas fontes sobre a percepção do Qatar em relação ao Brasil. Apesar disso, as informações presentes nas fontes analisadas indicam o forte interesse na cooperação econômica e a necessidade de maior aproximação para que a cooperação política se intensifique.

## 5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das entrevistas dos diplomatas árabes, em conjunto com as informações de notícias das agências estatais e comunicados oficiais dos Ministérios de Relações Exteriores, demonstra que existem algumas distinções entre os países analisados.

Em primeiro lugar, é interessante perceber que a Cúpula ASPA demonstra ser um tópico mais relevante para os países do Golfo do que para aqueles do norte da África. Isso aparece não apenas nas entrevistas com representantes da Tunísia e do Bahrain, mas também nas pesquisas sobre reportagens. O Bahrain, por sua vez, enfatizou cúpulas inter-regionais, não apenas a ASPA, mas também a cúpula entre o Conselho de Cooperação do Golfo e a CELAC.

Em paralelo, tem-se a importância atribuída à relação econômica com o Brasil pelos países do norte da África, principalmente Tunísia e Marrocos. Por ambos os países houve destaque, nas fontes pesquisadas, ao turismo e ao comércio. Isso é de ser enfatizado devido ao fato de ambos os países não serem os principais parceiros comerciais brasileiros no mundo árabe- Marrocos em quinto com 3,7% e Tunísia nono com 1,8%, ambos longe dos 23,1% da Arábia Saudita (BRASIL, 2016b). Um indício do grau de importância do Brasil para esses países, entretanto, parece estar na posição que o país ocupa como destino das exportações de Marrocos- oitavo- (BRASIL, 2016f) e como origem das importações da Tunísia- décimo (BRASIL, 2016g), muito mais relevante do que para o comércio exterior da Arábia Saudita.

Outras diferenças são percebidas por meio das respostas às entrevistas no que se refere ao papel e à relevância do Brasil. Embora ambos tenham mencionado elementos referentes à identidade brasileira, como os princípios que regem a política externa do Brasil pela Tunísia e o grande número de árabes no Brasil pelo Bahrain, eles diferem na explicação tanto para o papel quanto para a relevância do Brasil. A Tunísia considerou papel do país o oferecimento de parceira para resolução de conflitos, ao passo que o Bahrain mencionou posicionamentos do país na região, que são parecidos com os dos países árabes.

A contribuição e as expectativas também diferiram. A Tunísia apontou a consolidação democrática e o estreitamento de relações econômicas. Já o Bahrain considerou questões políticas, como o apoio a causas domésticas e regionais e o reconhecimento de avanços de um parceiro pelo outro.

As expectativas expressas pelos entrevistados estão diretamente relacionadas à situação doméstica de cada um dos países, e ambos esperam que o Brasil possa contribuir: a

Tunísia passa por um processo de construção democrática; o Bahrain vem consolidando reformas desde 1999, entretanto enfrentou protestos durante a primavera árabe.

Eles diferem, no entanto, conforme discutido anteriormente, no tipo de contribuição que esperam do Brasil, pois a Tunísia almeja cooperação, que já está em curso, enquanto o Bahrain deseja apoio para seus posicionamentos tanto em âmbito interno quanto regional.

As respostas bahrainis vão ao encontro das hipóteses levantadas por Lucas e Furia (2006), de que a percepção desses países está mais relacionada às ações empreendidas pelos outros países do que por quem eles são. Na entrevista, os representantes do país salientaram as opiniões parecidas entre Brasil e Bahrain no âmbito internacional e o apoio brasileiro a causas árabes para a relevância do país na sua percepção, além de mencionar como contribuição e expectativas o apoio a causas domésticas e o reconhecimento mútuo de avanços domésticos.

No caso da Tunísia, os aspectos salientados enfatizaram aspectos mais gerais dos posicionamentos brasileiros, que estão intimamente conectados com os princípios que regem a política externa brasileira não apenas em suas relações com os países árabes, mas em todas as situações. O Embaixador do país no Brasil citou o respeito aos princípios de não ingerência nos assuntos internos dos países e à legalidade internacional, além da busca de resolução dos conflitos através do sistema das Nações Unidas.

Embora expressas de maneira distinta, ambas as percepções parecem estar de acordo com a discussão teórica travada no primeiro capítulo. Bahrain e Tunísia demonstraram leitura grociana da realidade internacional e postura de cooperação, o que, de acordo com a teoria, faz com que o conteúdo da atuação brasileira seja o fator mais relevante para sua percepção sobre o Brasil. Os princípios da política externa brasileira e o apoio brasileiro a causas árabes são formas distintas de falar de conteúdo de atuação.

Quanto aos demais países analisados, a Arábia Saudita foi classificada no extremo oposto, com leitura maquiavélico-hobbesiana da realidade internacional e postura de competição. Embora os dados não permitam uma análise muito aprofundada, visto que não houve entrevista com representante saudita, a pesquisa indica que o fator mais importante para a percepção do país sobre outro possa de fato ser de qual Estado se trata.

Conforme argumentado na análise teórica, países nessa condição separam os Estados “amigos” dos “adversários”. Os comentários de Hamidaddin (2015) sobre as relações próximas entre Irã e América Latina demonstram que pode haver preocupação saudita sobre a aproximação de terceiros países com seu adversário e, possivelmente, isso influencie negativamente a percepção, especialmente no caso de países com os quais a relação não é próxima. Apesar disso, no caso do Brasil, as relações econômicas são bastante próximas.

Por fim, sobre Qatar e Marrocos, não é possível chegar a conclusões devido à escassez de dados, entretanto é possível afirmar que, sob o prisma desses países, a relação com o Brasil ainda demonstra carecer de densidade e o aspecto econômico é o que chama a atenção.

## 6 O BRASIL E A PERCEPÇÃO DOS PAÍSES ÁRABES

“Na verdade, a mentalidade, a arte, a técnica e a cultura material árabes estão presentes desde a gênese ibérica do Brasil colônia” (CHOHFI, 2001, p.9)

“A diplomacia é uma tarefa de permanente recriação da tradição e do patrimônio que o passado nos deixou” (LAMPREIA *apud* MACIEL, 2001, p.14)

Neste capítulo são discutidos os aspectos levantados no capítulo anterior sob o prisma da diplomacia brasileira, com base em entrevistas com diplomatas brasileiros, em discursos de autoridades e no levantamento de resultados sobre a menção dos países estudados pela Agência Brasil e pelo *site* do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

Concomitantemente à análise, será feita a comparação com os resultados encontrados no capítulo anterior, de modo a compreender se a percepção que os países árabes têm do Brasil é a mesma que os agentes brasileiros desejam transmitir. No início, analisa-se a política externa brasileira para a região.

### 6.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O ORIENTE MÉDIO

A análise da política externa brasileira para a região contida no presente capítulo faz referência aos anos mais recentes, desde 2011, enquanto os anos anteriores estão presentes no histórico das relações apresentado no capítulo três. A escolha de tratar sobre a política externa para o Oriente Médio e não especificamente para os países árabes deu-se, em primeiro lugar, porque o órgão responsável pela política externa brasileira para a região é o Departamento de Oriente Médio e, em segundo lugar, porque as relações com os países árabes estão imbricadas com a maneira como o país age na região, mesmo com países não árabes.

O critério para o corte foi o fato de além de um novo governo ter assumido no Brasil, houve o início da primavera árabe, movimento que levaria a mudanças consideráveis nos países da região. Assim, têm-se as relações do Brasil com a nova configuração da região após esse evento e a atuação brasileira durante esse momento conturbado. As fontes utilizadas são, além de revisão bibliográfica, discursos e informações oficiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil para uma breve retomada dos principais acontecimentos e interpretações sobre esse período.

A política externa de Dilma Rousseff, que assumiu em 2011, herdou do governo anterior uma política externa ativa, que não apenas pleiteou mudanças no sistema internacional de acordo com a crescente multipolaridade, mas também expandiu e intensificou as relações do Brasil com as mais diversas regiões, entre elas o Oriente Médio.

De acordo com Miriam Gomes Saraiva (2014), a política externa brasileira desse período iniciado em 2011 manteve as diretrizes da política externa anterior, aprofundando o desenvolvimentismo e mantendo os mesmos grupos nos principais cargos do Ministério de Relações Exteriores, análise que está em consonância com o que Spektor (2014) denominou de “diplomacia de transição” a de Dilma Rousseff, embora sem distinção conceitual em relação a Lula. Apesar disso, é possível perceber mudanças principalmente no nível de ativismo no plano internacional.

O Brasil foi perdendo protagonismo da política global e seus movimentos assumiram um caráter reativo. Essa mudança sofreu influência da conjuntura econômica internacional e da situação econômica interna, assim como da nova dinâmica do processo decisório (SARAIVA, M., 2014, p.25).

A autora salienta que a conjuntura nacional e a internacional foram mais desfavoráveis para Rousseff do que para Lula, de modo que isso contribuiu para explicar o perfil mais baixo de política externa empreendido mais recentemente. Além disso, a própria personalidade da presidente é levantada como razão para essa mudança: “a Presidente Rousseff mostrou sua preferência pela solução dos problemas internos, junto com seu pouco interesse por temas externos, particularmente aqueles que apresentassem ganhos difusos, não tangíveis em um curto prazo” (SARAIVA, M., 2014, p.27).

De acordo com Cervo e Lessa (2014), fatores como o enfraquecimento da estratégia externa, a quebra de confiança de investidores e empresários nacionais e a perda da capacidade indutora do Estado levaram à diminuição dos indicadores de influência e da presença internacional do Brasil nesse período, não apenas no âmbito econômico, mas também no político e no geopolítico. Apesar disso, princípios e conduta se mantiveram no que se refere ao multilateralismo humanitário e à segurança internacional.

As relações internacionais do Brasil atravessam, durante os quatro anos do primeiro governo de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2014, um período caracterizado pelo declínio relativamente ao período correspondente aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, quando se lidava com o conceito “ascensão” (CERVO; LESSA, 2014, p.133).



A análise apresentada pelos autores é comprovada pela dinâmica das relações entre Brasil e Oriente Médio. Enquanto na década anterior o Brasil evidenciou protagonismo nos assuntos referentes à região, houve um recuo, principalmente a partir de 2012. Isso fica claro quando se compara a atuação brasileira, em conjunto com a Turquia, em 2010, para a negociação de um acordo com o Irã para resolver o impasse sobre a questão do enriquecimento de urânio com a postura mais recente.

Apesar disso, mesmo em 2011 o Brasil demonstrou proatividade ao enviar uma missão de mediação à Síria, no âmbito do IBAS, e manteve a perspectiva autonomista ao defender princípios da diplomacia brasileira mesmo em divergência com grandes potências.

Essa perspectiva pode ser confirmada pelos votos brasileiros no âmbito da ONU. Em primeiro lugar, tem-se a abstenção brasileira na resolução do Conselho de Segurança da ONU, 1973, de 2011, que criava uma zona de exclusão aérea na Líbia. A preocupação brasileira estava relacionada ao impacto causado pelo uso da força, conforme demonstra a explicação do voto dada pela Representante Permanente do Brasil junto à ONU, Embaixadora Maria Luisa Viotti: “Não estamos convencidos de que o uso da força como dispõe o parágrafo operativo 4 (OP4) da presente resolução levará à realização do nosso objetivo comum – o fim imediato da violência e a proteção de civis” (BRASIL, 2011a).

Nesse contexto de debates do início de 2011, foi lançado o conceito de Responsabilidade ao Proteger (RWP), em fevereiro, para complementar o conceito já existente de Responsabilidade de Proteger:

Este último conceito [Responsabilidade ao Proteger] constitui um necessário chamamento político à prevenção de conflitos e à moderação no momento de decidir sobre o recurso à força e de administrar o uso da força, de modo a evitar que a proteção tenha como subproduto ondas de mais violência e instabilidade, com altos custos humanos, políticos e materiais, para não mencionar abalos à própria legitimidade do sistema de segurança coletiva (BRASIL, 2011b).

Esse perfil, entretanto, demonstrou ser controverso tanto na mídia quanto entre analistas de política externa e diplomatas. O ex-Ministro de Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, por exemplo, apoiou o posicionamento da diplomacia na questão da Líbia, mas criticou a mediação na Síria, pois “um ditador como Assad só é capaz de utilizar o Brasil para seus próprios fins de propaganda e justificação. Nunca para ouvir nossas exortações e apelos às soluções negociadas” (LAMPREIA, 2011).

Ainda em 2011, o Brasil se absteve na resolução votada em 4 de outubro de 2011, também do Conselho de Segurança, vetada por China e Rússia, a respeito da Síria. De acordo com a representante brasileira:

O Brasil acredita firmemente que um diálogo nacional significativo e inclusivo, que leve a efetiva reforma política, é a única forma de resolver a atual crise na Síria. Nós encorajamos a Liga Árabe a continuar a desempenhar um papel construtivo por meio de seus esforços diplomáticos. Tanto coletivamente quanto individualmente, o Brasil irá continuar a defender um engajamento político que possa efetivamente dar frutos e abrir caminho para uma solução pacífica para a crise na Síria<sup>86</sup> (VIOTTI, 2011, tradução nossa).

Já em 2012, houve a primeira reunião da coordenação informal que ficou conhecida como Solidariedade Trilateral para a Construção da Paz, entre Brasil, Turquia e Suécia, para a troca de impressões sobre grandes temas da agenda internacional, entre eles o Oriente Médio. De acordo com o Itamaraty:

Nesse sentido, os Ministros observaram que o cenário internacional é atualmente caracterizado por um conjunto de mudanças-chave e desafios que afetam a todos. Chamaram atenção, em particular, aos desdobramentos no Oriente Médio, incluindo o despertar árabe e a questão da Palestina, à crise econômica global com suas ramificações políticas, assim como a outros temas globais como terrorismo, erradicação da pobreza, mudança do clima, liberdade no uso da internet e proliferação nuclear (BRASIL, 2013).

Embora esse mecanismo tenha tido bastante publicidade até 2013, após esse momento não existem mais menções a ele no *site* do Ministério de Relações Exteriores do Brasil nem em notícias brasileiras.

No início de 2013, de acordo com Patriota, o governo brasileiro continuava “a manter contatos frequentes com os países do Oriente Médio e Norte da África e acompanha com atenção o desenrolar dos acontecimentos na região” (ROCHA, A., 2013). No entanto, a partir de meados de 2013 a mudança de perfil da diplomacia brasileira para o Oriente Médio se evidencia. É provável que a troca do Ministro ainda naquele ano tenha levado a uma quebra na continuidade da política externa desempenhada anteriormente, além dos fatores já referidos para a diminuição da projeção internacional brasileira.

---

<sup>86</sup> Do original em inglês: Brazil firmly believes that meaningful and inclusive national dialogue, leading to effective political reform, is the only way out of the current crisis in Syria. We encourage the League of Arab States to continue to play a constructive role through its diplomatic efforts. Both collectively and individually, Brazil will continue to advocate for a political engagement that can effectively bear fruit and pave the way for a peaceful solution to the crisis in Syria.

Ainda a respeito da situação síria, o Brasil foi convidado a participar da Conferência Internacional sobre a Síria, chamada de Genebra II, em Montreux, em janeiro de 2014, convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon para obtenção de solução negociada entre as partes em conflito na Síria. O Brasil manteve o posicionamento de solução negociada e chamou a atenção para a escalada do conflito com o fornecimento de armas por terceiros países:

Acredito que todos nós presentes nessa Conferência afirmamos em um momento ou outro que não há solução militar para o conflito sírio. Somente a negociação pode nos levar a um acordo aceitável que nos conduza à paz sustentável. No entanto, a guerra ainda devasta e coloca em perigo o futuro da Síria. Não haverá solução para o conflito na Síria enquanto ambos os lados continuarem a receber recursos financeiros e armas do exterior (SANTOS, E., 2014).

Embora o Brasil tenha participado, é significativo que o chefe da delegação brasileira tenha sido o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, enquanto a presidente participava do Fórum Mundial Econômico de Davos e seguia para Havana acompanhada do Ministro de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, que não teve compromisso oficial na data. A presença do Secretário-Geral no lugar do Ministro de Relações Exteriores parece denotar o progressivo distanciamento brasileiro do papel protagonista exercido anteriormente, uma vez que os Estados estavam em sua maioria representados por seus respectivos Chanceleres.

Verifica-se que, apesar do perfil mais baixo, o Brasil consistentemente manteve esse posicionamento a respeito da questão Síria, mesmo após o término de seu mandato no Conselho de Segurança, no final de 2011. Somente por meio da resolução 2254, de 2015, o referido Conselho tratou a solução para o conflito síria sob o enfoque de obtenção de solução exclusivamente política, conforme o Brasil advogava desde o início.

A despeito das mudanças comentadas anteriormente, constata-se como continuidade a abstenção do Brasil em duas resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em março de 2015, sobre Síria e Irã. A justificativa do voto brasileiro está relacionada ao não reconhecimento da responsabilidade de grupos de oposição na Síria pelas violações de direitos humanos, além faltar ênfase à necessidade de negociações políticas. No caso do Irã, o Brasil pleiteava o reconhecimento dos esforços já envidados pelo país persa.

Além das questões da Líbia, Síria e Irã, há de se destacar a tensão com Israel nesse período. Após combates em Gaza entre palestinos e israelenses que culminou em um ataque

violento de Israel, em julho de 2014, o governo brasileiro convocou seu Embaixador em Tel Aviv. A reação israelense foi a de chamar o país de “anão diplomático”.

Embora o Embaixador tenha retornado a Israel pouco tempo depois, a tensão continuou com a designação, em 2015, de Dani Dayan, um defensor das colônias israelenses na Cisjordânia. O impasse da não aceitação brasileira da indicação somente foi resolvido em janeiro de 2017, com a indicação de Yossi Sheli. Apesar de essa série de atritos poder levar à conclusão equivocada de problemas entre os dois países, Casarões e Vigevani (2014) afirmam que a dinâmica das relações é impactada por valores da diplomacia brasileira, como o universalismo, que se mantém até o período atual.

A política brasileira para essa região se apresenta inserida em uma linha de continuidade: é reafirmada como tendo raízes em uma visão de mundo em que atitudes unilaterais não devem ser consideradas como primeira opção e, inclusive, não deveriam ter lugar na ordem internacional (CASARÕES; VIGEVANI, 2014, p.182).

Constata-se que a participação direta do Brasil na região pode ter-se tornado menos intensa, mas indiretamente, como por meio de doações para a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA), houve aumento das doações brasileiras. De acordo com o Comissário-Geral da agência, “O Brasil é bem-vindo, porque tem uma visão diferente das relações internacionais, muito focada em abordagens pacíficas. O que eu considero muito positivo e necessário hoje no Oriente Médio” (ESTARQUE, 2015). Em janeiro de 2017, o Brasil participou da Conferência pela Paz no Oriente Médio, em Paris, entretanto nem Israel, nem a Autoridade Nacional Palestina compareceram.

A cooperação bilateral é outra temática relevante nesse período recente. De acordo com Gonçalves (2016, p.186), o Egito mostrou interesse no “compartilhamento de experiências de programas sociais e adensamento dos laços econômicos de modo a não refletir estritamente relacionamento comercial”.

Da mesma forma que no âmbito político, no qual o engajamento brasileiro demonstra ter arrefecido em comparação com o período anterior, no econômico a relação do Brasil demonstrou diminuição do comércio nos anos recentes. Apesar disso, deve-se considerar que, devido à crise econômica enfrentada pelo Brasil, tanto importações quanto exportações se reduziram, então era esperado esse resultado nas relações com o Oriente Médio e com os países árabes inseridos nessa área.

De acordo com dados da Divisão de Inteligência Comercial do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (BRASIL, 2016b), o intercâmbio comercial do Brasil com os países

árabes passou de um pico de US\$25.935 milhões, em 2012, para US\$19.257 milhões em 2015, e tanto as importações quanto as exportações diminuíram. Não obstante, em relação a 2005, o comércio aumentou consideravelmente.

Os principais destinos das exportações, concentradas em produtos básicos, foram Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Egito e as principais origens das importações, majoritariamente manufaturadas, embora o petróleo seja relevante na pauta, Arábia Saudita, Argélia e Qatar (BRASIL, 2016b).

Quando se considera a região do Oriente Médio como um todo, verifica-se que o Irã foi, em 2014, o terceiro destino das exportações, e Israel foi o quarto país na lista de origem das importações (BRASIL, 2015). Cabe ressaltar que as estatísticas não levam em consideração os países do norte da África.

A perspectiva é de que as relações econômicas com o Irã sejam intensificadas após o acordo assinado entre o país e o grupo 5+1 (Estados Unidos, Grã Bretanha, França, Rússia, China, Alemanha) e a consequente retirada das sanções econômicas. Uma missão do governo brasileiro esteve no país em setembro de 2015 com o objetivo de aumentar os negócios.

Segundo dados de 2015, os mais recentes no presente, dois países árabes, que estão na região do Oriente Médio, estão entre os 20 principais destinos das exportações brasileiras: Arábia Saudita na 16ª posição e Emirados Árabes Unidos na 18ª (BRASIL, 2016a, p.3).

Apesar dos dados apresentados, de acordo com o Embaixador brasileiro nos Emirados Árabes Unidos, Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, em entrevista à Agência de Notícias Brasil-Árabe:

Os Emirados têm uma grande confiança no Brasil. Ele lembra quando houve o embargo da carne bovina brasileira em 2012 por outros países da região, como Arábia Saudita, Kuwait e Catar, os Emirados não o fizeram. Atualmente, o embargo já caiu. “Aqui na década de 1970 começaram a entrar os frangos brasileiros da Sadia e isso criou uma certa segurança em relação ao produto brasileiro” (DANIEL, 1/03/2017)

Em termos recentes, o diálogo brasileiro com a região tem ganhado novos mecanismos, como o estabelecimento, em 2015, Memorando para o Estabelecimento de Cooperação e Consultas Políticas entre o Brasil e a Liga Árabe e a realização da primeira reunião em abril de 2016.

Em 2015 também ocorreu a IV Cúpula ASPA, em Riyad, completando uma década de reuniões, iniciadas em 2005 com a proposta do Brasil. Ressalta-se que o Brasil não se fez representar em nível presidencial nessa Cúpula. O discurso do representante brasileiro,

Ministro Mauro Vieira, enfatizou não apenas o diálogo sobre questões que favoreçam as duas regiões, mas também a cooperação em nível multilateral.

Devemos ver aqui poderosa incitação a darmos seguimento ao trabalho que vem sendo feito, tendo em mente que se trata não só do justo objetivo de promover melhores condições de vida para nossos povos, mas de contribuir ativamente para o fortalecimento do multilateralismo e para a reforma das instituições de governança global de forma a que possamos construir uma ordem mundial mais justa e democrática (VIEIRA, 2015a).

Sobre a cooperação entre os países da região, o representante brasileiro faz menção ao momento de crise e corroborou o que vinha sendo discutido anteriormente nesta seção sobre uma redução de relevância da região para a política externa brasileira.

O atual momento recomenda seletividade criteriosa nas áreas de cooperação. Além da aproximação entre nossos setores empresariais, podemos enfatizar o segmento de energia e também as relações culturais. A busca de resultados tangíveis em setores específicos contribuirá para fortalecer progressivamente nosso mecanismo birregional (VIEIRA, 2015a).

Conclui-se que, apesar desse perfil mais baixo nas relações exteriores do Brasil, que impactaram a região do Oriente Médio e, com isso, os países árabes ali localizados, foram mantidos contatos em alto nível com os principais parceiros, como a Arábia Saudita, e em 2015 foi criado o mecanismo de consultas com a Liga Árabe.

Em suma, as mudanças [em relação ao governo Lula] concentram-se na intensidade da política externa brasileira para o Mundo Árabe, com uma diminuição da mesma nos anos Dilma, mas sem modificação da estratégia política para a região. Os resultados da aproximação – com o aumento do comércio e dos investimentos, a continuação dos encontros da ASPA, o apreço árabe por uma participação brasileira no processo de paz- não foram afetados pelo recuo dos últimos três anos (RIEDIGER, 2014, p.111).

Resta analisar como essa política externa recente, mesmo com os recuos, tem sido percebida por esses países.

## 6.2 A PERCEPÇÃO BRASILEIRA SOBRE SUA RELAÇÃO COM OS PAÍSES ÁRABES

Do mesmo modo que foi feito com os países árabes selecionados, foi realizada uma pesquisa na agência de notícias do país, a Agência Brasil, sobre resultados a respeito de cada um desses países no período de novembro de 2015 a fevereiro de 2017. A respeito da Argélia,

foram encontrados quatro resultados, dois sobre acidentes no país, um sobre esporte e o último sobre o recebimento das credenciais do novo embaixador argelino no Brasil. Quando se compara com os resultados da agência de notícias argelina sobre o Brasil, há disparidade no número de resultados, uma vez que lá foram encontradas dez reportagens sobre o Brasil apenas em termos de política externa, principalmente sobre economia, sem contar com os demais resultados.

Sobre a Tunísia, dez resultados foram encontrados, nove sobre atentados terroristas e um sobre a entrega do Prêmio Nobel da Paz ao Quarteto para o Diálogo na Tunísia, em 2015. Os resultados da agência tunisiana se assemelham aos brasileiros, pois lá havia apenas seis resultados, sendo apenas dois sobre as relações bilaterais, de modo que é possível concluir que existam poucos fatos de interesse mútuo a serem noticiados, o que abre espaço para o incremento das relações.

No caso do Qatar, são 18 resultados. Dez desses resultados são sobre petróleo e apenas mencionam o Qatar, sem se aprofundar muito em informações sobre o país. Dos demais:

- a) duas sobre luta contra o terrorismo;
- b) duas sobre a situação na Síria;
- c) duas sobre a Casa Qatar montada durante os jogos olímpicos do Rio;
- d) uma sobre o impedimento de entrada de muçulmanos nos Estados Unidos;
- e) uma sobre a empresa de aviação qatari, a Qatar Airways.

Verifica-se que apenas três dessas notícias tratam especificamente do Qatar, aquela sobre a empresa aérea e as sobre a Casa Qatar no Rio de Janeiro. Em comparação com os resultados encontrados sobre o Brasil na mídia qatari, embora na mídia brasileira tenha sido encontrado um maior número de resultados, eles são menos focados no país do que os veiculados no Qatar, ainda que estes fossem pouco aprofundados.

No que se refere ao Bahrain, foram encontradas 18 notícias. Dessas, nenhuma trata das relações com o Brasil, conforme evidencia o detalhamento:

- a) oito sobre política regional, principalmente da tensão entre Arábia Saudita e Irã;
- b) cinco sobre esporte, incluindo as olimpíadas;
- c) duas sobre terrorismo;
- d) uma sobre petróleo;
- e) uma sobre um acidente aéreo;
- f) uma sobre as condições dos trabalhadores.

Percebe-se que, embora não existam notícias que mencionem as relações bilaterais, são muitos resultados se comparados à ausência de menção ao Brasil na agência de notícias do Bahrain nesse período.

A respeito da Arábia Saudita, foram encontradas 36 reportagens, sendo que três delas mencionam também o Brasil. Dessas, duas são sobre o G-20 financeiro, do qual ambos os países fazem parte, e uma sobre a venda de carne brasileira para a Arábia Saudita. Segue o detalhamento das demais:

- a) 22 sobre a política regional, especialmente sobre a tensão com o Irã;
- b) quatro sobre terrorismo;
- c) quatro sobre economia, incluindo as reportagens sobre as relações com o Brasil;
- d) três sobre o direito das mulheres;
- e) duas sobre petróleo;
- f) uma sobre um acidente aéreo;
- g) uma sobre a venda de armas para a Arábia Saudita.

Verifica-se que as notícias brasileiras dão uma cobertura mais ampla da política regional do Oriente Médio do que o inverso, mas isso também se deve à importância e à gravidade da situação dessa região, que vem enfrentando conflitos e gerando grande número de refugiados.

Em nenhuma das duas agências de notícias, a brasileira e a saudita, são encontradas reportagens aprofundadas sobre as relações bilaterais, entretanto enquanto as notícias brasileiras focam em aspectos econômicos, as sauditas deram destaque à Cúpula ASPA. É curioso que não tenha havido uma cobertura mais ampla sobre a Cúpula ASPA de 2015 e que não tenham resultados sobre a Arábia Saudita relacionados a essa cúpula, uma vez que ela ocorreu em Riyad.

Sobre o Marrocos, tem-se o maior número de reportagens, 65. Desses resultados, apenas seis tratam das relações entre Marrocos e o Brasil, três no âmbito da cultura, inclusive sobre o desfile de uma escola de samba do Rio de Janeiro cujo tema era o Marrocos, e três sobre cooperação internacional. Segue o detalhamento:

- a) 26 sobre mudanças climáticas;
- b) nove sobre esporte, inclusive os jogos olímpicos do Rio;
- c) nove sobre refugiados e migração;
- d) seis sobre terrorismo;
- e) quatro sobre cultura;



- f) três sobre cooperação internacional;
- g) duas sobre direitos humanos;
- h) duas sobre terremoto;
- i) uma sobre tráfico;
- j) uma sobre democracia;
- k) uma sobre doenças.

Percebe-se que as reportagens brasileiras cobrem uma ampla gama de temas que dizem respeito ao Marrocos, entretanto são poucas as que se aprofundam na temática das relações bilaterais e de temas internos do Marrocos. É mister salientar que o fato de a COP 22 ter ocorrido no país aumentou sobremaneira o número de reportagens que citam o Marrocos, caso isso não tivesse ocorrido o número de resultados se assemelharia ao da Arábia Saudita.

Em comparação com as notícias marroquinas sobre o Brasil, verifica-se que estas são mais detalhadas e mais focadas na relação bilateral. É fato que, em tese, por ser o Brasil um país com maior projeção internacional exista maior interesse nele do que vice versa, entretanto como o Marrocos está no centro de uma série de acontecimentos internacionais relevantes, como a conferência do clima e a rota das migrações para a Europa, é bastante citado pela mídia brasileira. Apesar disso, é interessante que existam iniciativas de cooperação bilateral e cultural, e que o país tenha sido tema do desfile do carnaval 2017. Isso demonstra o aumento do interesse nas relações bilaterais e a percepção de relevância do país no sistema internacional.

A seguir, fez-se a busca pelas menções a cada um dos países no *site* do Ministério de Relações Exteriores do Brasil para o mesmo período. Para a Argélia, foram encontrados 50 resultados desde 2005 e seis entre novembro de 2015 e fevereiro de 2017, os quais se tratam de discursos do então Ministro de Relações Exteriores Mauro Vieira sobre as relações com os países árabes e notícias sobre sua visita ao país em 2015, além da menção à Cúpula ASPA.

Quanto à Tunísia, tem-se um número maior de resultados, dezenove, e 50 desde 2014. Desses dezenove, os dois tópicos de maior incidência foram a economia, com relação ao acordo entre Mercosul e Tunísia e ao Acordo de Cooperação e Facilitação de investimentos, e a visita bilateral do Ministro de Relações Exteriores na época, Mauro Vieira. É relevante destacar que ele deu uma entrevista ao jornal tunisiano *La Presse* sobre a consolidação democrática, entre outros temas da agenda bilateral, temática bastante ressaltada pelo Embaixador da Tunísia no Brasil em 2016.

O Ministro comentou sobre a experiência brasileira de consolidação democrática e deu ênfase às relações comerciais, exatamente os temas salientados pelo Embaixador tunisiano. Isso demonstra a sintonia entre as duas chancelarias sobre os temas prioritários para ambos os países, também presente na descrição do *site* do Ministério de Relações Exteriores do Brasil sobre a relação com a Tunísia:

Na esteira da revolução tunisiana de 2011, o Governo brasileiro manifestou reiteradamente apoio ao processo de transição democrática no país. Por sua vez, a Tunísia passou, no período pós-revolucionário, a considerar o Brasil como parceiro privilegiado em uma estratégia de diversificação de suas parcerias externas, não apenas nos planos político e econômico-comercial, mas também na cooperação para o desenvolvimento com inclusão social (BRASIL, 2016e).

Sobre o Marrocos, foram encontrados dezesseis resultados desde novembro de 2015 e 50 desde 2009, entretanto a maioria trata de questões de mudanças climáticas que apenas citam o país como sede da COP 22, ou ainda sobre relações mais gerais com a África e com os países árabes.

Os dois resultados mais significativos são um artigo escrito pelo Embaixador brasileiro no Marrocos sobre o vírus *zika* antes dos jogos olímpicos e um comunicado conjunto de março de 2016, que trata fundamentalmente de aspectos comerciais e turísticos, além de temas da agenda multilateral, como mudanças climáticas e cooperação entre América do Sul e tanto a África quanto países árabes. Sobre o Saara Ocidental, questão crucial para o Marrocos, comentou-se os desdobramentos no âmbito da ONU. Mais uma vez, a temática econômica pareceu predominar, embora o *site* destaque que “o Brasil possui o status de parceiro privilegiado do Marrocos e os dois países possuem, desde 1999, mecanismo de consultas políticas” (BRASIL, 2017a)

Quanto à Arábia Saudita, tem-se dez resultados no período analisado e 50 desde 2009. Embora seja o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio, a maioria dos resultados trata de questões políticas, especialmente no âmbito da aproximação inter-regional. Metade dessas ocorrências é sobre a Cúpula ASPA ocorrida em Riyad, em 2015, e as outras cinco se dividem entre menções ao G-20 financeiro, às relações com os países árabes e a foros multilaterais, como a Conferência de Segurança de Munique.

Apesar disso, em abril de 2015, fora do período que foi pesquisado, ocorreu a segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita, que, de acordo com o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, tratou dos seguintes temas: cooperação em matéria de petróleo e minerais, agricultura, saúde e educação; cooperação técnica, econômica e comercial;

esportes; serviços aéreos, cultura e museologia; cooperação conjunta em terceiros países. Consta-se que é uma gama de temas bastante diversificada e que as menções à Arábia Saudita no Ministério brasileiro são mais aprofundadas do que no saudita. É destacada no *site* a mudança no padrão da pauta de exportações brasileiras para o país: “anteriormente dominadas por produtos agrícolas, sobretudo carnes e açúcar, as exportações do Brasil para a Arábia Saudita passaram a incluir, desde 2005, produtos de alto valor agregado, graças à venda de aviões da Embraer” (BRASIL, 2017b).

Sobre o Qatar, foram encontradas 50 menções desde 2007 e apenas duas entre novembro de 2015 e fevereiro de 2017, uma sobre a participação do Brasil na Cúpula do World Innovation Summit for Education, ocorrida no Qatar, e a outra é um artigo sobre o combate ao *zika* vírus escrita pelo Embaixador no país, Roberto Abdalla e publicada no jornal qatari Gulf Times. Apesar disso, o *site* ressalta que “após vinte anos de contatos meramente formais, pontilhados por visitas privadas de altas autoridades, o Qatar passou a demonstrar interesse crescente em aprofundar seus vínculos com o Brasil” (BRASIL, 2017c).

Por fim, a respeito do Bahrain, tem-se um total de 20 citados desde 2010 e apenas uma no período pesquisado, justamente na declaração de Riyad, resultado da Cúpula ASPA de 2015. Em compensação, no *site* do Bahrain existe também apenas uma menção em um discurso na Cúpula ASPA de 2012. Esses resultados demonstram pouca densidade das relações bilaterais entre representantes oficiais dos países. De acordo com o *site*, “tradicionalmente, as relações bilaterais se concentraram na área financeira. Os bancos do Bahrein – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil nas décadas de 1980 e 1990” (BRASIL, 2017d).

A título de comparação com os resultados encontrados, uma vez que o *site* do Ministério de Relações Exteriores do Brasil mostra apenas os 50 primeiros resultados da busca por país, quando se pesquisa pela Argentina, todos os 50 resultados estão dentro do período de setembro de 2016 e fevereiro de 2017. Isso demonstra que as relações com os países árabes ainda têm bastante a avançar, mas também conseguem traçar um panorama dos tópicos nos quais esses países são mencionados pelo Brasil, que era o objetivo desse levantamento.

Passa-se a seguir para a análise das entrevistas com diplomatas brasileiros a respeito das relações com os países árabes. Foram entrevistados três diplomatas com conhecimento para falar sobre as relações com Argélia, Marrocos, Qatar e Arábia Saudita, e as perguntas foram as mesmas feitas aos diplomatas estrangeiros, entretanto sob o ponto de vista do Brasil.

As respostas sobre Argélia e Marrocos foram respondidas em um texto único, de modo que cada tópico foi separado pela pesquisadora para fazer a análise.

Ressalta-se que as opiniões expressas nas entrevistas são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem, necessariamente, a posição oficial do governo brasileiro. Apesar disso, elas são utilizadas no presente trabalho como um indicativo da percepção brasileira sobre esses temas.

A primeira pergunta se refere aos objetivos da relação com esses países, os meios utilizados e os resultados que podem ser destacados. Sobre os objetivos, a diplomata Cláudia Assaf, sobre Qatar e Arábia Saudita, respondeu que é “manter viva a amizade fraterna que une ambos os países e expandir comércio e investimento”. A ênfase em comércio e investimento é condizente com os resultados que foram encontrados nas notícias sobre esses países e com o fato de a Arábia Saudita ser o principal parceiro comercial do Brasil na região.

Quanto ao Marrocos, um diplomata brasileiro destacou que o objetivo do Brasil com países da África e do Oriente Médio é:

O fortalecimento das relações econômicas (inclusive por meio da promoção das exportações brasileiras e o encorajamento e facilitação de investimentos de ambos os lados), a criação de um arcabouço político-jurídico mais robusto (por meio da assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas), o aumento do intercâmbio acadêmico e cultural, e a aproximação política (DIPLOMATA BRASILEIRO).

Verifica-se que o diplomata mencionou praticamente todas as áreas nas quais é possível haver estreitamento das relações bilaterais ou regionais entre os países, entretanto a ordem na qual esses assuntos foram mencionados parece revelar a relevância deles no entendimento do entrevistado.

Por conseguinte, sobressai a relação econômica no que se refere tanto a comércio quanto a investimento. É significativo que a aproximação política seja o último tópico mencionado, talvez pela pouca densidade de contato com esses países, uma vez que, com muitos dos países, a relação ocorre principalmente por meio da Cúpula ASPA.

Apesar disso, o diplomata ressalta em sua entrevista que as relações com os países em desenvolvimento são fundamentais para as discussões multilaterais, portanto os objetivos não necessariamente podem ser mensurados em termos bilaterais.

Quanto melhor se entenderem o Brasil e outros países em desenvolvimento, mais espaço haverá para colaborar no tratamento de problemas globais, como o combate à mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção e promoção dos direitos humanos, e o combate a ilícitos transnacionais. A criação de canais fluídos de diálogo com países de todo o mundo também permite ao Brasil ter

informações mais completas e uma visão mais abrangente sobre questões regionais e globais, que ajudam o País na formulação de sua posição em relação a esses temas (DIPLOMATA BRASILEIRO).

Já os Ministros Conselheiros na Embaixada do Brasil na Argélia, Rodrigo Andrade Cardoso e Márcio Catunda Ferreira Gomes, responderam de maneira bastante detalhada sobre o atual estado das relações entre Brasil e Argélia, especialmente no que se refere à convergência de princípios como não ingerência em assuntos internos e respeito à soberania dos Estados.

Embora a resposta não tenha sido explícita sobre os objetivos, ressaltando apenas que “um dos objetivos da diplomacia brasileira é contribuir para reduzir o déficit comercial com este país”, pode-se inferir que os demais se referem à manutenção de diálogo de alto nível nos temas de resolução de conflitos e ao combate ao terrorismo e ao extremismo e manutenção do incremento comercial.

Quando se compara as respostas de diplomatas brasileiros e árabes, percebe-se certa convergência para a consideração de que a temática econômica é bastante relevante para ambas as partes, uma vez que foi o tópico citado por todos os respondentes. Apesar disso, os diplomatas do Bahrain e os brasileiros que trabalham na Argélia também enfatizaram as relações políticas, especialmente na temática do combate ao terrorismo.

O tópico seguinte é o dos meios para a consecução desses objetivos. As respostas mencionaram a Cúpula ASPA, visitas bilaterais, acordos de cooperação, os Setores de Promoção Comercial das embaixadas e mecanismos de Consulta Política Bilateral. É interessante que cada entrevistado citou meios diferentes dos demais, o que denota a ampla gama de opções à disposição das relações bilaterais e, certamente, a experiência que cada um teve ao longo da carreira.

Chama a atenção dois tópicos levantados pela diplomata Cláudia Assaf, que trata dos países nos quais já residiu, Qatar e Arábia Saudita. O primeiro é a importância da embaixada residente, pois “só o fato de haver a embaixada residente é um sinal importante dentro das simbologias da diplomacia”, uma vez que denota o grau de relevância que é atribuído às relações com aquele país. Além disso, em 2015 o então Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, publicou um artigo no qual a abertura de embaixadas está relacionada a “uma maior capacidade de influência, mais comércio e brasileiros mais bem assistidos” (VIEIRA, 2015c).

O segundo tópico é o papel dos mecanismos de Consultas Políticas Bilaterais, nos quais a delegação brasileira se encontra com suas contrapartes:

Para debater temas em geral que dizem respeito à agenda internacional do momento em geral, para conhecermos a opinião diretamente de nossos interlocutores e eles conhecerem a nossa. Isso não apenas fortalece nossa amizade e relação de confiança mútua, como também contribui no âmbito multilateral, como na ONU, a conhecermos melhor o posicionamento desses países em temas que nos afetam e quem sabe negociar mudanças que sirvam ao interesse brasileiro. É um exercício diplomático cujos resultados se dão no longo prazo, além de permitir a solidificação da relação bilateral (ASSAF).

Esse é um exercício de conhecimento da percepção dos parceiros brasileiros que melhora não apenas a relação bilateral, mas principalmente a negociação de temas multilaterais, uma vez que permite que haja aproximação nessas áreas.

Os diplomatas brasileiros mencionaram uma diversidade maior de mecanismos utilizados na relação entre Brasil e países árabes do que os diplomatas destes países. Apesar disso, verifica-se que, em geral, foram mais citados os mecanismos bilaterais do que os inter-regionais, talvez porque aqueles permitam um aprofundamento das relações, já que em ambas as regiões a diversidade de países e de posições é grande.

Por fim, tem-se a pergunta sobre os principais resultados, à qual os entrevistados responderam com diversos exemplos. De maneira geral, eles mencionaram o aprofundamento de setores promissores das relações bilaterais, como no caso do Marrocos com o reforço das relações comerciais e do turismo, beneficiado pela rota direta reestabelecida pela Royal Air Maroc, em 2013, entre Casablanca e São Paulo.

Nesse mesmo sentido, sobre as relações entre Brasil e Argélia, os Ministros Conselheiros referiram as possibilidades de cooperação em energia solar e exploração de petróleo, em negociações de 2011, o fato de o Brasil estar entre os dez parceiros da Argélia tanto em termos de importação quanto de exportação e a presença de empresas brasileiras no país em áreas como construção civil, importação de maquinário para construção civil e fabricação de motores.

Por fim, a diplomata Claudia Assaf menciona um amplo leque de resultados, que vão desde o apoio do Qatar ao Rio de Janeiro como sede dos jogos olímpicos até o emprego de brasileiros em países árabes devido ao incremento comercial gerado pelas Cúpulas ASPA. Além disso, ela cita a boa vontade desses países em sediar as Cúpulas:

As reuniões de cúpulas (nível de Chefe de Estado) no âmbito da ASPA se dão alternativamente em países de cada região. Sedar uma cúpula dessa não é barato e envolve um esforço logístico fenomenal por parte do anfitrião. Veja que o Catar e a Arábia Saudita já aceitaram sediar cúpulas ASPA, respectivamente em 2009 e 2015. Isso não seria possível não fosse a amizade que sentem pelo Brasil (ASSAF).

Em comparação com as respostas dadas pelos entrevistados árabes, os brasileiros fizeram referência a um maior número e variedade de resultados. Enquanto os primeiros ressaltaram as boas relações, principalmente econômicas, os últimos ajuntaram à questão comercial o apoio político ao Brasil e a presença de brasileiros, além dos projetos de cooperação bilateral.

O quadro a seguir sintetiza as respostas dos diplomatas brasileiros, de acordo com os países dos quais eles falaram, ou seja, Argélia, Marrocos e Qatar/Arábia Saudita, e a última coluna sintetiza os resultados das entrevistas com países árabes analisadas no capítulo anterior.

Quadro 10- Objetivos, Meios e Resultados das Relações entre Brasil e Países Árabes

	ARGÉLIA	MARROCOS	QATAR/ ARÁBIA SAUDITA	PAÍSES ÁRABES
OBJETIVOS	Diálogo de alto nível, especialmente sobre resolução de conflitos e combate ao terrorismo e incremento comercial com reversão do déficit comercial brasileiro.	Fortalecimento da cooperação em todas as áreas, especialmente econômica.	Expandir comércio e investimento.	Cooperação bilateral, em especial a econômica.
MEIOS	ASPA, visitas de alto nível, Setores de Promoção Comercial das Embaixadas, Comissão Mista Bilateral.	Acordos de cooperação.	Embaixada residente, mecanismos de Consultas Políticas Bilaterais anuais ou bianuais, atuação consular para cobrir as necessidades de brasileiros residentes no país.	Acordos bilaterais e inter-regionais, trocas de visitas, foros regionais.
RESULTADOS	Cooperação bilateral, aumento de comércio e presença de empresas brasileiras no país.	Aprofundamento de setores promissores das relações bilaterais.	Apoio ao Brasil em votações internacionais, incremento comercial, aumento de brasileiros residentes, demonstrações de amizade ao Brasil.	Boas relações, com destaque para as econômicas.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

O tópico seguinte abordado pela entrevista versou sobre o papel do Brasil no Oriente Médio no entender da diplomacia brasileira.

A diplomata Claudia Assaf respondeu que os princípios constitucionais brasileiros de defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e a não intervenção fazem com que o país seja muito respeitado no exterior, não só no Oriente Médio. Em relação ao Qatar e à Arábia Saudita, o Brasil mantém “relações estáveis bilaterais que já contam pelo menos três décadas. Nossa relação de irmandade e respeito mútuo aos assuntos domésticos de cada país é que norteia a amizade”. Esses aspectos são bastante similares àqueles referidos pelo Embaixador da Tunísia, o que significa que os estrangeiros consideram importante os mesmos tópicos que o Brasil projeta em sua imagem para o exterior.

Apesar disso, de acordo com a diplomata, “o foco das relações está no comércio. Com a Arábia Saudita, o volume de comércio bilateral atinge os US\$ 6 bilhões ao ano”. Não é à toa que os sauditas são o principal parceiro comercial do Brasil na região, e a área econômica, mais uma vez, aparece como destaque.

No que se refere à Argélia, os diplomatas brasileiros ressaltaram aspectos bastante similares aos discutidos por Assaf e Bachtobji:

Há nítida convergência entre o Brasil e a Argélia na defesa dos mencionados princípios, com destaque para o respeito à soberania, à independência e à integridade territorial dos Estados, a não-ingerência em assuntos domésticos de outros Estados e a busca de soluções políticas pacíficas e negociadas para os conflitos (CARDOSO; GOMES).

Os princípios da política externa brasileira demonstram ser um dos principais elementos em comum entre a atuação do país e a percepção dos países árabes sobre essa atuação, uma vez que foi o fator mencionado por três entrevistados de maneira explícita.

Quanto às relações com o Marrocos, é possível depreender da resposta que os elementos que caracterizam o papel do Brasil na região são os de articulação com os países em desenvolvimento para as negociações no âmbito multilateral. De acordo com o diplomata, “ante o reconhecimento de que os desafios contemporâneos exigem atuação coordenada e multilateral para serem vencidos, o Marrocos é um parceiro natural para o Brasil”.

O quadro a seguir resume as respostas dos brasileiros, nos moldes do quadro anterior, e compara com as respostas dos diplomatas árabes, que foram perguntados sobre o papel do Brasil na região e a percepção deles sobre a atuação brasileira.



Quadro 11- Papel do Brasil no Oriente Médio

	ARGÉLIA	MARROCOS	QATAR/ ARÁBIA SAUDITA	PAÍSES ÁRABES
PAPÉL DO BRASIL/ PERCEPÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO BRASILEIRA	Princípios da diplomacia brasileira como respeito à soberania, à independência e à integridade territorial dos Estados, a não-ingerência e a busca de soluções pacíficas	Articulação com os países em desenvolvimento para discussão no plano multilateral	Respeito ao Brasil pelos princípios de defesa da paz e da não intervenção, foco no comércio, relações estáveis, amistosas e de respeito mútuo aos assuntos internos.	Resolução de conflitos, país que contribui para a luta contra o terrorismo, país importante pelo número de descendentes árabes no Brasil.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

A pergunta seguinte demandava qual era o entendimento brasileiro sobre a importância do Brasil para a região. Os Ministros Conselheiros Rodrigo Cardoso e Márcio Gomes, que responderam às perguntas em um texto único, dão a entender que a importância do Brasil para a Argélia concentra-se na cooperação técnica prestada pelo Brasil, na presença de empresas brasileiras associadas a empresas argelinas, o que é condição da legislação local e no comércio superavitário para a Argélia.

Embora não tenha sido dito explicitamente na entrevista, é possível inferir que a presença de empresas brasileiras é relevante para a região pela geração de empregos, principalmente pelo fato de ser necessário se associar a uma empresa argelina. Além disso, as empresas que importam produtos brasileiros, conforme enfatizado pelos entrevistados, também geram empregos no Brasil.

O diplomata brasileiro que respondeu sobre o Marrocos, também em um texto em que não há separação das respostas por pergunta, não fez menção à relevância do Brasil, mas é possível deduzir que, da mesma forma que para o Brasil é importante se articular com países em desenvolvimento para debater temas multilaterais, a diplomacia brasileira julgue que é relevante para esses países fazer o mesmo.

Por fim, a diplomata Claudia Assaf respondeu que Arábia Saudita e Qatar consideram o Brasil um país relevante por ser “um país amigo, um dos onze países que mantêm relações com todos os 193 Estados Membros da ONU”. É interessante que essa resposta está em sintonia com o que salientou o diplomata tunisiano. Além disso, a diplomata salientou aspectos econômicos e culturais:

O comércio bilateral permite a importação por parte desses países de produtos em que o Brasil é mais competitivo, como a carne congelada de frango, em que o frango

brasileiro predomina no mercado local. Já mencionei anteriormente a mão de obra qualificada brasileira atuante nesses países. A questão cultural não é menos importante, já que parte significativa de nossa sociedade é descendente de árabes (ASSAF).

Embora não tenha sido sobre a relevância do Brasil, mas sobre o papel do Brasil, que são quesitos muito similares, os representantes do Bahrain já haviam destacado também o aspecto cultural no que tange ao número de descendentes de árabes. Ademais, como a diplomata tratou da Arábia Saudita, era esperada a menção ao aspecto econômico, embora a exportação brasileira de carne de frango não se restrinja a esse país.

Conforme pode-se perceber, apenas a menção do Embaixador da Tunísia sobre a capacidade brasileira de resolução de conflitos não foi aludida pelos diplomatas brasileiros, entretanto todos os demais tópicos foram levantados. Isso permite concluir que existe bastante sintonia na percepção de ambas as partes sobre a relevância do Brasil para a região. O quadro a seguir, como os anteriores, resume o que foi debatido sobre essa pergunta.

Quadro 12- Relevância do Brasil para a Região

	ARGÉLIA	MARROCOS	QATAR/ ARÁBIA SAUDITA	PAÍSES ÁRABES
RELEVÂNCIA DO BRASIL PARA A REGIÃO	Intercâmbio comercial favorável à Argélia, cooperação técnica., presença de empresas brasileiras, que geram empregos locais.	Articulação para debate de temas multilaterais	O Brasil é um país que mantém relações com todos os membros da ONU, relação comercial e descendentes árabes no Brasil.	Resolução de conflitos, país que se relaciona com todos os demais, boas relações com o mundo árabe, opiniões parecidas com os países árabes sobre temas regionais e multilaterais.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

A seguir, os entrevistados foram questionados sobre a contribuição que o Brasil pode dar à região, o que está intimamente relacionado à importância do país para os países árabes. Como alguns entrevistados responderam com um texto único, é possível que a resposta seja muito similar à pergunta anterior.

Os diplomatas brasileiros na Argélia, pelo que se infere da resposta, destacaram a cooperação técnica brasileira como contribuição do país.

A contribuição brasileira nesse campo materializou-se em sete projetos em execução, nas áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca pediátrica e atendimento a pacientes queimados) e formação profissional em artesanato mineral e lapidação de gemas e joias. Após os países africanos de língua

oficial portuguesa, (PALOPs), a Argélia é o maior recipiendário de cooperação técnica brasileira na África (CARDOSO; GOMES).

Embora os países árabes não sejam os principais destinatários da cooperação técnica brasileira, é relevante que existam projetos de cooperação nesses países, visto que é um fator de aproximação não apenas entre os Estados, mas também entre os indivíduos dos dois países.

Como o diplomata brasileiro que responde à entrevista sobre o Marrocos também não deixou explícita em sua resposta a contribuição do Brasil, considera-se que sua ênfase tenha sido dada ao estreitamento político e econômico, por meio de acordos, que podem beneficiar o país em áreas como comércio, turismo e cooperação bilateral.

A diplomata Cláudia Assaf, por sua vez, respondeu de maneira bastante direta sobre as áreas nas quais o Brasil pode contribuir. Entre elas, houve menção à área militar, por meio da matrícula de árabes em academias brasileiras renomadas no exterior, como AFA, AMAN e Escola Naval, ao intercâmbio acadêmico e à cooperação em matéria de segurança e inteligência durante a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Entretanto, seu destaque é sobre segurança alimentar:

Uma que destaco é na segurança alimentar, por exemplo. Arábia Saudita e Catar preocupam-se com o tema porque estão localizados em área geográfica desértica, inapropriada para agricultura, só possível com uso intensivo de água - recurso escasso na região do Golfo. Assim, poder contar com áreas de plantio no Brasil ou tecnologia brasileira muito interessa a esses países (ASSAF).

É interessante que a diplomata fez menção não apenas à possibilidade de contribuição brasileira por meio da cooperação técnica, mas também ao estreitamento comercial, ao mencionar “áreas de plantio no Brasil”.

Cumprido destacar que a contribuição citada pelos representantes árabes não é a mesma que os diplomatas brasileiros responderam na entrevista. Enquanto aqueles percebem o Brasil como um país que pode contribuir para a democracia e por meio do apoio a reformas domésticas e a questões regionais, como a zona livre de armas nucleares no Oriente Médio, estes entendem que a contribuição brasileira está relacionada à cooperação técnica e ao estreitamento político e econômico.

É certo que os diplomatas brasileiros que responderam à entrevista trataram de países que dificilmente considerariam benéfica a contribuição brasileira à democracia, por serem na grande maioria monarquias, como Marrocos, Qatar e Arábia Saudita, diferentemente da Tunísia, que está passando por um processo de consolidação democrática.

Apesar disso, eles não fizeram menção ao apoio a causas que sejam importantes aos países árabes, o que talvez possa ser explicado pela característica da atual diplomacia empreendida pelo Brasil de baixo perfil de envolvimento em temas políticos relacionados ao Oriente Médio e, pelo menos aparentemente, foco nas relações econômicas. O quadro a seguir resume o resultado das entrevistas.

Quadro 13- Contribuição do Brasil para o Oriente Médio

	ARGÉLIA	MARROCOS	QATAR/ ARÁBIA SAUDITA	PAÍSES ÁRABES
COMO O BRASIL PODE CONTRIBUIR	Cooperação técnica- Argélia é a maior recipiendária na África após os PALOPs.	Estreitamento político e econômico.	Cooperação bilateral, especialmente na área de segurança alimentar, e fornecimento de produtos escassos na região.	Por meio de sua experiência, como na consolidação democrática, e do apoio a questões domésticas e regionais.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

Finalmente, a última pergunta da entrevista questionou as expectativas brasileiras em relação a esses países e a importância dos países da região para o Brasil. No que tange a esse tópico, todos os diplomatas foram bastante específicos em suas respostas sobre como cada país é relevante em suas relações com o Brasil.

Os diplomatas brasileiros na Argélia afirmaram que “no atual momento de grandes transformações globais, o diálogo político entre nossos países é de particular interesse”. Eles destacaram que a localização geográfica da Argélia, entre a Europa e o Oriente Médio, é de particular relevância para o interesse estratégico brasileiro. Adicionalmente, o país, segundo a percepção brasileira, apresenta política externa independente, fruto de sua luta contra o domínio colonial, e algo grau de convergência com posicionamentos brasileiros, principalmente no que se refere aos princípios que regem a condução das relações externas.

O Brasil reconhece o papel importante que a Argélia vem desempenhando na região do Magrebe, no que concerne a suas iniciativas para a mediação de entendimentos e soluções políticas para conflitos regionais. Aprecia também os esforços realizados pelo Governo argelino na luta contra o terrorismo (CARDOSO; GOMES).

A mediação de conflitos e a solução pacífica de controvérsias são, de fato, temas caros à política externa brasileira, que levam à convergência dos dois países. Sobre as expectativas, nenhuma foi ressaltada de maneira textual, mas é possível entender que elas concernem a oportunidades de negócios e à finalização da negociação do Acordo de Facilitação de

Investimentos, além da reversão do déficit comercial brasileiro, que foi mencionado como um dos objetivos da política externa brasileira em relação ao país.

O diplomata que respondeu sobre o Marrocos mencionou “três elementos que tornam a relação particularmente importante”. O primeiro deles é que Brasil e Marrocos são “vizinhos Atlânticos”, e essa proximidade física, inclusive por meio de voos que ligam diretamente os dois países, acercam as relações. O segundo é “o impressionante desempenho da economia marroquina nos últimos anos”, que torna atraente o aprofundamento das relações comerciais para o Brasil. Por fim, tem-se “o protagonismo do Marrocos no cenário internacional”.

O país é muito atuante nas instâncias multilaterais universais, como as Nações Unidas. É membro atuante tanto da Liga Árabe, quanto da Organização da Conferência Islâmica. Tem papel de destaque no tratamento de crises regionais, em particular a situação na Líbia, mantendo diálogo fluído sobre o tema tanto com os países da região, quanto com os países europeus e os EUA. Na África, o Marrocos também tem atuação relevante: não só é o segundo maior investidor africano na África, como tem aumentado sua cooperação com os países africanos em matéria de ensino superior, segurança e religião, entre outros (DIPLOMATA BRASILEIRO).

Constata-se que os motivos pelos quais o Marrocos é considerado importante pelo Brasil são bastante parecidos aos mencionados em relação à Argélia, como localização geográfica e protagonismo regional. Apesar disso, no caso do Marrocos não existe alusão à proximidade com os princípios defendidos pela diplomacia brasileira, o que está em consonância com os achados do capítulo que trata da leitura da realidade internacional e do posicionamento de cada Estado. Quanto às expectativas, parecem ser as mesmas mencionadas nos objetivos, como fortalecimento da parceria nas áreas econômica, política e cultural.

De acordo com as respostas concedidas por Claudia Assaf sobre Qatar e Arábia Saudita, a importância desses países para o Brasil está relacionada ao fato de que o país “se importa em manter excelentes relações com todos os países, sem exceção, e não seria diferente com os países árabes”. Como exemplo disso, ela menciona a criação da Cúpula ASPA, “que permite intensificar o intercâmbio em diversas áreas”. Outro fator relevante é a contribuição árabe para a diversidade do povo brasileiro por meio dos imigrantes, o que já foi mencionado em tópicos anteriores. Sobre as expectativas, que estão imbricadas com a relevância da região, tem-se o setor econômico.

Além disso, trata-se de países com potencial fenomenal de incrementar ainda mais as relações comerciais e de investimento, o que, por conseguinte, reverte positivamente em nossa economia, sobretudo na geração de mais empregos no setor privado exportador de bens para os árabes (ASSAF).

Pode-se concluir, pelo que foi aduzido com relação às expectativas e à importância da região para o Brasil, que o elemento em comum a todas as respostas foi a intensificação das relações comerciais, seja pelo desempenho da economia local, como no caso do Marrocos, seja porque já existem relações intensas, como no caso da Arábia Saudita.

Chama a atenção que os dois tópicos mais enfatizados pelos entrevistados árabes, a contribuição à democracia no caso da Tunísia e o reconhecimento mútuo de avanços domésticos no caso do Bahrain não foram sequer tangenciados pelos entrevistados brasileiros.

Mais uma vez, a explicação no que se refere à democracia parece ser a de que os diplomatas brasileiros trataram de países que estão em condições políticas bastante distintas das experimentadas pela Tunísia, país que é uma exceção na região em termos de construção democrática. Com relação ao tema trazido à tona pelo Bahrain, pode ser tanto devido à política brasileira de evitar intromissão em assuntos internos dos Estados, que leva a uma maior discricção nesse aspecto, quanto à falta de informação da centralidade desse aspecto.

Como resultado dessa análise, é possível perceber que os diplomatas brasileiros que trataram de países do norte da África trouxeram tópicos bastante similares, ao passo que sobre os países do Golfo o destaque não foi tanto a política externa desses países e sua posição geográfica, mas sim as relações políticas e econômicas. É significativo que tanto a diplomata brasileira que atua na Arábia Saudita quanto os Ministérios de Relações Exteriores desses países façam constante menção à Cúpula ASPA enquanto os países do norte da África demonstram menor interesse no foro, conclusão apoiada pelo fato de que mesmo os diplomatas brasileiros nesses países pouco o mencionaram.

Quadro 14- Expectativas e Importância da região para o Brasil

	ARGÉLIA	MARROCOS	QATAR/ ARÁBIA SAUDITA	PAÍSES ÁRABES
EXPECTATIVAS/ IMPORTÂNCIA DA REGIÃO PARA O BRASIL	Convergência com o Brasil em termos de política externa, localização geográfica, papel argelino na mediação de conflitos e na luta contra o terrorismo. Expectativas de oportunidades de negócios e de reversão do déficit comercial brasileiro.	Proximidade geográfica, economia marroquina, protagonismo do Marrocos no cenário internacional. Expectativa de fortalecimento da parceria bilateral em todos os âmbitos.	Preocupação brasileira em manter excelentes relações com todos os países, contribuição árabe para a diversidade brasileira e possibilidade de incremento do comércio e do investimento, o que gera empregos no Brasil.	Desenvolver relações econômicas, contribuição brasileira à democracia, reconhecimento mútuo de avanços domésticos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas em 2016

### 6.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa apresentada indica que o período recente, considerando-se a partir de 2011, demonstrou haver tido uma progressiva diminuição do protagonismo brasileiro no cenário internacional, o que inclui o Oriente Médio. Apesar disso, novos mecanismos foram criados, a exemplo do Memorando para o Estabelecimento de Cooperação e Consultas Políticas entre o Brasil e a Liga Árabe, em 2015, e os mecanismos de aproximação, como a Cúpula ASPA e os mecanismos de consultas políticas, continuaram a dar frutos, embora com menor destaque.

O discurso do Ministro de Relações Exteriores na Cúpula da ASPA de 2015, Mauro Vieira, é significativo, pois declara que é necessário concentrar o foco em alguns temas bilaterais para cooperação, especialmente aqueles que promovem resultados tangíveis, como é o caso do comércio, por exemplo, e destaca os ganhos da proximidade entre as duas regiões no âmbito multilateral.

Essa perspectiva vem ao encontro da entrevista concedida pelo diplomata brasileiro que tratou do Marrocos. Ele dá bastante ênfase ao objetivo brasileiro de cooperar com países em desenvolvimento para chegar a posicionamentos comuns em temas multilaterais.

Pelas entrevistas dos diplomatas brasileiros e árabes, depreende-se que o estreitamento comercial é o principal eixo enfatizado por todos, seja no caso de países com os quais o Brasil tem comércio menos intenso, seja no caso dos principais parceiros.

Ao comparar as perspectivas brasileiras e árabes, constata-se que enquanto estes mencionaram o Brasil como relevante devido a sua capacidade de mediação de conflitos, aqueles não levantaram esse tópico em nenhuma das respostas. É possível que essa dissonância esteja relacionada a uma atitude receptiva dos árabes para que o Brasil contribua quando convidado, sem que haja interferência em assuntos internos, ao passo que no Brasil não há interesse, no momento, em se projetar internacionalmente nesse nível. O foco brasileiro demonstra estar nos ganhos comerciais, visto que é um período de recuperação econômica no Brasil, e em relações com parceiros mais tradicionais, como Estados Unidos e os países vizinhos.

Adicionalmente, as perspectivas dos países do norte da África e dos do Golfo demonstram apresentar algumas distinções, tanto em termos de entrevistas de brasileiros quanto de árabes. Os respondentes sobre o Golfo enfatizaram a Cúpula ASPA, tópico não mencionado pelos que trataram dos países árabes africanos. Esse resultado foi detalhado na discussão do capítulo anterior, mas é interessante notar que se trata de um comportamento tanto de árabes quanto de brasileiros.

Esse achado está relacionado ao debatido no capítulo sobre a política externa dos países árabes, pois é notável a aproximação desses países do norte da África com os demais do continente, e os posicionamentos dos países árabes ao longo do tempo na Assembleia Geral da ONU foram-se diferenciando. Contribui para isso a nova dinâmica que emergiu após a primavera árabe, com a disputa por liderança não apenas entre sunitas e xiitas, árabes e não árabes, mas também dentro desses grupos, conforme exemplificam Qatar e Arábia Saudita.

Outro tópico a ser ressaltado é o realce dado por diplomatas brasileiros a respeito de cooperação técnica para o desenvolvimento, entretanto esse tema não foi mencionado pelos entrevistados árabes, apenas o representante da Tunísia reforçou a cooperação parlamentar para contribuir para a consolidação democrática do país. Uma explicação, por um lado, pode ser a de que os dois respondentes árabes não são de países nos quais o Brasil tem os principais programas de cooperação. Por outro, isso também pode significar que para o Brasil é relevante contribuir por esse meio, mas os países árabes esperam mais do Brasil, principalmente por meio de apoio político a questões importantes para a região, exatamente a área na qual o Brasil demonstra estar mais afastado no período recente.

Apesar das discrepâncias entre respostas que foram debatidas, de maneira geral é possível concluir que o Brasil busca se apresentar no sistema internacional como um país pacífico, que respeita a legitimidade e a soberania e não interfere nos assuntos internos dos demais Estados e é percebido assim pelos países árabes. Além disso, o fortalecimento da



parceira econômica é uma prioridade para ambas as partes e a relevância do Brasil para a região, na percepção de brasileiros e árabes, está relacionada aos laços criados com os descendentes árabes que vivem no Brasil.

## 7 CONCLUSÃO

A presente tese propôs-se a discutir a formação da percepção internacional e, com isso, analisar a percepção dos países árabes selecionados sobre a atuação brasileira no Oriente Médio. O argumento central é o de que a percepção de um Estado A sobre um Estado B- percepção essa que pode ser apreendida pelo discurso diplomático, o qual sintetiza o debate doméstico- depende não apenas da leitura da realidade internacional feita pelo Estado A, mas também de seu posicionamento no sistema internacional. Esse cruzamento ajuda a compreender os fatores mais relevantes para a formação da percepção. Mesmo no caso de áreas novas de atuação, como é o Oriente Médio para o Brasil, os Estados têm expectativas e percepções que são essenciais para a legitimidade da projeção internacional brasileira.

Essa temática da percepção é de fundamental relevância para a compreensão do sistema internacional atual devido ao fato de a projeção internacional dos Estados demandar legitimidade internacional, a menos que seja baseada somente na força, o que não ocorre por causa dos elevados custos de coerção em um sistema crescentemente multipolar. Tendo em vista que a percepção de seus pares é a base para a legitimidade de um Estado, sua compreensão justifica esta pesquisa. Para cumprir esse objetivo e responder ao questionamento de por que países têm percepções diferentes sobre um mesmo país, iniciou-se pelo debate teórico acerca da percepção.

Esse debate parte da noção de que a maneira como a realidade é percebida depende do sujeito que a observa, mesmo que a realidade seja a mesma para todos. Nesse contexto, as crenças e os valores influenciam a formação dessa percepção. Utilizou-se na discussão a metáfora das lentes que são colocadas por cada sujeito para observar a realidade. As mesmas lentes podem ser colocadas por diferentes sujeitos, mas o resultado da observação depende também de seus valores e crenças.

As referidas lentes utilizadas são a visão da realidade internacional, que correspondem a maquiavélico-hobbesiana e a grociana, conforme classificação adotada por Lafer (2000). A primeira está relacionada ao entendimento de que o sistema internacional é caracterizado pela anarquia e pela insegurança dos Estados, que devem utilizar o *hard power* em um jogo de soma zero. A segunda tem como características o entendimento de que existem regras universais que regem o comportamento dos Estados, que se encontram em interdependência em um sistema internacional no qual é possível haver um jogo de soma positiva por meio do respeito às normas, da diplomacia, do diálogo e do uso do *soft power*.

As normas e os valores de cada Estado pautam seu posicionamento no sistema internacional. Este pode ser de cooperação ou de conflito/competição, os quais advêm da discussão trazida pelas teorias de Relações Internacionais acerca da natureza do comportamento dos Estados no âmbito internacional. A postura de cooperação é marcada por valores como a solidariedade, o bem comum, a confiança em seus pares e a crença de que é possível que todos ganhem conjuntamente. A de conflito/competição, por sua vez, tem como características a desconfiança, o egoísmo, a ambição e a ideia de que quando um Estado ganha, o outro necessariamente perde.

Ao combinar a visão de mundo com o posicionamento dos Estados no sistema internacional, propôs-se uma forma de ordenar os fatores mais relevantes para a formação da percepção dos Estados no sistema internacional com base no trabalho de Wildavsky (1987). Essa é a contribuição teórica a que se propôs a tese.

Com isso, os fatores elencados sobre a percepção de A sobre B foram: a) quem é B, para o que importa se ele é “amigo” ou “inimigo”, ou se relaciona com “amigos” ou “inimigos”, qual o poder e os fatores materiais com os quais ele conta; b) a situação na qual B atua, ou seja, a conjuntura; c) a forma como B atua, seja por meio de instituições, de ações armadas, da diplomacia, de foros regionais; d) o conteúdo da atuação de B, que são os tipos de posicionamentos e as ideias defendidas por esse Estado internacionalmente.

Escolheu-se tratar dos países árabes inseridos na região do Oriente Médio devido ao fato de as relações com esses países não ser tão densa quanto as com outras áreas do globo. Além disso, as relações com os países árabes são relativamente recentes, pois, conforme foi debatido, a aproximação começou na década de 1970, foi retraída na década de 1990 e voltou a se intensificar nos anos 2000. Dessa forma, busca-se analisar a estratégia em uma nova área de atuação, cuja percepção não está tão condicionada pelas relações históricas.

Foram analisadas as políticas externas de Arábia Saudita, Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar e Tunísia e concluiu-se que a política externa desses países é, na maioria dos casos, definida quase que exclusivamente pelas elites que controlam o Estado, especialmente no caso das monarquias. Esses casos apenas reforçam a decisão de utilizar a percepção de agentes estatais sobre a política externa brasileira.

A respeito da classificação proposta anteriormente, a análise demonstrou que Brasil, Argélia, Tunísia e Bahrain se aproximam mais da leitura grociana e da postura cooperativa. O Qatar também demonstra leitura grociana, mas postura competitiva, por conta da busca por maior projeção e influência na política doméstica dos países da região, especialmente após a primavera árabe. O Marrocos, por sua vez, evidencia leitura internacional maquiavélico-

hobbesiana, devido à importância dada aos atributos de poder, entretanto sua postura é de cooperação. Por fim, a Arábia Saudita também evidencia uma leitura maquiavélico-hobbesiana e sua postura é de competição, não apenas em relação ao Qatar, mas principalmente ao Irã.

Adicionalmente, estudou-se o grau de similaridade das votações desses países árabes com os do Brasil na Assembleia Geral da ONU. Essa variável atua como uma *proxy* da proximidade de visão de mundo entre esses países. Os resultados obtidos corroboraram a análise feita de acordo com a política externa de cada país, exceto no caso da Argélia, que aparece mais distante do Brasil do que o esperado devido aos votos argelinos sobre a Síria. Os tópicos que apresentam dissonância entre Brasil e os países árabes estudados são direitos humanos, pena de morte, armas e guerra na Síria, uma vez que esses países geralmente votam contra essas resoluções que restringem práticas ainda adotadas no âmbito interno.

Os votos dos países árabes demonstraram ser bastante próximos dos brasileiros, visto que Marrocos, Qatar e Tunísia têm maior índice de coincidência do que a Argentina, tradicional parceiro brasileiro. A Tunísia, por sinal, apresenta somente 2,7% de votos discordantes do Brasil na seção 2016/2017 da Assembleia Geral da ONU, ao passo que a Argentina teve 6,58% de votos discordantes. Já a Arábia Saudita, país com maior percentual de votos diferentes, computa 10,53%, bastante distante dos 76% dos Estados Unidos.

A análise das votações na Assembleia Geral da ONU traz outra conclusão bastante relevante, que é a passagem de um padrão de votação muito parecido entre os países árabes na sessão de 2004/2005 para uma diferenciação importante em 2016/2017. A adoção de posturas diversas entre si, principalmente após a primavera árabe, parece explicar esse achado.

É de se ressaltar que países em localizações geográficas completamente distintas, como Brasil e países árabes, com história bastante diversa e pouca densidade de relações possam apresentar tamanho grau de similaridade de pontos de vista. Mesmo que as relações sejam distantes, o estudo da percepção demonstra o campo existente para intensificar esse contato e a cooperação internacional, especialmente quando se percebe que todos esses países configuram a *constituency* que garante a legitimidade da atuação internacional do Brasil não só no Oriente Médio, mas em termos internacionais como um todo.

O passo seguinte da pesquisa, tendo identificado a leitura internacional dos países e suas posturas internacionais, foi o de analisar a percepção desses países árabes sobre a atuação brasileira no Oriente Médio. Verificou-se pelas entrevistas com diplomatas da Tunísia e do Bahrain que os aspectos econômicos foram mencionados pelos dois, entretanto quanto aos

aspectos políticos existem diferenciações, especialmente pelo peso dado na entrevista aos laços econômicos da Tunísia com o Brasil.

Entre os resultados, pode-se destacar que, enquanto o representante tunisiano enfatizou o papel do Brasil como mediador e a relevância do país para ajudar a consolidar a democracia do país, além da importância dos princípios da política externa brasileira, os diplomatas do Bahrain salientaram as opiniões parecidas entre os países e o apoio brasileiro a causas árabes, e como contribuição brasileira o apoio a causas domésticas e regionais e o reconhecimento de avanços no país árabe.

É interessante que o representante da Tunísia deu realce às relações com o Mercosul, enquanto isso não ocorreu com os do Bahrain. A explicação é provavelmente o fato de o acordo do bloco com a Tunísia carecer de ratificação de países do Mercosul, ao passo que o acordo com o CCG demanda ratificação dos países árabes.

No caso da Tunísia, a existência de cooperação parlamentar sobre a temática da democracia é significativa não apenas em relação à vontade de estreitar laços, mas também no que se refere à possibilidade de a experiência brasileira ser útil ao caminho trilhado por outros países em condições diversas.

Já no que tange ao Bahrain, uma das principais contribuições não se dirige especificamente ao país, mas à região do Oriente Médio, pois é o apoio mais enfático à constituição de uma zona livre de armas nucleares na região. Essa demanda demonstra que o Brasil é considerado um player internacional com voz respeitada para que projetos dessa natureza sejam postos em prática.

Sobre essas duas respostas, o representante da Tunísia mencionou um tópico no qual o Brasil pode passar sua experiência para que o país avance internamente, enquanto os representantes do Bahrain percebem que o Brasil pode ajudar ao apoiar determinadas causas. São duas formas diferentes de contribuir, uma por meio da ação e outra pelo apoio, mas demonstram percepções distintas.

Adicionalmente, os respondentes do Bahrain enfatizaram a visão de mundo similar entre o Brasil e os países árabes, o que foi corroborado pela pesquisa a respeito das votações na Assembleia Geral da ONU. Além disso, a diplomacia brasileira tradicionalmente apoia uma série de causas consideradas centrais pelo mundo árabe, especialmente a questão palestina. Todos esses aspectos ratificam os laços comuns entre as duas regiões, não obstante exista espaço para incrementar materialmente esses aspectos comuns por meio de cooperação e de acordos.

Ao comparar Bahrain e Tunísia, a conclusão é a de que, no caso da Tunísia, a importância que o Brasil tem para a região é a mesma que tem para as relações internacionais, enquanto que para o Bahrain essa proeminência tem ligação com a atitude tomada pelo Brasil em relação a causas regionais e à proximidade da visão de mundo com a desses países.

Quando são considerados os seis países analisados, chama a atenção o foco dos países do norte da África nas relações econômicas e no fomento ao turismo, enquanto o destaque para os países do Golfo foi a Cúpula ASPA, a qual não mencionada por aqueles, e a cooperação entre o CCG e a CELAC.

O exame demonstrou que, para Tunísia e Bahrain, o fator mais relevante para a formação da política externa é o conteúdo, o que era esperado de acordo com a discussão teórica feita anteriormente. No caso da Arábia Saudita, indica que o Estado objeto da percepção parece ser o fator relevante, entretanto não foi possível contar, nesse caso, com o auxílio da entrevista para essa conclusão. Quanto aos demais países, seria necessário aprofundar a pesquisa para comprovar as hipóteses levantadas pela teoria.

Sobre a análise da percepção do Brasil sobre sua política externa para os países da região, ou seja, a imagem que o país deseja transmitir e os valores relevantes para eles, constatou-se que a política externa recente para a região apresenta perfil mais baixo do que aquela desenvolvida até entre 2003 e 2010. É certo que a situação econômica do Brasil nesse período deve ser levada em consideração, mas não necessariamente justifica essa postura brasileira. É necessário mencionar, contudo, que novos mecanismos foram criados, a exemplo do Memorando para o Estabelecimento de Cooperação e Consultas Políticas entre o Brasil e a Liga Árabe, em 2015.

De acordo com as entrevistas realizadas com diplomatas brasileiros, que trataram das relações com Argélia, Marrocos, Qatar e Arábia Saudita, conclui-se que a aproximação comercial é o eixo comum das respostas concedidas. Apesar disso, importantes percepções sobre as relações políticas foram levantadas, como os ganhos da aproximação nos debates multilaterais e a cooperação técnica. Ressalta-se que, do mesmo modo que ocorreu com os árabes, somente os brasileiros que trataram dos países do Golfo enfatizaram a Cúpula ASPA. Esse é mais um indício da diferença existente entre as relações brasileiras com o norte da África e com os países do Golfo.

A respeito da comparação entre as visões árabe e brasileira sobre a atuação do Brasil no Oriente Médio, chamou a atenção que os brasileiros não mencionaram em nenhum momento a capacidade brasileira de mediação e os posicionamentos comuns do Brasil com os árabes, tópicos levantados por estes. Mesmo assim, existem pontos em comum, como a ênfase

na quantidade de descendentes árabes no Brasil e no aprofundamento das relações econômicas e, no caso do Bahrain e dos brasileiros que trabalham na Argélia, o combate ao terrorismo.

A resposta de um dos diplomatas brasileiros ressalta que as relações com países em desenvolvimento são essenciais para as discussões multilaterais, o que leva à conclusão de que os objetivos não necessariamente podem ser mensurados em termos bilaterais. No entendimento brasileiro, as relações com os países árabes estão, de fato, relacionadas a discussões mais amplas e à formação de uma *constituency* que legitime a atuação internacional do país.

Como resultados dos laços bilaterais, diferentemente dos países árabes, que mencionaram as boas relações, com destaque ao aspecto econômico, os diplomatas brasileiros lembraram uma série de implicações, desde as que afetam positivamente o *soft power* brasileiro, como o apoio ao Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos, até aquelas com efeitos materiais mais fáceis de mensurar, como o emprego de brasileiros em países árabes causado pelo incremento comercial propiciado pelas Cúpulas ASPA.

Os princípios da política externa brasileira demonstram ser um dos principais elementos em comum entre a atuação do país e a percepção dos países árabes sobre essa atuação, uma vez que foi o fator mencionado por três entrevistados de maneira explícita. Esses princípios, materializados na defesa da paz e, dos direitos humanos e no respeito ao Direito Internacional, são a linha mestra da diplomacia brasileira ao longo das décadas, e o fato de serem mencionados por todos os entrevistados leva a acreditar que, mais do que atuações pontuais, o que importa é o que se mantém ao longo do tempo.

Os estrangeiros consideram relevantes os mesmos tópicos que o Brasil projeta em sua imagem para o exterior, os princípios que regem essa política externa. Faz-se uma ressalva, entretanto, de que os respondentes árabes são da Tunísia e do Bahrain, dois países que demonstraram posicionamento e leitura da realidade internacional similares aos brasileiros.

É no que se refere ao papel brasileiro na região que as respostas entre brasileiros e árabes apresenta maior disparidade. Os brasileiros dão maior ênfase à cooperação técnica prestada pelo Brasil, como na Argélia, à presença de empresas brasileiras nesses países e às trocas comerciais, embora tenha sido mencionado o fato de o país ser um dos poucos a manter relações com todos os membros da ONU.

Já os representantes árabes entendem o papel brasileiro como relacionado não apenas às boas relações do país como seus pares, mas às opiniões parecidas com o mundo árabe em nível regional e multilateral e à resolução de conflitos. É possível que os respondentes árabes

não tenham mencionado a cooperação técnica, por exemplo, por não serem grandes recipiendários, entretanto se fosse um tema central para sua percepção, teria sido elencado quando se tratou do papel do Brasil.

A partir desses dados, conclui-se que a estratégia brasileira para essa nova área de atuação tem-se mostrado, grosso modo, em consonância com a percepção árabe sobre o Brasil, que tem uma ideia bastante favorável sobre o país. Para isso, contam a favor da diplomacia brasileira seus princípios históricos e os posicionamentos recentes em questões árabes, além do interesse em aprofundar os laços comerciais. Depreende-se, portanto, que os países analisados legitimam a atuação brasileira na região. Deve-se atentar, todavia, para a expectativa desses países, uma vez que o descolamento entre ação e expectativa pode levar a uma crise de legitimidade.

Nesse sentido, a expectativa desses países vai além do que tem demonstrado o Brasil em sua atuação hodierna, pois ações de mediação e apoio a avanços domésticos são bem vindos da parte dos países árabes. É necessário que se analise a possibilidade de maior comprometimento do Brasil sem que haja contradição com seus valores, entretanto a projeção do país é relevante não apenas para a consecução de objetivos brasileiros, mas também para colaborar para a paz e para a estabilidade internacional, com base na noção de que todos ganham conjuntamente.

O que é possível depreender da pesquisa é a relevância crescente da percepção na compreensão das relações entre os atores internacionais. Em um ambiente cada vez mais interdependente e multipolar, é necessário diversificar as parcerias e atuar em novas regiões. Como consequência, essa atuação demanda legitimidade dos pares internacionais, o que é conseguido por meio da adequação às expectativas dos atores envolvidos.

Olhar para o outro, diferentemente do que possa parecer ao senso comum, não é irrelevante nem leva a respostas já esperadas. Cada descoberta sobre a percepção de seus pares no sistema internacional possibilita à diplomacia brasileira a definição de uma estratégia mais eficaz aos seus propósitos. Para um país que almeja projeção internacional, a compreensão do que garante sua legitimidade faz-se necessária.

Como forma de resumir o argumento apresentado ao longo da pesquisa, pode-se dizer que a crescente multipolaridade evidencia o imperativo da legitimidade para que os Estados atuem no âmbito internacional, de modo que a percepção é o que determina o apoio ou não a determinados Estados. Por meio da elaboração de modelo teórico, determinou-se que o cruzamento das informações sobre posicionamento e leitura da realidade internacional elucidam quais fatores são mais relevantes para a formação dessa percepção. A análise seguiu



com a aplicação dessa discussão teórica ao caso da percepção de países árabes selecionados sobre a atuação brasileira no Oriente Médio a partir de 2011, com a conclusão de que o país tem legitimidade, mas as expectativas árabes ultrapassam a ação do Brasil, o que deve ser atentado pelos formuladores de política externa.

A contribuição da tese é, com isso, discutir a diversidade de fatores envolvidos na formação de uma opinião de um ator sobre a atuação de outro e compreender em que contexto se formam essas expectativas. Conforme foi debatido, mesmo países com relações não muito próximas têm expectativas, conforme é possível perceber no caso do Bahrain em relação ao Brasil- países que nem mesmo têm embaixadas residentes no território um do outro.

Por fim, é interessante notar que, na perspectiva dos parceiros árabes, os anseios sobre a atuação brasileira estão muito mais ligados a apoio a causas árabes e aprendizado com as experiências brasileiras do que as oportunidades de comércio, por exemplo, um tópico bastante enfatizado pelos brasileiros. Mesmo que se considere não ser conveniente um engajamento mais ousado em negociações no Oriente Médio, como ocorreu em 2010- embora se ressalte que a habilidade mediadora do Brasil é apreciada pelos árabes-, é possível pôr em prática, portanto, uma maior projeção internacional do país, que atenda às expectativas árabes, sem que se fique restrito ao âmbito econômico.

A necessidade de considerar as expectativas resulta do que foi argumentado no início da análise: a discussão sobre a legitimidade necessária à projeção internacional, que demanda que a *constituency* de um ator dê suporte às suas ações, ou caso não exista esse apoio, que as ações sejam recalibradas para evitar perda de legitimidade. Como um *global player*, o Brasil necessita de legitimidade de todas as partes do mundo, não apenas de seus parceiros tradicionais, por isso faz-se mister conhecer as demandas de áreas de atuação não tradicionais.

A tese demonstra que os países árabes localizados na região do Oriente Médio são bastante diversos entre si, não apenas no que tange aos fatores étnicos, culturais e políticos, mas também no que diz respeito à política externa, mais especificamente à leitura da realidade internacional e ao posicionamento no sistema de Estados, e, por conseguinte, à percepção sobre seus pares. Deve-se, destarte, considerar essas diferenças na análise das relações do Brasil com essa parte do mundo, pois esse conjunto de países não pode ser tratado como se fosse homogêneo.

A pesquisa buscou dar contribuições tanto teóricas quanto empíricas para a análise da percepção no sistema internacional, e para isso também avançou no conhecimento das relações entre o Brasil e os países árabes e na percepção destes sobre a atuação brasileira no

Oriente Médio. Cumpriram-se os objetivos gerais e específicos a que se propôs a pesquisa. Estudos futuros poderão aprofundar o conhecimento nessa área e fomentar as discussões.

## REFERÊNCIAS

- ABDERRAHIM, Kader. L'Algérie, puissance régionale (debate). **RFI**, 2016. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/emission/20161127-algerie-puissance-regionale-defis-terrorisme-engagement-securite>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- ABDULLAH, Jamal. Analysis: Qatar's foreign policy - the old and the new. **Al Jazeera**. 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/11/analysis-qatar-foreign-policy--2014111811274147727.html>> Acesso em: 14 nov. 2016.
- ABDULLAH II. **King of Jordan**: We will not allow terrorists to hijack our faith. [S.l.], 10 Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/eu-affairs/20150309STO32480/king-of-jordan-we-will-not-allow-terrorists-to-hijack-our-faith>> Acesso em: 22 abr. 2017.
- ACHCAR, Paul. Imagem e formação de opinião no mundo árabe: visões do Brasil e da América do Sul. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena (Org). **Diálogo América do Sul- Países Árabes**. Brasília: FUNAG, 2005. p. 293- 330.
- ADIMI, Pierre Afouda. Nouvelle Offensive Diplomatique du Maroc en Afrique Subsaharienne : Quel Regard? **Paix et Sécurité Internationales**, [S.l.], nº3, 2015.
- AGENCE TUNIS AFRIQUE PRESSE. Disponível em: <<https://www.tap.info.tn/fr>>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <[agenciabrasil.ebc.com.br](http://agenciabrasil.ebc.com.br)>. Acesso em: 27 fev. 2017.
- AL ARABIYA. Disponível em: <<https://english.alarabiya.net>>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- ALBUQUERQUE, José Alberto Guilhon et all. **Percepção das Elites do Cone Sul sobre as Relações Internacionais do Brasil**. Brasília: IPEA, 1999.
- ALGERIA. Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <[www.mae.gov.dz/default\\_en.aspx](http://www.mae.gov.dz/default_en.aspx)> Acesso em 25 fev. 2017.
- ALGÉRIE. Ministère des Affaires Étrangères. **Sellal reçoit le ministre des relations extérieures du Brésil**. 29 Oct. 2015. Disponível em : <[www.aps.dz/economie/tag/algerie%20bresil](http://www.aps.dz/economie/tag/algerie%20bresil)> Acesso em 10 jan. 2017.
- ALGÉRIE PRESS SERVICE. Disponível em: <[www.aps.dz](http://www.aps.dz)> Acesso em: 10 fev. 2017.
- AL JAZEERA. Disponível em: <[www.aljazeera.com](http://www.aljazeera.com)> Acesso em: 02 mar. 2017.
- AL-JUBEIR, Ahmed. Al-Jubeir: There is no reservation on the terms of "Riyadh Declaration", fourth summit of Arab and South American countries unprecedented 4 Riyadh. **Saudi Press Agency**. 2015. Disponível em: <<http://www.spa.gov.sa/viewstory.php?lang=en&newsid=1418378>> Acesso em 10 fev. 2017.
- AL KHALIFA, Khalid Bin Ahmed Bin Mohamed. The Foreign Minister's speech at the III South American-Arab Summit in Lima, Peru. **Ministry of Foreign Affairs**. Disponível em:

<<http://www.mofa.gov.bh/Default.aspx?tabid=7824&language=en-US&ItemId=1956>>  
Acesso em 08 jun. 2016.

AL-MARZOUKI, Mansour. Why Saudi Arabia and Israel oppose Iran nuclear deal. **Al Jazeera**, 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2015/04/saudi-arabia-israel-oppose-iran-nuclear-deal-150401061906177.html>> Acesso em 16 fev. 2017.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five countries. Newbury Park: Sage, 1989.

ALTERMAN, Jon B. Seeking Harbors in the Storm. In ALTERMAN, Jon B (org). **Rocky Harbors Taking Stock of the Middle East in 2015**. Center for Strategic and International Studies, 2015.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Bahrain**: Promising human rights reform must continue. [S.l.], 2001. Disponível em: <<https://www.amnesty.org.uk/press-releases/bahrain-promising-human-rights-reform-must-continue>> Acesso em: 10 out. 2016.

AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

BAHRAIN. Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <[www.mofa.gov.bh](http://www.mofa.gov.bh)> Acesso em: 10 jan. 2017.

BAHRAIN. Ministry of Foreign Affairs. **Foreign Policy**. 2016. Disponível em: <<http://www.mofa.gov.bh/Default.aspx?tabid=88&language=en-US>> Acesso em: 22 nov. 2016.

BAHRAIN NEWS AGENCY. Disponível em: <[bna.bh/portal/en](http://bna.bh/portal/en)> Acesso em: 16 fev. 2017.

BERGSON, Henri. **Creative Evolution**. Westport: Greenwood Press, 1975.

BERNAL-MEZA, Raúl. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília**, v. 42, n. 2, 1999.

\_\_\_\_\_. Multilateralismo e unilateralismo na política mundial: América Latina frente à Ordem Mundial em transição. **Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília**, v.48, n.1, 2005.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, nº1, 2005.

BRADLEY, John R. Saudi Arabia's Invisible Hand in the Arab Spring. **Foreign Affairs**. New York, Oct. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Artigo 4º**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR)> Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Aprovação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Líbia**. Brasília, Nota 103, 2011a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2514-aprovacao-da-resolucao-1973-do-conselho-de-seguranca-da-onu-sobre-a-libia>> Acesso em: 14 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Término do mandato do Brasil como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no Biênio 2010-2011**. Brasília, Nota 502, 2011b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2920-termino-do-mandato-do-brasil-como-membro-nao-permanente-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-no-bienio-2010-2011>> Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **"Trilateral Solidarity for Building Peace" – Solidariedade Trilateral para a Construção da Paz**. Brasília, Nota 02, 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3278-trilateral-solidarity-for-building-peace-solidariedade-trilateral-para-a-construcao-da-paz>> Acesso em 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. ORIENTE MÉDIO Intercâmbio comercial com Brasil. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. BRASIL Comércio Exterior: 20 principais parceiros. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, Ago.2016a.

\_\_\_\_\_. PAÍSES ÁRABES Intercâmbio comercial com Brasil. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, Set. 2016b.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos**. Brasília, 2016c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15554-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos>> Acesso em: 22 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA)**. Brasília, 2016d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3675-cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspa>> Acesso em: 25 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **República da Tunísia**. Brasília, 2016e. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5466-republica-da-tunisia>> Acesso em: 29 out. 2016.

\_\_\_\_\_. MARROCOS. Intercâmbio comercial com Brasil e comércio exterior. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, Out. 2016f.

\_\_\_\_\_. TUNÍSIA. Comércio exterior. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, Jul. 2016g.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Reino do Marrocos**. Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5467-reino-do-marrocos>> Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Reino da Arábia Saudita**. Brasília, 2017b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4823-reino-da-arabia-saudita>> Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Estado do Qatar**. Brasília, 2017c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4914-estado-do-qatar>> Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Reino do Bahrain**. Brasília, 2017d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4853-reino-do-bahrein>> Acesso em: 11 jan. 2017.

BRASIL nas negociações do conflito do Oriente Médio, O. Rio de Janeiro: GAPCon: EDUCAM: Konrad Adenauer, 2010.

CALDERANO, Maria da Assunção. Notas sobre a Fenomenologia Social de Schutz. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. A, nº1, 1998.

CANDEAS, Alessandro Warley. **A integração Brasil-Argentina**. História de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: FUNAG, 2010.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, 2014.

CENTER FOR INSIGHTS IN SURVEY RESEARCH. **Public Opinion Surveys of Tunisians**. [S.l.], 24-30 May 2016.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, nº2, 2014.

CHAHÚAN, Eugênio Espir. Reflexão sobre o Conceito de Nação Árabe. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena (Org). **Diálogo América do Sul- Países Árabes**. Brasília: FUNAG, 2005. p. 145-182.

CHERIF, Youssef. Tunisia's Foreign Policy: A Delicate Balance. **Atlantic Council**, 2015. Disponível em: <<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/tunisia-s-foreign-policy-a-delicate-balance>> Acesso em 10 out. 2016.

CHIKHAOUI, Arslan. Les Paradigmes De La Politique Étrangère De L'Algérie. **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)**, [S.l.], 2015.

CHOHFI, Osmar V. Apresentação. In: **Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. p.9-11.

DADES, Hamid. Politique étrangère : la nouvelle orientation du Maroc. **Le Reporter**. Marrocos, 2013.

DANIEL, Isaura. Há novo olhar para o Brasil nos Emirados, diz diplomata. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, 01 mar. 2017. Disponível em:

<<http://www.anba.com.br/noticia/21874272/diplomacia/ha-novo-olhar-para-o-brasil-nos-emirados-diz-diplomata/>> Acesso em 02/03/2017.

DERGHAM, Raghida. The Background of the Russian Veto against the Syrian Resolution at the UNSC. **Al Arabiya**, 2011. Disponível em:

<<https://english.alarabiya.net/views/2011/10/08/170777.html>> Acesso em: 10 fev. 2017.

ECKERSLEY, Robyn. Ambushed: The Kyoto Protocol, the Bush Administration's Climate Policy and the Erosion of Legitimacy. **International Politics**, 44, 2007.

ELGSTRÖM, Ole. EU Leadership In An Emerging New World Order. **5th Pan-European Conference on EU Politics**, Porto, 2010.

ESPERIDIÃO, Elizabeth, MUNARI, Denize. Repensando a formação do enfermeiro e investindo na pessoa: algumas contribuições da abordagem gestáltica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v 53, n.3, 2000.

ESSID, Habib. Assessing Tunisia's Opportunities and Challenges: A Conversation with Habib Essid. **Council on Foreign Relations**. 2015. Disponível em:

<<http://www.cfr.org/tunisia/assessing-tunisia-opportunities-challenges/p37055>> Acesso em 10 out. 2016.

ESTARQUE, Marina. "Brasil precisa se envolver mais no Oriente Médio". **Carta Capital**, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/brasil-precisa-se-envolver-mais-no-orientes-medio-4957.html>> Acesso em: 22 out. 2016.

FARES, Seme Taleb. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 50, nº2, 2007.

FAWCETT, Louise (Org). **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FERABOLLI, Sílvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-arabista. **Contexto Internacional**, v.29, nº1, 2007.

FERREIRA, Tania Maria Bessone T. da Cruz, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Brasil e Portugal: percepções e imagens ao longo do século XIX. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). **Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003.

FRANCE. France Diplomatie. **Présentation du Bahreïn**. Paris, 2016a. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/bahrein/presentation-du-bahrein/>> Acesso em: 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. France Diplomatie. **Présentation de l'Arabie Saoudite**, Paris, 2016b. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/arabie-saoudite/presentation-de-l-arabie-saoudite/>> Acesso em: 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. France Diplomatie. **Présentation du Maroc**, Paris, 2017a. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/maroc/presentation-du-maroc/>> Acesso em: 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. France Diplomatie. **Présentation de l'Algérie**, Paris, 2017b. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/algerie/presentation-de-l-algerie/>> Acesso em: 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. France Diplomatie. **Présentation de la Tunisie**, Paris, 2017c. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/tunisie/presentation-de-la-tunisie/>> Acesso em: 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. France Diplomatie. **Présentation du Qatar**, Paris, 2017d. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/qatar/presentation-du-qatar/>> Acesso em: 17 jan. 2017.

FROMKIN, David. **A Peace to End All Peace**. London: Phoenix, 2000.

FURIA, Peter A; LUCAS, Russell E. Determinants of Arab Public Opinion on Foreign Relations. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 50, 2006.

GAUSE III, F. Gregory. Beyond Sectarianism: the New Middle East Cold War. **Brookings Doha Center Analysis Paper**, Doha, nº11, jul. 2014.

GHAITH, Nasser Ahmed Bin. Why Saudi Arabia and Israel oppose Iran nuclear deal. **Al Jazeera**, 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2015/04/saudi-arabia-israel-oppose-iran-nuclear-deal-150401061906177.html>> Acesso em: 16 fev. 2017.

GHATTAS, Kim. Saudi Arabia's new muscular foreign policy. **BBC**. Riyad, 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-32381798>> Acesso em 10 set. 2016.

GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. Egito: evolução da política externa em tempos de revolução e contrarrevolução (2011-2015). **Cadernos de Política Exterior / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais**, v.2, n. 4. Brasília: FUNAG, 2016.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations**. Cambridge : Cambridge University Press, 2005.

HAMADOUCHE, Louisa Dris-Aït Hamadouche. Algérie: La politique étrangère algérienne entre tradition et transition. **IRIS**, 2014. Disponível em: <<http://www.iris-france.org/73954-algerie-la-politique-etrangere-algerienne-entre-tradition-et-transition/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HAMIDADDIN, Abdullah. Arabs must know Latin America. **Al Arabiya**. 2015. Disponível em: <<https://english.alarabiya.net/en/views/news/middle-east/2015/11/15/Arabs-must-know-Latin-America.html>> Acesso em: 10 dez. 2015.

HARRISON, Lawrence; HUNTINGTON, Samuel (Org). **Culture Matters: how values shape human progress**. New York: Basic Books, 2000.



HERRMANN, Richard K. Perceptions and Image Theory in International Relations. *In* HUDDY, Leone, SEARS, David O., LEVY, Jack S. **The Oxford Handbook of Political Science**. New York: Oxford University Press, 2013.

HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan. **The Foreign Policies of Middle East States**. Lynne Rienner Publishers, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Ícone, 2008.

HOUDAIGUI, Rachid El. La politique étrangère du Maroc : vers quel positionnement? **Ifri-OCP Policy Center Roundtables**, session I, 2014.

HUMAN Development Report 2016. New York: United Nations Development Programme, 2016.

HUNTINGTON, Samuel P. The lonely superpower. **Foreign Affairs**, New York, v.78, n° 2, 1999.

ISRAEL reduz relação com países após voto na ONU contra assentamentos. **O Globo**, 27 dez. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/israel-reduz-relacao-com-paises-apos-voto-na-onu-contra-assentamentos-20697862>> Acesso em: 28 dez. 2016.

JEBEL, Ameni. Tunisia's Domestic Politics and Foreign Policy from President Bourguiba to President Marzouki. **International Journal of Political Science, Law and International Relations (IJPSLIR)**, v.4, n°6, 2014.

JESUS, Maria Cristina Pinto de *et al.* A fenomenologia social de Alfred Schütz e sua contribuição para a enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.47, n°3, 2012.

JONES, Erik. Power, Leadership and US Foreign Policy. **The International Spectator**, 2011.

KAUSSLER, Bernd. Tracing Qatar's Foreign Policy and its Impact on Regional Security. **Arab Center for Research and Policy Studies**. Doha, Doha Institute, 2015.

KEOHANE, Robert. Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organizations**, Cambridge, v. 23, n° 2, 1969.

KHATIB, Lina. Qatar's foreign policy: the limits of pragmatismo. **International Affairs**, Oxford, v. 89, n° 2, 2013.

KOELBL, Susanne; SHAFY, Samiha; ZAND, Bernhard. The Cold War of Islam. **Spiegel**, 09 May 2016. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/world/saudia-arabia-iran-and-the-new-middle-eastern-cold-war-a-1090725-2.html>> Acesso em: 25 out. 2016.

KRITSCH, Raquel. Maquiavel e a construção da política. **Lua Nova**, São Paulo, n°53, 2001.

LA NOUVELLE Politique Etrangere de Mohammed Vi, entre Puissance et Influence. **Huffington Post Maroc**. 25 Apr. 2016.

LACOSTE, Yves. **Dictionnaire de Geopolitique**. Paris : Flammarion, 1995.

LAFER, Celso. A soberania e os direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, nº35, 1995.

\_\_\_\_\_. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.14, nº38, 2000.

\_\_\_\_\_. Intervenção Proferida pelo Senhor Ministro de Estado, Celso Lafer, por ocasião do Fórum Nacional - "Nova Ordem Internacional, Globalização e o Mundo pós-11 de setembro". **Ministério de Relações Exteriores**, Brasília, 9 maio 2002a.

\_\_\_\_\_. Opinião: Um ano depois. **Folha de São Paulo**, 15 set. 2002b

LAMPREIA, Luiz Felipe. Brasil acerta com Líbia e erra com Síria. **O Estado de São Paulo**, 23/08/2011. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-acerta-com-libia-e-erra-com-siria-imp-,762303>> Acesso em: 23 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Aposta em Teerã: o acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014

LAYACHI, Azzedine. **Global Studies: The Middle East**. New York: McGraw Hill, 2011.

LE MATIN. Disponível em: <[lematin.ma](http://lematin.ma)> Acesso em: 23 fev. 2017.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, [S.l],v. 19, nº 82, jan./mar. 2005.

LOUËR, Laurence. Le Bahreïn, Maillon Faible du Golfe. **CERI-CNRS Science Po**, 2011. Disponível em: <<http://www.ceri-sciences-po.org>> Acesso em: 14 fev. 2017.

LUCARELLI, Sonia. The EU's Leadership in the Global Governance: Perceptions from the Others. **8th Pan-European Conference on International Relations "One International Relations or Many? Multiple Worlds, Multiple Crises"**, Poland, 2013.

MACEDO, Fernanda Maria Felício, BOAVA, Diego Luiz Teixeira, ANTONIALLI, Luiz Marcelo. A fenomenologia social na pesquisa em estratégia. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.13, nº5, 2012.

MACIEL, Marco Antônio de Oliveira. Abertura do Seminário. In: **Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. p.13-17.

MAGHREB ARAB PRESS. Disponível em: <[www.map.ma](http://www.map.ma)> Acesso em: 22 fev. 2017.

MALKA, Haim. Maghreb Rising: Competition and Realignment. In ALTERMAN, Jon B (org). **Rocky Harbors Taking Stock of the Middle East in 2015**. Center for Strategic and International Studies, [S.l.], 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2011.

MARENCO, André. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, Carlos R.; SÁEZ, Manuel A. (Org.). **A Democracia Brasileira. Balanço e perspectivas para o século XXI**. Belo Horizonte: Humanitas, 2007.

MAROC. Ministère Affaires Étrangères et de la Coopération. Disponível em: <<https://www.diplomatie.ma/default.aspx>> Acesso em: 13 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Agence Marocaine de Coopération Internationale (AMCI)**. Disponível em: <<http://www.amci.ma/pem.html>> Acesso em: 25 jan. 2017.

MASIKY, Hassan. Algeria Deepens its Isolation by Endorsing Assad and Iran in Syria. **Morocco World News**. Marrocos, 2016. Disponível em: <<https://www.morocoworldnews.com/2016/12/204316/algeria-deepens-isolation-endorsing-assad-iran-syria/>> Acesso em 10 fev. 2017.

MCLAUGHLIN, John. The Great Powers in the New Middle East. In ALTERMAN, Jon B (org). **Rocky Harbors Taking Stock of the Middle East in 2015**. Center for Strategic and International Studies, 2015.

MESSARI, Nizar. O Brasil e o mundo árabe. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. A Reflection on the May 2010 Brazil-Turkey Nuclear Initiative Toward Iran”. Seminário. **Wilson Center**, 2011. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/event/reflection-the-may-2010-brazil-turkey-nuclear-initiative-toward-iran#sthash.k5PtZM3x.dpuf>> Acesso em 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. O Islã e a Política. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena (Org). **Diálogo América do Sul- Países Árabes**. Brasília: FUNAG, 2005. p.1-36.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: EDUSP, 2010.

MOREIRA LIMA, Sergio. As credenciais brasileiras. In: **O Brasil nas negociações do conflito do Oriente Médio**. Rio de Janeiro: GAPCon: EDUCAM: Konrad Adenauer, 2010.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: BBS Public Affairs, 2004.

\_\_\_\_\_. Get Smart: Combining Hard and Soft Power. **Foreign Affairs**. New York, July/Aug. 2009.

OLIVEIRA, Ana Paula Lage de. A interação de imagens e percepções na lógica multilateral: novas abordagens para o campo da segurança internacional. **1º Seminário de Pós Graduação em Relações Internacionais Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)**, Painel Novas Agendas de Segurança Internacional, 2012.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. Sociabilidade e direito no liberalismo nascente. **Lua Nova**, Nº50, 2000.

ONU, Janina, OLIVEIRA, Amâncio Jorge. Brasil, Mercosul e a segurança regional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.43, nº2, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **United Nations Bibliographic Information System**. Disponível em: <<http://unbisnet.un.org/>>, acesso em 10 fev. 2017.

OTHMAN, Farhat. Quelle politique étrangère pour la Tunisie? **Huffington Post Tunisie**. Tunísia, 2016.

PAGE, Benjamin; SHAPIRO, Robert Y. Effects of Public Opinion on Policy. **The American Political Science Review**, v.77, nº1, 1983.

PILLA, Bruno. **O Posicionamento do Brasil sobre o Oriente Médio no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993- 2005)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PIMENTEL, João Vicente. O padrão de votação brasileiro na ONU e a questão do Oriente Médio. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: UNESP, 2001.

PLATONOW, Vladimir. Síria é tabuleiro do jogo de interesses de grandes potências, diz professor. **Agência Brasil**, 12 out. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-10/siria-e-tabuleiro-do-jogo-de-interesses-de-grandes-potencias-diz>> Acesso em: 10 fev. 2017.

POOLE, Thom. Iran and Saudi Arabia's great rivalry explained. **BBC**, 04 Jan. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35221569>> Acesso em: 14 jul. 2016.

PULLIAM, Sara. Qatar's Foreign Policy: Building an International Image. **Khamasin**. American University in Cairo, 2013.

QATAR. Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <<https://www.mofa.gov.qa/en>> Acesso em 10 jan. 2017.

QATAR NEWS AGENCY. Disponível em: <[www.qna.org.qa/en-us](http://www.qna.org.qa/en-us)> Acesso em: 25 fev. 2017.

RELAÇÕES entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

REUS-SMIT, Christian. International Crises of Legitimacy. **International Politics**, 44, 2007.

RIEDEL, Bruce. What the Iran deal has meant for Saudi Arabia and regional tensions.

**Brookings**. 2016. Disponível em:

<<https://www.brookings.edu/blog/markaz/2016/07/13/what-the-iran-deal-has-meant-for-saudi-arabia-and-regional-tensions/>> Acesso em: 12 fev. 2017.

RIEDIGER, Bruna Figueiredo. **Política externa brasileira para o mundo árabe : uma análise dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2013)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ROCHA, Alexandre. Brasil acompanha de perto temas do Oriente Médio. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, 18/01/2013.

ROCHA, Lurdes Bertol. Fenomenologia, Semiótica e Geografia da Percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v.4/5, 2002/2003.

ROSENBLUN, Jennifer; ZARTMAN, William. The Far West of the Near East: The Foreign Policy of Morocco. In DESSOUKI, Ali; HILAL, Ali. **The Foreign Policies of Arab States: The Challenge of Globalization**. American Univ in Cairo Press, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalism- Western Conceptions of the Orient**. New York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2014.

SALAHEDDINE Mezouar expose les orientations majeures de la politique étrangère du Royaume. Marrocos, 29 Jan. 2016. **Le Matin** Disponível em: <<http://lematin.ma/journal/2016/salaheddine-mezouar-expose-les-orientations-majeures-de-la-politique-etrangere-du-royaume/240506.html#sthash.sIJrDDtF.dpuf>> Acesso em: 14 ago. 2016.

SANTOS, Eduardo dos. Intervenção do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, na Conferência Internacional sobre a Síria em Montreux. **Ministério das Relações Exteriores**, 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2375-conferencia-internacional-sobre-a-siria-genebra-ii-montreux,-suica,-22-de-janeiro-de-2014-intervencao-do-secretario-geral-das-relacoes-exteriores,-embaixador-eduardo-dos-santos>> Acesso em: 07 nov. 2016.

SANTOS, Norma Breda dos. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História**. São Paulo, v. 33, n. 2, 2014.

SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, dez. 2014.

\_\_\_\_\_; VALENÇA, Marcelo. A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade. **CEBRI Artigos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2012.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, nº1, jan./jun. 2000.

SAUDY ARABIA. Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <[www.mofa.gov.sa/sites/mofaen](http://www.mofa.gov.sa/sites/mofaen)> Acesso em: 14 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministry of Foreign Affairs. **The Foreign Policy of The Kingdom of Saudi Arabia**. 2016. Disponível em: <<http://www.mofa.gov.sa/sites/mofaen/KingdomForeignPolicy/Pages/ForeignPolicy24605.aspx>> Acesso em: 10 ago. 2016.

SAUDI PRESS AGENCY. Disponível em: <[www.spa.gov.sa/home.php?lang=en](http://www.spa.gov.sa/home.php?lang=en)> Acesso em: 10 fev. 2017.

SCHIOCCHET, Leonardo. Far Middle East, Brave New World: The Building of the Middle East and the Arab Spring. **The Perspective of the World Review**, v.3, nº2, 2011.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade e Representação**. Rio de Janeiro : Contraponto, 2001.

SCHWARTZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. Penguin & Companhia das Letras, 2014.

SEHIMI, Mustapha. 15 ans de règne Mohammed VI et la politique étrangère: le label Maroc. **Le Economiste**. 2014. Disponível em: <<http://www.leconomiste.com/article/957148-15-ans-de-regnemohammed-vi-et-la-politique-etrangere-le-label-maroc>> Acesso em 04 fev. 2017.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente Lula na sessão de abertura da 2ª Cúpula América do Sul- Países Árabes. Doha, 31 mar. 2009. In **Repertório de política externa 2008/2009**. Brasília: FUNAG, 2010.

SINJAB, Lina. Qatar casts size aside with assertive foreign policy. **BBC**. Doha, 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-32349382>> Acesso em 10 nov. 2016.

SLAUGHTER, Anne-Marie, HALE, Thomas. Calling All Patriots: the cosmopolitan appeal of Americanism. In: HELD, David, MOORE, Henrietta, **Cultural Politics in a Global Age: Uncertainty, Solidarity and Innovation**. Oneworld, 2008.

SOUSA, Paulo L R et al. Epistemologia: quem precisa dela?. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v.26, n.3, 2004.

SPEKTOR, Matias. Diplomacia de transição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 2014. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2014/1540019--diplomacia-de-transiao.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2014/1540019--diplomacia-de-transiao.shtml)> Acesso em: 12 fev. 2017.

STEWART, Dona. Geography and the Middle East. In: LAYACHI, Azzedine. **Global Studies: The Middle East**. New York: McGraw Hill, 2011.

TAKEYH, Ray. The New Saudi Foreign Policy. **Council on Foreign Relations**. 2015. Disponível em: <<http://www.cfr.org/saudi-arabia/new-saudi-foreign-policy/p36456>> Acesso em 14 abr. 2016.

TOLAN, Sandy. **The Lemon Tree: An Arab, a Jew, and the Heart of the Middle East**. New York: Bloomsbury Publishing USA, 2008.

TUNISIE. Ministère des Affaires Étrangères. Disponível em: <[www.diplomatie.gov.tn](http://www.diplomatie.gov.tn)> Acesso em: 20 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministère des Affaires Étrangères. **Politique étrangère de la Tunisie**. 2016. Disponível em: <<http://www.diplomatie.gov.tn/index.php?id=366>> Acesso em 10 set. 2016.

TURKEY says Syria, Qatar back Iran plan. 2010. **Khaleej Times** Disponível em: <<http://www.khaleejtimes.com/article/20100509/ARTICLE/305099952/1016>> Acesso em: 18 jan. 2017.

UNESCO. Institute for Statistics. United Nations Education, Scientific and Cultural Organization. Montreal, 2015. Disponível em: <<http://data.uis.unesco.org/>> Acesso em 10 ago. 2016.

VERMEREN, Pierre. L'Algérie, puissance régionale (debate). **RFI**, 2016. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/emission/20161127-algerie-puissance-regionale-defis-terrorisme-engagement-securite>> Acesso em 10 jan. 2017.

VIEIRA, Mauro. Discurso do Ministro Mauro Vieira na plenária da IV Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) – Riade, 11 de novembro de 2015. **Ministério das Relações Exteriores**. 2015a. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12368:di](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368:di)> Acesso em 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Ministério das Relações Exteriores**. 2015b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/6398-discurso-de-sua-excelencia-o-senhor-embaixador-mauro-luiz-iever-vieira-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores>> Acesso em 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. As embaixadas e a diplomacia de resultado. **Folha de São Paulo**, 2015c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/10163-as-embaixadas-e-a-diplomacia-de-resultados-folha-de-s-paulo-11-06-2015>> Acesso em 14 ago. 2016.

VIGEVANI, Tullo et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília. v. 51, nº1, 2008.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Discurso na reunião 6627 do Conselho de Segurança da ONU, 2011. **Organização das Nações Unidas**. Nova York. Disponível em:

<[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PV.6627](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6627)> Acesso em: 10 fev. 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, v.2. São Paulo: Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WALT, Stephen M. International Relations: One World, Many Theories. **Foreign Policy**, nº110, 1998.

WALTZ, Kenneth Neal. **Theory of International Politics**. Boston: McGraw-Hill, 1979.

WATT, W. Montgomery; CACHIA, Pierre. Who Is an Arab? **University of Pennsylvania - African Studies Center**. Disponível em: <[http://www.africa.upenn.edu/K-12/Who\\_16629.html](http://www.africa.upenn.edu/K-12/Who_16629.html)> Acesso em: 10 abr. 2016.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**. Cambridge, v. 46, No. 2, 1992.

WILDAVSKY, Aaron. Choosing preferences by constructing institutions: a cultural theory of preference formation. **American Political Science Review**, Cambridge, v..81, nº1, 1987.

WHITAKER, Brian. Middle of Where? In: LAYACHI, Azzedine. **Global Studies: The Middle East**. New York: McGraw Hill, 2011. p.206-207.

WRIGHT, Steven. Foreign Policy in the GCC States. In KAMRAVA, Mehran. **International Politics of the Persian Gulf**. Syracuse University Press, 2011.

ZAHREDDINE, Danny. A Crise na Síria (2011-2013): Uma Análise Multifatorial. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.4, nº20, 2013.

ZHENG, Ruichen. **A percepção acadêmica chinesa sobre o Brasil e a relação bilateral: um estudo de dez maiores periódicos chineses (2003-2012)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



## APÊNDICE A- Entrevista com Representante da Tunísia

Entrevista realizada por telefone, em português, com o Embaixador da Tunísia no Brasil, Sr. Sabri Bachtobji, em 6/04/2016. Reproduz-se aqui a transcrição completa da entrevista.

### *1) Como a Tunísia percebe o sistema internacional contemporâneo e o que orienta a atuação da Tunísia nesse cenário?*

Em primeiro lugar, deve-se lembrar de que a Tunísia é um país que atua em um entorno que é multidimensionado- pertence ao mundo árabe, ao mundo africano, ao mundo mediterrâneo- um país que se encontra geograficamente em uma zona muito importante e estratégica no Mediterrâneo. É o país mais avançado do continente africano em direção à Europa, ao sul da Europa, a mais ou menos 70 quilômetros da Itália. Pode-se lembrar de um pouco da história de toda essa zona, pois se trata de uma zona onde nasceram as civilizações mais importantes da antiguidade. Hoje em dia também e mesmo no cenário geográfico e político. É importante lembrar que a Tunísia foi um país onde teve a chamada Primavera Árabe, onde teve a revolução de 11 de janeiro de 2011 a 14 de janeiro de 2011 e a partir desse momento tivemos mudanças importantes na Tunísia que deram lugar a uma nova constituição em 2014. E agora estamos com um novo governo há mais ou menos um ano. É um processo de construção democrática muito interessante. E isso deu lugar a uma consideração internacional através do Prêmio Nobel da Paz que foi outorgado ao quarteto nacional tunisiano, que é constituído de quatro entidades nacionais, que são a União de Indústria e Comércio, a União Geral de Trabalhadores da Tunísia, a Ordem dos Advogados e Liga de Direitos Humanos. Então o Prêmio Nobel da Paz de 2015 é um sinal internacional para apoiar o processo democrático na Tunísia. Isso deu lugar a uma quantidade de liberdades públicas, como direitos humanos e direitos fundamentais. Tudo isso para dizer que justamente nós estamos em um entorno internacional complicado, temos, como se sabe, o problema que está ocorrendo na Líbia e esperamos a estabilidade deste país, o que é um desafio securitário e econômico para nós. Estamos também em uma luta internacional contra o terrorismo, o terrorismo que agora é um desafio para a comunidade internacional. E temos também desafios econômicos e sociais que são os resultados da revolução. Esse é um panorama geral da nossa situação geopolítica.

2) *E dentro desse contexto, quais os objetivos da Tunísia nas relações com o Brasil, já que elas têm se adensado nos últimos anos, inclusive com o Mercosul?*

Com o Brasil temos relações ótimas, temos relações tradicionais muito importantes. Sempre teve um intercâmbio de visitas de Ministros de Relações Exteriores. A última visita foi em março, no dia 11 de março, de sua Excelência Mauro Vieira na Tunísia. Teve, por exemplo, a assinatura de alguns acordos, como em matéria turística, matéria de desenvolvimento social, e também um acordo em matéria agrícola, e uma série de acordos que melhoram o nível de cooperação entre os países. Em matéria econômica, até agora temos um déficit comercial a favor do Brasil, vendemos mais ou menos a metade do que importamos do Brasil. Temos oportunidades de desenvolver nossos intercâmbios, sobretudo que identificamos um interesse por produtos tunisianos como azeite de oliva, tâmaras, sobretudo produtos agrícolas e também para o fosfato. O problema com o fosfato é que temos restrição para a exportação, porque depois da revolução na Tunísia a extração de fosfato na Tunísia tem estado um pouco reduzida por causa de reivindicações sociais, mas esperamos que no futuro isso vá voltar ao nível anterior à revolução. Esperamos também que o acordo turístico vai abrir possibilidades para visitas de turistas, esperamos também que para os jogos olímpicos no Rio irão muitos tunisianos ao Brasil. A nível cultural também temos relações ótimas. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro descobri em uma visita um documento histórico muito interessante, uma publicação oferecida ao Imperador D. Pedro II sobre a Tunísia. Esse texto mostra também o interesse dos brasileiros, sobretudo do Imperador em relação ao país. Então os intercâmbios culturais e econômicos têm boas perspectivas para desenvolver. Por exemplo, no mês de maio, virá uma delegação importante de exportadores e produtores de azeite de oliva e produtos agrícolas como conservas e de produtos como tâmaras que vão participar da maior feira agroalimentar em São Paulo, considerada a maior da América Latina, só para mostrar que tem um interesse cada vez maior para uma presença econômica e comercial no Brasil. Da parte brasileira, importamos produtos agrícolas, como café, açúcar, carne, alguns produtos também semimanufaturados, e esperamos que isso vá se desenvolver através de um acordo que tivemos com o Mercosul. Tunísia e Mercosul assinaram um acordo em 14 de dezembro de 2014 na Argentina, um acordo de cooperação comercial e econômica que irá permitir a criação de uma zona de livre intercâmbio. Agora estamos em uma fase de ratificação pelas Assembleias Legislativas de cada país do Mercosul. É um processo que leva tempo, mas esperamos que isso vá desenvolver o intercâmbio comercial entre a Tunísia e a zona do Mercosul.

3) *Sob o ponto de vista de Tunísia, qual o papel do Brasil no Oriente Médio e no norte da África, além dessas relações bilaterais mais adensadas nesses últimos tempos?*

Como se sabe, o Brasil é um país que tem relações diplomáticas com o mundo inteiro, é um dos raros países que tem relações com quase toda a comunidade internacional, é a sétima potência econômica do mundo e tem um papel cada vez maior no cenário internacional, então sabemos que o Brasil tem um papel também de oferecer sua parceria para a resolução dos conflitos internacionais. A política exterior do Brasil é muito apreciada porque é uma política que se baseia sobre respeito aos princípios de não ingerência nos assuntos internos dos países, respeita a legalidade internacional e resolução dos conflitos através do sistema das Nações Unidas. Apreciamos essa posição do Brasil porque sempre está ao lado da legalidade internacional. O papel que o Brasil pode trazer é muito apreciado. De outra parte, sabemos que o Brasil participa de muitas instâncias das Nações Unidas para a pacificação de conflitos e para a ajuda humanitária. É uma política exterior que pode ser interessante não só na zona mediterrânea, mas em toda a parte do mundo.

4) *O que a Tunísia espera do Brasil e como o Brasil deve pautar sua atuação para que atenda a essas expectativas?*

Tudo o que pode desenvolver as relações bilaterais é bem acolhido. Estamos em um processo de construção democrática da Tunísia. Mesmo a experiência democrática do Brasil é interessante para nós, sabemos que o Brasil também é um país de uma democracia jovem, com a Constituição de 1988, e estamos muito atentos a essa experiência que pode inspirar muitos lados. Por isso também estamos trabalhando para a aproximação de relações entre os parlamentos dos dois países e há um mês constituímos, por exemplo, um grupo de amizade parlamentar entre Tunísia e Brasil, porque consideramos também que as relações parlamentares são muito importantes, porque isso se trata de intercâmbio de experiências em matéria democrática, de construção democrática. Em matéria econômica, temos boas perspectivas, estamos trabalhando em um acordo de facilitação de investimentos, um projeto brasileiro que está sendo examinado pelas autoridades tunisianas, que permite estabelecer as bases para desenvolver os investimentos bilaterais recíprocos. É um documento muito importante porque possibilita também aos investidores dos países terem um quadro jurídico para poder assegurar seu investimento. São muitos setores que podem no futuro desenvolver as relações entre ambos os países.

## **APÊNDICE B- Entrevista com Representante do Bahrain**

Entrevista realizada por e-mail, em inglês, com diplomatas da Embaixada do Reino do Bahrain nos Estados Unidos, recebida em 02/11/2016. Reproduz-se aqui exatamente o que foi recebido.

*1. How does Bahrain perceive the current international system and what directs Bahrain's actions in this scenario?*

Bahrain's foreign policy abides by principles of good neighborliness, good faith and non-interference, and aligns with the Charter of the United Nations, principles of the International Law, the primary law of the Gulf Cooperation Council (GCC), the Charter of the League of Arab States (LAS), and the Objectives and Principles of the Organization of Islamic Cooperation (OIC). The security and stability of the region as a whole is of great importance, to which Bahrain contributes through putting sustainable development at the forefront of its national policy.

The most dangerous challenges the world faces are the phenomenon of terrorism and the spread of terrorist groups. Bahrain looks forward to overcoming the challenges through the strength and cohesion of our nations and peoples. Bahrain is an active member of the Global Coalition to Combat Daesh (ISIS), and takes part in the military campaign to restore legitimacy in Yemen.

*2. In this context, which are Bahrain's objectives in its relations with Brazil? &*

*3. What results of the relationship with Brazil can be highlighted?*

Bilateral relations commenced on 23rd February 1976. Bahrain has expressed willingness to establish its diplomatic mission during a meeting between the countries' foreign ministers in Washington DC in 2011. Bahrain looks forward to signing a number of agreements, including a Memorandum on Political Consultations as well as other trade, economical and technical agreements. Brazilian trade relations with the Arab region are growing; with Brazilian exports to Bahrain amounting to USD 169m during the first half of 2016.

In a regional context, Bahrain welcomed the Riyadh Declaration by the Leaders of the Arab and South American Countries (ASPA) following their summit from 10th to 11th November 2015, and looks forward to greater cooperation within the GCC-CELAC framework.

4. *Under Bahrain's point of view, which (what) is the role of Brazil in the Middle East?*  
&

5. *How does Bahrain perceive both bilateral relations and Brazilian actions in the region?*

Brazil enjoys a multicultural diverse society with many nationals coming from Arab descent, mainly Lebanese and Syrian; a remarkable example would be the current Brazilian President Michel Temer. Bahrain understands that the Middle East has continuously been a priority region in Brazil's foreign policy, especially through South-South cooperation. Brazil maintains good bilateral and trade relations with countries in the region, especially with Brazilian exports to the Arab world valued at USD 5.7 billion during the first half of 2016. Bahrain takes note of Brazilian efforts to effectively support fending off the threats currently facing the region, including terrorism.

6. *Why is Brazil relevant for Bahrain and for the Middle East?*

Brazil maintains positive relations with Bahrain and Middle East. Brazil has shown support to a number of causes concerning the Arab world, and shares similar views with Arab countries on regional and global affairs.

7. *How can Brazil contribute to Bahrain and to the Middle East?*

Brazil can express stronger support for Bahrain's reform process which started following the rule of HM King Hamad bin Isa Al Khalifa in 1999. Brazil can more specifically support efforts and achievements in the field in Human Rights and social justice, and value Bahrain's active regional and global role in combating terrorism, and promoting and protecting peace and security. Brazil can also be more vocal in supporting a WMD-Free Middle East, which can help achieve the middle east peace process and carry out the outcomes of 1995 NPT review conference.

8. *What does Bahrain expect from Brazil and from future bilateral relation? How should Brazil guide its actions to meet those expectations?*

Bahrain looks forward to further strengthening cooperation on bilateral and regional levels with Brazil, by signing important Memoranda of Cooperation and Agreements, and expressing support to positive steps taken in both countries that promote reform, sustainable development, and peace and security.

## Sources:

- FM Speech at UNGA 71st session:  
<http://www.mofa.gov.bh/Default.aspx?tabid=7824&language=en-US&ItemId=6620>
- FM Speech at LAS 145th session:  
<http://www.mofa.gov.bh/Default.aspx?tabid=7824&language=en-US&ItemId=6083>
- Article on Arab-Brazilian Trade: <http://www.alwasatnews.com/news/1018003.html>
- Riyadh Declaration:  
[http://www.lasportal.org/ar/summits/PublishingImages/Lists/Summits/AllItems/RD\\_english.pdf](http://www.lasportal.org/ar/summits/PublishingImages/Lists/Summits/AllItems/RD_english.pdf)
- Bahrain government action plan: [http://www.fdpm.gov.bh/en/action\\_plan.html](http://www.fdpm.gov.bh/en/action_plan.html)
- Brazil and the Middle East:  
<https://www.thecairoreview.com/?s=brazil+and+the+middle+east>
- Middle East Weapons of Mass Destruction Free Zone:  
<https://www.un.org/disarmament/menbcletters/>

## APÊNDICE C- Entrevista com Representante do Brasil sobre Marrocos

Entrevista realizada com diplomata brasileiro, por e-mail, sobre o Marrocos, recebida em 04/05/2016. Ressalta-se que as opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva do/a entrevistado/a e não refletem, necessariamente, a posição oficial do governo brasileiro. Reproduz-se aqui exatamente o que foi recebido.

Perguntas:

1. *Como a diplomacia brasileira percebe o sistema internacional contemporâneo?*
2. *O que orienta a atuação do Brasil nesse cenário?*
3. *Dentro desse contexto internacional, quais os objetivos do Brasil em suas relações com os países do Oriente Médio/Marrocos?*
4. *Qual é o papel do Brasil no Oriente Médio/nas relações com Marrocos?*
5. *Quais os principais meios utilizados para que esse papel seja exercido?*
6. *Quais resultados dessa atuação podem ser destacados?*
7. *Por que o Brasil é relevante para a região/Marrocos?*
8. *Como o Brasil pode contribuir para a região/Marrocos?*
9. *Por que a região/Marrocos é importante para o Brasil?*

O Brasil tem consciência de que os desafios internacionais contemporâneos – sejam políticos, econômicos ou sociais – não têm soluções simples. Ante a complexidade dos desafios globais e a diversidade de atores envolvidos, as únicas soluções viáveis e duradouras serão aquelas que contam com amplo respaldo internacional e refletem negociação equilibrada dos interesses envolvidos. Nessas condições, é cada vez mais importante para o País expandir e fortalecer suas parcerias internacionais.

Ao tratar com países do norte da África e do Oriente Médio, o Brasil busca alcançar diversos tipos de objetivos, entre os quais o fortalecimento das relações econômicas (inclusive por meio da promoção das exportações brasileiras e o encorajamento e facilitação de investimentos de ambos os lados), a criação de um arcabouço político-jurídico mais robusto (por meio da assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas), o aumento do intercâmbio acadêmico e cultural, e a aproximação política.

Quanto melhor se entenderem o Brasil e outros países em desenvolvimento, mais espaço haverá para colaborar no tratamento de problemas globais, como o combate à mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção e promoção dos

direitos humanos, e o combate a ilícitos transnacionais. A criação de canais fluídos de diálogo com países de todo o mundo também permite ao Brasil ter informações mais completas e uma visão mais abrangente sobre questões regionais e globais, que ajudam o País na formulação de sua posição em relação a esses temas.

No caso específico do Marrocos, há três elementos que tornam a relação particularmente importante. O primeiro é o fato de que Brasil e Marrocos são “vizinhos atlânticos”. Há uma proximidade com o Marrocos – inclusive múltiplos vôos diretos para o Brasil por semana – que dá maior intensidade à relação.

O segundo elemento é o impressionante desempenho da economia marroquina nos últimos anos, que reflete, entre outros fatores, sua posição geográfica estratégica, um quadro político, econômico e jurídico estável e uma extensa rede de acordos de livre comércio.

O terceiro elemento é o protagonismo do Marrocos no cenário internacional. O país é muito atuante nas instâncias multilaterais universais, como as Nações Unidas. É membro atuante tanto da Liga Árabe, quanto da Organização da Conferência Islâmica. Tem papel de destaque no tratamento de crises regionais, em particular a situação na Líbia, mantendo diálogo fluído sobre o tema tanto com os países da região, quanto com os países europeus e os EUA. Na África, o Marrocos também tem atuação relevante: não só é o segundo maior investidor africano na África, como tem aumentado sua cooperação com os países africanos em matéria de ensino superior, segurança e religião, entre outros.

Ante o reconhecimento de que os desafios contemporâneos exigem atuação coordenada e multilateral para serem vencidos, o Marrocos é um parceiro natural para o Brasil, razão pela qual, durante a visita do Ministro Mauro Vieira a Rabat, em março de 2016, os dois países concordaram em fortalecer os meios voltados ao aprofundamento de setores promissores das relações bilaterais (vide comunicado conjunto, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/13428-comunicado-conjunto-adotado-por-ocasio-da-visita-oficial-do-ministro-das-relacoes-exteriores-da-republica-federativa-do-brasil-a-convite-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-e-da-cooperacao-do-reino-do-marrocos-rabat-10-de-marco-de-2016> )



## APÊNDICE D- Entrevista com Representante do Brasil sobre Argélia

Entrevista realizada por e-mail com os Ministros Conselheiros na Embaixada do Brasil na Argélia, Rodrigo Andrade Cardoso e Márcio Catunda Ferreira Gomes, recebida em 02/05/2016. Ressalta-se que as opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva dos entrevistados e não refletem, necessariamente, a posição oficial do governo brasileiro. Reproduz-se aqui exatamente o que foi recebido.

### Perguntas:

10. *Como a diplomacia brasileira percebe o sistema internacional contemporâneo?*
11. *O que orienta a atuação do Brasil nesse cenário?*
12. *Dentro desse contexto internacional, quais os objetivos do Brasil em suas relações com os países do Oriente Médio/Argélia?*
13. *Qual é o papel do Brasil no Oriente Médio/nas relações com a Argélia?*
14. *Quais os principais meios utilizados para que esse papel seja exercido?*
15. *Quais resultados dessa atuação podem ser destacados?*
16. *Por que o Brasil é relevante para a região/Argélia?*
17. *Como o Brasil pode contribuir para a região/Argélia?*
18. *Por que a região/Argélia é importante para o Brasil?*

### OBJETIVOS E PAPEL DO BRASIL NO ORIENTE MÉDIO E NA ARGELIA

O Brasil reúne um conjunto de características que lhe permitem atuar como construtor de consensos na cena internacional, incluindo presença universal (é um dos poucos países com relações diplomáticas com todos os países membros das Nações Unidas), atuação ativa e propositiva nos mais diversos foros internacionais, coerência no discurso diplomático em defesa dos princípios basilares do direito internacional, capacidade de propor soluções, ideias e inovações conceituais, tradicional defesa da resolução de conflitos por meios pacíficos, entre outros.

Adicionalmente, o País tem, em sua composição étnico-social, presença significativa de descendentes de países árabes e também de judeus vindos de diversas partes do mundo, o que leva o Governo a dedicar especial atenção aos acontecimentos no Oriente Médio, com destaque, na atualidade, para as questões da Palestina, da Síria e da Líbia.

Há nítida convergência entre o Brasil e a Argélia na defesa dos mencionados princípios, com destaque para o respeito à soberania, à independência e à integridade territorial dos Estados, a não-ingerência em assuntos domésticos de outros Estados e a busca de soluções políticas pacíficas e negociadas para os conflitos.

Também a Argélia, além de sua tradição diplomática, tem interesses e preocupações significativas na região, em alguns casos relativas à sua própria segurança interna, de onde o protagonismo assumido em vários foros criados para auxiliar na resolução dos referidos conflitos. A experiência argelina no combate ao terrorismo e ao extremismo também credenciam o país como interlocutor incontornável nas discussões desses temas.

A manutenção de um diálogo de alto nível com a Argélia nesses temas é muito útil para os posicionamentos brasileiros.

O Fórum América do Sul-Países Árabes (ASPA), criado por inspiração brasileira, sempre contou com forte apoio argelino, inclusive por meio da co-presidência argelina na primeira reunião de cúpula, em Brasília, em 2005, quando o Presidente Abdelaziz Bouteflika visitou o Brasil. Cumpre observar que o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países árabes aumentou, desde então, 183%, tendo passado de US\$ 17,6 bilhões, em 2005, para US\$ 34,8 bilhões, em 2014.

## RELEVÂNCIA DA ARGÉLIA PARA O BRASIL

Situada geograficamente – e geopoliticamente - entre o Oriente Médio e a Europa, a Argélia ocupa lugar estratégico para os interesses da diplomacia brasileira. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Argélia em 1962 e abriu Embaixada residente em Argel no mesmo ano, um dos primeiros países a fazê-lo após a independência do país. O relacionamento bilateral manteve, desde então, um ritmo de crescente dinamismo, por meio do intercâmbio de visitas de alto nível. Esses fatores tornam a Argélia parceiro privilegiado do Brasil na África. O Brasil possui mecanismo de Diálogo Estratégico com a Argélia desde 2010.

No plano político, as relações Brasil-Argélia intensificaram-se a partir de 2003, com o intercâmbio de visitas de alto nível. Destaca-se a realização da IV Comista em Brasília em 2010, co-presidida pelos dois chanceleres. Na ocasião, foi decidido o estabelecimento de um Mecanismo de Diálogo Estratégico entre os dois países, ainda não ativado. A Argélia, por sua própria história de luta contra o domínio colonial, tem política externa independente e apresenta elevado grau de convergência com as posições brasileiras em diversos temas. No

atual momento de grandes transformações globais, o diálogo político entre nossos países é de particular interesse.

O Brasil reconhece o papel importante que a Argélia vem desempenhando na região do Magrebe, no que concerne a suas iniciativas para a mediação de entendimentos e soluções políticas para conflitos regionais. Aprecia também os esforços realizados pelo Governo argelino na luta contra o terrorismo.

## MEIOS UTILIZADOS PARA O DESEMPENHO DO PAPEL DO BRASIL E RESULTADOS DA ATUAÇÃO BRASILEIRA

As visitas de autoridades de alto nível constituem meio eficaz para a obtenção de resultados positivos nas relações bilaterais, entre outros motivos, pela oportunidade que representam para o estreitamento do diálogo e a assinatura de acordos ou outros instrumentos bilaterais. Em julho de 2010, realizou-se a IV Reunião da Comissão Mista Bilateral, copresidida pelos Chanceleres dos dois países. Há expectativa argelina de que a V COMISTA possa ser realizada em futuro próximo, em Argel.

Em outubro de 2011, o Subsecretário de Política do Itamaraty visitou a Argélia, ocasião em que foram avaliadas perspectivas do relacionamento bilateral, bem como discutidos temas regionais, como a questão do Saara Ocidental e o conflito na Líbia, além de temas afetos à segurança na região do Sahel. Em setembro de 2011, encontraram-se o Ministro brasileiro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o seu homólogo argelino, Youcef Yousfi, com quem foram discutidas possibilidades de cooperação em energia solar e exploração de petróleo.

No campo econômico-comercial, foi realizada visita de delegação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio a Argel em 2013, com o objetivo de identificar oportunidades de negócios e também de apresentar proposta de Acordo para a Facilitação de Investimentos, que está em vias de negociação.

O ano de 2015 foi marcado pelas visitas do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Sérgio Danese, a Argel, que resultaram em frutífero diálogo com seus homólogos argelinos, com visitas a reforçar os laços de amizade e de cooperação entre ambos os países.

Outro meio de atuação da diplomacia brasileira é a atividade dos Setores de Promoção Comercial das Embaixadas (SECOM), sob a coordenação do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty. Os SECOMs contribuem para facilitar os contatos de negócios entre

empresas de ambos os países e divulgam informações sobre o panorama econômico brasileiro e perspectivas econômicas e comerciais de interesse. Viabiliza, também, a participação de empresas brasileiras em feiras e certames internacionais, que constituem oportunidades de negócios. Busca oportunidades de negócios na Argélia para empresas brasileiras, por iniciativa própria ou a pedido do interessado.

No campo econômico-comercial, importantes grupos empresariais brasileiros atuam neste país, associados a empresas argelinas (condição necessária, estabelecida pela legislação local), a saber:

- a) Andrade Gutiérrez, estabelecida na Argélia, por meio da Andrade Gutierrez Engenharia (Brasil) e Andrade Gutierrez – Europa, Ásia e África (Portugal – ex Zagope), que atua na Argélia desde 2007, na construção de obras de infraestrutura. Sua principal contribuição foi a construção do Viaduto TransRhumel, na cidade de Constantine, inaugurado em outubro de 2014.
- b) RANDON S.A (Associated Car & Truck Specialist SPA - Groupe Cevital - ACTS), que atua na área de importação, montagem, comercialização, distribuição e pós-venda de veículos e máquinas de construção civil. O Grupo espera produzir 500 unidades em 2016 e atingir o total de 800 em 2017;
- c) a WEG tem contrato na Argélia para fabricar motores elétricos com parceiro local. Diante do potencial do mercado argelino, a Weg iniciará, em maio próximo, os trabalhos de construção de sua quadragésima usina de motores elétricos na Argélia, projeto que vem sendo apoiado pela Embaixada do Brasil em Argel.
- d) do lado argelino, o Grupo Cevital está desenvolvendo projeto de exploração de grãos no Estado do Pará e investimento em usina siderúrgica, também naquele Estado.

A pauta comercial entre os dois países é concentrada, pelo lado brasileiro, em gêneros alimentícios (açúcar de cana em bruto, carnes desossadas e congeladas de bovino; óleo de soja em bruto; leite integral em pó), ao passo que as exportações argelinas concentram-se em petroquímicos.

No ano de 2015, o Brasil foi o décimo fornecedor da Argélia, tendo exportado USD 1.146.869,00, equivalentes a cerca de 2,23% das importações argelinas. Foi o oitavo cliente da Argélia, tendo importado USD 1.393.758,00, equivalente a 3,69% das exportações argelinas. Um dos objetivos da diplomacia brasileira é contribuir para reduzir o déficit comercial com este país. O intercâmbio bilateral é, tradicionalmente, deficitário para o Brasil.

A presença do Grupo Cevital, maior empresa privada africana, no Brasil, também é apoiada pela Embaixada. O Grupo é responsável pela maior parte das importações de

produtos brasileiros, com destaque para o açúcar, e está iniciando investimentos no País, que se traduzirão em empregos para brasileiros.

Também é importante a cooperação técnica entre os dois países, efetuada por meio da Agência Brasileira de Cooperação. A contribuição brasileira nesse campo materializou-se em sete projetos em execução, nas áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca pediátrica e atendimento a pacientes queimados) e formação profissional em artesanato mineral e lapidação de gemas e joias. Após os países africanos de língua oficial portuguesa, (PALOPs), a Argélia é o maior beneficiário de cooperação técnica brasileira na África.

## **APÊNDICE E- Entrevista com Representante do Brasil sobre Arábia Saudita e Qatar**

Entrevista realizada por e-mail com a diplomata Cláudia Assaf, que já esteve lotada na Arábia Saudita e no Qatar, recebida em 20/10/2016. Ressalta-se que as opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva da entrevistada e não refletem, necessariamente, a posição oficial do governo brasileiro. Reproduz-se aqui exatamente o que foi recebido.

### *1. Como a diplomacia brasileira percebe o sistema internacional contemporâneo?*

O Sistema Internacional contemporâneo, embora não seja mais baseado na bipolaridade que dividiu o mundo em passado recente, durante a Guerra Fria, e esteja mais multipolar, entendo que a diplomacia brasileira vê o atual sistema internacional muito mais inclusivo, se comparado com períodos anteriores da história da humanidade, mas com necessidade de nutrir e expandir ainda mais o caráter multipolar. A crença da política externa brasileira para a maior representatividade do Conselho de Segurança é o maior exemplo dessa necessidade, pois reflete a realidade geopolítica mundial de 1945.

### *2. O que orienta a atuação do Brasil nesse cenário?*

A atuação do Brasil em qualquer cenário no âmbito internacional é regida e seguida estritamente tendo por base os princípios determinados pelo artigo quarto da Constituição Federal.

### *3. Dentro desse contexto internacional, quais os objetivos do Brasil em suas relações com os países do Oriente Médio/Qatar/Arábia Saudita?*

Manter viva a amizade fraterna que une ambos os países e expandir comércio e investimento. As relações são excelentes, precisamente por termos princípios constitucionais como a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, a não intervenção, somos muito respeitados por isso, e não seria diferente com os países no Oriente Médio. Especificamente no que diz respeito ao Catar e à Arábia Saudita, temos relações estáveis bilaterais que já contam pelo menos três décadas. Nossa relação de irmandade e respeito mútuo aos assuntos domésticos de cada país é que norteia a amizade. O foco das relações está no comércio. Com a Arábia Saudita, o volume de comércio bilateral atinge os US\$ 6 bilhões ao ano.

*4. Qual é o papel do Brasil no Oriente Médio/nas relações com Qatar e Arábia Saudita?*  
(respondida anteriormente).

5. *Quais os principais meios utilizados para que esse papel seja exercido?*

Os mesmos que qualquer outro. Temos embaixadas residentes em cada capital, e vice-versa. Só o fato de haver a embaixada residente é um sinal importante dentro das simbologias da diplomacia. Também temos com ambos mecanismos de Consultas Políticas Bilaterais anuais ou bianuais, em que encontramos com delegação de cada um desses países para debater temas em geral que dizem respeito à agenda internacional do momento em geral, para conhecermos a opinião diretamente de nossos interlocutores e eles conhecerem a nossa. Isso não apenas fortalece nossa amizade e relação de confiança mútua, como também contribui no âmbito multilateral, como na ONU, a conhecermos melhor o posicionamento desses países em temas que nos afetam e quem sabe negociar mudanças que sirvam ao interesse brasileiro. É um exercício diplomático cujos resultados se dão no longo prazo, além de permitir a solidificação da relação bilateral.

6. *Quais resultados dessa atuação podem ser destacados?*

Há diversos. O Catar votou no Rio de Janeiro para as Olimpíadas, porque é um país com poder de voto no COI. A Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), de iniciativa brasileira do presidente Lula da Silva em 2005, está produzindo frutos em diversas áreas, sobretudo em comércio para ambas as regiões - América do Sul e Países Árabes - empregando diversos brasileiros no Brasil por causa do incremento na exportações. Veja, as reuniões de cúpulas (nível de Chefe de Estado) no âmbito da ASPA se dão alternativamente em países de cada região. Sedar uma cúpula dessa não é barato e envolve um esforço logístico fenomenal por parte do anfitrião. Veja que o Catar e a Arábia Saudita já aceitaram sediar cúpulas ASPA, respectivamente em 2009 e 2015. Isso não seria possível não fosse a amizade que sentem pelo Brasil.

Em termos profissionais, há muitos brasileiros trabalhando nesses países em diversas áreas, desde médicos veterinários, pilotos de aeronaves, sobretudo os ex-Varig e novatos também, atletas profissionais e treinadores, chegando a profissionais altamente qualificados na área de energia - petróleo e gás, e tecnologia da informação. Por isso, nosso Setor Consular nas embaixadas do Brasil nesses países é atuante. Embora em número relativamente baixo, temos cerca de dois mil brasileiros em ambos os países juntos - o que não é um número desprezível de compatriotas que precisam de nossos serviços consulares.

7. *Por que o Brasil é relevante para a região/Qatar/Arábia Saudita?*

Todo país, em sua atuação internacional, quer ter boas relações com os demais países atores deste mesmo ambiente internacional. Em termos gerais, esta seria uma importante justificativa por que Qatar e Arábia Saudita considera o Brasil relevante - afinal somos um país amigo, um dos onze países que mantêm relações com todos os 193 Estados Membros da ONU.

Além disso, podemos enumerar diversos campos que fazem do Brasil um país relevante para o Oriente Médio. O comércio bilateral permite a importação por parte desses países de produtos em que o Brasil é mais competitivo, como a carne congelada de frango, em que o frango brasileiro predomina no mercado local. Já mencionei anteriormente a mão de obra qualificada brasileira atuante nesses países. A questão cultural não é menos importante, já que parte significativa de nossa sociedade é descendente de árabes.

#### *8. Como o Brasil pode contribuir para a região/Qatar/Arábia Saudita?*

Podemos contribuir em diversas áreas. Uma que destaco é na segurança alimentar, por exemplo. Arábia Saudita e Catar preocupam-se com o tema porque estão localizados em área geográfica desértica, inapropriada para agricultura, só possível com uso intensivo de água - recurso escasso na região do Golfo. Assim, poder contar com áreas de plantio no Brasil ou tecnologia brasileira muito interessa a esses países. As academias militares brasileiras - como a AFA, a AMAN e a Escola Naval, são renomadas no exterior e os árabes buscam parcerias para matricular cadetes seus nessas escolas. O intercâmbio acadêmico também é outro campo. A cooperação em matéria de segurança e inteligência durante a Copa do Mundo e as Olimpíadas são apenas exemplos de vasto campo de cooperação bilateral que mantêm com o Brasil.

#### *9. Por que a região/Qatar/Arábia Saudita é importante para o Brasil?*

De modo geral, o Brasil se importa em manter excelentes relações com todos os países, sem exceção, e não seria diferente com os países árabes. A maior prova foi a criação do mecanismo de diálogo ASPA, que permite intensificar o intercâmbio em diversas áreas. Além disso trata-se de países com potencial fenomenal de incrementar ainda mais as relações comerciais e de investimento, o que, por conseguinte, reverte positivamente em nossa economia, sobretudo na geração de mais empregos no setor privado exportador de bens para os árabes. Podemos citar, ainda, como dito anteriormente, a característica de nossa sociedade brasileira, una e ao mesmo tempo erguida na diversidade, para a qual os árabes muito contribuíram e ainda contribuem.



## APÊNDICE F- Quadro Entrevistas

O quadro seguinte divide as respostas recebidas nas entrevistas constantes nos Apêndices A, B, C, D e E em categorias que contribuem para a determinação da leitura internacional, do posicionamento internacional e dos fatores que importam para a percepção de um país em relação a outro. As respostas estão exatamente da maneira como foram respondidas pelos entrevistados e este quadro deu origem aos que constam ao longo da análise, nos quais foi feita a interpretação das respostas.

Quadro 15- Respostas dos diplomatas do Bahrain e da Tunísia

	Bahrain	Tunísia
Objetivos relação bilateral	Bilateral relations commenced on 23rd February 1976. Bahrain has expressed willingness to establish its diplomatic mission during a meeting between the countries' foreign ministers in Washington DC in 2011. Bahrain looks forward to signing a number of agreements, including a Memorandum on Political Consultations as well as other trade, economical and technical agreements.	Com o Brasil temos relações ótimas, temos relações tradicionais muito importantes. Sempre teve um intercâmbio de visitas de Ministros de Relações Exteriores. A última visita foi em março, no dia 11 de março, de sua Excelência Mauro Vieira na Tunísia. Teve, por exemplo, a assinatura de alguns acordos, como em matéria turística, matéria de desenvolvimento social, e também um acordo em matéria agrícola, e uma série de acordos que melhoram o nível de cooperação entre os países. Em matéria econômica, até agora temos um déficit comercial a favor do Brasil, vendemos mais ou menos a metade do que importamos do Brasil. Temos oportunidades de desenvolver nossos intercâmbios, sobretudo que identificamos um interesse por produtos tunisianos como azeite de oliva, tâmaras, sobretudo produtos agrícolas e também para o fosfato. O problema com o fosfato é que temos restrição para a exportação, porque depois da revolução na Tunísia a extração de fosfato na Tunísia tem estado um pouco reduzida por causa de reivindicações sociais, mas esperamos que no futuro isso vá voltar ao nível anterior à revolução. Esperamos também que o acordo turístico vai abrir possibilidades para visitas de turistas, esperamos também que para os jogos olímpicos no Rio irão muitos tunisianos ao Brasil. A nível cultural também temos relações ótimas. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro descobri em uma visita um documento histórico muito interessante, uma publicação oferecida ao Imperador D. Pedro II sobre a Tunísia. Esse texto mostra também o interesse dos brasileiros, sobretudo do Imperador em relação ao país. Então os intercâmbios culturais e econômicos têm boas perspectivas para desenvolver. Por exemplo, no mês de maio, virá uma delegação importante de exportadores e produtores de azeite de oliva e produtos agrícolas como conservas e de produtos como tâmaras que vão participar da maior feira agroalimentar em São Paulo, considerada a maior da América Latina, só para mostrar que tem um interesse cada vez maior para uma presença econômica e comercial no Brasil. Da parte brasileira, importamos produtos agrícolas, como café, açúcar, carne, alguns produtos também semimanufaturados, e esperamos que isso vá se desenvolver através de um acordo que tivemos com o Mercosul. Tunísia e Mercosul assinaram um acordo em 14 de dezembro de 2014 na Argentina, um acordo de cooperação comercial e econômica que irá permitir a criação de uma zona de livre intercâmbio. Agora estamos em uma fase de ratificação pelas Assembleias Legislativas de cada país do Mercosul. É um processo que leva tempo, mas esperamos que isso vá desenvolver

		o intercâmbio comercial entre a Tunísia e a zona do Mercosul.
Meios utilizados	Agreements, including a Memorandum on Political Consultations as well as other trade, economical and technical agreements, ASPA	Intercâmbio de visitas de Ministros de Relações Exteriores, assinatura de acordos, delegação de exportadores em feira agroalimentar em São Paulo, acordo com o Mercosul
Resultados	<p>Brazilian trade relations with the Arab region are growing; with Brazilian exports to Bahrain amounting to USD 169m during the first half of 2016.</p> <p>In a regional context, Bahrain welcomed the Riyadh Declaration by the Leaders of the Arab and South American Countries (ASPA) following their summit from 10th to 11th November 2015, and looks forward to greater cooperation within the GCC-CELAC framework.</p>	<p>Sempre teve um intercâmbio de visitas de Ministros de Relações Exteriores. A última visita foi em março, no dia 11 de março, de sua Excelência Mauro Vieira na Tunísia. Teve, por exemplo, a assinatura de alguns acordos, como em matéria turística, matéria de desenvolvimento social, e também um acordo em matéria agrícola, e uma série de acordos que melhoram o nível de cooperação entre os países. Em matéria econômica, até agora temos um déficit comercial a favor do Brasil, vendemos mais ou menos a metade do que importamos do Brasil. Temos oportunidades de desenvolver nossos intercâmbios, sobretudo que identificamos um interesse por produtos tunisianos como azeite de oliva, tâmaras, sobretudo produtos agrícolas e também para o fosfato. O problema com o fosfato é que temos restrição para a exportação, porque depois da revolução na Tunísia a extração de fosfato na Tunísia tem estado um pouco reduzida por causa de reivindicações sociais, mas esperamos que no futuro isso vá voltar ao nível anterior à revolução. Esperamos também que o acordo turístico vai abrir possibilidades para visitas de turistas, esperamos também que para os jogos olímpicos no Rio irão muitos tunisianos ao Brasil. A nível cultural também temos relações ótimas. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro descobri em uma visita um documento histórico muito interessante, uma publicação oferecida ao Imperador D. Pedro II sobre a Tunísia. Esse texto mostra também o interesse dos brasileiros, sobretudo do Imperador em relação ao país. Então os intercâmbios culturais e econômicos têm boas perspectivas para desenvolver. Por exemplo, no mês de maio, virá uma delegação importante de exportadores e produtores de azeite de oliva e produtos agrícolas como conservas e de produtos como tâmaras que vão participar da maior feira agroalimentar em São Paulo, considerada a maior da América Latina, só para mostrar que tem um interesse cada vez maior para uma presença econômica e comercial no Brasil. Da parte brasileira, importamos produtos agrícolas, como café, açúcar, carne, alguns produtos também semimanufaturados, e esperamos que isso vá se desenvolver através de um acordo que tivemos com o Mercosul. Tunísia e Mercosul assinaram um acordo em 14 de dezembro de 2014 na Argentina, um acordo de cooperação comercial e econômica que irá permitir a criação de uma zona de livre intercâmbio. Agora estamos em uma fase de ratificação pelas Assembleias Legislativas de cada país do Mercosul. É um processo que leva tempo, mas esperamos que isso vá desenvolver o intercâmbio comercial entre a Tunísia e a zona do Mercosul</p>

Papel do Brasil	Brazil enjoys a multicultural diverse society with many nationals coming from Arab descent, mainly Lebanese and Syrian; a remarkable example would be the current Brazilian President Michel Temer. Bahrain understands that the Middle East has continuously been a priority region in Brazil's foreign policy, especially through South-South cooperation. Brazil maintains good bilateral and trade relations with countries in the region, especially with Brazilian exports to the Arab world valued at USD 5.7 billion during the first half of 2016. Bahrain takes note of Brazilian efforts to effectively support fending off the threats currently facing the region, including terrorism.	Como se sabe, o Brasil é um país que tem relações diplomáticas com o mundo inteiro, é um dos raros países que tem relações com quase toda a comunidade internacional, é a sétima potência econômica do mundo e tem um papel cada vez maior no cenário internacional, então sabemos que o Brasil tem um papel também de oferecer sua parceria para a resolução dos conflitos internacionais. A política exterior do Brasil é muito apreciada porque é uma política que se baseia sobre respeito aos princípios de não ingerência nos assuntos internos dos países, respeita a legalidade internacional e resolução dos conflitos através do sistema das Nações Unidas. Apreciamos essa posição do Brasil porque sempre está ao lado da legalidade internacional. O papel que o Brasil pode trazer é muito apreciado. De outra parte, sabemos que o Brasil participa de muitas instâncias das Nações Unidas para a pacificação de conflitos e para a ajuda humanitária. É uma política exterior que pode ser interessante não só na zona mediterrânea, mas em toda a parte do mundo.
Relevância do Brasil	Brazil maintains positive relations with Bahrain and Middle East. Brazil has shown support to a number of causes concerning the Arab world, and shares similar views with Arab countries on regional and global affairs.	Como se sabe, o Brasil é um país que tem relações diplomáticas com o mundo inteiro, é um dos raros países que tem relações com quase toda a comunidade internacional, é a sétima potência econômica do mundo e tem um papel cada vez maior no cenário internacional, então sabemos que o Brasil tem um papel também de oferecer sua parceria para a resolução dos conflitos internacionais. A política exterior do Brasil é muito apreciada porque é uma política que se baseia sobre respeito aos princípios de não ingerência nos assuntos internos dos países, respeita a legalidade internacional e resolução dos conflitos através do sistema das Nações Unidas. Apreciamos essa posição do Brasil porque sempre está ao lado da legalidade internacional. O papel que o Brasil pode trazer é muito apreciado. De outra parte, sabemos que o Brasil participa de muitas instâncias das Nações Unidas para a pacificação de conflitos e para a ajuda humanitária. É uma política exterior que pode ser interessante não só na zona mediterrânea, mas em toda a parte do mundo.
Contribuição do Brasil	Brazil can express stronger support for Bahrain's reform process which started following the rule of HM King Hamad bin Isa Al Khalifa in 1999. Brazil can more specifically support efforts and achievements in the field in Human	Como se sabe, o Brasil é um país que tem relações diplomáticas com o mundo inteiro, é um dos raros países que tem relações com quase toda a comunidade internacional, é a sétima potência econômica do mundo e tem um papel cada vez maior no cenário internacional, então sabemos que o Brasil tem um papel também de oferecer sua parceria para a resolução dos conflitos internacionais. A política exterior do Brasil é muito apreciada porque é uma política que se baseia sobre respeito aos princípios de não ingerência nos assuntos internos dos países, respeita a legalidade internacional e resolução dos conflitos através do

	Rights and social justice, and value Bahrain's active regional and global role in combating terrorism, and promoting and protecting peace and security. Brazil can also be more vocal in supporting a WMD-Free Middle East, which can help achieve the middle east peace process and carry out the outcomes of 1995 NPT review conference.	sistema das Nações Unidas. Apreciamos essa posição do Brasil porque sempre está ao lado da legalidade internacional. O papel que o Brasil pode trazer é muito apreciado. De outra parte, sabemos que o Brasil participa de muitas instâncias das Nações Unidas para a pacificação de conflitos e para a ajuda humanitária. É uma política exterior que pode ser interessante não só na zona mediterrânea, mas em toda a parte do mundo.
Expectativas	Bahrain looks forward to further strengthening cooperation on bilateral and regional levels with Brazil, by signing important Memoranda of Cooperation and Agreements, and expressing support to positive steps taken in both countries that promote reform, sustainable development, and peace and security.	Tudo o que pode desenvolver as relações bilaterais é bem acolhido. Estamos em um processo de construção democrática da Tunísia. Mesmo a experiência democrática do Brasil é interessante para nós, sabemos que o Brasil também é um país de uma democracia jovem, com a Constituição de 1988, e estamos muito atentos a essa experiência que pode inspirar muitos lados. Por isso também estamos trabalhando para a aproximação de relações entre os parlamentos dos dois países e há um mês constituímos, por exemplo, um grupo de amizade parlamentar entre Tunísia e Brasil, porque consideramos também que as relações parlamentares são muito importantes, porque isso se trata de intercâmbio de experiências em matéria democrática, de construção democrática. Em matéria econômica, temos boas perspectivas, estamos trabalhando em um acordo de facilitação de investimentos, um projeto brasileiro que está sendo examinado pelas autoridades tunisianas, que permite estabelecer as bases para desenvolver os investimentos bilaterais recíprocos. É um documento muito importante porque possibilita também aos investidores dos países terem um quadro jurídico para poder assegurar seu investimento. São muitos setores que podem no futuro desenvolver as relações entre ambos os países.

Quadro elaborado pela autora com a transcrição das entrevistas.

Quadro 16- Respostas dos diplomatas do Brasil sobre Arábia Saudita, Qatar, Marrocos e Argélia

	Brasil (Arábia Saudita/Qatar)	Brasil (Marrocos)	Brasil (Argélia)
Postura/ Leitura Internacional	O Sistema Internacional contemporâneo, embora não seja mais baseado na bipolaridade que dividiu o mundo em passado recente, durante a Guerra Fria, e esteja mais multipolar, entendo que a diplomacia brasileira vê o atual sistema internacional muito mais inclusivo, se comparado com períodos anteriores da história da humanidade, mas com necessidade de nutrir e expandir ainda mais o caráter multipolar. A crença da política externa	O Brasil tem consciência de que os desafios internacionais contemporâneos – sejam políticos, econômicos ou sociais – não têm soluções simples. Ante a complexidade dos desafios globais e a diversidade de atores envolvidos, as únicas soluções viáveis e duradouras serão aquelas que contam com amplo respaldo internacional e refletem negociação equilibrada dos interesses envolvidos.	O Brasil reúne um conjunto de características que lhe permitem atuar como construtor de consensos na cena internacional, incluindo presença universal (é um dos poucos países com relações diplomáticas com todos os países membros das Nações Unidas), atuação ativa e propositiva nos mais diversos foros internacionais, coerência no discurso diplomático em defesa dos princípios basilares do direito internacional, capacidade de propor soluções, ideias e

	<p>brasileira para a maior representatividade do Conselho de Segurança é o maior exemplo dessa necessidade, pois reflete a realidade geopolítica mundial de 1945. A atuação do Brasil em qualquer cenário no âmbito internacional é regida e seguida estritamente tendo por base os princípios determinados pelo artigo quarto da Constituição Federal.</p>	<p>Nessas condições, é cada vez mais importante para o País expandir e fortalecer suas parcerias internacionais.</p>	<p>inovações conceituais, tradicional defesa da resolução de conflitos por meios pacíficos, entre outros.</p> <p>Adicionalmente, o País tem, em sua composição étnico-social, presença significativa de descendentes de países árabes e também de judeus vindos de diversas partes do mundo, o que leva o Governo a dedicar especial atenção aos acontecimentos no Oriente Médio, com destaque, na atualidade, para as questões da Palestina, da Síria e da Líbia.</p>
<p>Objetivos relação bilateral</p>	<p>Manter viva a amizade fraterna que une ambos os países e expandir comércio e investimento.</p>	<p>Ao tratar com países do norte da África e do Oriente Médio, o Brasil busca alcançar diversos tipos de objetivos, entre os quais o fortalecimento das relações econômicas (inclusive por meio da promoção das exportações brasileiras e o encorajamento e facilitação de investimentos de ambos os lados), a criação de um arcabouço político-jurídico mais robusto (por meio da assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas), o aumento do intercâmbio acadêmico e cultural, e a aproximação política.</p>	<p>Há nítida convergência entre o Brasil e a Argélia na defesa dos mencionados princípios, com destaque para o respeito à soberania, à independência e à integridade territorial dos Estados, a não-ingerência em assuntos domésticos de outros Estados e a busca de soluções políticas pacíficas e negociadas para os conflitos. Também a Argélia, além de sua tradição diplomática, tem interesses e preocupações significativas na região, em alguns casos relativas à sua própria segurança interna, de onde o protagonismo assumido em vários foros criados para auxiliar na resolução dos referidos conflitos. A experiência argelina no combate ao terrorismo e ao extremismo também credenciam o país como interlocutor incontornável nas discussões desses temas. A manutenção de um diálogo de alto nível com a Argélia nesses temas é muito útil para os posicionamentos brasileiros.</p> <p>O Fórum América do Sul-Países Árabes (ASPA), criado por inspiração brasileira, sempre contou com forte apoio argelino, inclusive por meio da co-presidência argelina na primeira reunião de cúpula,</p>

			em Brasília, em 2005, quando o Presidente Abdelaziz Bouteflika visitou o Brasil. Cumpre observar que o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países árabes aumentou, desde então, 183%, tendo passado de US\$ 17,6 bilhões, em 2005, para US\$ 34,8 bilhões, em 2014.
Meios Utilizados	Os mesmos que qualquer outro. Temos embaixadas residentes em cada capital, e vice-versa. Só o fato de haver a embaixada residente é um sinal importante dentro das simbologias da diplomacia. Também temos com ambos mecanismos de Consultas Políticas Bilaterais anuais ou bianuais, em que encontramos com delegação de cada um desses países para debater temas em geral que dizem respeito à agenda internacional do momento em geral, para conhecermos a opinião diretamente de nossos interlocutores e eles conhecerem a nossa. Isso não apenas fortalece nossa amizade e relação de confiança mútua, como também contribui no âmbito multilateral, como na ONU, a conhecermos melhor o posicionamento desses países em temas que nos afetam e quem sabe negociar mudanças que sirvam ao interesse brasileiro. É um exercício diplomático cujos resultados se dão no longo prazo, além de permitir a solidificação da relação bilateral.	Por meio da assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas	As visitas de autoridades de alto nível constituem meio eficaz para a obtenção de resultados positivos nas relações bilaterais, entre outros motivos, pela oportunidade que representam para o estreitamento do diálogo e a assinatura de acordos ou outros instrumentos bilaterais. Outro meio de atuação da diplomacia brasileira é a atividade dos Setores de Promoção Comercial das Embaixadas (SECOM), sob a coordenação do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty. Os SECOMs contribuem para facilitar os contatos de negócios entre empresas de ambos os países e divulgam informações sobre o panorama econômico brasileiro e perspectivas econômicas e comerciais de interesse. Viabiliza, também, a participação de empresas brasileiras em feiras e certames internacionais, que constituem oportunidades de negócios. Busca oportunidades de negócios na Argélia para empresas brasileiras, por iniciativa própria ou a pedido do interessado.
Resultados	Há diversos. O Catar votou no Rio de Janeiro para as Olimpíadas, porque é um país com poder de voto no COI. A Cúpula América	Ao tratar com países do norte da África e do Oriente Médio, o Brasil busca alcançar diversos tipos de objetivos, entre	Em julho de 2010, realizou-se a IV Reunião da Comissão Mista Bilateral, co-presidida pelos Chanceleres dos dois países.

	<p>do Sul-Países Árabes (ASPA), de iniciativa brasileira do presidente Lula da Silva em 2005, está produzindo frutos em diversas áreas, sobretudo em comércio para ambas as regiões - América do Sul e Países Árabes - empregando diversos brasileiros no Brasil por causa do incremento na exportações. Veja, as reuniões de cúpulas (nível de Chefe de Estado) no âmbito da ASPA se dão alternativamente em países de cada região. Sedar uma cúpula dessa não é barato e envolve um esforço logístico fenomenal por parte do anfitrião. Veja que o Catar e a Arábia Saudita já aceitaram sediar cúpulas ASPA, respectivamente em 2009 e 2015. Isso não seria possível não fosse a amizade que sentem pelo Brasil.</p> <p>Em termos profissionais, há muitos brasileiros trabalhando nesses países em diversas áreas, desde médicos veterinários, pilotos de aeronaves, sobretudo os ex-Varig e novatos também, atletas profissionais e treinadores, chegando a profissionais altamente qualificados na área de energia - petróleo e gás, e tecnologia da informação. Por isso, nosso Setor Consular nas embaixadas do Brasil nesses países é atuante. Embora em número relativamente baixo, temos cerca de dois mil brasileiros em ambos os países juntos - o que não é um número desprezível de compatriotas que precisam de nossos serviços consulares.</p>	<p>os quais o fortalecimento das relações econômicas (inclusive por meio da promoção das exportações brasileiras e o encorajamento e facilitação de investimentos de ambos os lados), a criação de um arcabouço político-jurídico mais robusto (por meio da assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas), o aumento do intercâmbio acadêmico e cultural, e a aproximação política.</p>	<p>Há expectativa argelina de que a V COMISTA possa ser realizada em futuro próximo, em Argel. Em outubro de 2011, o Subsecretário de Política do Itamaraty visitou a Argélia, ocasião em que foram avaliadas perspectivas do relacionamento bilateral, bem como discutidos temas regionais, como a questão do Saara Ocidental e o conflito na Líbia, além de temas afetos à segurança na região do Sahel. Em setembro de 2011, encontraram-se o Ministro brasileiro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o seu homólogo argelino, Youcef Yousfi, com quem foram discutidas possibilidades de cooperação em energia solar e exploração de petróleo. No campo econômico-comercial, foi realizada visita de delegação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio a Argel em 2013, com o objetivo de identificar oportunidades de negócios e também de apresentar proposta de Acordo para a Facilitação de Investimentos, que está em vias de negociação. O ano de 2015 foi marcado pelas visitas do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Sérgio Danese, a Argel, que resultaram em frutífero diálogo com seus homólogos argelinos, com visitas a reforçar os laços de amizade e de cooperação entre ambos os países.</p>
Papel do Brasil	Precisamente por termos princípios constitucionais como a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, a não	Quanto melhor se entenderem o Brasil e outros países em desenvolvimento, mais espaço haverá para	Há nítida convergência entre o Brasil e a Argélia na defesa dos mencionados princípios, com destaque para o respeito à soberania, à

	<p>intervenção, somos muito respeitados por isso, e não seria diferente com os países no Oriente Médio. Especificamente no que diz respeito ao Catar e à Arábia Saudita, temos relações estáveis bilaterais que já contam pelo menos três décadas. Nossa relação de irmandade e respeito mútuo aos assuntos domésticos de cada país é que norteia a amizade. O foco das relações está no comércio. Com a Arábia Saudita, o volume de comércio bilateral atinge os US\$ 6 bilhões ao ano.</p>	<p>colaborar no tratamento de problemas globais, como o combate à mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção e promoção dos direitos humanos, e o combate a ilícitos transnacionais. A criação de canais fluídos de diálogo com países de todo o mundo também permite ao Brasil ter informações mais completas e uma visão mais abrangente sobre questões regionais e globais, que ajudam o País na formulação de sua posição em relação a esses temas.</p>	<p>independência e à integridade territorial dos Estados, a não-ingerência em assuntos domésticos de outros Estados e a busca de soluções políticas pacíficas e negociadas para os conflitos.</p>
<p>Relevância do Brasil</p>	<p>Todo país, em sua atuação internacional, quer ter boas relações com os demais países atores deste mesmo ambiente internacional. Em termos gerais, esta seria uma importante justificativa por que Qatar e Arábia Saudita considera o Brasil relevante - afinal somos um país amigo, um dos onze países que mantêm relações com todos os 193 Estados Membros da ONU. Além disso, podemos enumerar diversos campos que fazem do Brasil um país relevante para o Oriente Médio. O comércio bilateral permite a importação por parte desses países de produtos em que o Brasil é mais competitivo, como a carne congelada de frango, em que o frango brasileiro predomina no mercado local. Já mencionei anteriormente a mão de obra qualificada brasileira atuante nesses países. A questão cultural não é menos importante, já que parte significativa de nossa sociedade é descendente de árabes.</p>	<p>Quanto melhor se entenderem o Brasil e outros países em desenvolvimento, mais espaço haverá para colaborar no tratamento de problemas globais, como o combate à mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção e promoção dos direitos humanos, e o combate a ilícitos transnacionais. A criação de canais fluídos de diálogo com países de todo o mundo também permite ao Brasil ter informações mais completas e uma visão mais abrangente sobre questões regionais e globais, que ajudam o País na formulação de sua posição em relação a esses temas.</p>	<p>No ano de 2015, o Brasil foi o décimo fornecedor da Argélia, tendo exportado USD 1.146.869,00, equivalentes a cerca de 2,23% das importações argelinas. Foi o oitavo cliente da Argélia, tendo importado USD 1.393.758,00, equivalente a 3,69% das exportações argelinas. Um dos objetivos da diplomacia brasileira é contribuir para reduzir o déficit comercial com este país. O intercâmbio bilateral é, tradicionalmente, deficitário para o Brasil. Também é importante a cooperação técnica entre os dois países, efetuada por meio da Agência Brasileira de Cooperação. A contribuição brasileira nesse campo materializou-se em sete projetos em execução, nas áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca pediátrica e atendimento a pacientes queimados) e formação profissional em artesanato mineral e lapidação de gemas e joias. Após os países africanos de língua oficial portuguesa, (PALOPs), a Argélia é o maior recipiendário de</p>



			cooperação técnica brasileira na África.
Contribuição do Brasil	Podemos contribuir em diversas áreas. Uma que destaque é na segurança alimentar, por exemplo. Arábia Saudita e Catar preocupam-se com o tema porque estão localizados em área geográfica desértica, inapropriada para agricultura, só possível com uso intensivo de água - recurso escasso na região do Golfo. Assim, poder contar com áreas de plantio no Brasil ou tecnologia brasileira muito interessa a esses países. As academias militares brasileiras - como a AFA, a AMAN e a Escola Naval, são renomadas no exterior e os árabes buscam parcerias para matricular cadetes seus nessas escolas. O intercâmbio acadêmico também é outro campo. A cooperação em matéria de segurança e inteligência durante a Copa do Mundo e as Olimpíadas são apenas exemplos de vasto campo de cooperação bilateral que mantém com o Brasil.	Ao tratar com países do norte da África e do Oriente Médio, o Brasil busca alcançar diversos tipos de objetivos, entre os quais o fortalecimento das relações econômicas (inclusive por meio da promoção das exportações brasileiras e o encorajamento e facilitação de investimentos de ambos os lados), a criação de um arcabouço político-jurídico mais robusto (por meio da assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas), o aumento do intercâmbio acadêmico e cultural, e a aproximação política.	Também é importante a cooperação técnica entre os dois países, efetuada por meio da Agência Brasileira de Cooperação. A contribuição brasileira nesse campo materializou-se em sete projetos em execução, nas áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca pediátrica e atendimento a pacientes queimados) e formação profissional em artesanato mineral e lapidação de gemas e jóias. Após os países africanos de língua oficial portuguesa, (PALOPs), a Argélia é o maior beneficiário de cooperação técnica brasileira na África.
Expectativas/Importância da região para o Brasil	De modo geral, o Brasil se importa em manter excelentes relações com todos os países, sem exceção, e não seria diferente com os países árabes. A maior prova foi a criação do mecanismo de diálogo ASPA, que permite intensificar o intercâmbio em diversas áreas. Além disso trata-se de países com potencial fenomenal de incrementar ainda mais as relações comerciais e de investimento, o que, por conseguinte, reverte positivamente em nossa economia, sobretudo na geração de mais empregos no setor privado exportador de bens para os árabes. Podemos citar,	No caso específico do Marrocos, há três elementos que tornam a relação particularmente importante. O primeiro é o fato de que Brasil e Marrocos são “vizinhos atlânticos”. Há uma proximidade com o Marrocos – inclusive múltiplos vôos diretos para o Brasil por semana – que dá maior intensidade à relação. O segundo elemento é o impressionante desempenho da economia marroquina nos últimos anos, que reflete, entre outros fatores, sua posição geográfica estratégica, um quadro político, econômico e jurídico	Situada geograficamente – e geopoliticamente - entre o Oriente Médio e a Europa, a Argélia ocupa lugar estratégico para os interesses da diplomacia brasileira. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Argélia em 1962 e abriu Embaixada residente em Argel no mesmo ano, um dos primeiros países a fazê-lo após a independência do país. O relacionamento bilateral manteve, desde então, um ritmo de crescente dinamismo, por meio do intercâmbio de visitas de alto nível. Esses fatores tornam a Argélia parceiro privilegiado do Brasil na África. O Brasil possui mecanismo de Diálogo Estratégico com a Argélia

	<p>ainda, como dito anteriormente, a característica de nossa sociedade brasileira, uma e ao mesmo tempo erguida na diversidade, para a qual os árabes muito contribuíram e ainda contribuem.</p>	<p>estável e uma extensa rede de acordos de livre comércio. O terceiro elemento é o protagonismo do Marrocos no cenário internacional. O país é muito atuante nas instâncias multilaterais universais, como as Nações Unidas. É membro atuante tanto da Liga Árabe, quanto da Organização da Conferência Islâmica. Tem papel de destaque no tratamento de crises regionais, em particular a situação na Líbia, mantendo diálogo fluído sobre o tema tanto com os países da região, quanto com os países europeus e os EUA. Na África, o Marrocos também tem atuação relevante: não só é o segundo maior investidor africano na África, como tem aumentado sua cooperação com os países africanos em matéria de ensino superior, segurança e religião, entre outros.</p>	<p>desde 2010.</p> <p>No plano político, as relações Brasil-Argélia intensificaram-se a partir de 2003, com o intercâmbio de visitas de alto nível. Destaca-se a realização da IV Comista em Brasília em 2010, co-presidida pelos dois chanceleres. Na ocasião, foi decidido o estabelecimento de um Mecanismo de Diálogo Estratégico entre os dois países, ainda não ativado. A Argélia, por sua própria história de luta contra o domínio colonial, tem política externa independente e apresenta elevado grau de convergência com as posições brasileiras em diversos temas. No atual momento de grandes transformações globais, o diálogo político entre nossos países é de particular interesse.</p> <p>O Brasil reconhece o papel importante que a Argélia vem desempenhando na região do Magrebe, no que concerne a suas iniciativas para a mediação de entendimentos e soluções políticas para conflitos regionais. Aprecia também os esforços realizados pelo Governo argelino na luta contra o terrorismo.</p>
--	--	---	--

Quadro elaborado pela autora com a transcrição das entrevistas.

## APÊNDICE G- Quadro Votações na Assembleia Geral da ONU

Quadro 17- Votações discordantes do Brasil na Assembleia Geral da ONU 2016/2017<sup>87</sup>

RESOLUÇÃO	NÚMERO	VOTOS DIFERENTES DO BRASIL
The Hague Code of Conduct against Ballistic Missile Proliferation	A/RES/71/33	Argélia, Bahrain, Qatar e Arábia Saudita
Implementation of the Convention on the Prohibition of the Use, Stockpiling, Production and Transfer of Anti-personnel Mines and on Their Destruction	A/RES/71/34	Arábia Saudita
Implementation of the Convention on Cluster Munitions	A/RES/71/45	Argélia e Tunísia
The Arms Trade Treaty	A/RES/71/50	Qatar e Arábia Saudita
Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples	A/RES/71/122	Marrocos
The Situation in the Syrian Arab Republic	A/RES/71/130	Argélia
Moratorium on the use of the death penalty	A/RES/71/187	Bahrain, Marrocos, Qatar e Arábia Saudita
Extrajudicial, summary or arbitrary executions	A/RES/71/198	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar e Arábia Saudita
Situation of human rights in the Syrian Arab Republic	A/RES/71/203	Argélia
Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran	A/RES/71/204	Argélia, Bahrain e Arábia Saudita
Situation of human rights in the Autonomous Republic of Crimea and the city of Sevastopol (Ukraine)	A/RES/71/205	Qatar e Arábia Saudita
Entrepreneurship for sustainable development	A/RES/71/221	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
International, Impartial and Independent Mechanism to Assist in the Investigation and Prosecution of Persons Responsible for the Most Serious Crimes under International Law Committed in the Syrian Arab Republic since March 2011	A/RES/71/248	Argélia
Taking forward multilateral nuclear disarmament negotiations	A/RES/71/258	Marrocos

Quadro elaborado pela autora com base nos dados de votação da ONU.

Quadro 18- Votações discordantes do Brasil na Assembleia Geral da ONU 2009/2010

RESOLUÇÃO	NÚMERO	VOTOS DIFERENTES DO BRASIL
The Arms Trade Treaty	A/RES/64/48	Bahrain, Qatar e Arábia Saudita
Transparency in armaments	A/RES/64/54	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Combating defamation of religions	A/RES/64/156	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Globalization and its impact on the full enjoyment of all human rights	A/RES/64/160	Argélia e Bahrain
Situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea	A/RES/64/175	Argélia, Bahrain e Marrocos
Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran	A/RES/64/176	Argélia, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia

<sup>87</sup> Dados até final de janeiro de 2017.

Agricultural technology for development	A/RES/64/197	Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Situation of human rights in Myanmar	A/RES/64/238	Argélia e Marrocos

Quadro elaborado pela autora com base nos dados de votação da ONU.

Quadro 19- Votações discordantes do Brasil na Assembleia Geral da ONU 2004/2005

RESOLUÇÃO	NÚMERO	VOTOS DIFERENTES DO BRASIL
Conclusion of effective international arrangements to assure non-nuclear-weapon States against the use or threat of use of nuclear weapons	A/RES/59/64	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
A path to the total elimination of nuclear weapons	A/RES/59/76	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
The Hague Code of Conduct against Ballistic Missile Proliferation	A/RES/59/91	Marrocos, Qatar e Tunísia
Question of Western Sahara	A/RES/59/131	Argélia
Equitable geographical distribution in the membership of the human rights treaty bodies	A/RES/59/181	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Globalization and its impact on the full enjoyment of all human rights	A/RES/59/184	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Human rights and terrorism	A/RES/59/195	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Extrajudicial, summary or arbitrary executions	A/RES/59/197	Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Enhancing the role of regional, subregional and other organizations and arrangements in promoting and consolidating democracy	A/RES/59/201	Arábia Saudita
Respect for the purposes and principles contained in the Charter of the United Nations to achieve international cooperation in promoting and encouraging respect for human rights and for fundamental freedoms and in solving international problems of a humanitarian character	A/RES/59/204	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Situation of human rights in the Islamic Republic of Iran	A/RES/59/205	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
Situation of human rights in Turkmenistan	A/RES/59/206	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia
United Nations declaration on human cloning	A/RES/59/280	Argélia, Bahrain, Marrocos, Qatar, Arábia Saudita e Tunísia

Quadro elaborado pela autora com base nos dados de votação da ONU.